

Moçambique

**Crescimento económico e
desenvolvimento humano:
Progresso, obstáculos
e desafios**

**RELATÓRIO NACIONAL
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

1999

Moçambique

RELATÓRIO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1999

**Crescimento económico e
desenvolvimento humano:
Progresso, obstáculos
e desafios**

SARDC



UNDP

Prefácio

É com renovado entusiasmo que o PNUD vê publicado em Moçambique o segundo Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Mais uma vez, trata-se de um produto que resulta de uma parceria dinâmica e aberta entre diversas instituições e personalidades nacionais.

Fiéis a um conceito de desenvolvimento humano que no curto espaço de uma década conquistou uma aceitação quase universal, a equipa que trabalhou em torno deste relatório, ao longo de vários meses elaborou um excelente documento que certamente contribuirá para o debate em torno do alargamento das escolhas de todos os moçambicanos.

O destaque conferido neste Relatório à desagregação provincial de diversos dados estatísticos, bem como do próprio índice do desenvolvimento humano, constitui um reconhecimento da natureza dinâmica do desenvolvimento e, sobretudo, da pobreza que, embora generalizada em todo o território, se manifesta de forma diferenciada em função do tempo e do espaço em Moçambique.

Neste sentido, a desagregação dos dados recentemente compilados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e aqui analisados, permitirá aprofundar o conhecimento e compreensão da especificidade das variáveis que, não obstante algumas assinaláveis conquistas recentes, insistem em condicionar o processo de desenvolvimento humano a nível provincial e, consequentemente, a nível nacional. Este Relatório constituirá pois um valioso instrumento de consulta no âmbito do debate e elaboração de políticas direcionadas para o combate à pobreza e promoção de um desenvolvimento alicerçado nas necessidades locais.

Apraz-nos constatar que os resultados apresentados neste Relatório revelam mais uma vez um aumento significativo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique. Assim, com base num conjunto de dados oficiais actualizados, verificamos que o IDH atingiu os 0,343 em 1998 ou seja, uma subida de 3,6% em relação ao ano anterior.

As últimas previsões sugerem que em 1999 o índice atingirá 0,356 e, na ausência de choques externos, a tendência positiva manter-se-á ao longo dos próximos anos. A análise dos três pilares em que assenta o IDH revela que, ao longo dos últimos cinco anos, o rendimento per capita tem sido a componente que mais tem contribuído para o crescimento do IDH. É gratificante, porém, verificar que as dimensões sociais do índice começam também a assumir um papel mais determinante na variação anual do IDH.

Contudo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação relativamente ao impacto do HIV/SIDA no futuro de Moçambique. Salvo uma intervenção atempada que permita conter o alastramento deste vírus mortal, as conquistas no âmbito do desenvolvimento humano nos últimos anos poderão ficar seriamente comprometidas e a sua tendência invertida.

O empenho do Governo e da sociedade civil em geral em combater a epidemia é notável. Isto é encorajador particularmente se tivermos em conta que as últimas projecções apresentam um cenário assustador. Na ausência de uma política eficaz no combate ao HIV/SIDA, a esperança de vida à nascença em 2010 será 14 anos mais baixa do que seria de esperar ou seja inferior a 30 anos. A população

economicamente activa sofrerá uma redução de quase 2 milhões de pessoas e o vírus atacará indiscriminadamente no campo e nas cidades. Mais de 1 milhão de crianças ficarão órfãs antes do final da década. Se o impacto do HIV/SIDA na estrutura demográfica do país nos parece assustador, imagine-se o seu impacto no tecido económico e social do país: famílias económica e emocionalmente destroçadas; um sistema de saúde e assistência social incapaz de fazer face ao esforço financeiro que lhe será exigido; a erosão do stock de capital humano e um concomitante dis-investimento por parte dos agentes económicos nacionais e estrangeiros.

A elaboração da estratégia nacional de combate ao HIV/SIDA constitui prova eloquente de que o Governo de Moçambique não só toma a ameaça da epidemia seriamente, como considera a intervenção para travar o seu alastramento e minimizar o seu impacto uma prioridade nacional.

A necessidade de uma intervenção eficaz no combate ao HIV/SIDA torna-se mais pertinente quando se sabe que, não obstante os progressos notáveis dos últimos anos, os indicadores de desenvolvimento

humano de Moçambique continuam relativamente frágeis.

O desenvolvimento humano é um processo lento. O próprio índice é, devido à sua composição, pouco propício a grandes oscilações anuais. A título de exemplo, permito-me apenas referir que por maior que seja o investimento e eficácia de uma política de educação, a taxa de alfabetização (que é uma das componentes do IDH) só poderá registar um alteração significativa a médio prazo.

Todavia, mais importante do que as oscilações absolutas do índice é, portanto, a sua tendência ao longo do tempo e, neste contexto, os dados referentes a Moçambique são inequivocamente animadores. Este Relatório alimenta a esperança que Moçambique terá conseguido reunir as condições necessárias para que se continuem a verificar sucessivas e sustentadas melhorias no seu IDH nos próximos anos.

Emmanuel Dierckx de Casterlé
Representante Residente do PNUD

Equipa de Preparação do Relatório

Equipa de redacção

António Gumende - Editor
António Francisco - Coordenador

Autores/Contribuintes: António Francisco, António Gumende, Igrejaš Campos, Saïde Dade, José Suleimane, Iraê Baptista Lundin, Nicola Pontarra, Rachel Waterhouse, Marcelo Mosse, Lourenço do Rosário, Ungulani Ba Ka Khossa, Jonathan Caldwell, Alexandra Yuster, Martim Faria e Maia, Paul Fauvet, James Coates, Luís de Brito, Renato Souza Pinto, Edda Collier, Abt Associates, UNICEF, OMS, Manuel da Costa Gaspar.

Grupo de Trabalho: Óscar Monteiro (Presidente)
Emmanuel Dierckx de Casterlé, Dahpne Casey, João Loureiro, Belmiro Malate, Iraê Baptista Lundin, Vitória Ginja, António Gumende, António Francisco, Martim Faria e Maia, Edda Collieri.

Grupo Consultivo: Emmanuel Dierckx de Casterlé, Óscar Monteiro, Dahpne Casey, Martim Faria e Maia, João Loureiro, Edda Collieri, Belmiro Malate, Iraê Lundin, Vitória Ginja, António Francisco, António Francisco, António Gumende, João Carrilho, Virgínia Matabele, Julieta Langa, Amélia Zambeze, Virgínia Videira, Angélica Salomão, Phyllis Johnson, Paul Fauvet, Alexandra Yuster, Roy Trivedy, Mark Stirling, Mark Simpson, Nelson Saúte.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Universidade Eduardo Mondlane

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral - Maputo

Relatório do Desenvolvimento Humano de Moçambique

Índice

Prefácio	iii
Equipa de Preparação do Relatório	iv
Índice	v
Lista de quadros	viii
Lista de gráficos	ix
Lista de mapas	x
Lista de caixas	xi
Abreviações	xi
Introdução	1
Breve avaliação do Relatório de 1998	
Sobre os debates	2
O Relatório de 1999	2

Capítulo 1

Enquadramento conceitual, metodológico e estatístico	7
Uma concepção pluralista de progresso	7
Novos instrumentos analíticos e sua relevância empírica	8
Análise multidimensional do desenvolvimento humano	9
Novos dados e novos métodos	10
Actualização dos dados estatísticos	10
Melhorias metodológicas nos índices de desenvolvimento humano	10
O que revela o IDH nacional entre 1994 e 1998	10

Capítulo 2

Desenvolvimento humano no país: semelhanças e diferenças	15
Moçambique no contexto africano e internacional	15
O que revela o IDH por regiões e províncias?	18
Zonagem do País: Norte, Centro e Sul	18
A região Norte	20
A região Centro	22
A região Sul	22
Progresso e privações no desenvolvimento humano	23
Tendências do IDH entre 1996 e 1998	24
Os componentes do IDH em Moçambique	24
Esperança de vida e saúde	25
Conhecimento e nível educacional	27
Múltiplas dimensões da privação humana - o IPH em Moçambique	28
A incidência da pobreza absoluta e o Índice de Pobreza Humana	28
A dimensão do desafio: quanto reduzir a incidência para erradicar a pobreza absoluta até ao ano 2020?	33

Capítulo 3

A riqueza da nação moçambicana	35
Quem produz o quê e quanto?	35
Método e fontes de cálculo do PIB desagregado	36
O PIB nacional como agregado sintético dos PIBs provinciais	37
O PIB regional e provincial	39
PIB nominal e real: a influência dos preços correntes e constantes	40
Produção e bem estar económico da população	42
Desenvolvimento humano provincial: O caso da Zambézia	43
Indicadores sócio-demográficos na Zambézia	44
Indicadores macro-económicos da Zambézia	45
As dimensões variadas da pobreza na Zambézia	45
Taxa de incidência da pobreza absoluta e índice de pobreza humana	45
O que é que revela o IPH sobre a pobreza na Zambézia?	45
Economia e estratégias de redução da pobreza absoluta	46

Capítulo 4

O papel do trabalho assalariado nas estratégias de sobrevivência	49
As fontes de rendimento	49
O perfil de pobreza rural	49
O inquérito nacional aos agregados familiares 1996-97	50
Rendimentos monetários	51
Rendimentos em género	51
Emprego em Moçambique	53
A força de trabalho economicamente activa	53
A força de trabalho assalariada e as tendências de emprego	53
As fontes de dados sobre o mercado de trabalho rural e urbano	54
O mercado de trabalho rural	54
O perfil de pobreza rural	54
Entendendo a pobreza em Moçambique: A primeira avaliação nacional	55
Evidência adicional de inquéritos de pequena escala	56
O mercado de trabalho urbano	58
Fontes de informação	58
Evidência adicional	59
Os trabalhadores sazonais e temporários são invisíveis?	60
Estratégias de subsistência: Evidências seleccionadas	61
Subsistência no povoado de Ndixe	61
Geração de rendimentos em Massoane, Djavanhanne, Banga e Netia	63
Importância dos rendimentos na sobrevivência dos pobres: Implicações para estratégias e políticas	64

Capítulo 5

Entre a esperança e a incerteza: Novos desafios face a ameaça do SIDA	67
O SIDA e o desenvolvimento humano	67
Uma nova ameaça ao progresso e desenvolvimento humano?	69
Dimensão e origem da epidemia em Moçambique	69
De onde é que vem o vírus HIV?	70
As características da epidemia do HIV/SIDA	71
Prevalência e tendência do HIV/SIDA	71
Novos casos de mortes por causa do SIDA: A epidemia oculta	72

O perigo de alastramento rápido	73
Tendências regionais da epidemia	73
O impacto nos agregados familiares e comunidades	75
A subsistência das comunidades rurais	76
A estabilidade política e social	76
Consequências para os serviços sociais	77
A infecção dos trabalhadores	77
Consequências para o sector de serviços	77
Impacto na procura de serviços	79
Impacto sobre a economia	79
Crescimento demográfico: Destino incerto entre duas calamidades iminentes	81

Capítulo 6

Desenvolvimento humano em Moçambique: Conclusões e perspectivas futuras	87
Progresso, obstáculos e desafios	87
Precisamos de correr muito se quisermos continuar no mesmo sítio	87
A riqueza da nação moçambicana: potencialidades ilimitadas e dificuldades superáveis	89
O Papel do trabalho assalariado na produção da riqueza	89
Porquê nos preocupamos tanto com o SIDA se se morre mais de malária, tuberculose, e outras doenças?	90
Perpesctivas futuras: Novas pistas de pesquisa e um debate amplo, construtivo e informado	90
Oportunidades para novas pistas de investigação- passar da descrição para a explicação	90
Que este Relatório motive debates construtivos e informados	91
Que seja útil para trabalhos específicos	91

Notas Técnicas

Nota técnica 1	93
Cálculo dos Índices	93
Valores máximos e mínimos fixos	93
Tratamento do rendimento	93
Ilustração da metodologia do IDH	94
Índice de desenvolvimento humano	95
Nota técnica 2	95
Método e fontes de cálculo do PIB desagregado por províncias	95
Metodologia para a alocação da produção por província	96
Nota técnica 3	97
Índice de Pobreza Humana	97

Referências e Bibliografia

Anexo Estatístico

Lista de Quadros

Quadro 1.1. IDH, IDS, IPH-1, IPH-2 – Componentes iguais, medidas diferentes	8
Quadro 1.2. Valor do IDH de Moçambique actualizado com base na nova metodologia	12
Quadro 2.1. Indicadores sociais nos países da SADC	16
Quadro 2.2. Superfície, população e densidade demográfica por regiões, províncias, sexos, 1999	18
Quadro 2.3. População de Moçambique em agregados familiares	30
Quadro 2.4. População da Cidade de Maputo em agregados familiares	30
Quadro 2.5. Pobreza humana (IPH), Moçambique 1997	32
Quadro 2.6. O esforço necessário para a erradicação da pobreza absoluta em 20 anos	32
Quadro 3.1. Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique – 1996 - 98	37
Quadro 3.2. Variação percentual do PIB de Moçambique, 1996 - 98	38
Quadro 3.3. Contribuição percentual para o PIB de Moçambique, 1996 – 98	38
Quadro 3.4. Crescimento real do PIB entre 1996 e 98	41
Quadro 3.5. PIB per capita por regiões e províncias, 1996 – 98	42
Quadro 3.6. Perfil sócio-demográfico da província da Zambézia	43
Quadro 3.7. Indicadores macro-económicos provinciais da Zambézia, 1996 – 98	44
Quadro 3.8. Índice de Pobreza Humana , Moçambique 1997	46
Quadro 4.1. Fontes de rendimento do agregado familiar rural	50
Quadro 4.2. Estrutura das fontes de rendimento dos agregados familiares da Cidade de Maputo e outras capitais de províncias	50
Quadro 4.3. Estrutura de rendimentos mensais por lugar de residência e fonte	52
Quadro 4.4. Estimativa de mão de obra por categoria	53
Quadro 4.5. Força de trabalho nas PMEs	57
Quadro 4.6. Nível e estrutura da força de trabalho nas PMEs por província	57
Quadro 4.7. Número de agregados familiares com diferentes estratégias de geração de rendimentos	63
Quadro 4.8. Número de agregados familiares com fontes de rendimento: Antes da guerra e actualmente, 1997	65
Quadro 4.9. Evolução do salário mínimo nacional real	66
Quadro 5.1. A infecção com HIV	68
Quadro 5.2. Prevalência do HIV no controle pre-natal	72
Quadro 5.3. Distribuição provincial dos principais vectores de transmissão do HIV	72
Quadro 5.4. Desagregação etária da prevalência do HIV	73
Quadro 5.5. Índice de dependência em Moçambique, 1996 – 97	76
Quadro 5.6. Prevalência do HIV entre doadores de sangue por ocupação no Malawi	77

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1. Redução de carências no desenvolvimento humano, 1994 – 99	11
Gráfico 2.1. População da África Austral - SADC 1997	15
Gráfico 2.2. Índice de desenvolvimento humano na SADC	15
Gráfico 2.3. Índice de Pobreza Humana (IPH – 1), 1997	16
Gráfico 2.4. Índice de desenvolvimento humano ajustado aos sexos (IDS), 1997	16
Gráfico 2.5. Medida de participação segundo o sexo, 1997	16
Gráfico 2.6. Algumas das línguas mais frequentemente faladas em casa	20
Gráfico 2.7. Distribuição percentual da população de 5 e mais anos por religião, 1997	20
Gráfico 2.8. Índice de desenvolvimento humano, Moçambique 1998	23
Gráfico 2.9. Variação do défice de carências em desenvolvimento humano, Moçambique 1996 – 98	24
Gráfico 2.10. Mudanças no índice de desenvolvimento humano entre 1996 e 98	24
Gráfico 2.11. Contribuição percentual dos componentes do IDH em Moçambique, 1996 – 98	25
Gráfico 2.12. Contribuição percentual dos componentes em Maputo Cidade. 1996-98	25
Gráfico 2.13. Evolução da esperança de vida à nascença em Moçambique, 1970 - 1997	25
Gráfico 2.14. Esperança de vida à nascença por regiões e por sexos, 1997	25
Gráfico 2.15. Mortalidade infantil, pós-infantil e na infância por sexo, 1997	26
Gráfico 2.16. Taxa de alfabetização adulta por regiões e sexos, 1997	28
Gráfico 2.17. Taxa de escolarização bruta por regiões e sexos, 1997	28
Gráfico 2.18. Linhas de pobreza total em Moçambique, Abril 1997	29
Gráfico 2.19. Incidência estacionária da pobreza absoluta 2000 - 2020	33
Gráfico 2.20. Redução em 30% por década 2000-2020	33
Gráfico 2.21. Cenário 1 de uma redução hipotética da pobreza até ao ano 2020	33
Gráfico 2.22 Cenário 2 de uma eradicação hipotética da pobreza até ao ano 2020	33
Gráfico 3.1. Estrutura percentual do PIB por actividade económica a preços correntes, Moçambique 1998	38
Gráfico 3.2. Produto Interno Bruto por regiões, Moçambique 1998	39
Gráfico 3.3. Contribuição provincial para o PIB real, 1998	39
Gráfico 3.4. PIB segundo as três regiões e Cidade de Maputo, 1998	39
Gráfico 3.5. Maputo província: estrutura do PIB da província de Maputo por actividade, a preços correntes, 1997	40
Gráfico 3.6. Maputo cidade: estrutura do PIB por actividade económica a preços correntes, 1997	40
Gráfico 3.7. Variações percentuais do PIB por província, 1996 - 97	41
Gráfico 3.8. Variação percentual do PIB por província, 1997 - 98	41
Gráfico 3.9. Variação percentual real do PIB, 1996 - 98	42
Gráfico 3.10. Crescimento real per capita do PIB entre 1996 e 1997	43
Gráfico 3.11. Crescimento real do PIB per capita entre 1997 e 1998	43

Gráfico 3.12. Mortalidade infantil, pós-infantil e na infância por sexo na Zambézia, 1997	44
Gráfico 3.13. Estrutura do PIB da Zambézia por actividade a preços correntes, 1998	45
Gráfico 4.1. Média de rendimentos per capita por região, Moçambique 1997	51
Gráfico 4.2. Estrutura de rendimentos mensais por local de residência e fontes, 1997	52
Gráfico 4.3. Distribuição do salário mínimo "ideal"	66
Gráfico 5.1. Tendência do IDH na África Austral, 1980-97	67
Gráfico 5.2. Projecção da prevalência nacional do HIV em adultos (15-49 anos), Moçambique	70
Gráfico 5.3. Novos casos de SIDA, 1999 - 2010	70
Gráfico 5.4. Número de óbitos relacionados com o SIDA 1998 - 2002	70
Gráfico 5.5. Número de órfãos maternos (projecção), Moçambique 1998 - 2007	70
Gráfico 5.6. Prevalência do HIV em consultas pre-natais, 1987-98	72
Gráfico 5.7. Mudanças de comportamento sexual dos sexos de ambos os sexos por causa do SIDA, 1997	74
Gráfico 5.8. Alstramento regional e nacional do HIV/SIDA	74
Gráfico 5.9. Projecção de morte de adultos por SIDA, 1998 - 2010	75
Gráfico 5.10. Pirâmide etária da população da África do Sul, 1998 - 2014	75
Gráfico 5.11. Índice de vulnerabilidade infantil por província, Moçambique, 1999	78
Gráfico 5.12. Evolução da população de Moçambique, 1950 - 1997	81
Gráfico 5.13. Evolução da população de Moçambique, 1950 - 2020	82
Gráfico 5.14. Projecção da esperança de vida à nascença, 1999 - 2010	82
Gráfico 5.15. Projecção do crescimento da população, 2000 - 2010	83

Lista de Mapas

Mapa 2.1. África Austral	15
Mapa 2.2. Zonagem económica de Moçambique	18
Mapa 2.3. Grupos populacionais religiosos, Moçambique	19
Mapa 2.4. A zona Norte	20
Mapa 2.5. População muçulmana (como religião), Moçambique 1997	20
Mapa 2.6. População católica (como religião), Moçambique 1997	21
Mapa 2.7. A zona Central	21
Mapa 2.8. A zona Sul	22
Mapa 2.9. População sião/zione (como religião), Moçambique, 1997	22
Mapa 2.10. Duas dimensões complementares da pobreza em Moçambique, 1997	31
Mapa 3.1. População da Zambézia, 1997	43
Mapa 3.2. Esperança de vida, Zambézia, 1997	44
Mapa 5.1. Infecções do HIV diárias, Moçambique 1999	71
Mapa 5.2. Crianças dos 0 -15 anos infectadas diariamente pelo HIV por província, 1999	71
Mapa 5.3. Taxa global de fecundidade, Moçambique 1997	83

Lista de Caixas

Caixa 1.1. As razões do triunfo do conceito de desenvolvimento humano	5
Caixa 1.2. Moçambique: As cifras equivocadas da ONU	13
Caixa 2.1. Assimetrias de desenvolvimento: Mito e realidade	17
Caixa 2.2. Conquista e perda de terras altas pelos portugueses	21
Caixa 2.3. A geografia do interior, a sul do Rio Zambeze	21
Caixa 2.4. A zona Sul de Moçambique	22
Caixa 2.5. Equidade na prestação dos serviços de saúde	26-27
Caixa 2.6. Linhas de pobreza em Moçambique	29
Caixa 2.7. A pobreza em Moçambique tem duas faces e é de todas as idades	30
Caixa 3.1. Das assimetrias à unificação (im)possível	34
Caixa 3.2. Mercados financeiros rurais e a agro-indústria	47
Caixa 4.1. Salário mínimo: Um rendimento ainda precário	66
Caixa 5.1. Para que o SIDA seja eficazmente combatido é preciso que seja publicamente reconhecido	68
Caixa 5.2. Os moçambicanos moçambicanos estão a mudar o seu comportamento sexual por causa do SIDA?	74
Caixa 5.3. Vulnerabilidade infantil: Estudo comparativo entre as províncias	78
Caixa 5.4. Cicuncisão: cortar ou não cortar?	80
Caixa 5.5. Mortalidade materna: Uma tragédia evitável	85-86
Caixa 6.1. Se vamos competir, que seja num jogo da nossa escolha	92

Abreviaturas

APD	- Ajuda Pública ao Desenvolvimento
DPDS	- Departamento de População e Desenvolvimento Social
DH	- Desenvolvimento Humano
DTS	- Doenças de Transmissão Sexual
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FNUAP	- Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População
GOM	- Governo de Moçambique
HIPC	- Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados
HIV	- Vírus de Imunodeficiência Humana
IAF	- Inquérito aos Agregados Familiares
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	- Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos
IFPRI	- Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar
INE	- Instituto Nacional de Estatística
IPC	- Índice dos Preços ao Consumidor

IPH	- Índice de Pobreza Humana
MINED	- Minsitério da Educação
MISAU	- Ministério de Saúde
MOA	- Ministério de Agricultura
MPF	- Ministério do Plano e Finanças
MPS	- Medida de Participação Ajustada aos Sexos
OGE	- Orçamento Geral do Estado
OIT/ILO	- Organização Internacional de Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTM	- Organizaçã dos Trabalhadores de Moçambique
PIB	- Produto Interno Bruto
PME	- Pequena e Média Empresa
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNCS	- Programa Nacional de Combate ao SIDA
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	- Paridade dos Poderes de Compra
PPR	- Perfil de Pobreza Rural
PRE	- Programa de Reabilitação Económica
RNDH	- Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano
RsGDH	- Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano
SADC	- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIDA	- Síndroma de Imunodeficiênci Adquirida
SNA	- Sistema Nacional de Contas
UAP	- Unidade de Alívio à Pobreza
UEM	- Universidade Eduardo Mondlane
UNAIDS	- Agência das Nações Unidas para o SIDA
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultutura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infânci
UPM	- Understanding Poverty in Mozambique
VA	- Valor Acresentado

Introdução

Breve avaliação do Relatório de 1998

A utilidade de um documento que se pretende de ampla divulgação, como é o caso do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano pode ser medido de muitas maneiras:

- pelo interesse que ele desperta na sociedade
- pela procura que ele gera no seio dos potenciais utilizadores
- pelos debates que estimula
- pela sua utilização como material de referência em debates públicos e análises individuais

A ideia que norteou a elaboração do RNDH98 foi explicada no próprio relatório, o qual afirmava a dado passo que o teste sobre o valor do relatório seria "tanto maior quanto maior for o seu contributo para este debate profundo e construtivo sobre estratégias e programas adequados às necessidades da população moçambicana" (RNDH, 1998:2).

A tiragem inicial do relatório foi de 4.000 cópias, incorporando as versões em português e inglês num único volume, e que foram distribuídas através de um sistema cujo eixo principal estava centralizado na Representação do PNUD em Maputo.

O ênfase principal do sistema de distribuição foi a disseminação institucional, isto é, a prioridade na distribuição foram, em grande medida, organizações e instituições. A lista de distribuição mostra claramente que a opção foi de privilegiar organismos do governo, organizações não governamentais e o sistema das Nações Unidas, que em conjunto receberam cerca de 2.330 cópias ou seja absorveram 58% da tiragem.

Se às cópias destinadas a este grupo forem acrescidas aos relatórios enviados às províncias, nomeadamente aos gabinetes dos governadores provinciais, direcções provinciais e municipalidades, o número de cópias que coube a instituições eleva-se para cerca de 3.700, ou seja mais de 90% da tiragem. Obviamente, com este sistema sobraram poucas cópias para utentes individuais.

Esta opção tinha a sua justificação na lógica de que ela garantia que as instituições, fossem

elas organizações não governamentais, ministérios, departamentos públicos e administrativos a nível central, provincial e distrital, embaixadas, instituições de ensino superior entre outras pudessem ter acesso ao Relatório para utilizar como documento de referência, permitindo assim maximizar o número de utentes por cópia.

Todavia, este método de disseminação acarretou dois riscos. Primeiro, que a circulação do Relatório se circunscrevesse a um grupo restrito. Segundo, pode ter proporcionado o acesso ao Relatório a uma faixa de utentes que talvez menos precisem.

A situação é agravada ainda pelo facto de não existir um mecanismo eficaz de monitorio da utilização do Relatório, salvo a utilização do documento como fonte para trabalhos jornalísticos.

De qualquer forma, a procura do Relatório foi tão grande, que muitas pessoas tiveram que viver com a frustração de não terem acesso ao documento simplesmente porque não havia cópias suficientes no início. Vários potenciais utentes procuraram persistentemente junto do PNUD e da SARDC obter exemplares do Relatório. Esta elevada procura sugere duas coisas:

- que o método adoptado foi, de certa forma, restritivo, limitando o acesso a um número considerável de pessoas para quem o Relatório poderia ser um instrumento importante de trabalho;
- mesmo com o sistema de distribuição dirigida, o Relatório esgotou-se rapidamente, o que pode ser tomado como indicação de que a tiragem encomendada subestimou a procura.

Quando o relatório se esgotou optou-se por encomendar a impressão de 2.000 cópias adicionais. A decisão de imprimir mais cópias adicionais nasceu da constatação de que as cópias inicialmente encomendadas não tinham sido suficientes para satisfazer a procura. A outra razão é que independentemente da produção de novas edições no futuro, os potenciais utilizadores continuarão a procurar a primeira edição do Relatório, quanto não seja porque os temas de fundo irão variar de edição em edição.

Para além destas cópias adicionais, o Relatório foi igualmente reproduzido em

Disco Compacto em parceria com uma empresa moçambicana. O CD destina-se fundamentalmente para os utilizadores de fora do país. Também foram encomendas 3.000 cópias de uma versão resumida e simplificada para facilitar a disseminação do documento.

Sobre os debates

Os debates motivados pelo RNDH98 tiveram quatro enfoques principais, nomeadamente:

- sobre os resultados de pesquisa e sobre o conceito de desenvolvimento humano
- os progressos no IDH reflectido no Relatório
- as interrogações levantadas pelo Relatório
- valor do Relatório como instrumento de trabalho

Um dos momentos mais exaltantes para o Relatório terá inegavelmente sido a sua citação pelo Chefe de Estado, poucas horas depois do seu lançamento, durante a tradicional recepção de fim de ano oferecida pelo Chefe de Estado moçambicano ao Corpo Diplomático acreditado em Moçambique.

O Relatório foi também objecto de um programa especial na Televisão de Moçambique e de vários comentários na imprensa escrita, obedecendo às variantes aqui enumeradas. O debate televisivo teve a participação de um economista independente, do Editor Consultor do Relatório, um comentarista político, e uma representante do PNUD como organismo patrocinador do Relatório. Neste debate, as opiniões sobre o Relatório divergiram em dois sentidos principais.

Uns advogaram que o Relatório perdeu uma oportunidade para se distanciar dos paradigmas estabelecidos pelos relatórios globais sobre desenvolvimento humano e, em particular, mostrar de forma mais específica possíveis caminhos para o desenvolvimento de Moçambique. Além disso, argumentou-se que enquanto na questão do cajú o Relatório tomara uma posição firme e inequívoca, alguém comentou que nos restantes temas mostrou-se tímido e hesitante.

Todavia, outros contrapuseram que não é função de um relatório de desenvolvimento humano abordar de forma prescritiva os temas e as questões que levanta. O relatório deve informar sobre a situação e, sobretudo, encorajar o debate sobre questões de desenvolvimento em Moçambique.

Outras observações faziam referência, por exemplo, a comentários e recomendações gentilmente preparadas por McClimans et al. (1999). Os comentários incidiram sobre a necessidade de a abordagem da problemática do género.

A título de exemplo a crítica de McClimans et al. começa pela própria capa, afirmando que esta representa a imagem tradicional dos estereótipos: enquanto "dois rapazes se encontram atarefados num computador, duas mulheres olham e sorriem passivamente". Esta imagem, comentaram McClimans et al., reforça as funções de género dominantes, enquanto um relatório de desenvolvimento humano devia promover a imagem duma sociedade em transformação caracterizada pela igualdade do género.

McClimans et al. identificou áreas importantes onde é possível e necessário desagregar por sexo em relatórios futuros assim como a incorporação da questão do género nas análises. As observações foram úteis na elaboração do RNDH99.

O Relatório de 1999

O principal objectivo deste Relatório é aprofundar a análise e a estimativa dos principais indicadores do desenvolvimento humano dentro do país, nomeadamente nas províncias e grandes regiões de Moçambique. Para tal, foi preciso ultrapassar algumas limitações metodológica e analíticas nunca antes resolvidas. Em particular, criou-se uma metodologia de desagregação do produto interno bruto (PIB) nacional, por províncias e regiões. Sem isto, não seria possível estimar, por exemplo, o índice de desenvolvimento humano (IDH) provincial e regional, nem tão pouco esclarecer certas dinâmicas do crescimento económico e do desenvolvimento em cada província e região do país.

A possibilidade de se estimar o PIB e o IDH representa um avanço na capacidade, analítica e metodológica, que ultrapassa o âmbito deste Relatório. Primeiro, a partir de agora começa a ser possível resolver uma limitação, de certo modo paradoxal, dos especialistas que estudam as dinâmicas económicas e do desenvolvimento dentro do país. Enquanto um funcionário ou investigador, sentado no seu escritório em

Washington ou Nova Iorque, podia calcular o PIB e o IDH nacionais de Moçambique, um especialista residente na Cidade de Maputo não era capaz de estimar a contribuição de cada província ou região para os valores daqueles indicadores económicos e de desenvolvimento.

Obviamente, a questão subjacente a este paralelismo não se refere tanto à distância, mas à capacidade e disponibilidades de meios (dados e métodos) para realizar análises cada vez mais específicas e localizadas.

Segundo, questões como as seguintes podem e são já, em parte, respondidas neste mesmo Relatório: qual é a contribuição de cada província para a produção da riqueza em Moçambique? Se a economia moçambicana tem registado um crescimento rápido, qual tem sido a contribuição específica de cada província? Quais as actividades e sectores mais dinâmicos numa determinada província?

Terceiro, a resposta a estas e várias outras questões servirá certamente uma vasta gama de utilizadores. Na verdade, tal utilidade tem já sido reconhecida, antes mesmo deste Relatório estar publicado.

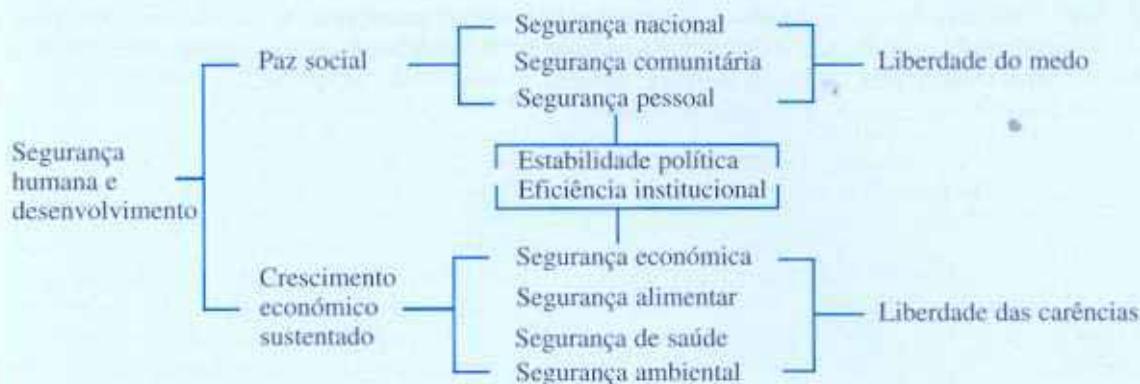
Apraz-nos saber que certas entidades públicas declararam já o seu interesse em usar e desenvolver as metodologias apresentadas neste Relatório. Elas são úteis para se calcular indicadores macro-económico, relevantes para o planeamento regional e provincial de Moçambique. É o caso, para citar apenas um exemplo, do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este Instituto já manifestou a sua

intenção de incluir a estimativa dos PIBs provinciais e regionais nas suas futuras publicações periódicas, sobretudo em ligação com os anuários provinciais. Neste caso específico, a nossa satisfação é dupla: por um lado, pelo reconhecimento explícito da utilidade do exercício intelectual e dos resultados aqui apresentado; por outro lado, porque esperamos que desta forma possamos retribuir o muito que os dados de instituições, como os do INE, representam para a qualidade deste Relatório.

No entanto, ainda que a desagregação do PIB nacional, por regiões e províncias, possa ser tomada como um objectivo em si, no caso particular deste Relatório ela representou principalmente um meio, sem o qual não poderíamos atingir a nossa principal finalidade: estimar os principais índices de desenvolvimento humano por províncias e as três grandes regionais (norte, centro e sul) de Moçambique.

O texto principal deste Relatório está estruturado em seis capítulos. Os primeiros dois capítulos são dedicados à caracterização do estado do desenvolvimento humano em Moçambique no fim do Século XX. O Capítulo 1 identifica os progressos mais recentes no estudo do desenvolvimento humano, tanto a nível conceptual como metodológico e técnico. O Capítulo 2 situa, de forma breve, o desenvolvimento humano de Moçambique no contexto do desenvolvimento do sub-continente e do mundo em geral. Mas o cerne principal no Capítulo 2 é a caracterização, por um lado, do desenvolvimento humano por províncias e

Enquadramento analítico: da insegurança nacional a segurança humana



regiões e, por outro, das múltiplas dimensões da pobreza humana. O IDH e IPH (índice de pobreza humana) por províncias e regiões são discutidos neste Capítulo 2.

Os capítulos 3, 4, e 5 debruçam-se sobre aspectos importantes do desenvolvimento humano, nomeadamente as potencialidades e os desafios para a primeira década do Século XXI.

Refira-se que o RNDH98 dedicou um destaque especial ao crescimento económico, como uma das condições importantes da paz e da segurança humana. Pretendeu-se com isso reconhecer, acima de tudo, a importância da revitalização da economia nacional observada no segundo quinquénio da década de 90.

Ainda que se admitisse que o rápido crescimento económico dificilmente poderia ter tido um impacto substancial na melhoria do desenvolvimento humano, havia um aspecto crucial que merecia ser reconhecido: sem crescimento económico positivo, rápido e persistente não há desenvolvimento humano que sobreviva por muito tempo. Ou, posto de forma simples, como recentemente o Presidente Joaquim Chissano o fez numa entrevista recente: 'Não se redistribui equitativamente aquilo que não se possui'.

O Capítulo 3 descreve precisamente a contribuição de cada província para a riqueza nacional e para os padrões de vida em Moçambique. No fundo, este capítulo responde à questão: quem produz o quê e quanto? Um outro aspecto relevante para a geração de riqueza nacional é o trabalho assalariado, como fonte de rendimento e estratégia de sobrevivência em Moçambique.

O Capítulo 4 mostra que o peso e importância do trabalho assalariado em Moçambique são maiores do que se tem reconhecido.

No tocante aos desafios que Moçambique certamente irá enfrentar, na primeira década do Século XXI, para além da pobreza humana abordada no Capítulo 2, o Capítulo 5 destaca a

epidemia do SIDA. Os dados disponíveis são, para certas pessoas, demasiado alarmistas, enquanto outras preferem considerá-los preocupantes.

Os que falam de alarmismo parecem basear-se em palpites pessoais, não apresentando evidências e dados alternativos. Assim sendo, não parece de todo descabido admitir-se que falar-se de alarmismo sem melhor alternativa tem mais de perigoso do que inteligente. Perigoso porque induz à complacência do 'deixa andar' para ver o que realmente se passará.

Como se sublinha no Capítulo 6, a respeito das projecções sobre o SIDA apresentadas no Capítulo 5, seria bom que tais projecções venham a revelar-se totalmente erradas e alarmistas. Antes o descrédito deste Relatório do que as consequências negativas que, de imediato, só vagamente poderão ser imaginadas caso a epidemia tenha o impacto SIDA previsto. Finalmente, o Capítulo 6 resume os principais resultados apresentados ao longo do Relatório e identifica algumas perspectivas futuras: novas pistas de pesquisa e de debate amplo, construtivo e inteligente.

Que tipo de desenvolvimento Moçambique tem experimentado, tanto no passado como na actualidade? Será irrelevante priorizar o crescimento económico em detrimento do desenvolvimento humano? Como é que os recursos económicos se convertem em desenvolvimento humano? E, vice-versa, como é que o desenvolvimento humano contribui para a melhoria do crescimento económico?

Sem dados nem instrumentos analíticos adequados, o tipo de questões atrás colocadas apenas podem ser respondidas de uma forma meramente especulativa. A este respeito, esperamos que o presente Relatório contribua para que futuros trabalhos, neste âmbito, forneçam respostas devidamente informadas sobre as questões fundamentais do desenvolvimento humano em Moçambique.

As razões do triunfo do conceito de desenvolvimento humano

Caixa 1.1

O reconhecimento público nem sempre é a forma mais fiável de avaliar a grandeza de um trabalho intelectual. O livro de John Stuart Mill intitulado *Subjection of Women* é o único trabalho dele no qual a sua editora teve prejuízos; o livro de Bertrand Russell sobre 'lógica matemática' teve, inicialmente, poucos leitores; o livro *Philosophical Investigations*, de Wittgenstein, conquistou proeminência gradualmente. De igual modo, a apreciação da música de Mozart demorou mais do que o célebre compositor esperava. O aplauso rápido nem sempre premeia contribuições criativas.

Pelo contrário, Mahbub ul Haq não teria tido oportunidade de se queixar que o mundo demorou muito tempo a apreciar os méritos notáveis da sua obra engenhosa, o Relatório de Desenvolvimento Humano, como veículo de comunicação, nem a aceitar a preeminência da ideia do 'desenvolvimento humano' como um conceito brilhante que integra uma variedade de preocupações sobre as vidas das pessoas, o seu bem estar e liberdades. A criação de Mahbub foi imediatamente notada e aplaudida em menos de uma década. A este respeito, o PNUD teve mais sorte do que a editora de John Stuart Mills.

A pergunta que quero começar por levantar é esta: porque é que o Relatório de Desenvolvimento Humano foi e continua a ser alvo de tanta atenção e tão rapidamente num mundo em que as ideias novas geralmente levam décadas, mesmo séculos, para receberem o devido reconhecimento? Porque é que a ideia do desenvolvimento humano teve sucesso no mundo contemporâneo? Não se trata aqui de questionar a profundidade das ideias criativas de Mahbub ul Haq, que é obviamente clara e de modo algum é objecto de qualquer disputa...

Isto levanta uma questão ainda mais elementar. O que é que a contabilização do desenvolvimento humano faz? Qual é o seu aspecto especial, as suas características identificáveis? Esta é, em certa medida, uma questão fácil de responder. Em vez de se concentrar somente nas tradicionais medidas económicas isoladas (tais como o Produto Nacional Bruto per capita), a contabilização do desenvolvimento humano envolve uma análise sistemática da informação rica sobre como é que os seres humanos em cada sociedade vivem (incluindo o nível da sua educação e saúde, entre outras variáveis). Ela traz para o exercício da avaliação do desenvolvimento uma concepção pluralista do progresso.

As vidas humanas são prejudicadas e diminuídas de muitas maneiras e a primeira tarefa, nesta perspectiva, é reconhecer que as privações de diferentes formas tem de ser acomodadas dentro de um quadro conceptual mais geral. Este quadro tem de ser congruente e coerente, sem contudo tentar ignorar os pluralismos cruciais que estão envolvidos na natureza diversificada das privações, numa busca cega de uma medida de sucesso ou fracasso, de um único indicador para problemas tão dispares...

É esta fé na monoconcentração que começou a suscitar bastante ceticismo quando os Relatórios de Desenvolvimento Humano foram lançados. Mahbub assumiu a liderança de vários exércitos de descontentes que se batiam, embora

esporadicamente, contra a concentração dogmática no PNB. Existiam activistas que lutavam pelo reconhecimento das 'necessidades básicas'. Existiam forças intervencionistas internacionais que lamentavam a situação das crianças no mundo. Existiam organizações de ajuda que estavam preocupadas com a fome e epidemias. Existiam escritores concentrados e preocupados com as 'disparidades' entre as vidas reais dos ricos e dos pobres. Existiam humanistas que clamavam pela justiça social na qualidade de vida. Existiam advogados de medidas da qualidade física da vida. Havia mesmo críticos com inclinações filosóficas que se interrogavam sobre os indicadores mais abrangentes na ética social que se encontram nas obras célebres de Aristóteles, Adam Smith, Karl Marx e mesmo John Stuart Mill.

Foi por causa da visão integradora de Mahbub que ele viu a oportunidade de aproveitar estes diferentes descontentes para a elaboração dumha visão alternativa que pudesse ser simultaneamente prática e ampla e pudesse acomodar, nem que fosse de uma maneira incipiente, estas preocupações. Se a ideia do desenvolvimento humano teve aceitação rápida foi graças à habilidade (de Mahbub ul Haq, em última análise) em transformar a onda de descontentamento num movimento intelectual crescente e flexível.

Não surpreende, portanto, que as acusações contra Mahbub tenham sido da mesma índole que as críticas usadas anteriormente para garantir a vitória do utilitarismo, num campo concebido especialmente para o efeito, e que a sua obra tenha gerado um sem-fim de protestos murmurados sobre como as ideias dele não tinham gerado automaticamente uma única equação 'métrica operacional'. É verdade que não produziram, porque não podiam e nem deviam produzir.

O domínio da avaliação social não pode ser tomado por soluções de uma engenharia desprovida de juízos de valor. É importante que as pessoas avaliem explícita e criticamente o que querem e se envolvam em discussões a favor e contra um conjunto de pesos ponderados. As ponderações que eventualmente emergirem do debate serão, em última análise, uma questão de escolhas sociais, que não podem ser derrotados por uma leitura mecânica de uma 'verdade' aparente. O debate público inteligente e informado ocupa um lugar fulcral neste exercício. Apoiar a base intelectual de um debate público bem informado é uma das glórias do projecto de desenvolvimento humano.

A ideia do desenvolvimento humano triunfou porque o mundo estava preparado para ela. Mahbub deu-lhe o que ela vinha procurando de diversas formas nas décadas anteriores ...

Amartya Sen,
nel da Economia de 1998
Extracto do Discurso de Abertura,
Human Development, 29/7/1999



Uma concepção pluralista de progresso

O desenvolvimento humano tem sido definido desde o lançamento do primeiro Relatório [Global] de Desenvolvimento Humano em 1990, como um processo de alargamento das escolhas das pessoas. Imediatamente após a sua divulgação, este novo conceito impôs-se na promoção e liderança dos debates sobre o desenvolvimento em geral, tanto a nível internacional como em muitos países. Trata-se dum reconhecimento de certo modo surpreendente, sobretudo, como escreve Sen (1999), 'num mundo onde as ideias novas geralmente levam décadas, ou mesmo séculos, para receberem o devido reconhecimento' (ver Caixa 1.1).

O conceito de desenvolvimento humano capta a variedade de preocupações das pessoas sobre as suas vidas, bem-estar e liberdade. Comparativamente a outras definições tradicionais de desenvolvimento, principalmente as que sobrevalorizam as medidas económicas em detrimento a outras dimensões humanas, o conceito de desenvolvimento humano coloca as próprias pessoas - as suas potencialidades, capacidades e oportunidades de realização individual - no centro dos debates e das estratégias políticas e dos programas de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano trouxe para o exercício de avaliação do desenvolvimento 'uma concepção pluralista de progresso' (Sen, 1999). Certamente que isso mobiliza uma gama diversa de interesses, tanto de académicos e pesquisadores como de políticos, técnicos e cidadãos comuns.

Todavia, o conceito de desenvolvimento humano dificilmente poderia ter granjeado tanta e tão rápida hegemonia intelectual e política se tivesse permanecido um simples conceito, sem qualquer enquadramento metodológico, técnico e operacional. Na verdade, o conceito do desenvolvimento humano encontra-se inserido num quadro analítico simultaneamente restrito e amplo.

No quadro analítico restrito o conceito de desenvolvimento humano é operacionalizado

em dimensões humanas diversas, sobretudo aqueles que se afiguram imediatamente imprescindíveis para a existência do indivíduo: 'ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente' (PNUD, 1997: 14). Cada uma destas três dimensões humanas é representada por uma variável específica: esperança de vida, nível educacional e rendimento per capita. Em conjunto as dimensões estão reunidas num índice composto chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Desde 1990 que o IDH tem sido anualmente calculado para a maioria dos países do mundo e divulgado nos Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano (RsGDH). Ao longo da década de 1990, outros índices mais específicos foram também elaborados (ver Quadro 1.1).

Em 1995 surgiram dois novos índices que medem as desigualdades no desenvolvimento humano entre os sexos. O Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS) mede as realizações ou capacidades em desenvolvimento humano dos homens e das mulheres. Quanto maior for a disparidade no desenvolvimento humano básico entre os sexos, menor será o IDS comparativamente ao IDH do respectivo país (RDH, 1997: 124).

A Medida de Participação Ajustada aos Sexos (MPS) mede a desigualdade entre os sexos no que diz respeito à participação em áreas económicas e políticas chave. A MPS utiliza variáveis construídas explicitamente para medir a aquisição relativa de poder por homens e mulheres nas esferas de actividade política e económica, considerando a percentagem de mulheres no parlamento, entre administradores e directores, profissionais e técnicos, bem como o rendimento das mulheres comparativamente aos homens. Assim, enquanto o IDS concentra-se na comparação das capacidades dos homens e mulheres no desenvolvimento, o MPS concentra-se nas suas oportunidades nas áreas económicas, profissionais e políticas.

Em 1997 e 1998 os RsGDH introduziram ainda o Índice de Pobreza Humana (IPH) para

medir as privações relativas às três dimensões essenciais da vida humana consideradas no IDH - longevidade, conhecimento e padrão de vida. A primeira privação relaciona-se com a sobrevivência - a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce. A segunda privação relaciona-se com o conhecimento - ser-se excluído do mundo da leitura e da comunicação. A terceira privação relaciona-se com um padrão de vida adequado, em termos de apropriação e aprovisionamento económico total.¹

O IDH, e demais índices complementares têm galvanizado enorme atenção, críticas e sugestões para o seu melhoramento. Enquanto uns consideram que estes índices subestimam o bem-estar humano, outros afirmam que o sobre-estima. Para os primeiros o bem-estar é bem mais amplo, rico e complexo do que o IDH e demais indicadores sugerem, sobretudo porque eles não captam a autonomia e auto-suficiência, independência e senso comunitário, bem como a liberdade e direitos humanos. Por sua vez, os segundos consideram que o valor do IDH deveria ser menor do que tem sido indicado, pois não contabiliza os danos causados no ambiente, a violência, a insegurança e medo e, em certos países, a desintegração do seu tecido social (Streeten, 1999: 2-5).² Em parte, esta divergência pode ser minimizada através de quadros analíticos multidimensionais.

Quadro 1.1. IDH, IDS, IPH-1, IPH-2 - Componentes iguais, medidas diferentes

	Longevidade	Conhecimento	Padrão decente de vida	Participação ou exclusão
IDH	Esperança de vida à nascença	1. Taxa de alfabetização de adultos 2. Taxa de escolaridade combinada	Rendimento per capita ajustado em dólares PPC	
IDS		1. Alfabetização adulta feminina e masculina 2. Taxa de escolaridade combinada de mulheres e homens	Parcela do rendimento auferido pelas mulheres e pelos homens	
IPH-1	Percentagem de pessoas que não se espera que sobrevivam aos 40	Taxa de analfabetismo	Privação no apropriação económico medida por:	
	Percentagem de pessoas que não se espera que sobrevivam aos 60	Taxa de analfabetismo funcional	1. Percentagem da população sem acesso aos serviços de água e de saúde; 2. Percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente	
			Percentagem de pessoas abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível médio)	Taxa de moradia de longo prazo (meses ou mais)

Baseado no nível 1 de aptidão para ler prosa, de acordo com os resultados de OECD, International Adult Literacy Survey.

Fonte: PNUD (1998). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1998*: 15

O quadro analítico restrito ao rno dos índices acima referid os apta a totalidade das capacidade

laborado em não esgota e oportunidades

Para uma explicação pormenorizada da método Recentemente Streeten (1999) sistematizou as

IDH, IDS, do MPS e do IPH, ver notas técni ; crític de ordem metodológica motivadas pelo

humanas do processo de alargamento das escolhas das pessoas que o conceito de desenvolvimento humano destaca. Existem muitas outras dimensões humanas, talvez mais contingenciais, mas de modo algum desprezíveis e menos valorizadas pelas pessoas, tais como: liberdade política e de expressão, garantia de outros direitos humanos, como a dignidade, o auto-estima e o respeito pelos outros. Na verdade, no caso particular de Moçambique, a violação destas dimensões humanas adicionais atingiram, em diferentes momentos da sua história, níveis de gravidade extrema e trágica. Basta recordar que os últimos 25 anos do Século XX foram marcados por conflitos armados violentos e com repercussões devastadoras para a maioria da população.

Assim, o quadro analítico restrito tem vindo a ser inserido num quadro analítico mais amplo do desenvolvimento humano. Neste âmbito, têm-se desenvolvido modelos teóricos, testes empíricos variados, recolha e sistematização

e qualitativa.

Um instrumento particularmente útil para o debate e disseminação das questões prioritárias do desenvolvimento humano tem sido os relatórios de desenvolvimento humano globais e nacionais. Estes relatórios, frequentemente antecedidos de artigos e pesquisas específicas, sistematizam o debate e a informação principal para se caracterizar o perfil do desenvolvimento humano num país ou região específica.

Novos instrumentos analíticos e sua relevância empírica

A composição do tecido do desenvolvimento humano e a interdependência dos seus principais componentes económicos, sociais, políticos e culturais é bastante complexa. Em particular, a relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano é hoje amplamente reconhecida como uma relação biunívoca, em que duas séries ou cadeias se influenciam mutuamente; uma sem a outra não progride de forma sustentável a longo prazo.

Porém, os elementos e os fluxos de ligação específicos entre aquelas duas séries só recentemente passaram a ser investigados de forma sistemática. Aliás, esta investigação é, ela

própria, um subproduto motivado pela perspectiva teórica subjacente à operacionalização do conceito de desenvolvimento humano. Segundo esta perspectiva, a actividade humana é considerada a finalidade principal e o crescimento económico um dos meios fundamentais de realização no desenvolvimento.

A identificação de tais elementos e fluxos é crucial tanto para se compreender a natureza e tendência das mudanças no desenvolvimento, como para se poder identificar que formas de desenvolvimento seguir e que estratégias políticas específicas adoptar.

Mas para se avançar para uma investigação mais aprofunda da relação biunívoca entre desenvolvimento humano e crescimento económico, neste caso em Moçambique, é preciso dispor dos dados e indicadores estatísticos indispensáveis para tal. O presente Relatório dá já um passo importante para uma análise estatística mais aprofundada em futuros trabalhos.³

Esta parte apresenta os principais resultados da investigação do desenvolvimento humano de Moçambique. A principal inovação é que já não se confina apenas ao nível nacional agregado, como se fez no Relatório de 1998, mas avança para uma análise desagregada das principais grandes regiões - Norte, Centro e Sul - e as onze províncias administrativas do país.

Depois das considerações metodológicas e estatísticas que se seguem, fornece-se um breve enquadramento do desenvolvimento humano de Moçambique no contexto do subcontinente, nomeadamente os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e internacional.

A secção seguinte discute o destino incerto do crescimento demográfico em Moçambique nas próximas décadas. Nela chama-se a atenção para o facto de que a evolução da população moçambicana no futuro imediato e a médio prazo dependerá do impacto da epidemia do HIV-SIDA na sociedade moçambicana.

Seguidamente, apresenta-se uma breve caracterização socio-cultural da zonagem de Moçambique em três grandes regiões: Norte, Centro e Sul.

Por fim a última parte descreve o que revela o IDH sobre o desenvolvimento humano em Moçambique, entre 1994 e 1998, segundo

as três principais regiões e as províncias administrativas do país. Fornece ainda uma estimativa preliminar do IDH em 1999.

Análise multidimensional do desenvolvimento humano

No início deste Capítulo 1 sublinha-se que o verdadeiro mérito da abordagem do desenvolvimento humano reside na visão pluralista que traz para a avaliação do processo de desenvolvimento dum país, neste caso Moçambique.

Neste contexto, os índices de desenvolvimento servem de instrumento de trabalho para se digerir as inúmeras estatísticas relacionadas com o desenvolvimento humano. Claro, como adverte Sen (1999), seria um grande erro reduzir a análise do desenvolvimento aos seus índices sintéticos. Estes indicadores são instrumentos úteis de trabalho para digerir as estatísticas disponíveis; mas mais úteis se tornam quando exprimem a natureza multidimensional do desenvolvimento humano.

Se o desenvolvimento humano é um processo multidimensional, então a sua análise também necessita de abordagens multidimensionais. O presente Relatório procura ampliar as dimensões de análise, fornecendo instrumentos que permitam passar duma dimensão internacional e nacional para dimensões e níveis mais localizados.

Existem dois níveis de desagregação importantes, tanto para a investigação e análise como para a elaboração de políticas e programas sócio-económicos específicos. Por um lado, o nível sub-regional, nomeadamente a zonagem do país em três grandes zonas: Norte, Centro e Sul. Por outro lado, o nível provincial, segundo a divisão administrativa do país: 10 províncias mais a Cidade de Maputo que, por causa do seu estatuto, é equiparada às províncias.

Eventualmente, será certamente possível avançar para níveis de análise ainda mais desagregados, por distritos e localidades, em futuros Relatórios. A divisão administrativa de Moçambique contempla estes níveis de classificação. Mas primeiro será preciso reunir e organizar a informação estatística adequada e indispensável para fazer tais análises.

³ O Capítulo 6 aponta algumas pistas de investigação futura, referido-se especificamente ao quadro analítico e às revelações empíricas de Ramirez et al. (1998) e Ranis e Stewart (1999) sobre aspectos da relação biunívoca entre desenvolvimento humano e crescimento económico noutras países.

Novos dados e novos métodos

Actualização dos dados estatísticos

O Relatório deste ano beneficia dos dados mais actualizados presentemente disponíveis em Moçambique. Para isto contribuiu a divulgação, em Outubro de 1999, dos dados definitivos do Censo 97 (INE, 1999). No processo de preparação dos índices de desenvolvimento humano em Moçambique, a equipa de trabalho também teve acesso aos dados do PIB, calculados segundo a nova metodologia e publicados no Anuário Estatístico de 1998 (INE, 1999).

O Quadro 1.2 inclui os indicadores que compõem o índice de desenvolvimento humano (IDH) calculados com os dados mais actualizados presentemente disponíveis. Estes novos dados conduzem a algumas diferenças relativamente ao RNDH98. Primeiro, a partir dos dados definitivos do Censo 97, estima-se que a esperança de vida à nascença em 1997 seja de 42,3 anos, em vez dos 46,5 anos, estimados anteriormente com base nos dados Censo de 1980 e do Inquérito Nacional Demográfico de 1991.

Segundo, relativamente à taxa de alfabetização adulta, a percentagem de 63% extraída do Inquérito Demográfico de Saúde de 1997 (IDS97) revelou-se substancialmente sobreestimada em relação ao Censo de 1997.

Terceiro, os dados do produto interno bruto (PIB) medido em paridade de poder de compra (\$PPC) foram também actualizados pelo Banco Mundial, na sequência do inquérito mais completo de 1997-98 efectuado pelo Programa de Comparações Internacionais. O índice do PIB real per capita, apresentado no Quadro 1.2, refere-se a dólares PPC (paridade dos poderes de compra), actualizando também o cálculo apresentado no RNDH98.

Existe, entretanto, uma outra razão para que os valores do IDH no RNDH98 sejam diferentes dos que se apresenta neste Relatório. Refere-se às melhorias metodológicas introduzidas em 1999 no cálculo do IDH no Relatório Global.

Melhorias metodológicas nos índices de desenvolvimento humano

Para além duma medida agregada e geral do desenvolvimento humano num dado país, o IDH permite colocar cada país do mundo numa

perspectiva global. Nos RsGDH os países de todo o mundo são classificados em três grupos:

- Países com desenvolvimento humano baixo (IDH entre 0 a 0,500);
- países com desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799).
- países com desenvolvimento humano elevado (IDH igual ou superior a 0,800).

O IDH não visa apenas classificar os países do mundo segundo a tipologia criada pelos RsGDH: elevado, médio e baixo desenvolvimento humano. O IDH é, acima de tudo, um instrumento em contínua transformação, que pode ser usado para revelar os progresso e lacunas nas estratégias políticas de desenvolvimento dos países. O IDH é importante porque utiliza as condições de vida do ser humano como barómetro da sua prosperidade, devendo, por isso, ser colocado no centro do debate e programação de acções de desenvolvimento.

O IDH é uma metodologia abrangente de medição do progresso que procura ir para além da rotina dos tradicionais indicadores macroeconómicos usados no passado. Ele combina duas medidas sobre as capacidades físicas e educacionais, com um indicador sobre o poder de compra, representado por um indicador de rendimento médio real per capita. Para efeitos de medição, o IDH integra estas três dimensões humanas num índice composto pelas seguintes variáveis:

- Esperança de vida à nascença
- Alfabetização de adultos
- Taxa bruta de escolaridade
- Produto Interno Bruto (PIB) real per capita

O método de construção do IDH é explicado em pormenor na Nota Técnica anexa. No entanto, é conveniente chamar-se a atenção para as mudanças metodológicas no tratamento e cálculo do índice de rendimento no IDH, inspiradas no trabalho de Anand e Sen (1999).

As modificações metodológicas implicaram uma reclassificação dos países (PNUD, 1999). Por exemplo, Moçambique aparece classificado no RGDH99 em 169º lugar, entre 174 países, ou seja três posições abaixo da classificação atribuída no RGDH98.

Ora, convém referir, que uma mudança deste tipo não deve ser interpretada como uma alteração real do estado do desenvolvimento

ordenação internacional resulta de diferenças metodológicas, diferenças estas que implicam que os dados das duas fontes não sejam directamente comparáveis.⁴

Em suma, no presente Relatório os dados do IDH não são imediatamente comparáveis aos que foram apresentados no RNDH98 por duas razões: os dados de base são diferentes e os métodos de cálculo também. Qualquer comparação directa e linear entre ambos seria incorrecta e enganadora.

Na verdade, não só os valores do IDH deste Relatório que são diferentes dos valores do RGDH99. O Gráfico 1.1 e o Quadro 1.2 apresentam a evolução do IDH e da redução das carências entre 1994 e 1999 com base na nova metodologia. Contrariamente ao valor 0,341 do IDH para 1997 espelhada no RGDH99, o valor mais actualizado fica ligeiramente inferior: 0,331. Como a metodologia utilizada nos dois relatórios é a mesma, esta diferença relaciona-se unicamente com os dados. O presente Relatório beneficiou dos dados mais actualizados produzidos pelo INE, nomeadamente os dados do Censo 97 (INE, 1999).⁵

O que revela o IDH nacional entre 1994 e 1999?

O Quadro 1.2 apresenta o cálculo e os resultados o IDH entre 1994 e 1999, sendo este último ano uma estimativa provisória. Neste caso, o IDH é calculado usando o PIB real per capita medido em dólares PPC para permitir comparações internacionais com base em dados mais actualizados do que aqueles que foram usados no RGDH99 (PNUD, 1999: 137).

Mais importante do que o valor individual de cada, os valores apresentados no Quadro 1.2 revelam uma tendência positiva do IDH, crescendo cerca de 11% entre 1994 e 1998.

Porém, em termos de progresso real de redução das carências em desenvolvimento humano é relativamente menor. A estimativa da redução das carências em desenvolvimento humano pode ser feita observando a distância do valor do IDH do país relativamente ao valor máximo possível que é 1. Por outras palavras, a diferença entre o valor atingido pelo país e o valor máximo possível mostra a carência do país, isto é, a distância que ainda tem de percorrer.

O Gráfico 1.1 indica que a redução das carências, ou défice do país em relação ao valor máximo do IDH (isto é, 1) entre 1994 e 1998 foi de apenas 5%. Se a previsão do IDH para 1999 se confirmar, pode-se dizer que no último quinquénio do Século XX Moçambique terá reduzido as suas carências em desenvolvimento humano em cerca de 7%. Em termos relativos, este valor pode, à primeira vista, parecer irrisório. Mas como foi sublinhado no prefácio o desenvolvimento humano é um processo lento e prolongado e o próprio índice é, devido à dinâmica dos indicadores que o compõe, pouco propício a grandes oscilações anuais.



⁴ Claro, no caso da comparações internacionais da posição de cada país segundo o IDH pode haver mudanças resultantes do próprio desempenho do país.

⁵ Enquanto o PNUD (1999: 137) utilizou um valor da esperança de vida à nascença de 45,2 anos, o dado mais actualizado fornecido pelo INE (1999) indica-nos uma esperança de vida de 42,3 para 1997. Também a alfabetização de adultos é ligeiramente inferior no Quadro 2.2 (39,5% contra 40,5%), enquanto a taxa de escolaridade bruta conjunta é superior (32% contra 25%).

Quadro 1.2. Valor do IDH de Moçambique Actualizado com base na nova metodologia, 1994-1998

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Previsão
Dados Básicos						
Esperança de vida à nascença (anos) ^a	41,7	41,7	42,1	42,3	42,9	43,5
Taxa de alfabetização adulta (%) ^b	39,5	39,5	39,5	39,5	39,5	40,0
Taxa bruta de escolaridade conjunta (%) ^c	25,0	25,0	29,2	32,0	33,2	35,0
PIB real <i>per capita</i> (dólares PPC) ^d	620	640	680	740	850	952
Cálculo do IDH de 1998						
Índice da esperança de vida à nascença	0,278	0,282	0,285	0,288	0,298	0,308
$\frac{42,9 - 25}{85,0 - 25} = 0,298$						
Índice de Educação	0,347	0,347	0,361	0,370	0,374	0,383
(a) Índice de alfabetização de adultos						
$\frac{39,5 - 0}{100 - 0} = 0,395$						
(b) Índice da taxa de escolaridade conjunta do o primário, secundário e superior						
$\frac{33,2 - 0}{100 - 0} = 0,332$						
(c) Índice da educação						
$\frac{(2 \times 0,395) + 0,332}{3} = \frac{1,122}{3} = 0,374$						
Índice do PIB real ajustado <i>per capita</i> (dólares PPC)	0,305	0,310	0,320	0,334	0,357	0,376
$\frac{\log(850) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)} = 0,357$						
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,310	0,313	0,322	0,331	0,343	0,356
$\frac{(0,298 + 0,374 + 0,357)}{3} = \frac{1,029}{3} = 0,343$						

(a) INE, 1999. Ver Quadro 23 no Anexo Estatístico
 (b) INE, 1999. Ver Quadros 26 e 29 no Anexo Estatístico
 (c) Cálculo baseado nos dados e previsões do MINED/MPF
 (d) World Bank 1999; dados actualizados CD-ROM....

Fonte: INE, 1999; PNUD, 1999; World Bank, 1999.

O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) divulgou em Outubro de 1999 os resultados finais do censo de 1997, os quais mostram que, em 1 de Agosto de 1997, o país contava com 16,1 milhão de habitantes.

As projecções com base nas constatações do censo mostram que actualmente a população total moçambicana é de 16,9 milhões de habitantes.

Estas cifras levantam uma questão pertinente: Como se explica que as agências das Nações Unidas, nos seus relatórios anuais, exagerem repetidamente o tamanho da população? O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) intitulado O Progresso das Nações 1999, apresenta a cifra de 18,4 milhões moçambicanos para o ano de 1997. O Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) no seu relatório sobre A Situação da População Mundial em 1999 estima que em Outubro de 1999 a população moçambicana seja de 19,3 milhões. Finalmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no seu Relatório de Desenvolvimento Humano 1999, apresenta uma cifra de 18,4 milhões de habitantes.

O que é que se passa afinal? Como é que a ONU consegue contar mais indivíduos em Moçambique que os próprios estatísticos locais?

As diferenças não são tão pequenas. As três agências da ONU apresentam cifras que são 14% mais elevadas que os dados do INE.

Duas justificações óbvias vêm à mente: a primeira seria que a ONU não tem tido acesso aos dados do INE, e a segunda, seria que o INE não é confiável. No entanto, nenhuma das hipóteses resiste ao menor escrutínio crítico.

Embora os dados finais do Censo 97 tenham sido divulgados recentemente, os dados preliminares já tinham sido publicados em Novembro de 1997 e mostram que as brigadas do Censo enumeraram fisicamente 15,28 milhões de pessoas.

Dado que um censo nunca pode alcançar os 100% da população, realizou-se um inquérito de cobertura o qual constatou uma taxa de omissão de 5,1% da população local. O sistema da ONU para classificação de censos considera boa uma taxa de omissão tão baixa como esta (abaixo de 4% teria sido muito boa, e acima de 10% má).

As cifras do inquérito de cobertura ficaram disponíveis a partir de Junho de 1998. Não há, portanto, justificação para que a ONU continue a usar dados ultrapassados nos seus relatórios publicados um ano depois da divulgação dos resultados do Censo de 1997.

No que concerne à fiabilidade do INE, sabe-se que a credibilidade desta instituição nunca foi posta em causa por ninguém dentro do sistema das Nações Unidas. De facto, entre os membros que dão apoio técnico e financeiro ao censo figuram o PNUD e o FUNAP, o que torna irónico que as respectivas sedes ignorem as suas conclusões.

Considerando que os funcionários locais da ONU não vêm inconvenientes em cooperar com o INE, o que estamos a presenciar parece ser um problema burocrático clássico. As sedes das agências da ONU têm dado pouca

atenção ao que seu pessoal local (geralmente muito melhor informado) lhes está a dizer.

Não é difícil perceber como as agências da ONU chegaram à cifra de 18,4 milhões para a população de 1997. Basearam-se apenas no censo anterior, realizado em 1981, o qual deu uma população total para aquele ano de 12,1 milhões, e supuseram uma taxa de crescimento populacional anual de 2,6%.

Ignorou-se por completo o índice de mortalidade causado pela guerra de desestabilização nos 1980s e princípios dos 1990s e pelas calamidades naturais ocorridas naqueles anos principalmente os períodos cíclicos de secas, cujas vítimas o governo teve grande dificuldade em ajudar devido à situação de segurança.

O INE estima a taxa de crescimento média real entre 1990 e 1997 em apenas 1,7% anual. No entanto, em tempo de paz, a taxa de crescimento acelera e, segundo o censo, chegou a estar em 2,3% entre 1996 e 1997.

Se não fosse por causa da guerra e a fome dos 1980s e princípios dos 1990s, a população moçambicana haveria de estar, de facto, próximo dos 18,4 milhões em 1997. Portanto, é uma ação deliberada ignorar factores, como por exemplo, a guerra que teve um forte impacto demográfico, como a própria ONU enfatizou em muitos dos seus relatórios sobre Moçambique durante os anos de emergência.

A sobreestimativa da população conduz à deturpação de certos indicadores. Em particular, torna-se impossível calcular o PIB per capita correctamente. De mencionar que o PIB per capita é muito mais baixo se a população é de 18,4 milhões ao invés de 16,1 milhões.

Estas incongruências agravam-se quando o PIB é mal calculado. O relatório do PNUD apresenta o PIB de 1997 de Moçambique em 2,4 biliões de dólares. No entanto, o governo e o FMI calcularam juntos a cifra para aquele ano em 3,4 biliões de dólares.

Quando se calcula o PIB per capita, a diferença entre os dois conjuntos de cifras é enorme: As cifras do PNUD apresentam um PIB per capita em 1997 de cerca de 130 dólares, enquanto que as cifras moçambicanas elevam-no a 211 dólares, isto é, 62% mais.

Nada do que foi mencionado acima implica que Moçambique não seja um país extremamente pobre. Para aquelas mulheres camponesas e analfabetas que são obrigadas a caminhar muitos quilómetros todos dias para buscar água para suas famílias é praticamente irrelevante se Moçambique tem 2,4 ou 3,4 biliões de dólares.

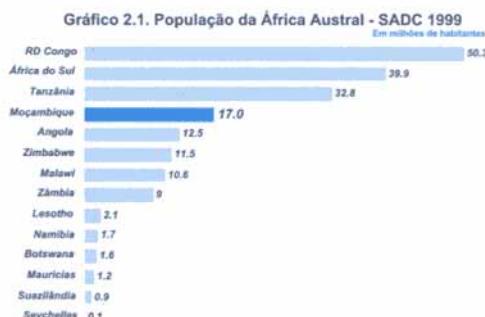
No entanto, as agências internacionais deveriam, no mínimo, respeitar as instituições dos países nos quais se supõe que estejam a prestar auxílio. Os dados de censos são um assunto de extrema importância, posto que são a base que sustenta um planeamento sério: ignorá-los é o cúmulo da arrogância dos agentes da ONU em Nova York.

Moçambique no contexto africano e internacional

A população de Moçambique atingiu em 1999 os 16,9 milhões de habitantes. Esta estimativa baseia-se nas recentes projecções efectuadas pelo INE, na sequência da divulgação do dados definitivos do Censo 97 em Outubro de 1999.

A nível regional, Moçambique é actualmente o quarto país mais populoso entre os 14 países que integram a Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). O Gráfico 2.1 mostra que o país mais populoso da SADC é o Congo Democrático, com cerca de 50 milhões; segue-se a África do Sul com cerca de 40 milhões e, em terceiro lugar, a Tanzânia com cerca 33 milhões de habitantes. Em conjunto, estes quatro países possuem mais de 70% dos cerca de 191 milhões de pessoas existentes nos 14 países da SADC.

Quanto aos principais indicadores do desenvolvimento humano, a situação de

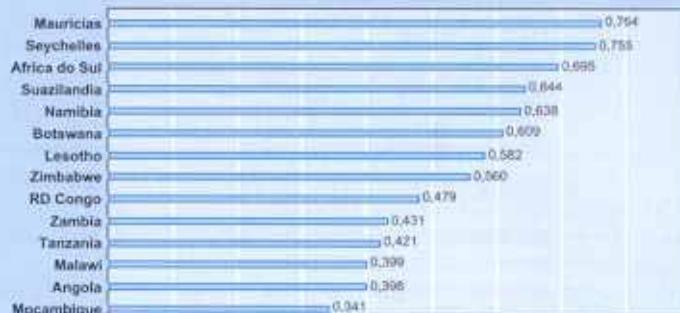


¹ Este valor é relativamente superior à percentagem de 49,5% estimada pelo PNUD (1999: 148). O valor aqui usado resulta da utilização de dados mais actualizados no cálculo do IPH-1 de Moçambique.

Moçambique no continente africano apresenta aspectos tanto negativos como positivos. Do lado negativo, o Gráfico 2.2. mostra que Moçambique posiciona-se em último lugar entre os 14 países da SADC.

Oito destes países estão na categoria de desenvolvimento humano médio (0,500-0,799), destacando-se as Maurícias e, depois as Seychelles, com os melhores índices tanto na SADC como em toda a região da África Subsariana. Os restantes seis países classificam-se na categoria de desenvolvimento humano baixo (menos de 0,500).

Gráfico 2.2. Índice de desenvolvimento humano na SADC, 1997



Fonte: PNUD, 1999: 135-137

O baixo nível de desenvolvimento humano em Moçambique deve-se aos baixos indicadores sociais e humanos. A esperança de vida em Moçambique é pouco mais de 42 anos, contra 48,9 na África Subsariana em geral. O Quadro 2.1 apresenta alguns indicadores seleccionados para os países da SADC: esperança de vida e despesas com a saúde, população por médico, acesso a água potável e taxa de alfabetização adulta.

Uma outra evidência importante sobre o fraco desenvolvimento humano de Moçambique, comparativamente aos países da SADC, é revelada pelos indicadores de pobreza. O Índice de Pobreza Humana (IPH-1) em Moçambique é de 59%,¹ o mais elevado na região da SADC (Gráfico 2.3).

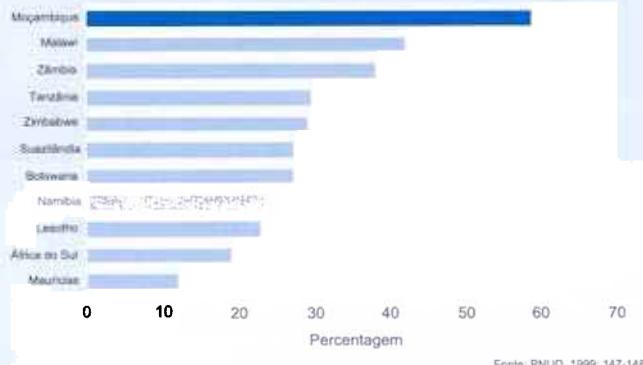
Do lado positivo quando se compara a participação das mulheres em áreas fundamentais do poder económico e político, as

Quadro 2.1. Indicadores sociais nos países da SADC

	Esperança de vida - anos, 1997	Despesas públicas do PIB, 1995	1000 pessoas, 1995	Alfabeto (porcentagem), 1997	Alfabeto (porcentagem), 1997	Desigualdade entre homens e mulheres, 1997	Microestruturação, 1997
Africa do Sul	54,7	7,9	59	87	6,8	84	
Angola	46,5	4	-	31	-	45	
Botswana	47,4	10,4	-	90	-	74,4	
Lesoto	56,0	7,0	5	62	5,9	82,3	
Malawi	39,3	5,5	2	47	5,7	57,7	
Maurícias	62,2	6,1	85	98	4,3	83	
Moçambique	42,3	4,6	10	91,5	2,3	39,5	
Namíbia	52,4	3,7	23	83	9,4	79,8	
RD Congo	50,8	0,2	-	42	-	77,0	
Seyshelles	71,0	7,6	104	n/a		84	
Suazilândia	61,4	7,3	-	50		77,5	
Tanzânia	47,9	3	4	66		71,6	
Zâmbia	40,1	2,4	-	38	1,8	75,1	
Zimbabве	49	2	14	79	8,5	90,9	

Fonte: INE, 1997; PNUD, 1999; World Bank, 1999

Gráfico 2.3. Índice de pobreza humana (IPH-1), 1997

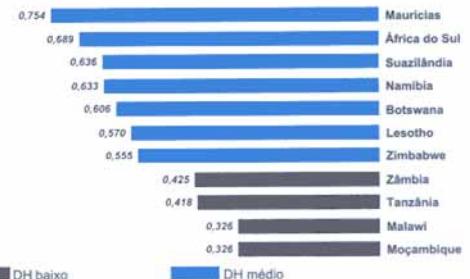


Fonte: PNUD, 1999: 147-148

moçambicanas parecem numa posição melhor do que vários países. Tal melhoria não é ainda evidente no índice de desenvolvimento ajustado aos sexos (IDS); como mostra o Gráfico 2.4 o IDS também coloca Moçambique em última posição na SADC. De qualquer forma, contrariamente por exemplo às Maurícias o IDS em Moçambique apresenta-se superior ao IDH, o que sugere uma distribuição mais equitativa entre as mulheres e homens em termos de desenvolvimento humano.

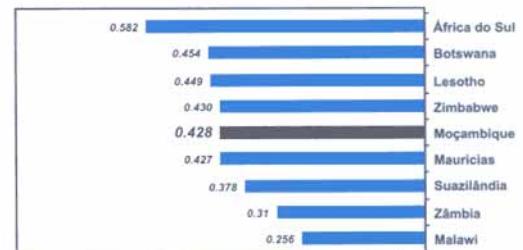
Mas o indicador que melhor evidencia a melhor posição das moçambicanas no contexto

Gráfico 2.4. Índice de desenvolvimento humano ajustado aos sexos (IDS), 1997



Fonte: PNUD, 1999: 139-141

Gráfico 2.5. Medida de participação segundo o sexo, 1997



Fonte: PNUD, 1999: 143-145

da SADC é a Medida de Participação Segundo os Sexos (MPS) em áreas económicas e políticas fundamentais. O Gráfico 2.5 ilustra o MPS para vários países da SADC.

Em contraste com os indicadores do desenvolvimento humano atrás referidos, o desempenho de Moçambique é melhor no que diz respeito ao MPS do que países como Maurícias, Suazilândia, Zâmbia e Malawi.

Isto quer dizer que, não obstante o baixo nível de desenvolvimento humano geral e por sexos, os dados disponíveis sugerem que Moçambique tem realizado um esforço maior do que vários outros países da SADC no sentido de melhorar a participação da população feminina em áreas fundamentais do poder económico e político.

Claro, que esta avaliação positiva da participação das moçambicanas tem uma validade relativa. Quando avaliada do ponto de vista dos padrões de equidade real, ela está muito longe de ser exemplar. O que mostra é que o estatuto da mulher nos países vizinhos acima referidos é pior do que em Moçambique, mesmo sabendo que possuem melhor nível económico e de desenvolvimento humano.

Assimetrias de desenvolvimento: Mito e realidade

Caixa 2.1

Ao longo da minha vida activa e intelectual, enquanto cidadão e académico, tive grandes dificuldades em situar-me no debate sobre a questão de assimetrias Sul e Norte relativamente ao nosso País.

Há uma espécie de caixa russa (aqueles caixas de adorno onde sai sempre uma outra caixa mais pequena numa sucessão quase sem fim) que nos convida fatalmente ou a adiar o aprofundamento da questão ou a nos desviarmos para os níveis mais superficiais do problema, às vezes, com abordagens equivocadas.

Tenho que para mim a problemática das assimetrias começa por se situar no plano das representações. Somos um País de fronteiras difíceis para além de artificiais como aliás o são as dos restantes países do continente africano.

A particularidade das nossas fronteiras reside na sua falta de lógica em termos geográficos. O que por si só lança as premissas de uma "natural" dificuldade de gestão administrativa, política, económica e social.

Já António Enes, então Comissário Régio do Reino, no seu famoso relatório ao Rei de Portugal, no final do século passado, insistia nesta dificuldade natural. Moçambique para ele não era governável, pelo simples facto de possuir um território assimétrico e de difícil planeamento físico. E veja-se que estávamos no início da implantação efectiva da administração colonial, decorrente das decisões da conferência de Berlim. Portugueses e Britânicos conflituavam por causa dos territórios entre o Atlântico e o Índico.

No entanto, vender Moçambique aos Ingleses era a proposta mais em voga na época, em Portugal pois, com o dinheiro adquirido era mais proveitoso desenvolver Angola e evitar tormentos inúteis.

O Rei não vendeu, mas a História informa-nos que cedendo a soberania, alugou algumas terras, acto que embora pareça ter sido apenas um facto de mera transacção temporária de soberania efectiva na administração do território, pode ter iniciado todo um processo de representações mentais do qual sentimos ainda hoje as suas sequelas. As representações podem, em muitas ocasiões, transformar-se na própria realidade, projectando as imagens em conformidade com a própria subjectividade.

Moçambique é um País pobre. Por isso, abordar a realidade relativa a assimetrias implica focalizar o tipo de assimetria de que estamos a falar. De outro modo, seria generalizar o que não pode ser generalizado.

Em primeiro lugar, sem que isso seja necessariamente um exercício para tentar iludir a questão, devo confessar que as assimetrias são visíveis, podem ser mesmo do ponto de vista dos recursos humanos.

Em segundo lugar, a localização de Maputo no extremo sul, polariza a vida nacional da mesma forma e natureza como se processa esse fenómeno na nossa relação com os países do Norte.

Assim grande parte dos jovens estudantes bolseiros do Estado ou não que vêm para Maputo estudar nas universidades, aqui se fixam, após a conclusão dos seus cursos, insuflando de um número cada vez mais visível de graduados à espera de serem absorvidos pelo limitado mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, a administração unitária, consagrada constitucionalmente, debate-se não só com os problemas de

natureza geográfica de difícil ordenamento do território que herdamos, como sofre também consequências daquelas assimetrias provenientes das vizinhanças que temos.

Em quarto lugar, todo o esforço de se constituir uma consciência moçambicana com base apenas nos valores culturais não pode ter qualquer viabilidade, dada a nossa natureza multiétnica, multicultural e multilingüística. Deste modo, a territorialização, tipo "Do Rovuma ao Maputo" terá sido, embora tardivamente, na nossa história contemporânea, o melhor recurso para a interiorização dessa representação.

A nossa moçambicanidade vale o que vale a consciência da territorialidade. E o nosso território teve, geográfica e historicamente, factores diversos de natureza desagregadora que não estão sendo devidamente equacionados na discussão do problema. É por isso que, partindo de uma real e evidente situação de assimetria, se criaram diversos mitos, uns sonoramente proclamados e outros sussurrados em condições de cumplicidade quase que clandestina e conspirativa.

Do meu ponto de vista, o mito de assimetrias alimenta mais a batalha política agudizando os factos centrífugos, hipotecando o labor em prol da Unidade Nacional. Assim, no Sul, interiorizou-se o mito de que a norte, mesmo que se queira, dificilmente se encontrará solução para mitigar a questão das assimetrias já existentes. O atraso é tal que se torna evidente e fatal aceitar-se um país a duas ou mais velocidades.

Por outro lado, a desertificação em recursos humanos, faz daquela região uma óasis de mediania sem capacidade nem génio criativo na arte da gestão e governação. Por outro lado, no Norte interiorizou-se o mito de que o Sul usurpou ilegitimamente os instrumentos que permitiriam a correcção das assimetrias herdadas da administração colonial, retirando da mesa das prioridades a agenda que permitiria na prática, executar o que, no fundo, seria o elemento agregador da consciência nacionalista, isto é, a consciência da dimensão territorial como fundamento da nacionalidade, cidadania e moçambicanidade, resumido no sintagma "Do Rovuma ao Maputo".

Se hoje, partindo de Maputo para ir a Zambézia, Nampula, Niassa ou Cabo Delgado, devo passar por um país vizinho, demonstro com isso que o nosso território ainda sofre de sintomas de desagregação, da mesma forma que um recém licenciado em Maputo, natural de Pemba, se recusa a regressar à sua urbe, por "falta de condições".

Até quando é que a Realidade continuará a alimentar o Mito neste caso das assimetrias?

Há falta de criatividade no nosso seio para enfrentar com coragem esta questão. É preciso que haja real vontade política de inverter a Realidade para matar o Mito. E são os mitos que alimentam as representações mentais que temos de outrem.

Para mim, é uma ideia, no mínimo, cretina pensar que esta questão se pode resolver apenas no plano do preenchimento "quotizado" de cargos governamentais, como tem sido polarizada a sua discussão. Não é um problema de mais ou menos Ministro ou Governador. É um problema de foro patriótico. Será que todos sabemos ou sentimos da mesma maneira o que é ser patriota?

Lourenço do Rosário, In Savana N° 317

4 de Fevereiro, 2000

O que revela o IDH por regiões e províncias?

Zonagem do País: Norte, Centro e Sul

De norte a sul, Moçambique estende-se por uma distância, em linha recta, de 2.515 km, da foz do Rovuma à Ponta do Ouro (MINED, 1986: 44).



Quadro 2.2. Superfície, população e densidade demográfica por regiões, províncias e sexos, 1999

Região/Província	Superfície		População			Densidade (hab./Km ²)	
	(km ²)	(%)	Pessoas	(%)	Homens		
Total	799.380	100	16.840.654	100	8.063.085	8.757.569	21
Norte	293.287	36.7	5.481.857	32.6	2.701.433	2.780.424	
Niassa	129.056	16.1	848.889	5.0	416.138	432.751	7
Cabo Delgado	82.625	10.3	1.436.496	8.5	695.687	740.809	17
Nampula	81.606	10.2	3.196.472	19.0	1.589.608	1.606.864	39
Centro	335.411	42.0	7.056.328	41.9	3.412.353	3.643.975	
Zambézia	105.008	13.1	3.240.576	19.2	1.570.491	1.670.085	31
Tete	100.724	12.6	1.287.517	7.6	619.158	668.359	13
Manica	61.661	7.7	1.103.857	6.6	528.980	574.877	18
Sofala	68.018	8.5	1.424.378	8.5	693.724	730.654	21
Sul	170.682	21.4	4.302.469	25.5	1.969.299	2.333.170	
Inhambane	68.615	8.6	1.222.219	7.3	539.060	683.159	18
Gaza	75.709	9.5	1.173.337	7.0	509.425	663.912	15
Maputo Província	26.058	3.3	899.329	5.3	427.814	471.515	35
Maputo Cidade	300	0.04	1.007.584	6.0	493.000	514.584	3359

Fonte: INE, 1999. Projeções Assessas da População por Província e Área de Residência, 1997-2000.

Aproximadamente a meia distância entre estes pontos extremos encontra-se a bacia hidrográfica do rio Zambeze (ver Mapa 2.2). Grosso modo, três grandes zonas ou regiões sócio-económicas podem ser identificadas no país. Estas três grandes zonas apresentam áreas e população de ordem de grandeza aproximada.

A zona Norte inclui três províncias: Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Em conjunto, estas três províncias representam 37% da superfície do país e albergam cerca de 33% da população total do país. A zona Centro inclui quatro províncias - Zambézia, Tete, Manica e Sofala - representando coincidentemente cerca de 42% tanto da superfície como da população do país. Finalmente, a zona Sul inclui as restantes províncias - Inhambane, Gaza e Maputo Província e Maputo Cidade - representando 21% da superfície onde se concentra 25% da população moçambicana.

Mas para além da configuração geográfica e da distribuição populacional, esta zonagem do país possui também fortes raízes históricas e sócio-económicas. Vários historiadores e outros cientistas sociais têm investigado e descrito as características dominantes em cada zona.

Apesar da grande maioria da população moçambicana ser de origem Bantu, ao longo dos séculos diversos idiomas e identidades socio-culturais, com variadas expressões geográficas, desenvolveram num mosaico diversificado e múltiplo (Mapa 2.3).

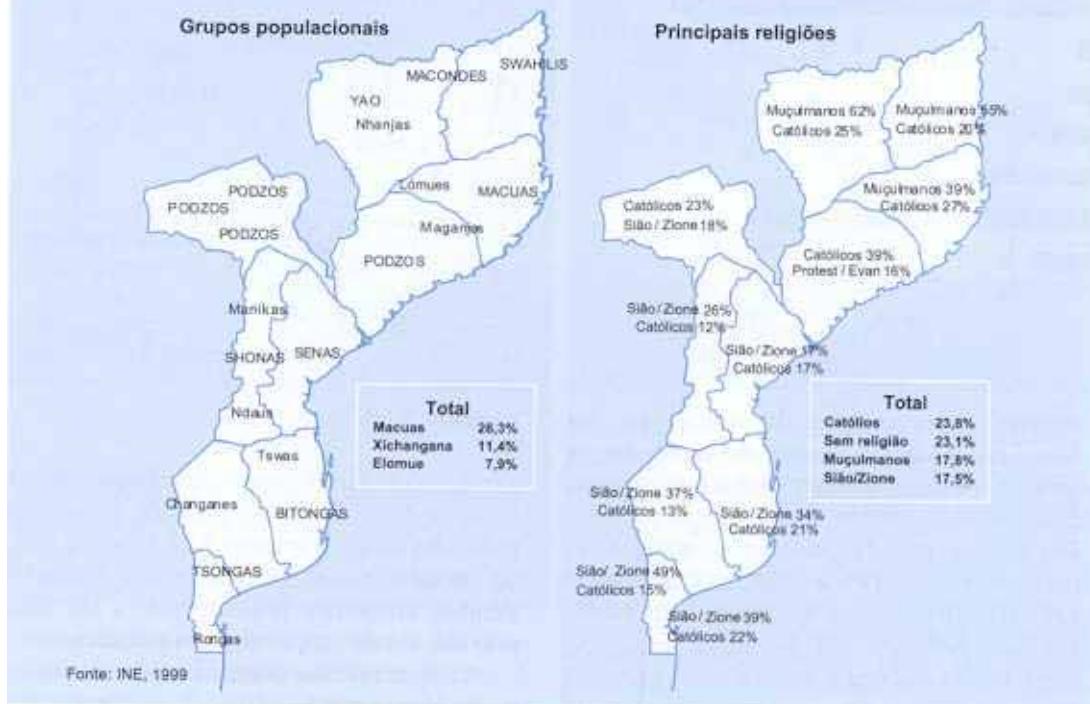
Embora a língua portuguesa seja a língua oficial de Moçambique, esta é falada por apenas 40% da população. A percentagem de pessoas que actualmente têm o Português como sua língua materna, ou a língua mais falada em casa, é bastante pequena: 6,5% e 8,8% respectivamente.² (INE, 1999)

Pode-se assim dizer que as línguas nacionais dominam a comunicação quotidiana entre os moçambicanos. A língua materna mais frequente em Moçambique é o emakhuwa (26,3%), seguindo-se o xichangana (11,4%) e, em terceiro lugar, o elomwe (7,9%).

Mas o rico e diversificado mosaico linguístico e cultural moçambicano não se confina rigidamente aos limites geográficos circunscritos pelas províncias que integram cada zona. Aliás, o mesmo acontece entre

²De facto, trata-se dum fenómeno predominantemente urbano. As percentagens de pessoas que, nas zonas urbanas, têm o Português como língua materna ou como a língua mais falada em casa sobem para 17% e 26%, respectivamente (INE, 1999: 39-40).

Mapa 2.3. Grupos populacionais e religiosos, Moçambique



Moçambique e os países vizinhos ou, ainda entre as províncias do país, cujos contornos territoriais têm uma explicação meramente administrativa.

As estratégias e programas implementados tanto no período colonial como depois da independência nacional têm também contribuído para reforçar, quer as semelhanças quer as diferenças entre estas grandes regiões do país.

No período colonial foram implementadas políticas de promoção da rede de transportes terrestres e de migração de mão-de-obra com os países e territórios vizinhos sem acesso ao mar (o hinterland). Depois da independência nacional também se tem procurado explorar as vantagens da posição geográfica de Moçambique na região. É neste contexto que surgiram os chamados 'corredores' ferro-rodoviários que ligam os principais portos moçambicanos - em Nacala, Beira e Maputo - aos países vizinhos sem acesso ao mar. A lógica é que estes pólos de desenvolvimento promovem as exportações e importações do hinterland e atraem o investimento industrial.

Finalmente, o desenvolvimento de outras formas de interacção também contribui para a rede de relações de interdependência e

diferenças a nível subregional e provincial. Estas são, por exemplo, as de ordem cultural, religiosa, de parentesco, bem como os meios de comunicação e toda a máquina administrativa, política e governativa do país. Nesta secção destacam-se os dois primeiros aspectos, visto o Censo 97 recentemente ter fornecido informação actualizada sobre a diversidade linguística e a distribuição das principais religiões.

Segundo os dados do Censo 97, embora o português seja a língua oficial do país, ela está longe de ser a principal língua materna ou o idioma mais falado na comunicação diária.

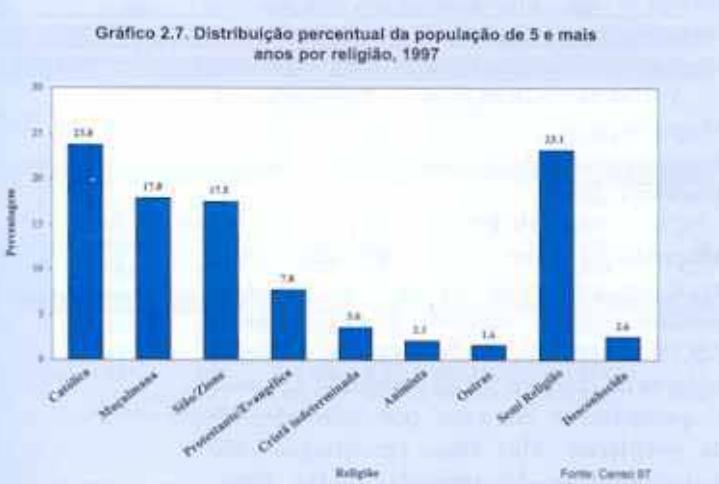
A língua materna mais frequente em Moçambique é o emakhuwa (26,4%), seguida do xichangana (11,4%) e, em terceiro lugar, o Elomwe (7,9%).

Cerca de 39,6% da população da Moçambique sabe falar português, sendo a percentagem dos homens (50,4%) substancialmente superior à das mulheres (29,7%). Contudo, o Português é a língua materna de apenas 6,5% da população e é usada frequentemente em casa por cerca de 9% da população. Mas estas percentagens são principalmente determinadas pelas zonas



urbanas. A percentagem de pessoas que nas áreas rurais têm o português como língua materna, ou como a língua mais falada em casa, é de apenas 2,0% e 1,4%, respectivamente. Em contra partida, nas áreas urbanas as percentagens são 17% e 26%, respectivamente para a língua materna e língua mais falada em casa. Assim, o uso da língua portuguesa como língua materna e como veículo principal de comunicação em casa é um fenómeno essencialmente urbano.

Quanto às principais religiões a religião católica é a que mais crentes tem (23,8%), seguindo-se as pessoas sem religião (23,1%), em terceiro lugar os muçulmanos (17,8%) e, em quarto lugar, os que praticam a religião sião/zione (17,5%). A religião católica é, assim, a confissão religiosa maioritária, predominantemente nas áreas urbanas mas também com alguma implantação nas zonas rurais.



Mapa 2.4 A zona Norte

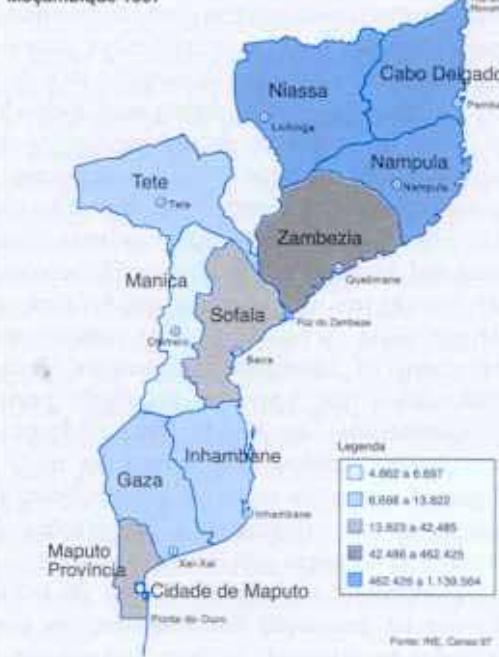


A região Norte

Servida por vários portos, nomeadamente: o Porto de Nacala, que é o porto de águas mais profundas na costa oriental de África, e o porto de Pemba. Países vizinhos, como Malawi e Zâmbia, encontram nestes portos a sua mais próxima via de ligação ao Oceano Índico.

A língua materna dominante na zona norte é o emakhuwa (68%). Aliás, o emakhuwa é a língua dominante em Moçambique (26,3%) e, no caso do província de Nampula, é a língua materna de cerca de 90% da sua população.

Mapa 2.5 População Muçulmana (como religião) - Moçambique 1997



Conquista e perda das terras altas pelos portugueses

Caixa 2.2

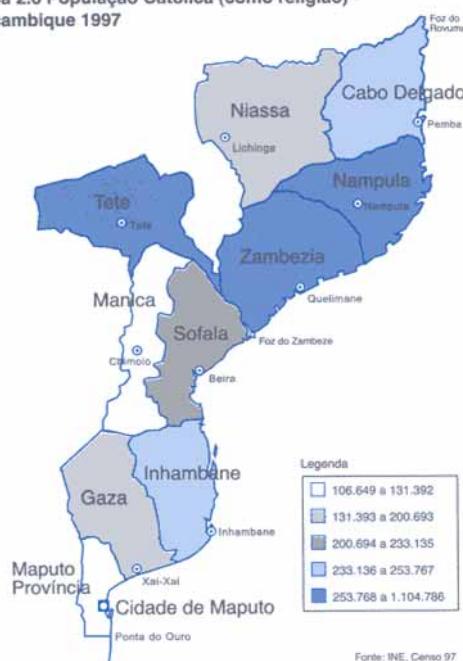
Durante o século XVII, houve possibilidade de que a África Central pudesse ser firmemente arrastada para o núcleo crescente do capitalismo mundial, o que poderia ter feito emergir um forte estado colonial português ou uma monarquia karanga centralizada. Contudo, ... esta revolução económica nunca se deu, e as tecnologias tradicionais e os sistemas de produção e de troca localizados e de pequena escala mantiveram-se, e com eles sobreviveram as estruturas políticas descentralizadas e segmentadas. O século XVII foi certamente crucial para colocar o continente africano no caminho do subdesenvolvimento, mas, e ao contrário do que frequentemente se afirma, não porque o capitalismo internacional tenha feito área periférica e controlado as suas relações económicas. O subdesenvolvimento surgiu porque as tecnologias e as instituições necessárias à criação de um estado moderno não se conseguiram implantar, nem entre as comunidades indígena tonga e karanga, nem entre as comunidades portuguesas e afro-portuguesas.

Extracto da História de Moçambique, 1997: 82-83

Outras línguas importantes na zona norte são o ciyao (37%) e Cinyanja (8%) em Niassa; o shimakonde (22%) e o kimuwani (6%) em Cabo Delgado. Somente cerca 27% da população sabe falar o Português.

O Mapa 2.5 mostra que a religião muçulmana (52%) é dominante no norte, seguindo-se a

Mapa 2.6 População Católica (como religião) -
Moçambique 1997



Mapa 2.7. A zona Centro



A geografia do interior, a sul do Zambeze

O moderno Moçambique é o resultado de uma série de tratados internacionais assinados entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1891. Antes de mais, estes tratados foram, inevitavelmente, um reflexo das tensões e das realidades políticas da época. Mas as fronteiras que delinearam não eram simples linhas arbitrariamente traçadas no mapa. A geografia e a evolução histórica dos povos da região desempenharam um papel considerável no decidir da forma do moderno Estado. A sul do Zambeze, a linha de fronteira separa as terras altas da savana das inferiores, correndo, por vezes, a própria linha ao longo do cume, e noutras atravessando as escarpas acidentadas onde as mesetas graníticas se precipitam para o mar. A escarpa e a planície são uma região acidentada, finamente coberta de árvores baixas e arbustos, de onde assomam imponentes baobás. É uma zona quente, e, quando não controlado, o mato facilmente fica infestado de mosca tsé-tsé ... O vale do Zambeze, de longe o maior destes rios, assemelha-se de muitas formas a uma extensão da costa, com uma língua que, por 300 milhas, penetra no interior da planície. O rio atravessa uma falha vulcânica, sendo as suas margens uma estreita planície aluvial e uma camada mais estreita ainda de escarpas que dão acesso às terras altas. Contudo, o clima do vale é mais quente e seco que o da costa. As pesadas chuvas perenes que se abatem sobre Quelimane, na costa, adquirem um carácter sazonal na região de Tete, transformando o vale numa zona afectada por extremos de seca e cheias catastróficas ... Algumas das zonas montanhosas de Manica estendem-se para dentro de Moçambique, mas, em contrapartida, toda a alta planície se encontra para lá das suas fronteiras. Ainda assim, esta é uma importante região na história de Moçambique, já que as terras altas eram o coração da cultura shona, e esta diversa mas distinta civilização africana penetrou e dominou muitas das terras baixas de Moçambique.

Extracto da História de Moçambique, 1997: 46-47

religião católica (24%). No Niassa (62%) e em Cabo Delgado (55%) mais de metade da população é muçulmana; em Nampula, 39% da população é muçulmana, contra 27% de católicos e 11% de outros cristãos.

A região Centro

Nesta zona destacam-se a bacia hidrográfica do vale do Zambeze, a barragem de Cabora Bassa, o porto da Beira, o oleoduto entre o Porto da Beira e o Zimbabwe, e duas redes ferroviárias principais que ligam o Zimbabwe à Beira e a Tete.

A zona centro, na charneira entre sociedades matrilineares e patrilineares, possui um grande diversidade de línguas: Na Zambézia - lomwe (41,8%), echwabo (31%) e Cisena (8%). Em Tete - cinyanja (48,4%), cinyungwe (27,9%) e cisena (11,7%). Em Manica - cindau (28,6%), chitwe (21,6%) e chimanika (15,4%). Em Sofala - cisena (47%), cindau (33,5%) e echwabo (3%). Cerca de 36% da população sabe falar Português.

Quanto à representação religiosa, cerca de 23% da população da região norte é católica. Esta última religião tem cerca de 18% de crentes no norte, seguindo-se a religião protestante/evangelista com 8%.

A região Sul

A região Sul compreende as províncias de Inhambane, Gaza, a Província de Maputo e a Cidade de Maputo. O pólo principal de dinâmica económica e administrativa é a própria Cidade de Maputo, na qual se destacam o parque industrial

Mapa 2.8 A zona Sul



A zona sul de Moçambique

Caixa 2.4

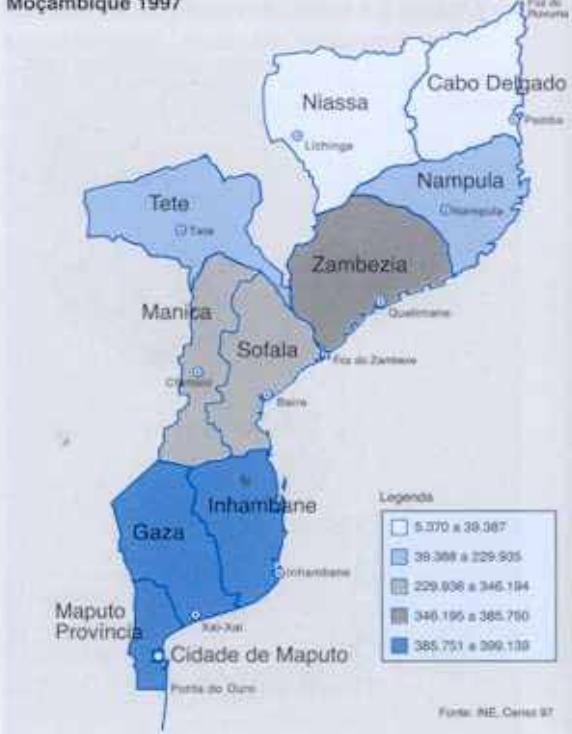
A região entre o Save e o Limpopo, que, numa fase posterior, acabou por integrar Moçambique, pode ser descrita como uma vasta extensão de planície coberta de mato, sem que uma qualquer característica geográfica de maior a venha salvar da monotonía. A área é seca, sendo o solo arenoso e pobre. As secas são bastante frequentes nesta terra, e parece que há muito que a mosca tsé-tsé é aqui conhecida. Tudo indica nunca ter existido nesta zona qualquer excesso populacional, daí que seja rica em caça ...

A sul do Limpopo o cenário altera-se de forma considerável. As montanhas Lebombo, situadas no extremo norte das grandes cordilheiras costeiras da África do Sul, elevam-se até aos 2.500 pés de altitude, funcionando como uma barreira natural a apenas 50 milhas da costa. As chuvas que sobre elas se abatem espalham-se por uma série de rios importantes, os quais desaguam na Baía de Delagoa ...

Tanto as populações dispersas que ocupavam as terras secas a norte do Limpopo como os habitantes das regiões do Natal e do Transkei descobriram encontrar-se o motor da sua história na zona da Baía, cuja localização geográfica e riqueza naturais exerceram uma influência poderosa em todos eles. A estas vantagens, os Portugueses acrescentaram o importante factor do comércio externo, tendo-se a baía de Delagoa transformado na porta através da qual os povos da região sul-africana experimentaram pela primeira vez contacto directo com o mundo transoceânico.

Extracto de História de Moçambique, 1997: 141-142

Mapa 2.9 População Sião/Zione (como religião) - Moçambique 1997



principal do país, o Porto de Maputo com uma capacidade de 14 milhões de toneladas anuais, três redes ferroviárias que ligam ao Zimbabwe, à África do Sul e à Suazilândia.

Na zona sul destacam-se principalmente as seguintes línguas: o xichangana em Gaza (88,4%), Maputo Província (44,3%) e Maputo Cidade (34,1%). O xirhonga em Maputo Província (25,6%) e Maputo Cidade (20,7%). O xitshwa em Inhambane (57%) e Maputo Província (5%); o cichopi em Inhambane (16,6%), Gaza (6%) e Maputo Província (5%). No sul cerca de 62% da população sabe falar o português.

O Mapa 2.8 mostra que a religião Sião/Zione é praticada por cerca de 40% da população da zona sul, seguindo-se a religião católica com 18%.

Refira-se que em todo o país quando a religião católica não é a primeira é a segunda com mais crentes. Assim se comprehende que esta religião seja a que mais crentes tem no país (23,8%), e não a religião muçulmana como frequentemente se declara. Aliás, como mostra o Gráfico 2.7 a religião muçulmana tem praticamente tantos crentes (17,8%) como a religião Sião/Zione (17,5%).

Progressos e privações no desenvolvimento humano

O Gráfico 2.8 sumariza a situação do desenvolvimento em 1998, no interior de Moçambique, incluindo os valores do IDH para o país, as três grandes regiões e as onze províncias.

Em 1998, o IDH nacional de Moçambique foi de 0,285. Refira-se que este valor difere do

que aparece no Quadro 1.1, simplesmente porque o componente económico (o índice do PIB real per capita) neste caso é calculado em Meticais e não em dólares PPC.

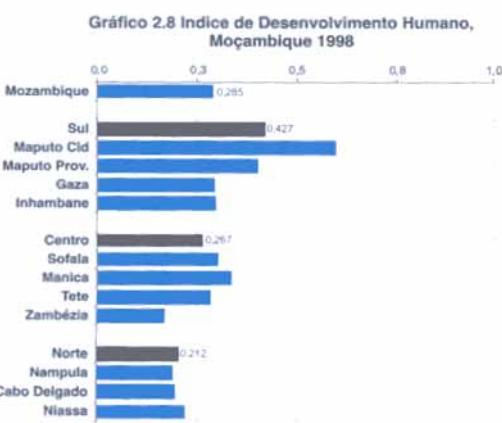
Dado que o foco principal deste trabalho e, em particular este Capítulo 2, é a análise da situação do desenvolvimento humano dentro de Moçambique, por regiões e províncias, optou-se por se usar o IDH calculado em Meticais; esta é a medida monetária que melhor reflecte a situação económica local Moçambique.

Quando o IDH é desagregado por províncias, a disparidade entre a Cidade de Maputo e o resto do país salta imediatamente à vista. Não admira que algumas pessoas afirmem, em conversas do quotidiano, que 'Maputo está cada vez mais longe do seu próprio país'.

A Cidade de Maputo, com um IDH em 1998 estimado em 0,605, é a única zona de Moçambique com um nível do IDH acima de 0,500 ou seja, um IDH que a coloca na categoria de desenvolvimento humano médio. Se bem que os índices aqui calculados não sejam directamente comparáveis com os internacionais, numa aproximação grosseira pode-se dizer que o nível de desenvolvimento humano de Maputo é equiparável ao de países como o Botswana, Egípto, Argélia e Suazilândia.³ Em contra partida, a província com o IDH mais baixo de desenvolvimento humano em 1998 é a Zambézia, com um IDH de 0,176. A esta seguem-se as províncias de Nampula (0,200), Cabo Delgado (0,204) e Niassa (0,227) e Tete (0,287), todas com valores inferiores a 0,300. Visto numa perspectiva internacional, se os IDH fosse calculado em dólares PPP, estas províncias classificariam no nível dos países com menos desenvolvimento no mundo, junto à Serra Leoa, o Níger e a Etiópia.⁴

As disparidades no desenvolvimento humano são significativas. Em termos regionais, como ilustra o Gráfico 2.8, quanto mais distante uma região se encontra da Cidade de Maputo menor é o seu IDH. O valor do IDH de Maputo Cidade é 1,8 vezes superior ao do resto do Sul, 2,3 vezes superior ao da região Centro, e 2,9 vezes maior do que o IDH da região Norte.

Mas a maior discrepância regional é entre a Cidade de Maputo e a Zambézia, sendo o IDH da primeira três vezes superior ao da última. A implicação disto é que, enquanto a Cidade de

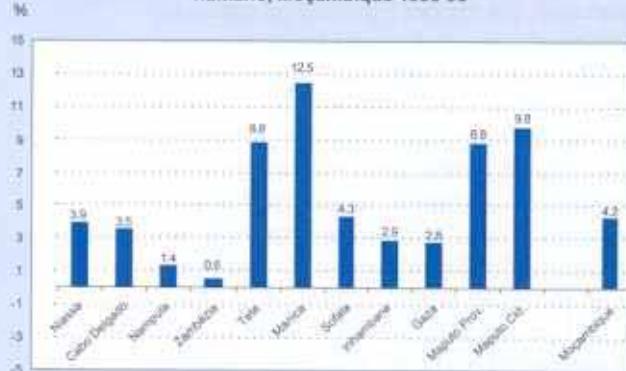


³ Se o índice do PIB da Cidade de Maputo tivesse sido calculado em \$PPP, o seu IDH rondaria os 0,669.

⁴ Os três países aqui referidos, da categoria de desenvolvimento humano médio, têm valores do IDH entre 0,609 e 0,665 (PNUD, 1999: 136).

Maputo terá que compensar uma carência no desenvolvimento humano de aproximadamente 40%, a Zambézia precisa de compensar uma carência no desenvolvimento humano da ordem dos 83%.

Gráfico 2.9. Variação no défice das carências em desenvolvimento humano, Moçambique 1996-98



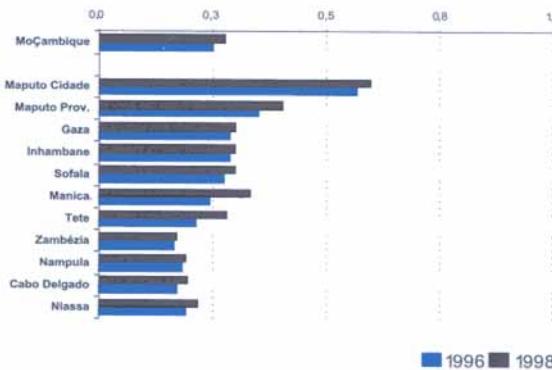
Tendências do IDH entre 1996 e 1998

Os Gráficos 2.9 e 2.10 ilustram as mudanças do IDH entre 1996 e 1998, tanto em termos de tendências de crescimento como das variações relativas à redução das carências em relação ao valor máximo possível do IDH.

O Gráfico 2.9 mostra que todas as províncias apresentam tendências positivas no IDH entre 1996 e 1998. Já se referiu anteriormente que a redução das carências em desenvolvimento humano, entre 1994 e 1998, foi de 5%.

O Gráfico 2.10 quantifica a recuperação em relação às carências no desenvolvimento humano, entre 1996 e 1998, tanto para o país em geral

Gráfico 2.10 Mudanças no Índice desenvolvimento humano entre 1996 e 1998



como para as províncias. Neste dois anos, o país reduziu as suas carências em 4,2%, enquanto quatro províncias - Manica, Tete, Maputo Província e Maputo Cidade - apresentaram recuperações superiores a 5%, com particular destaque para a província de Manica, com 12,5%.

Em contra partida as restantes províncias praticamente também não lograram qualquer redução das suas carências. A Zambézia e Nampula tiveram variações positivas, mas inferiores a 1,5%, enquanto Sofala, Niassa, Cabo Delgado, Inhambane e Gaza tiveram variações positivas inferiores a 5%.

Os componentes do IDH em Moçambique

As variações no desenvolvimento humano dentro de Moçambique poderão ser melhor compreendidas quando se analisa especialmente a situação e o comportamento dos componentes do IDH. A este respeito, existem discrepâncias importantes que ficam escondidas por detrás dos índices nacionais agregados.

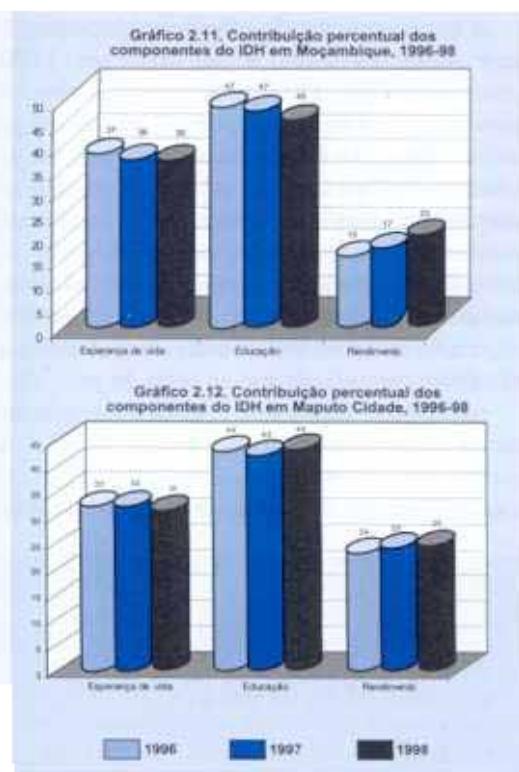
Numa situação de desenvolvimento humano equilibrado, em que os três componentes do IDH atinjam o valor máximo possível (0,999), cada um dos três componentes representaria cerca de 33%. Contudo, em Moçambique o desequilíbrio entre os componentes do desenvolvimento humano é ainda bastante acentuado.

O Gráfico 2.11 ilustra o peso de cada um dos três componentes do IDH nacional, enquanto o Gráfico 2.12 faz o mesmo para o caso específico da Cidade de Maputo.

Mas no último quinquénio o índice de rendimento tem aumentado o seu peso a nível nacional e em algumas regiões do país. O Gráfico 2.11 mostra um aumento do peso do padrão de vida (representado pelo PIB) no IDH de 15% em 1996 para 20%. Na Cidade de Maputo, o aumento do peso do padrão de vida no IDH aumentou mais lentamente: de 24% em 1996 para 25% em 1998 (ver Gráfico 2.12).

Na Província de Sofala o PIB também já tem um peso da ordem dos 24%. Em contra partida, em províncias como Niassa, Gaza e Maputo o peso do índice do padrão de vida no IDH em 1998 ainda oscilava entre 8% a 10%.

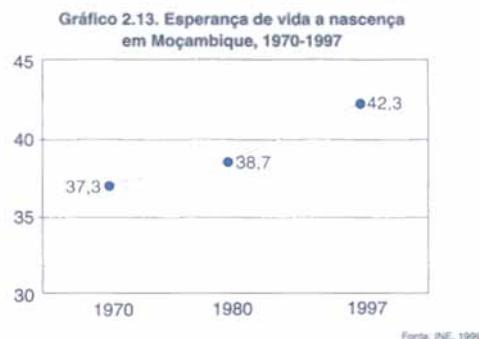
Este desequilíbrio em detrimento do padrão de vida revela uma grande debilidade de toda a base indispensável para um desenvolvimento humano sustentável.



Esperança de vida e saúde

Em 1997, a esperança de vida à nascença da população moçambicana era estimada em 42,3 anos, sendo 44 anos para a mulher e 40,6 anos para o homem. Este nível de esperança de vida é cerca de 3 anos inferior às estimativas disponíveis antes do Censo 97 e aproximadamente 7 anos inferior à média da África Subsariana.

Não obstante a guerra, as calamidades naturais e a crise económica, o Gráfico 2.13 sugere um progressivo, se bem que lento, aumento da longevidade dos moçambicanos entre 1970 e 1997. O mesmo poderá não acontecer, como mostra o Capítulo 5, se o impacto da SIDA tiver as dimensões que os dados disponíveis actualmente sugerem.



Vale a pena destacar ainda, no tocante à esperança de vida, o caso particular da Zambézia, a província com a esperança de vida mais baixa em Moçambique: 38 anos para a mulher e 36,1 anos para o homem. Ou seja, uma média de 21 anos menos do que na Cidade de Maputo.

Isto significa que uma criança do sexo feminino que nasça actualmente em Maputo pode esperar viver mais 23 anos do que uma criança do mesmo sexo que nasça na província da Zambézia. Em contrapartida a mesma criança nascida em Maputo vive 20 anos menos do que uma criança que nasça nos países industrializados.

O Gráfico 2.14 apresenta a esperança de vida à nascença desagregada em quatro regiões: Norte, Centro, Sul e Cidade de Maputo. Enquanto o hiato, ou distância na esperança de vida à nascença entre homens e mulheres na Zambézia é de cerca de dois anos, em Maputo atinge quase 7 anos. A pergunta óbvia é: será que em zonas, como por exemplo na Cidade de Maputo, onde existe uma melhoria mais rápida da esperança de vida da mulher, isto deve-se ao facto destas beneficiarem mais dos cuidados sanitários do que a população masculina?

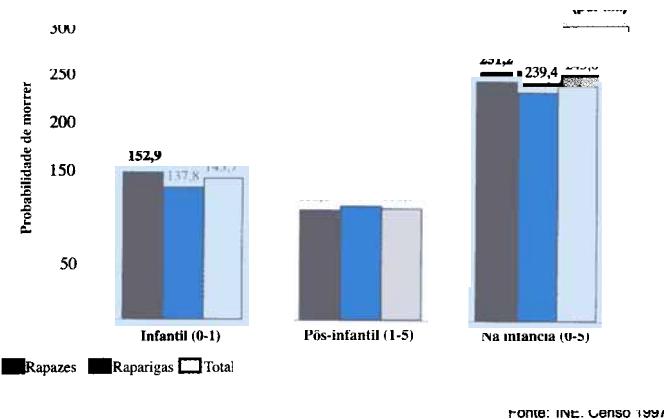
Gráfico 2.14. Esperança de vida à nascença por regiões e sexos, 1997



Recorde-se que, de uma maneira geral, nas condições dum país subdesenvolvido como Moçambique, as principais variações na esperança de vida ocorrem no grupo etário abaixo dos cinco anos de idade.

O Gráfico 2.15 apresenta as três principais taxas de mortalidade para as crianças menores de 5 anos. Este agrupamento por idades distintas, menos de 1 ano, entre 1 e menos de 5 anos, e a combinação das duas taxas anteriores justifica-se pelo facto de cada um destes grupos de idade terem impactos significativamente diferentes na determinação dos níveis de esperança de vida à nascença.

Gráfico 2.15. Mortalidade infantil, pós-infantil e na infância, 1997



para ambos os sexos, é de 145,7 por 1.000 nascimentos (INE, 1999), enquanto a combinação desta com a taxa de mortalidade pós-infantil, atinge os 246 óbitos por 1.000 nados-vivos. Mas como mostra o Gráfico 2.15, tanto no caso da taxa de mortalidade infantil como na taxa de mortalidade combinada, os rapazes apresentam níveis de mortalidade superior às raparigas.⁵ Isto é válido também na Cidade de Maputo (ver quadro estatístico respetivo no anexo), onde estas taxas são duas a três vezes menores do que no resto do país.

O Capítulo 5 retoma este tema da sobrevivência, para considerar o impacto que epidemia do SIDA poderá ter na mortalidade da população e, consequentemente, nos níveis de esperança de vida.

Equidade na prestação dos cuidados de saúde

A prestação de cuidados de saúde é uma componente importante para se melhorar o bem-estar das populações consubstanciado numa vida longa e saudável. A saúde é uma componente indispensável na luta contra a pobreza, sendo, por isso, uma questão central do desenvolvimento humano, em paralelo com a educação, acesso à água, vias de comunicação e comercialização agrícola.

No processo de reposição da rede sanitária destruída durante guerra, o Governo tem pautado a sua intervenção pelo objectivo de assegurar não só um crescimento quantitativo e qualitativo, mas também providenciar o acesso às regiões e camadas menos privilegiadas, utilizando critérios de equidade vertical e horizontal. O conceito da equidade horizontal estabelece que pessoas em condições idênticas devem ter idênticos benefícios, enquanto que a equidade vertical estipula que pessoas com necessidades acrescidas devem receber maiores benefícios. Como exemplo de equidade vertical o sector de saúde desenvolve programas destinados à proteção de grupos vulneráveis como a mulher, a criança, o adolescente, o jovem, o deficiente, o idoso e outros. Os que se destinam à mulher em idade fértil e à criança são aqueles que atingem maiores taxas de cobertura pois, para além de um atendimento passivo em unidades de saúde fixas de nível primário, há um atendimento activo, através de brigadas móveis, que atinge a maior parte das aldeias do país.

Isto influencia os indicadores de saúde, como a mortalidade infantil e juvenil e na mortalidade materna, que são ainda valores elevados em Moçambique. Tendo as províncias taxas de cobertura muito semelhantes, estes indicadores de saúde têm valores bastante mais elevados nas provincias do Norte do país precisamente porque nesta região a taxa de escolaridade da mulher é, por razões culturais e religiosas, mais baixa que no resto do país.

Antes da independência havia iniquidades enormes na distribuição da rede sanitária, não só entre províncias mas também entre distritos da mesma província. Com a independência introduziram-se programas dirigidos para a correcção das assimetrias da rede sanitária. Infelizmente, a guerra que se seguiu no interior do país, levou a um grande retrocesso neste processo, sobretudo a partir de 1980. Fim da guerra em 1992 o sector da saúde delineou uma nova estratégia que consistiu em transformar os postos de saúde (cerca de 1.000) em centros de saúde com maternidade. Os primeiros possuíam apenas actividades curativas e os segundos incluíam já a maior parte dos programas de saúde sobretudo os virados para a saúde da criança e da mulher em idade fértil. Procedeu-se também à expansão da rede construindo novos centros de saúde com maternidade.

A planificação da rede sanitária, das actividades que desenvolve, e da distribuição dos recursos obedecem a partir de 1992 a critérios de equidade com base em indicadores desenvolvidos para servir de suportes ao exercício da planificação. Um dos indicadores mais importantes são as chamadas Unidades de Atendimento. Este indicador calcula-se multiplicando cada uma das actividades desenvolvidas por um factor relacionado com o tempo utilizado em cada uma delas e o seu custo relativo aproximado.

Cálculo de Unidades de Atendimento

- dias/cama ocupadas – factor 9
- partos – factor 12
- imunizações – factor 0,5
- contactos de SMI – factor 1
- consultas externas – factor 1
- consultas de estomatologia – factor 1

⁵ A taxa de mortalidade infantil no continente africano e na África Austral é de 87 e 62 por 1.000 respetivamente (FNUAP, 1999:67)

Conhecimento e nível educacional

A educação desempenha um papel crucial tanto na dinâmica dos componentes de mudança demográfica como na produtividade do trabalho e oportunidade das pessoas desfrutarem dos benefícios do extraordinário progresso técnico e científico mundial. O nível educacional representa, assim, uma outra dimensão importante do desenvolvimento humano, sendo medido pela combinação de dois indicadores: a alfabetização adulta e a taxa de escolaridade conjunta do primeiro, segundo e terceiro níveis de ensino.

Os dados do Censo 97 mostram que o acesso à educação em Moçambique é, na sua generalidade, ainda muito baixo. A taxa de alfabetização da

população adulta é de 39,6%. Ou seja, apenas cerca de 6,4 milhões dos 16,1 milhões de moçambicanos sabem ler e escrever.⁶

Mas como o Gráfico 2.16 mostra as diferenças regionais e por sexos são gritantes. No Norte somente cerca de 14% das mulheres e 44% dos homens são alfabetizadas, contra 77% e 93%, respectivamente para as mulheres e homens residentes na Cidade de Maputo.

De igual modo, apenas 28% dos moçambicanos que vivem nas zonas rurais são alfabetizados, contra 67% nas zonas urbanas. Em ambos os casos, as discrepâncias entre os sexos e entre pessoas do mesmo sexo são grandes. Cerca de 80% dos homens e 54% das mulheres das zonas urbanas são alfabetizados, contra 44% de homens e 15% das

Caixa 2.5

Assim para obter o número de Unidades de Atendimento de uma determinada unidade sanitária, de um distrito, de uma província ou mesmo do país, soma-se as diversas actividades desenvolvidas multiplicando previamente cada uma delas pelo factor respectivo.

Na posse de dados sobre a população e do pessoal técnico de saúde existente na área em estudo, dois outros indicadores podem ser calculados: Unidades de Atendimento por Habitante e Unidades de Atendimento por pessoal técnico de saúde. O primeiro destes mede o acesso da população aos cuidados de saúde e o segundo a produtividade do pessoal técnico de saúde.

Destes dois indicadores o primeiro é mais relevante na avaliação de equidade e o seu valor em cada distrito, por exemplo, mostra-nos as diferenças existentes entre eles, numa dada província.

A medição da equidade na prestação de cuidados de saúde, por exemplo numa província, é feita através de outro indicador – o índice de iniquidade ou, por outras palavras, medindo a não equidade. Calcula-se achando a média aritmética das Unidades de Atendimento de alguns dos distritos mais favorecidos e a média aritmética desse indicador dos distritos menos favorecidos.

A população de cada um desses grupos de distritos deve ser superior a 25% da população. O índice de iniquidade resulta do quociente entre a média calculada dos mais favorecidos e a média dos menos favorecidos. Quanto menor for o índice de iniquidade melhor é a equidade na prestação de cuidados de saúde. Comparando os índices de iniquidade obtidos ao longo dos anos, podemos avaliar as melhorias alcançadas em termos de equidade na prestação de cuidados de saúde.

Em exercícios de planificação operacional para distribuição de recursos humanos e de capital, é importante utilizar os dois

indicadores: Unidades de Atendimento por habitante e Unidade de Atendimento por pessoal técnico de saúde.

Na distribuição de fundos para gastos correntes (materiais) podem utilizar-se dois indicadores: fundos per capita e fundos por unidades de atendimento, sendo mais relevante este último, já que relaciona o custo das actividades e os fundos alocados para a sua execução.

Este método tem vindo a permitir ao sector de saúde, anualmente ou ao longo do ano, fazer uma distribuição ou redistribuição adequada de recursos, utilizando critérios de equidade fazendo baixar os índices de iniquidade entre os distritos da mesma província ou entre as províncias do país. As diferenças entre as cidades e as zonas rurais em termos de prestação de cuidados de saúde atenuaram-se substancialmente nos últimos anos.

O aumento da contribuição progressiva do O.G.E., resultante por um lado do crescimento económico e, por outro, da iniciativa HIPC, torna o apoio da comunidade internacional ao sector mais sustentável e leva os doadores a firmar acordos de financiamento a médio-longo prazo com ele.

As tendências quanto ao sector Saúde mostram um aumento progressivo do acesso de população aos cuidados de saúde e uma melhoria de qualidade destes ; um encurtamento da área de captação dos centros de saúde e um aumento da sua zona de influência ou seja uma diminuição da distância que a população tem de percorrer para , de uma forma passiva , obter acesso aos cuidados de saúde e dada a actividade das brigadas móveis , atingir áreas mais remotas que não tenham acesso a estes cuidados, em particular os preventivos.

Igrejas Campos

⁶ Este valor, obtido dos dados definitivos do Censo 97 recentemente divulgados, corrige o que foi usado no RNDH98 extraído do Inquérito Demográfico e de Saúde 1997 (INE, 1998).

Assim para obter o número de Unidades de Atendimento de uma determinada unidade sanitária, de um distrito, de uma província ou mesmo do país, soma-se as diversas actividades desenvolvidas multiplicando previamente cada uma delas pelo factor respectivo.

Na posse de dados sobre a população e do pessoal técnico de saúde existente na área em estudo, dois outros indicadores podem ser calculados: Unidades de Atendimento por Habitante e Unidades de Atendimento por pessoal técnico de saúde. O primeiro destes mede o acesso da população aos cuidados de saúde e o segundo a produtividade do pessoal técnico de saúde.

Destes dois indicadores o primeiro é mais relevante na avaliação de equidade e o seu valor em cada distrito, por exemplo, mostra-nos as diferenças existentes entre eles, numa dada província.

A medição da equidade na prestação de cuidados de saúde, por exemplo numa província, é feita através de outro indicador - o índice de iniquidade ou, por outras palavras, medindo a não equidade. Calcula-se achando a média aritmética das Unidades de Atendimento de alguns dos distritos mais favorecidos e a média aritmética desse indicador dos distritos menos favorecidos.

A população de cada um desses grupos de distritos deve ser superior a 25% da população. O índice de iniquidade resulta do quociente entre a média calculada dos mais favorecidos e a média dos menos favorecidos. Quanto menor for o índice de iniquidade melhor é a equidade na prestação de cuidados de saúde. Comparando os índices de iniquidade obtidos ao longo dos anos, podemos avaliar as melhorias alcançadas em termos de equidade na prestação de cuidados de saúde.

Em exercícios de planificação operacional para distribuição de recursos humanos e de capital, é importante utilizar os dois

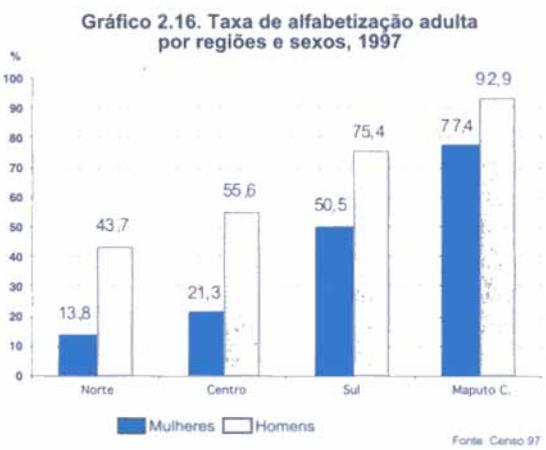
indicadores: Unidades de Atendimento por habitante e Unidade de Atendimento por pessoal técnico de saúde.

Na distribuição de fundos para gastos correntes (materiais) podem utilizar-se dois indicadores: fundos per capita e fundos por unidades de atendimento, sendo mais relevante este último, já que relaciona o custo das actividades e os fundos alocados para a sua execução.

Este método tem vindo a permitir ao sector de saúde, anualmente ou ao longo do ano, fazer uma distribuição ou redistribuição adequada de recursos, utilizando critérios de equidade fazendo baixar os índices de iniquidade entre os distritos da mesma província ou entre as províncias do país. As diferenças entre as cidades e as zonas rurais em termos de prestação de cuidados de saúde atenuaram-se substancialmente nos últimos anos.

O aumento da contribuição progressiva do O.G.E., resultante por um lado do crescimento económico e, por outro, da iniciativa HIPC, torna o apoio da comunidade internacional ao sector mais sustentável e leva os doadores a firmar acordos de financiamento a médio-longo prazo com ele.

As tendências quanto ao sector Saúde mostram um aumento progressivo do acesso de população aos cuidados de saúde e uma melhoria de qualidade destes ; um encurtamento da área de captação dos centros de saúde e um aumento da sua zona de influência ou seja uma diminuição da distância que a população tem de percorrer para , de uma forma passiva , obter acesso aos cuidados de saúde e dada a actividade das brigadas móveis , atingir áreas mais remotas que não tenham acesso a estes cuidados, em particular os preventivos.

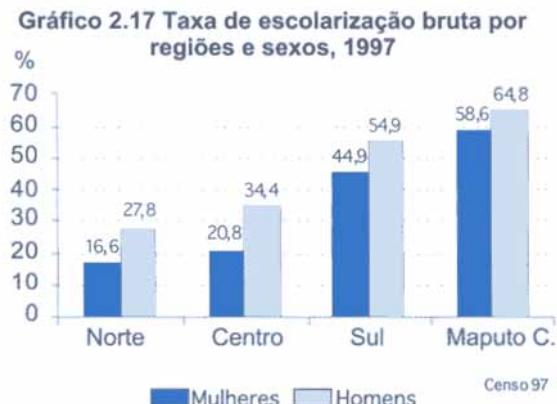


mulheres das zonas rurais.

Os dados mostram, assim, que nenhum dos sexos pode ser considerado um grupo homogéneo a nível educacional, pois entre homens e, sobretudo, entre as mulheres, as desigualdades são enormes. Os homens alfabetizados são o dobro nas zonas urbanas, enquanto no caso das mulheres existem 3,6 vezes mais mulheres alfabetizadas nas zonas urbanas do que nas rurais.

Posto em termos absolutos: apenas 2,2 milhões, das 8,4 moçambicanas existentes em 1997, sabiam ler e escrever. Destas mulheres alfabetizadas, 1,2 milhões vivem nas zonas urbanas e menos de 1 milhão vive nas zonas rurais. Considerando a elevada dependência da população moçambicana da produção agrícola e, a este nível, o papel crucial desempenhado pelas mulheres, dificilmente se poderá imaginar qualquer progresso e melhoria da produtividade económica, enquanto a mulher rural permanecer tão marginalizada do conhecimento.

Apesar das verbas orçamentais destinadas à educação terem aumentado em 1997 para 17% do



⁷ De salientar as abordagens assistencialista (welfarist approach to poverty), das capidades, do desenvolvimento humano, nutritiva/biológica, participativa (MPF, 1999)

total dos gastos governamentais, o número de escolas, de professores e outro pessoal da educação qualificados continua muito reduzido. Isto é evidenciado pela fraca cobertura do sistema educacional expressa pelas taxas de escolarização bruta do Censo de 1997: 66,8% no ensino primário, 39,9% no ensino secundário, e 0,3% no ensino superior. O Gráfico 2.17 discrimina as taxas de escolaridade bruta por sexos e por quatro regiões do país.

O baixo nível educacional é ainda mais acentuado quando se considera o nível educacional concluído. Cerca de 78% dos moçambicanos, dos quais 69,5% homens e 86% mulheres, não concluíram nenhum nível educacional. No grupo de pessoas com mais de 60 anos estas proporções chegam a atingir 90% para os homens e 98% para as mulheres.

Somente 1% das mulheres e 3,1% dos homens tinham o nível educacional secundário em 1997. Este dados sugerem que a maioria dos jovens que concluem o ensino primário não prosseguem os seus estudos para níveis superiores. No caso particular das zonas rurais, a taxa de escolarização no ensino secundário é de 1,3% apenas.

Múltiplas dimensões da privação humana - o IPH em Moçambique

A incidência da pobreza absoluta e o índice de pobreza humana

O trabalho do DPDS-UEM-IFPRI (1998), Pobreza e Bem-estar em Moçambique - Primeira Avaliação Nacional 1996-97 constitui actualmente a obra principal de referência sobre o fenómeno da pobreza em Moçambique.

Tratando-se dum fenómeno complexo e de múltiplas dimensões e características, é inevitável que motive diversas abordagens e indicadores de medição da pobreza.⁷

O DPDS-UEM-IFPRI (1998) escolheu uma das abordagens mais importantes, a abordagem assistencialista da pobreza, assente na medição do bem-estar que se baseia no consumo per capita de bens e serviços de um agregado familiar ou pessoas individualmente.

Não é propósito deste Relatório reproduzir os resultados do trabalho do DPDS-UEM-IFPRI, muito menos questionar o valor e validade dos seus resultados. Pelo contrário, o que se pretende aqui é complementar e expandir a abordagem do

bem-estar económico, através do consumo corrente, com a perspectiva do desenvolvimento humano, através do conceito de privação humana e do índice de pobreza humana.

A abordagem da pobreza humana incorpora, de alguma forma, a abordagem da pobreza assente no consumo e rendimento, mas vai mais além e considera a pobreza num sentido mais amplo. Como refere o trabalho do DPDS-UEM-IFPRI acima mencionado:

Embora se acredite que o consumo (ou rendimento) é uma medida monetária agregada útil, reconhece-se que ambas as medidas falham ao não incorporar alguns aspectos importantes do bem-estar individual, como o consumo de bens públicos (por exemplo, escolas, serviços de saúde, infra-estruturas públicas de saneamento) e qualidade de vida, por exemplo, lazer, duração e saúde da vida (DPDS-UEM-IFPRI, 1998: 5).

No fundo o IPH-1 oferece uma outra medida da pobreza absoluta, com a diferença que faz parte dumha abordagem mais ampla - a concepção do desenvolvimento humano - que incorpora outras dimensões da pobreza absoluta que as medidas de incidência do consumo e do rendimento não captam. A pobreza humana é percebida como a negação das oportunidades e escolhas mais elementares para as pessoas poderem viver uma vida mais longa e saudável, adquirir mais conhecimentos, e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado.⁸

Os próprios resultados do trabalho do DPDS-UEM-IFPRI (1998) suportam a necessidade de se tomar em consideração a abordagem mais ampla do desenvolvimento humano, pois fornece evidências convicentes sobre a forte associação, por exemplo, entre os níveis de pobreza e os níveis de alfabetização e de escolaridade, a situação das infra-estruturas rurais, a fecundidade e a razão de dependência dos agregados familiares (DPDS-UEM-IFPRI, 1998: 177-191).

A Caixa 2.6 apresenta a definição e linha de pobreza absoluta definida pelo estudo do DPDS-UEM-IFPRI (1998). Pobreza absoluta refere-se a um quantum de 'condições mínimas' consideradas necessárias para garantir a subsistência do indivíduo e pode ser expressa através dumha linha de pobreza absoluta.

A abordagem da pobreza humana, em que assenta este relatório pode contribuir para o aprofundamento do conhecimento das múltiplas

dimensões da pobreza que a perspectiva do consumo ou do rendimento não captam.

A abordagem da pobreza humana assente no IPH oferece uma medida de longo prazo da pobreza, enquanto a taxa de incidência da pobreza absoluta exprime relações de curto prazo. O índice de pobreza humana (IPH), referido no Capítulo 1, mede a privação das pessoas relativamente às mesmas dimensões do índice do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e padrão de vida. Isto sugere que o IPH deverá ser mais estável do que a taxa de incidência da pobreza absoluta. Isto deve-se ao simples facto de que o IPH inclui variáveis associadas à esperança de vida e à taxa de analfabetismo, variáveis estas que mudam ao longo do tempo de lentamente. Por isso, o IPH deve ser relativamente estável de ano para ano. Em contra partida, a taxa de incidência da pobreza absoluta numa certa região poderá apresentar variações substanciais, inclusive de um ano para outro. Basta que aconteça uma calamidade, como as cheias ou a

Linhas de pobreza em Moçambique

Caixa 2.6

A linha de pobreza nacional em Moçambique é estimada em 5.433,00MT por pessoa e por dia; ou seja, cerca de meio dólar americano, ao câmbio de 1997 - 11.395,00 MT/US\$. Esta linha de pobreza é definida como a soma das linhas de pobreza alimentar e não-alimentar, tendo sido ajustada às diferenças regionais no custo de vida e preços ao consumidor prevalecentes em Abril de 1997, o último mês do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares 1996-97 (MF-IFPRI, 1998). O gráfico em baixo ilustra as variações do custo de vida no país. Por exemplo, uma pessoa que vive em Maputo precisa de gastar 2,5 vezes mais no consumo diário do que uma outra que more na zona rural de Nampula. Isto é, a pessoa que vive na Cidade de Maputo terá de gastar 8.541,00MT no consumo diário total para que possua um nível de vida comparável a uma pessoa da zona rural de Nampula que gasta 3.359,16 MT no consumo diário total.

Gráfico 2.18. Linhas de pobreza total em Moçambique, Abril 1997



⁸ Como refere o glossário do MPF (1999: 11): 'Outras escolhas altamente valorizadas por muitas pessoas decorrem da liberdade económica e social para a oportunidade de ser criativo e produtivo e beneficiar de respeito próprio e direitos humanos garantidos. Embora importante, o RENDIMENTO é claramente apenas uma opção que as pessoas gostariam de ter' (ver também PNUD, 1997: 15-16).

A pobreza em Moçambique tem duas faces e é de todas as idades

Caixa 2.7

Contrariamente à ideia amplamente divulgada internacionalmente que os agregados familiares chefiados por mulheres, sobretudo os das viúvas e divorciadas, são desproporcionalmente mais pobres, em Moçambique as evidências empíricas sugerem o contrário. Tais evidências são fornecidas por duas das fontes de dados mais representativas e actualizadas existentes no país: o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (sobre as Condições de Vida em Moçambique) de 1996-97 (MPF-IFPRI, 1998) e o Recenseamento Geral da População de 1997, nomeadamente a monografia do INE designada Agregados Familiares Chefiados por Mulheres em Maputo.

De acordo com o MPF-IFPRI (1998: 69), a nível nacional cerca de 20% dos não-pobres viviam em agregados familiares chefiados por mulheres. No entanto, somente 17% dos pobres faziam parte de tais agregados. Ainda que esta diferença pareça pequena, ela é estatisticamente significante, sendo determinada pelos dados das zonas rurais onde existem 19,5% de não-pobres contra 16% de pobres que vivem em agregados familiares dirigidos por mulheres. Pelo contrário, nas zonas urbanas 20,6% dos pobres contra 17% dos não-pobres viviam, em 1997, em agregados familiares dirigidos por mulheres.

'Contudo', escreve o MPF-IFPRI (1998: 69), 'os agregados familiares dirigidos por mulheres não formam um grupo homogéneo, e seria incorrecto tratá-los como tal'. A este respeito, os dados mostram que na maioria dos casos a desagregação por estado civil não muda os resultados acima referidos. Nas zonas rurais e em todo o país, a proporção de pessoas em agregados familiares dirigidos por mulheres entre os pobres é menor que a proporção de pessoas em agregados familiares dirigidos por mulheres entre os não pobres, independentemente do estado civil do chefe do agregado familiar. Nas zonas urbanas, o padrão de agregados familiares desproporcionalmente pobres dirigidos por mulheres revela-se em todos os subgrupos, excepto no caso em que as chefes do agregado são casadas, provavelmente, mulheres que recebem transferências dos maridos que migraram. Mas todas as diferenças são pequenas e, a maioria delas, são estatisticamente insignificantes. Um resultado significativo (a nível de 10%) é a pobreza desproporcional das viúvas urbanas. Enquanto 7% da população pobre urbana vive em agregados familiares dirigidos por viúvas, somente 4,7% dos não pobres urbanos moram em tais agregados familiares.

Para além do perfil da pobreza de natureza bivariada, o MPF-IFPRI realizou também uma avaliação multivariada dos padrões de vida e da pobreza, através da qual se controlam variáveis que, num perfil bivariado, podem deturpar as conclusões (por exemplo, a diferença do tamanho dos agregados).

Os Quadros 2.3 e 2.4 apresentam a estimativa da distribuição dos pobres segundo o sexo, a qual toma em consideração a estrutura da população e a composição dos agregados familiares.

Tanto no caso do país em geral como na Cidade de Maputo dificilmente se pode encontrar suporte para a famigerada cifra dos 60-70% de mulheres entre os pobres. Se 60% dos pobres fossem mulheres, em vez de 5,8 deveriam existir 6,7 milhões mulheres contra apenas 4,5 homens pobres. Ou seja, tal significaria que o índice de masculinidade nos agregados

pobres fosse 67 homens por 100 mulheres. Não existem evidências que a mortalidade infantil ou a migração adulta masculinas sejam assim tão desproporcionais.

Assim, a estimativa mais realista da população pobre feminina em Moçambique é 5,8 milhões de mulheres, correspondente a 52% da população total de pobres.

De igual modo, considerando o índice de masculinidade da população da Cidade de Maputo, em 1997 deveriam existir 602.000 pobres, dos quais 307.000 (51%) deveriam ser mulheres.

Assim, o MPF-IFPRI (1998: 169), responde à seguinte pergunta: 'O que é que este contraste entre o perfil de pobreza e os resultados de regressão implicam para o estabelecimento de políticas orientadas para os agregados familiares chefiados por mulheres em Moçambique?'

Quadro 2.3. População de Moçambique em Agregado
(10³ de pessoas)

	Em agregados chefiados por		
	Homens	Mulheres	Total
Total	13,3	2,8	16,1
Não-pobre	4,0	0,9	4,9
Pobres	9,3	1,9	11,2
Homens	4,5	0,9	5,4
Mulheres	4,8	1,0	5,8

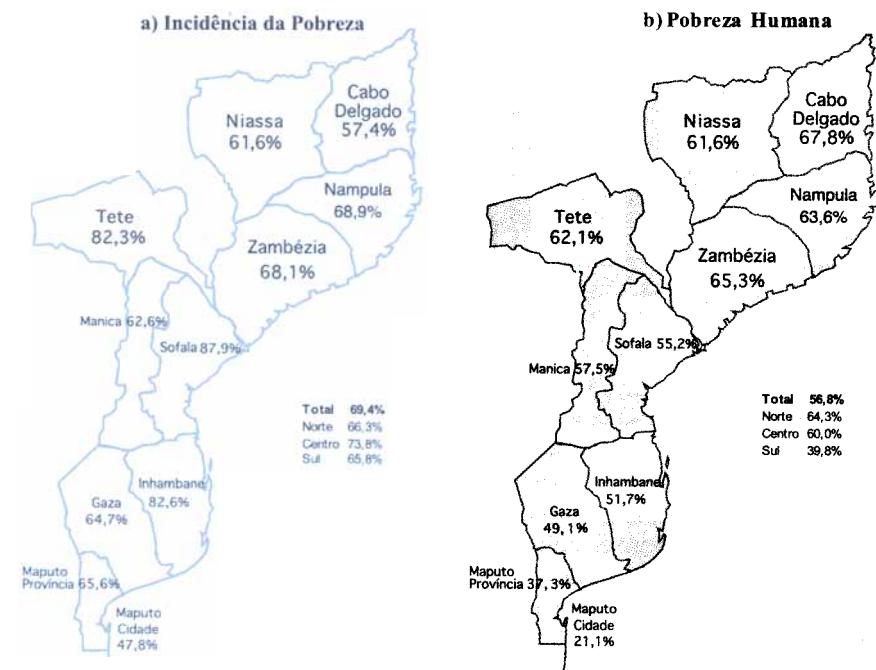
Quadro 2.4. População da Cidade de Maputo
(10³ de pessoas)

	Em agregados chefiados por		
	Homens	Mulheres	Total
Total	714	251	965
Não-pobre	279	84	363
Pobres	435	167	602
Homens	213	82	295
Mulheres	222	85	307

A resposta depende do tipo de medida política em questão. Se se pensa em usar os agregados familiares com um chefe do sexo feminino como um único indicador para o estabelecimento de um programa de assistência pecuniária orientado para os pobres, então a resposta correcta é dada pelo perfil da pobreza 'incondicional', o qual sugere que o agregado familiar com um chefe do sexo feminino não é um bom indicador de pobreza. Mas, se alternativamente, o propósito da intervenção da medida política for corrigir um factor responsável por padrões de níveis de vida mais baixos, os factores identificados por uma análise multivariada fornecem a resposta correcta, embora neste caso o agregado familiar com um chefe do sexo feminino não seja particularmente elegível a uma medida política (MPF-IFPRI, 1998: 169).

Em resumo, contrariamente à alegada 'feminização da pobreza', em Moçambique a pobreza tem duas faces - masculina e feminina - e afecta todas as idades.

Mapa 2.10. Duas dimensões complementares da pobreza em Moçambique, 1997



destruição de certas infra-estruturas e dos haveres das pessoas, em situação de conflitos armados, e os níveis de consumo e de rendimento das pessoas poderão ser afectados repentinamente. Ora, este tipo de incidentes de curto prazo só poderão afectar a esperança de vida ou o nível educacional se se prolongarem por longos períodos.

O Mapa 2.10 põe em paralelo os índices das duas abordagens acima referidas, a abordagem do bem-estar económico, através do consumo alimentar e não alimentar corrente, usada no estudo do DPDS-UEM-IFPRI (1998) e a do desenvolvimento humano, em que assenta este Relatório.

Importantes e novas questões emergem desta comparação do índice de incidência da pobreza absoluta e do índice de pobreza humana (IPH) apresentados no Mapa 2.10.⁹

Primeiro, a incidência da pobreza, tanto a nível nacional como nas províncias, é na sua generalidade superior ao IPH.¹⁰ Mas de uma maneira geral ambos índices convergem para uma mesma mensagem: mais de 50% da população moçambicana vive em condições de pobreza

absoluta, pobreza esta que é tanto de privação material como cultural e da vida em geral.

Do ponto de vista material, o estudo do DPDS-UEM-IFPRI estima um consumo médio mensal per capita de 160.780,00MT, correspondente a US\$14 por mês, ou cerca de US\$170 anuais per capita. Sendo a incidência da pobreza absoluta de 69,4%, significa que em cada três moçambicanos dois (ou seja, cerca de 11,2 milhões) vivem abaixo de linha de pobreza absoluta.

Talvez o elemento mais comparável à taxa de incidência da pobreza seja o componente no IPH relativo à privação dum padrão de vida adequado (P3). O Quadro 2.5 sumariza os componentes do IPH a nível nacional e regional.

Ainda que o P3 não se refira ao consumo alimentar e não-alimentar propriamente dito, ele capta aspectos importantes da pobreza humana, nomeadamente:

- a percentagem de pessoas sem acesso a água canalizada. Medir as fontes de água potável, nas actuais condições de vida em Moçambique, não é fácil. Visto que a definição refere-se especificamente a água potável, os dados usados

¹⁶ Para além da incidência, o MF-IFPRI estima também dois outros índices importantes: um índice de intensidade ou profundidade e um índice de severidade da pobreza. Estes indicadores são conhecidos na literatura sobre esta matéria como pertencentes à classe de medidas de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT).

¹⁷ A estimativa do IPH feita pelo último RGDH é muito inferior à que aqui se apresenta: 39,8%. Isto deve-se ao facto do PNUD (1999: 149) não ter ainda usado os dados mais actualizados disponíveis.

Quadro 2.5. Pobreza Humana (IPH), Moçambique 1997

Índice de Pobreza Humana (IPH) (%)	Regiões			País
	Norte	Centro	Sul	
P ₁ - Privação de sobrevivência (anos)	64,3	60,0	39,8	56,8
P ₂ - Privação de conhecimento (%)	71,9	62,8	39,1	60,5
P ₃ - Composto da privação dum padrão de vida adequado (%)	70,7	69,5	47,4	64,6
P ₁₁ - População sem acesso a água potável	95,7	94,1	76,5	91,5
P ₁₂ - População sem acesso a serviços/assistência de saúde e saneamento	77,6	81,0	53,6	76,2
P ₁₃ - Crianças com peso deficiente (< 3 anos)	39,0	33,4	12,1	26,1

baseiam-se nos resultados do Censo97 referentes à disponibilidade de água canalizada dentro e fora de casa.

- a percentagem de pessoas sem acesso a serviços e assistência de saúde diversos (incluindo cuidados pré-natais, parto na maternidade ou no centro de saúde, médico, enfermeiro e parteira na aldeia, centro e posto de saúde e uso de algum método moderno de contraceptivo), bem como ausência de serviços sanitário (retrete ou latrina).
- e a percentagem de crianças menores de três anos com peso deficiente moderado ou severo.

Outros dois aspectos da pobreza humana referem-se à sobrevivência e ao nível de conhecimento. Pouco mais de 39%, ou seja cerca de 6,3 milhões de moçambicanos, não deverão sobreviver para além dos 40 anos de idade; cerca de 10 milhões de moçambicanos são analfabetos e, por isso, completamente privados do acesso ao melhor e mais moderno conhecimento; cerca 64,6%, ou seja, 10,4 milhões de moçambicanos estão privados dum padrão de vida adequado,

no que diz respeito a acesso a água canalizada, a serviços/assistência de saúde e serviço sanitário, com 26% (isto é, mais de meio milhão) das crianças menores de três anos com peso deficiente.

Segundo, talvez não seja irrelevante que a incidência da pobreza seja mais elevada do que o IPH. Aliás, o valor do componente P3.3 no IPH, relativo à privação dum padrão de vida adequado, aproxima-se bastante à taxa de incidência; isto tem sentido, pois a incidência reflecte o consumo total de bens alimentares e não-alimentares.

Será preciso aprofundar melhor o significado das diferenças entre a incidência da pobreza e o IPH, mas parece razoável inferir que o facto da incidência da pobreza ser mais elevada do que o IPH parece consistente com o que já se disse em páginas anterior, e mesmo no RNDH98, sobre a fraca contribuição do rendimento e do padrão de vida para o desenvolvimento humano. Os componentes do desenvolvimento humano em Moçambique tornaram-se como que prisioneiros de um nível de consumo e padrões de vida profundamente deploráveis.

Terceiro, o mapa sobre a incidência da pobreza absoluta (no Mapa 2.10a) apresenta três províncias - Sofala, Tete e Inhambane - com níveis de pobreza absoluta acima de 80%. Por sua vez, no mapa sobre o IPH (Mapa 2.10b) todas as províncias do Norte e Centro, com exceção de Manica e Sofala, apresentam índices de pobreza humana superiores a 60%. A este nível, Cabo Delgado apresenta o IPH mais elevado no país, causado principalmente por uma percentagem de crianças com peso deficiente substancialmente acima da média nacional e de qualquer outra província, em particular.

Quadro 2.6. O esforço necessário para a erradicação da pobreza absoluta em 20 anos

Descrição	Ano Base: 1996	1997	1999	2000	2005	2010	2015	2020
1. Dinâmica da população total								
1.1. População Total (10 ⁶ habitantes)		16,1	16,9	17,2 ^a	19,4	21,9	24,8	28,0
1.2. Projeção do crescimento demográfico (%)	2,297	2,348	2,366	2,421	2,476	2,476	2,476	2,476
3. Perspectivas da evolução da população pobre								
3.2. Hipóteses de evolução da pobreza absoluta								
H1: Permanece estacionária	69,4	69,4	69,4	69,4	69,4	69,4	69,4	69,4
H2: Diminuição de 30% até 2010 e 70% entre 2010-20	69,4	69,4	69,4	59,0	50,1	32,6	21,2	
H3: Diminuição de 50% até 2010 e 100% entre 2010-20	69,4	69,4	69,4	52,0	39,0	19,5	9,8	
H4: Erradicar a pobreza absoluta em 20 anos: 85% por quinquénio	69,4	69,4	69,4	10,4	1,6	0,2	0,0	
3.3. Pobres em números absolutos								
H1 (10 ⁶ habitantes)		11,2	11,7	12,0	14,8	16,8	18,9	21,4
H2 (10 ⁶ habitantes)		11,2	11,7	12,0	11,5	11,0	8,1	5,9
H3 (10 ⁶ habitantes)		11,2	11,7	12,0	10,1	8,6	4,8	2,7
H4 (10 ⁶ habitantes)		11,2	11,7	12,0	2,0	0,3	0,1	0,0

A dimensão do desafio social: quanto reduzir a incidência para que a pobreza absoluta seja erradicada até ao ano 2020?

O Conselho de Ministros aprovou em Abril de 1999 as Linhas de Acção para Erradicação da Pobreza Absoluta, fixando como principal objectivo para a próxima década uma redução da incidência da pobreza de pelo menos 30% e 50% da profundidade da pobreza.

Esta meta dos 30% do Governo, pode ser que se seja realista considerando a fraca capacidade económica e institucional do país, mas é demasiado modesta e lenta do ponto de vista das necessidades da população e, sobretudo, da tão falada erradicação da pobreza absoluta. O conjunto de gráficos que se seguem apresentam diferentes cenários que ilustram a dimensão do desafio social duma hipotética erradicação da pobreza absoluta até ao final da segunda década do Século XXI.

A população moçambicana deverá aumentar cerca de dois terços até ao fim da segunda década do Século XXI: de 16,8 milhões em 1999 para cerca de 22 milhões em 2010 e cerca de 28 milhões em 2020.

O Gráfico 2.19 mostra que se a incidência da

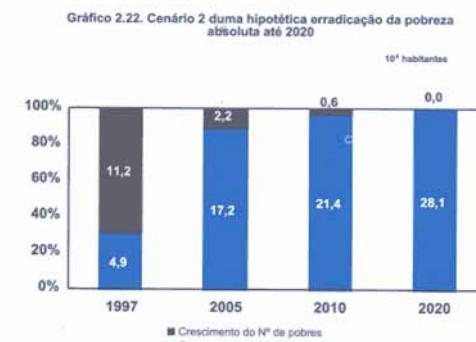
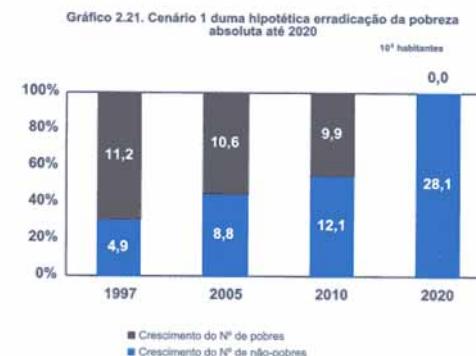
pobreza absoluta se mantiver ao mesmo nível de 1997, o número de pobres aumentará para cerca de 19,5 milhões de pessoas e os não-pobres para cerca de 8,6 milhões.

Conseguindo uma redução da incidência de pobreza de 30%, Moçambique terá em no ano 2010 cerca de 11 milhões de pobres e 10,5 milhões em 2020.

Esta aparente estagnação do número absoluto de pobres comparativamente a 1997 é ilusória. Como mostra o Gráfico 2.20 uma redução da incidência da pobreza absoluta resultaria num aumento significativo do número de não-pobres: de 4,9 milhões em 1997 para 17,6 milhões em 2020, o correspondente ao tamanho actual de toda a população moçambicana.

Os dois últimos gráficos apresentam dois cenários para uma finalidade: a hipótese duma eventual erradicação da pobreza absoluta até 2020. A erradicação da pobreza absoluta no Gráfico 2.21 resulta duma diminuição da incidência em 4% ao ano até 2010 e 200% ao ano segunda década do Século XXI.

Finalmente, no Gráfico 2.22 a erradicação da pobreza é simulada à taxa anual de 35% de redução da incidência até 2020.



De pequeno que conheço este país de lés a lés. Se província há, ontem distrito, cujo rosto não pude tocá-lo à mão, mas que em converses e catálogos tive acesso, é a Província de Tete. Nunca tive oportunidade de me abeirar à sombra, se é que há sombra, dos famosos embondeiros de Tete. O fruto conheço-o e saboreei-o com gosto irrepetível aquando menino em terras de Dombe (1967), pertencentes hoje à Província de Manica. Falo de um País que se chama Moçambique, e falo como escritor e não investigador, esse homem metódico, qual agrimensor que falhas pensa não ter no metódico exercício milenar de tudo medir nas ferramentas (in)falíveis de tudo medir.

Discute-se hoje, passados mais de 20 anos de independência, as assimetrias de desenvolvimento (em vários quadrantes) entre o Sul, Centro e Norte de Moçambique. E todos, por entre pelejas sás e insanas, esquecem-se da nossa grande tragédia - a incapacidade de sermos moçambicanos, consequentemente africanos. Quem somos nós? Não passamos de uma manta de retalhos cujo fito é servirmos o interior, que em outras línguas se chama de "hinterland", e a todos os outros que por estas portas índicas aportam. O nosso dever como pajens tem sido, ao longo dos tempos, o de estendermos a nossa manta e pedirmos a cor que desejam - uns escolhem o branco, outros o amarelo, poucos o preto, e muitos, sem definição exacta das cores, escolhem o oriente de tons difusos.

Caminhe-se do sul a norte deste país. O que sentimos? Maputo, e por tabela o sul do Save, parte da nossa manta de retalhos, está, desde o segundo quartel do século passado, entregue ao capital sul-africano. A dependência é interminável. O Sul, em termos reais, pouco ou quase nada tem em termos de recursos naturais, comparativamente ao Centro e Norte do País. Aquando da criação das companhias majestáticas (Companhia de Moçambique, do Niassa e outras companhias na Zambézia) o Sul, dada a sua exiguidade de recursos e a necessidade premente de força de trabalho para as minas de diamante e ouro na África do Sul, foi, em termos contratuais entre o governo colonial português e o governo britânico, vocacionado como zona preferencial de recrutamento de mão de obra e corredor preferencial. A experiência vinha das plantações de cana de açúcar na zona de Natal (1820). De lá para cá a região Sul foi e continua a ser uma zona franca da África do Sul. O Porto de Maputo e as praias idílicas continuam a ser o grande chamariz. Exemplo exponencial da dependência está na auto-estrada Maputo/Witbank. Esta via não só permitirá a circulação rápida de mercadorias, como também, e a médio prazo, permitirá que a dependência cultural seja efectiva e forte. Quero dizer: as regras de jogo ditadas na capital sul-africana serão rapidamente assumidas em Moçambique. É, a meu ver, a contemporização da chamada constelação de estados por outros meios. Em termos epidérmicos a zona Sul estará em vantagem em relação ao Centro e Norte em termos financeiros. Mas em contrapartida, em termos hipodérmicos, a nossa maneira de ver, estar e pensar estará

totalmente anquilosada aos ditames económicos e culturais emanados dos centros de poder sul-africanos. De notar que a transferência de tecnologia da África do Sul ao sul do Save muito tem a ver com uma mão-de-obra mais barata. Illusoriamente somos mais ricos que os nossos irmãos do Centro e Norte.

Caminhemos um pouco a norte e acampemos no Centro. Desde os tempos remotos que esta região (Sofala, Manica e Tete) esteve umbilicalmente ligada ao Império de Monomotapa, Rodésia e hoje Zimbabwe. O corredor da Beira é disso exemplo acabado. Durante a guerra civil o Zimbabwe, para a sua própria sobrevivência, apostou forte na estabilidade da região. Mas passada a guerra, o Zimbabwe, por questões diversas, passou o testemunho aos capitais sul-africanos e ocidentais. De entre a influência zimbabwana e sul-africana, houve, diga-se, uma certa estagnação, daí que os rendimentos per-capita sejam dos mais baixos do país.

A Zambézia é um caso. Por um lado temos os chuabos, uma minoria étnica culta e financeiramente estável. Por outro, temos os lómués, uma maioria com um relativamente menor grau de educação formal, mas dona de grandes recursos naturais. Como manter o equilíbrio? Eis a grande questão que pode servir de exemplo a todo o país. A educação a meu ver, é a vertente essencial para o desenvolvimento deste país. Abriu-se em Quelimane uma Universidade privada. Essa Universidade cobra cerca de 200 dólares por mês por estudante. Quem se beneficia com isso? Poucos, se atendermos que a província da Zambézia gradua em média 1.500 estudantes com a 12a classe. E destes só cerca de 5% é que tem acesso à Universidade. Os restantes, sem formação técnica específica, vegetam pelos bazares com subempregos numa zona agrícola e carente de indústrias. Qual a solução? A meu ver, o governo tem que inverter toda a sua política no campo da educação. O que não são universidades, precisamos sim de escolas técnicas e politécnicas disseminadas por todo o país.

Com isto, e sem me querer reportar às especificidades culturais das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa (províncias em que a ocupação efectiva se deu no primeiro quartel do Século XX), quero dizer o seguinte: as assimetrias continuarão para todo o sempre, mas a unificação real deste vasto território passa, necessariamente pelo investimento no capital humano. Somos um país fadado a servir o "hinterland", somos um país fadado a eterna dependência económica com a África do Sul. E para sermos nós, para podermos gerir o pouco que nos restar em termos de riquezas nacionais, o ensino politécnico deve constituir, sem obliterar, obviamente, o ensino superior clássico, a nossa arma. Caso contrário continuaremos a ser uma jangada de pedra ao sabor de interesses estranhos. Temos que fazer parte de África de cabeça erguida.

Ungulani Ba Ka Khosa (escritor)

Quem produz o quê e quanto?

A liberdade das carências é uma das finalidades principais da concepção do desenvolvimento do desenvolvimento e segurança humanas. O processo de libertação das carências passa pelo aumento da segurança humana a diversos níveis - económico, alimentar, saúde e ambiente, entre outros - através da geração de riqueza para a nação.

A riqueza de um país resulta das actividades económicas realizadas por entidades individuais, familiares e empresariais na agricultura, indústria e serviços. Estas áreas económicas são também frequentemente classificadas como sectores 'primário', 'secundário' e 'terciário'. Existe ainda a venda de mercadorias a outros países (exportações) e a compra do estrangeiro (importações). Neste caso, as transacções implicam que os recursos entrem e saiam do país, contribuindo assim para o aumento ou diminuição da riqueza nacional.

Mas como exprimir a riqueza económica dum país, neste caso de Moçambique, num indicador sintético e representativo de todas, ou pelo menos a maioria, das actividades económicas realizadas no país num certo período, por exemplo, um ano?

Os indicadores mais conhecidos e amplamente usados são o produto interno bruto (PIB) e o produto nacional bruto (PNB) a preços correntes e constantes.¹ O PIB exprime o total da actividade económica interna, num período determinado, independentemente de quem detém os meios de produção. O PNB exprime o saldo dos rendimentos dos residentes nacionais apenas, independentemente da localização dos activos. A escolha entre estes dois indicadores depende dos sistemas de contas nacionais, sendo as diferenças entre eles geralmente pequenas; cerca de 1% a 2% do PIB.²

Como é do conhecimento comum, todos estes indicadores têm as suas margens de erro e limitações, devido sobretudo a problemas de sub-registo da actividade económica. Mas entre eles, o PIB tornou-se o mais amplamente utilizado na medição do padrão de vida da população dum país, sobretudo quando expresso por habitante ou per capita.³ Como se refere no Capítulo 1, sobre o enquadramento teórico e metodológico da análise do desenvolvimento humano, o PIB é visto como o elemento principal no fluxo material do DH. Neste contexto, o PIB e o PNB são indicadores fundamentais no esforço dos governos e das agências nacionais e internacionais de desenvolvimento para a avaliação da situação geral da economia dos países. Eles servem também como base de comparação das economias entre países e para a formulação de programas de políticas económicas de curto, médio e longo prazos.

Porém, quando considerado em relação à situação e dinâmica económica dentro dum país, o valor do PIB nacional tem pouca utilidade se o mesmo não reflectir as contribuições de cada região.

No passado, o PIB de Moçambique foi unicamente calculado para o nível nacional, a partir das contas nacionais classificadas segundo actividades económicas, mas sem qualquer classificação em termos regionais ou províncias.

O presente Relatório propõe-se a superar aquela limitação da estimativa do indicador mais importante de medição da riqueza de Moçambique. Para isso, foi elaborada uma metodologia de aproximação de desagregação do PIB por subregiões - as três grandes zonas, Norte, Centro e Sul - e as 11 províncias administrativas do país.

A motivação para a desagregação do PIB por províncias resultou da necessidade de se calcular o índice de desenvolvimento humano (IDH) de forma desagregada por

¹ O termo 'bruto' significa que não se desconta ou amortiza o desgaste ou depreciações do capital fixo. Os termos "preços de mercado" e "custos de factores" correspondem à inclusão ou não de impostos indirectos corrigidos de eventuais subsídios à produção (Moura e Amaral, 1977: 2).

² Existem excepções e, de facto, quando o PNB é substancialmente maior do que o PIB, vale a pena considerar os dois indicadores, pois significa que o rendimento líquido do estrangeiro é positivo. Por exemplo, em 1989 o PNB do Kuwait foi 35% maior do que o PIB, devido aos grandes rendimentos do país provenientes de activos no estrangeiro (The Economist (1996: 43). O inverso poderá em breve acontecer em Moçambique, devido ao peso crescente dos mega-projectos no PIB.

³ Existe ainda um terceiro indicador mais amplo da actividade económica, o chamado Produto Nacional Líquido (PNL); mas como escreve o semanário britânico The Economist (1996: 42), o PNL tem pouco valor prático devido a problemas de contabilização das amortizações. Por isso, os indicadores "brutos" tornam-se mais úteis nas análises quotidianas e serão, estes os indicadores usados no âmbito deste trabalho para medir a riqueza económica de Moçambique.

regiões e províncias. Para o cálculo do IDH provincial e regional apenas se dispunha de dados sobre a esperança de vida e os níveis educacionais. Mas sem a componente económica, representada pelo PIB, não seria possível calcular-se um IDH desagregado.

Simultaneamente, o desenvolvimento de metodologias com dimensão regional e provincial poderá contribuir para uma melhor interacção entre o governo central e os governos provinciais, na avaliação da situação económica e formulação de políticas específicas mais efectivas, dinâmicas e úteis para as populações.

Procurou-se garantir o máximo de harmonização e compatibilidade entre a metodologia de desagregação do PIB nacional, usada no âmbito deste trabalho, e a nova base das contas nacionais implementada pelo INE a partir de 1999.

Refira-se que a nova base metodológica, usada pelo INE para o cálculo do PIB nacional, é mais abrangente e actualizada, tendo levado à alteração dos valores do PIB, por exemplo, no Anuário Estatístico 1998, recentemente publicado (INE, 1999).⁴ O que torna a nova base do INE mais representativa do que a usada até ao Anuário Estatístico 1997 é que a presente baseia-se em dados mais actualizados do Inquérito aos Agregados Familiares de 1996/97 e do Censo Populacional de 1997, ambas com uma cobertura urbana e rural mais representativa. Por outro lado, o ano usado como referência de base é 1996, ano que pode ser considerado um 'ano económico normal' pela simples razão de que o país já estava em paz e os mecanismos de mercado também já estavam a funcionar com uma certa normalidade.⁵

O esforço de compatibilização dos dados do PIB aqui apresentados, segundo uma base metodológica com representação regional e provincial, tem dois objectivos. Por um lado, garantir o máximo de consistência entre os dados estatísticos produzidos por este Relatório e as estatísticas oficiais divulgadas pelo INE. Por outro lado, contribuir e apoiar o esforço que o INE vem realizando para produzir dados, tanto quanto possível, actualizados e representativos da actividade produtiva em Moçambique.

A secção que se segue apresenta os resultados do cálculo do PIB nacional, regional e provincial.

Método e fontes de cálculo do PIB desagregado

Como foi referido acima, o PIB é uma aproximação estatística sintética e agregada do nível de produção realizada num país, por exemplo, durante um ano. O valor do PIB obtém-se pelo somatório do valor acrescentado a preços correntes de todos sectores económicos, incluindo: produção agrícola, pecuária, pesqueira e extractiva, indústria alimentar, construção e electricidade, serviços comerciais, transporte, administração pública, educação, saúde e prestação de serviços domésticos.

De forma mais específica, o PIB pode ser calculado de três maneiras diferentes: o método da produção, o das despesas, e o dos rendimentos. O primeiro método usa a óptica da produção, adicionando-se o chamado 'valor acrescentado', ou seja, o valor da produção menos o custo dos materiais e serviços utilizados mas valorizados em sectores anteriores. Dado que a produção dum produto (por exemplo, farinha) pode ser aplicado na produção de um outro produto (por exemplo, pão ou bolos), é necessário evitar a dupla contagem de valores. Dispõe dos coeficientes de ponderação, os quais são elaborados com base numa amostra de produtos representativa da actividade económica, tais coeficientes podem depois ser aplicados no valor final da produção.

O segundo método usa a lógica das despesas efectuadas quando a produção é vendida para consumo, investimento, exportações e importações. Neste método também se usam dados dos Inquéritos aos Agregados Familiares (IAF), como por exemplo o IAF96-97 realizado pelo INE.

O terceiro método usa os rendimentos dos vários factores de produção ou dos produtor: salários (rendimento do trabalho), lucros (rendimento do capital), juros (rendimento do capital financeiro), rendas (remuneração

⁴ Por exemplo, o Anuário Estatístico 1997 estimou o PIB de 1996 e 1997 em 19,8 e 24,2 milhões de contos, respectivamente. A partir da nova metodologia o PIB de 1996 e 1997 passa para 32,7 e 40,6 milhões de contos (INE, 1997: 134; 1998: 135).

⁵ Refira-se que o Fundo Monetário Internacional, reconhecendo as vantagens da nova base metodológica, a partir de Fevereiro de 1999 passou a usar esta nova base na formulação do novo programa com Moçambique. De igual modo, a Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO) em 1999 já usou esta nova base nas suas projecções para os próximos três anos.

da terra e outros factores arrendados), e finalmente em economias como Moçambique um rendimento associado ao autoconsumo. Para o cálculo deste indicador macro económico as Nações Unidas desenvolveram uma metodologia que é comumente usada por todos os países, a mais recente é o chamado Sistema de Contas Nacionais (SNA93) (System of National Accounts) que foi adoptado em 1993.

Num mundo idealmente perfeito, os valores do PIB obtidos pelas ópticas da produção, da despesa e do rendimento seriam idênticos. Na prática, existem discrepâncias causadas por insuficiências na recolha dos dados, diferenças no período declarado das transacções e a economia paralela, subterrânea ou ilegal (The Economist, 1996: 52).

Pelo menos a curto prazo, o valor calculado segundo a óptica da produção é geralmente o indicador mais fiável da evolução da economia.⁶ Mas esta perspectiva começa a revelar-se menos realista se os coeficientes de ponderação utilizados para agrregar os indicadores da produção não forem actualizados com regularidade.

De qualquer forma, a base actualmente disponível parece satisfatória, em termos de actualidade e representatividade da actividade económica. Por isso, o cálculo do PIB por províncias baseia-se no método da produção ou do Valor Acrescentado (VA).

A determinação do PIB por província envolveu, primeiro, a escolha dos produtos e determinação das quantidades produzidas num determinado ano, a preços correntes e preços constantes. O produto das quantidades pelos preços permite calcular o valor bruto de produção.

Segundo, determinaram-se os consumos intermédios ou seja produtos comprados a terceiros para realizar um certo nível de valor de produção. A diferença entre o valor bruto de produção e os consumos intermédios dá o valor acrescentado na produção de um certo produto. Por extensão, calcula-se o valor acrescentado por ramo de actividade e para o país.

De forma resumida, estes são os princípios gerais em que se baseia a metodologia de desagregação do PIB. Existem outros aspectos

mais técnicos relativos à transformação dos valores provinciais no agregado nacional para o provincial.

O PIB nacional como agregado sintético dos PIBs provinciais

O Quadro 3.1 apresenta o sumário e síntese do PIB nacional, neste caso como expressão das actividades dos sectores em cada uma das 11 províncias do país. Ao longo deste Capítulo apresentam-se os resultados desagregados por grandes regiões do país e por províncias. Antes disso, convém tecer ainda algumas considerações sobre os valores macroeconómicos elaborados segundo a aproximação metodológica criada para este Relatório.

Quadro 3.1. Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique: 1996-1998

	1996	1997	1998
PIB pela óptica da produção, em 10 ⁹ MT	32675	40641	46203
Taxa de crescimento em Volume (%)		15,2	12,6
PIB pm per capita, 10 ³ MT	2.933	3.567	3.898
População, 10 ⁶	15,7	16,1	16,5
PIB pm per capita, 10 MT	2.076	2.528	2.808
PIB pm per capita, US\$	186	222	237
PIB real per capita US\$	165	205	235
Sectores de Actividade de produção			
Sector Primário	9169,6	11498,3	12741,1
Agricultura	7983,2	9702,6	10507,4
Pecuária	743,5	924,4	1072,6
Florestas	442,9	871,3	1161,2
Sector secundário	6782,1	7949,9	11151,6
Pescas	1271,0	1107,4	1505,1
Indústria Mineira	68,2	90,2	139,9
Indústria Manufactureira	3166,3	3830,6	4610,7
Electricidade e Água	194,0	358,4	1127,6
Construção	2082,6	2563,4	3768,3
Sector terciário	16723,1	21193,1	22310,7
Transportes e Comunicações	3783,1	5538,2	4686,6
Comércio	8063,5	8483,7	10256,8
Restaurantes e Hotéis	302,0	499,3	474,1
Serviços de Administração Pública e Defesa	834,5	1248,4	1442,5
Serviços Financeiros e Seguros	1181,5	477,1	473,8
Serviços de Imobiliários, Alugueres e Prestados a Empresas	1032,3	1712,3	1691,9
Serviços de Educação	477,7	688,0	756,8
Serviços de Saúde	171,7	253,4	222,1
Outros Serviços	876,8	2292,7	2306,1
Taxa de câmbio, MT/US\$	11140	11395	11853,4
Deflator nacional do PIB (Base = 1996, em %)	13,09	8,0	0,99

Fonte: INE, 1999

⁶ Segundo o The Economist (1996: 53) para períodos mais longos, a óptica da despesa é provavelmente melhor, por causa dos já referidos problemas de desactualização dos coeficientes de ponderação. O valor calculado segundo a óptica do rendimento é o último a ficar disponível e é, de todos eles, o de menor confiança

Inevitavelmente, a despeito da grande consistência e semelhança alcançada entre os valores nacionais do PIB aqui apresentados e os valores divulgados pelo INE no Anuário Estatístico de 1998, poderão ser identificadas algumas diferenças.

Primeiro, no que diz respeito ao valor do PIB nacional propriamente dito, o valor apresentado pelo INE é superior ao que aqui se apresenta em apenas 3%, em 1996, e 1%, em 1997 e 1998.

Segundo, à semelhança do volume do PIB, a taxa de crescimento anual também é ligeiramente superior à do INE. Como mostram os valores apresentados no Quadro 3.1 no último quinquénio do Século XX, o PIB de Moçambique tem

crescido de forma acentuada, atingindo uma média anual real de 11%, entre 1996 e 1998.

Terceiro, as diferenças entre os dados aqui apresentados e os do INE são maiores no que diz respeito às variações percentuais no tempo e entre os sectores. Isto deve-se, por um lado, às diferenças de critérios e pressupostos na variação anual da produção das províncias. Refira-se que aqui a complexidade é maior, pois o PIB nacional, visto como agregado dos PIBs provinciais, tem por base 11 contas provinciais, em vez de uma só conta nacional, como acontece na metodologia do INE.

Todas as actividades têm, num ou outro ano, contribuído para o crescimento económico de Moçambique. Porém, como mostram as duas últimas colunas do Quadro 3.2 a contribuição real de cada actividade entre 1996 e 1998 varia.

Enquanto certas actividades apresentam crescimentos reais positivos e negativos num ano, no ano seguinte verifica-se o inverso, geralmente sempre com intensidade diferente. Por exemplo, de 1996 para 1997 a actividade florestal e os serviços de imobiliários registaram crescimento reais superiores a 40%, enquanto os serviços diversos cresceram acima de 140%.

De 1997 para 1998, o crescimento da actividade florestal manteve-se acima de 30%, enquanto outros sectores, como as pescas, as indústrias transformadora e mineira, a electricidade e água, e a construção, tiveram crescimentos acima dos 25%.

Quanto à contribuição dos três principais sectores para o PIB, o Quadro 3.3 summariza a

Quadro 3.2. Variação Percentual do PIB de Moçambique, 1996 - 98

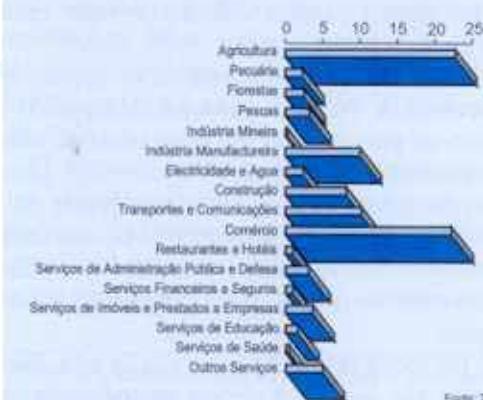
Variações percentuais da produção	97/96		98/97		97/96		98/97		97/96		98/97	
	Varição nominal do volume	Varição dos preços	Varição real do volume	Varição nominal do volume	Variação dos preços	Varição real do volume	Varição nominal do volume	Variação dos preços	Varição real do volume	Varição nominal do volume	Variação dos preços	Varição real do volume
PIB	12,6	12,0	10,43	1,48	11,3	10,9	13,9	14,7	10,10	-3,4	12,1	13,3
Sector primário	10,4	12,1	10,10	-3,36	9,0	11,0	12,9	20,1	10,10	-3,36	10,8	18,2
Agricultura	12,9	20,1	10,10	-3,36	10,8	18,2	78,7	37,9	10,10	-3,36	67,1	34,4
Pecuária	12,9	20,1	10,10	-3,36	10,8	18,2	-5,9	10,9	24,6	26,5	-5,3	8,7
Florestas	25,3	28,9	16,63	5,48	-19,6	24,7	20,3	34,6	31,83	-10,29	-15,0	26,4
Sector secundário	-0,1	62,8	32,36	-4,66	-0,1	47,4	21,9	12,3	-0,42	7,18	19,1	12,4
Pescas	21,9	12,3	-0,42	7,18	19,1	12,4	10,0	41,9	86,56	121,7	7,7	25,2
Indústria Mineira	14,3	43,0	7,69	2,82	10,0	39,0	14,3	1,3	16,5	3,9	8,7	1,1
Indústria Manufactureira	27,0	-12,8	30,17	8,85	31,0	-9,8	25,7	-6,3	19,00	23,26	27,4	-5,3
Electricidade e Água	16,9	-4,8	23,19	15,58	17,8	-3,9	51,7	14,4	-10,30	-13,20	-45,2	17,2
Construção	13,0	-17,6	29,91	0,65	10,6	-13,7	45,8	-2,2	13,79	1,00	46,8	-1,9
Sector terciário	136,6	-3,1	9,12	3,79	148,1	-2,8	Outros Serviços					

Fonte: INE, 1998

Quadro 3.3. Contribuição percentual para o PIB de Moçambique: 1996-98

Produto Interno Bruto (Mts 10 ⁹)	(Ano base 1996)				
	Corrente		Constantes		
	1996	1997	1998	1997	1998
Estrutural percentual					
Produto Interno Bruto (%)	100	100	100	86	94
Sector Primário	28,1	28,3	27,6	25,7	28,5
Agricultura	87,1	105,8	91,4	96,1	94,6
Sector Secundário	20,8	19,6	24,1	15,7	19,1
Indústria manufac.	46,7	48,2	41,3	48,4	38,6
Construção	30,7	32,2	33,8	29,9	32,9
Sector Terciário	51,2	52,1	48,3	44,8	46,5
Transportes e comunicações	22,6	26,1	21,0	24,3	21,0
Comércio	48,2	40,0	46,0	30,4	51,2

Gráfico 3.1. Estrutura percentual do PIB por actividade económica a preços correntes, Moçambique 1998



Fonte: Tabelas 3.2

evolução entre 1996-1998, a preços correntes e constantes de 1996. O sector primário continua com um peso real bastante significativo no PIB, entre 25-30%. Neste sector a agricultura representa cerca de 95%.

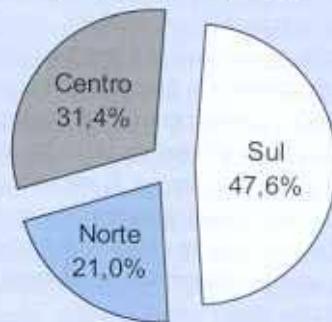
No sector secundário a indústria manufactureira representa cerca de 45% e a construção pouco mais de 30%. Finalmente, no sector terciário destaca-se o comércio com um peso de cerca de 45% e os transportes e comunicações com pouco mais de 20%.

O PIB regional e provincial

Qual é a contribuição de cada uma das grandes regiões e das províncias para o PIB de Moçambique?

O Gráfico 3.2 mostra a contribuição em 1998 das três grandes regiões do país. A região Norte contribuiu com 21% para o PIB nacional, o Centro com 31,4% e o Sul 47,6%. Por sua vez, o valor acrescentado destes agregados regionais aparece reflectido de forma desagregada no Gráfico 3.3, para 1997 e a preços correntes.

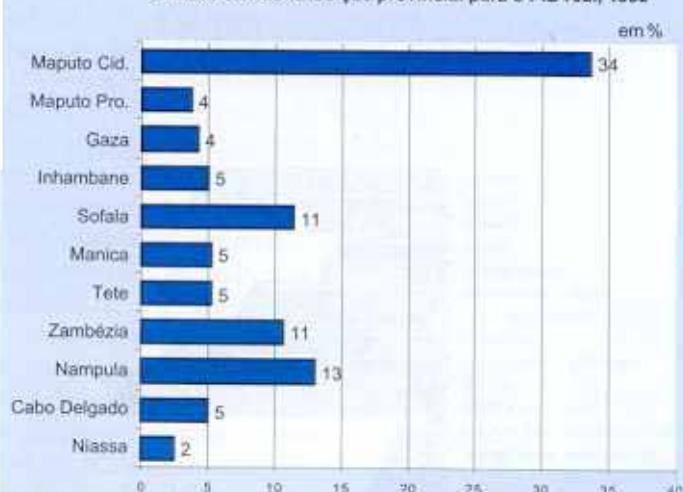
Gráfico 3.2. Produto Interno Bruto por regiões, Moçambique 1998



A contribuição da Cidade de Maputo distingue-se das demais regiões do país, pois perfaz cerca de 34% de todo o PIB de Moçambique. Seguem-se as províncias de Nampula com 13%, Sofala e Zambézia com 11%, respectivamente. As restantes sete províncias contribuem entre 2% (Niassa) e 5% (Cabo Delgado, Inhambane, Manica e Tete).

Considerando a distribuição regional e provincial da produção em relação à distribuição da população verifica-se que os cerca de 48% com que o Sul contribui para o PIB nacional são

Gráfico 3.3. Contribuição provincial para o PIB real, 1998

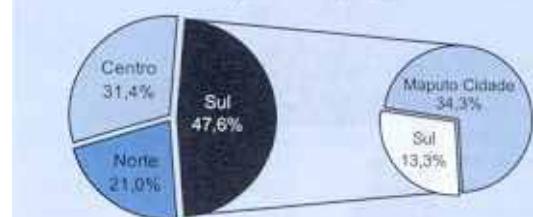


fortemente influenciados pela contribuição da Cidade de Maputo que produz mais de 34%.

O peso da região Sul excluindo a Cidade de Maputo, ou agregando as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, é idêntico ao da Província de Nampula.

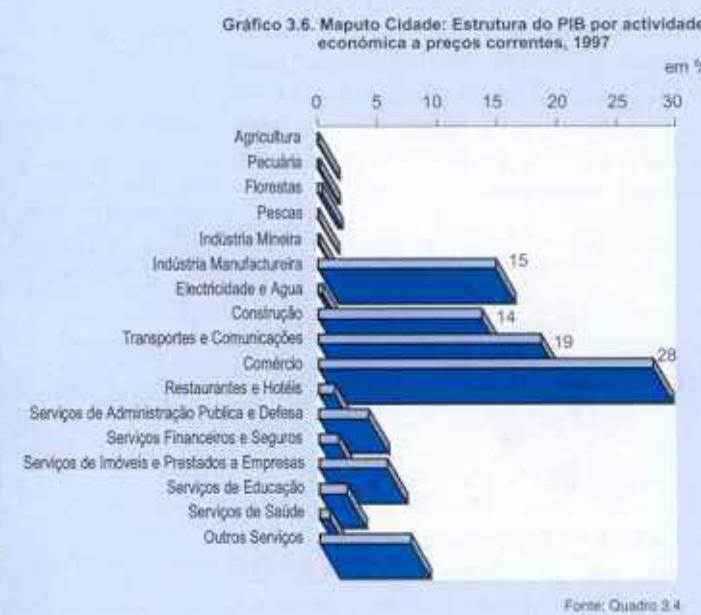
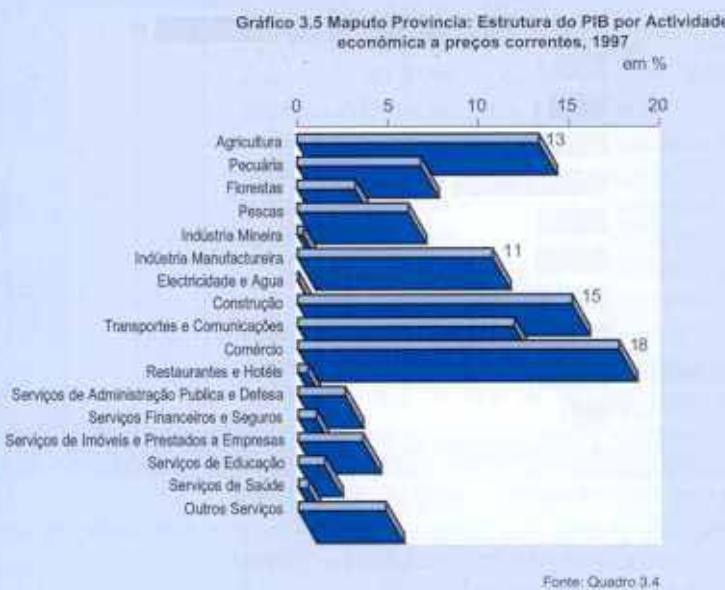
Em contra partida, os cerca de 6% da população total de Moçambique que vivem na Cidade de Maputo (aproximadamente 1 milhão de pessoas) produzem estatisticamente tanto como toda a população do resto da região Sul e da região Norte, em conjunto; ou seja, tanto como cerca de 52% ou aproximadamente 8,6 milhões de moçambicanos.

Gráfico 3.4. PIB de Moçambique segundo três regiões e Maputo Cidade, 1998



O Gráfico 3.5 apresenta a distribuição percentual das actividades económicas que integram o PIB da Maputo Província, enquanto o Gráfico 3.6 faz o mesmo em relação ao PIB da Cidade de Maputo.

Uma diferença imediatamente visível entre a Província e a Cidade de Maputo refere-se ao peso das actividades agrícola, pecuária e florestal. Enquanto estas actividades representam cerca de 23% do PIB da Província de Maputo



em 1997, em Maputo Cidade o peso de tais actividades foi inferior a 1%.

Em segundo lugar, em 1997-98 a actividade industrial na Província de Maputo representa 35% do PIB da província, enquanto na Cidade de Maputo representa cerca de 30%.⁷

Em terceiro lugar, a actividade de serviços representa cerca de 40% no PIB da Província de Maputo, contra cerca de 70% na Cidade de Maputo.

Ainda sobre a distribuição da produção entre a Cidade de Maputo e a Província de Maputo, convém referir uma dificuldade de ordem técnica motivada pelas mudanças na divisão administrativa.

A partir de 1986 três distritos urbanos de Maputo Cidade passaram a fazer parte da Cidade de Matola: Matola, Machava e Infulene. Porém, um número significativo de unidades industriais e serviços continuam registados como fazendo parte da Cidade de Maputo. Para este trabalho os dados da produção identificados como parte da Província de Maputo foram extraídos do Anuário Estatísticos daquela província.⁸

PIB nominal e real: a influência dos preços correntes e constantes

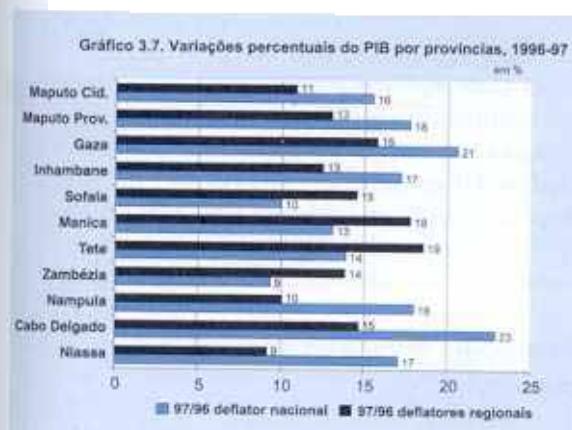
A nível nacional, os valores do PIB são geralmente apresentados a preços correntes e a preços constantes. Os primeiros são convertidos nos segundos como forma de se ajustar os dados da produção aos efeitos da inflação, ou seja da variação geral dos preços. É importante tomar-se em consideração a diferença entre os valores nominal e real para se evitar conclusões erradas sobre o comportamento e mudanças reais da economia do país.⁹

Quando se considera o comportamento das economias provinciais observam-se diferenças significativas, parte das quais se devem às diferenças nos índices de variação dos preços. O Gráfico 3.5 ilustra as diferenças na variação percentual da produção de 1997 em relação a 1996. Mas neste caso, um factor que influencia significativamente as diferenças é o tipo de

⁷ O ano de 1997 é usado aqui por ser o ano de referência principal entre os três anos. De uma maneira geral, a diferença entre 1997 e 1998 é mínima, se bem que se note uma tendência crescente da contribuição da Província de Maputo. Certamente que esta tendência deverá aumentar ainda mais no futuro imediato, principalmente depois dos Mega-projectos, por exemplo a MOZAL Alumminum Smelter, começarem a produzir.

⁸ Informação dos Anuários Estatísticos Provinciais.

⁹ Por exemplo, 12% do crescimento do PIB a preços correntes, quando a inflação é de 10%, significa que o crescimento real do PIB foi de apenas de 2%. Mas se a inflação for, por exemplo, 11%, este pequeno valor maior origina que o crescimento real seja reduzido para apenas 1%.



deflactor usado para controlar as mudanças de preços de um ano para o outro.¹⁰

O Gráfico 3.7 apresenta os resultados da utilização de dois tipos de deflactores: um deflactor nacional do PIB aplicado a todas as províncias, e um deflactor de âmbito regional, baseado nos índices de preços ao consumidor (IPC) referentes às Cidades de Maputo, Beira e Nampula.

Usando o deflactor nacional do PIB assume-se que a inflação terá sido de 10,4% e 1,5%, respectivamente em 1997 e 1998. Com base neste deflactor as variações percentuais dos PIBs provinciais são expressas no Gráfico 3.7 pelas barras mais escuras. Niassa e Nampula aparecem com as taxas menores de crescimento, entre 9% a 10%, enquanto Manica e Tete apresentam as taxas mais elevadas: 18% a 19%, respectivamente.

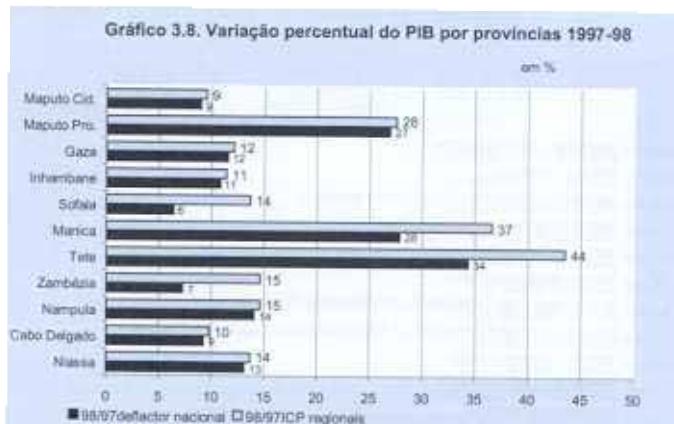
Entretanto, a variação dos preços nas capitais das três grandes zonas do país sugerem comportamentos diferenciados e diferentes. Os IPCs elaborados a partir da recolha dos preços em Nampula, Beira e Maputo apontam para uma inflação diferenciada. Nampula terá tido uma variação de preços de 3% em 1997 e 1% em 1998. Na Beira a variação de preços foi de 15% em 1997 e -5% em 1998. Na Cidade de Maputo, a variação de preços é de 6% em 1997 e de 1% em 1998. Ou seja, a variação média nacional dos preços, baseada nos IPCs regionais, seria de 8% e 1%, respectivamente em 1997 e 1998.

Em conformidade com a perspectiva de desagregação do PIB por regiões e províncias, o uso de deflactores que reflectam as variações regionais afigura-se mais consistente. Os

resultados desta abordagem são expressos no Gráfico 3.7 pelas barras mais claras. Neste caso, as províncias com menores taxas de crescimento real são Zambézia e Sofala, com 9% e 10%, respectivamente. Mesmo as outras duas províncias do Centro apresentam um crescimento menor do que é sugerido pelas barras escuras relativo ao deflactor nacional. Isto é consistente com o facto, como se sublinhou anteriormente, que o ICP da Beira indica uma inflação de cerca de 15% em 1997.

À semelhança do que foi feito para 1997 o Gráfico 3.8 apresenta as variações percentuais do PIB em 1998 também estimadas tanto com o deflactor nacional (barras escuras) como com os ICPs regionais.

Em 1998 os ICPs sugerem que as variações dos preços entre as regiões foram menores do



Quadro 3.4. Crescimento real do PIB entre 1996 e 1998

Região/Província	Ano Base: 1996, Unidades: 10 ⁹ Metacais			Taxa de crescimento real do PIB per capita	
	1996	1997	1998	97/96(%)	98/97(%)
Norte	6.294.693	8.235.227	9.609.027	16,6	10,9
Niassa	774.017	995.369	1.165.620	14,4	11,0
Cabo Delgado	1.548.828	2.091.634	2.365.375	20,5	7,6
Nampula	3.971.848	5.148.225	6.078.031	15,6	12,2
Centro	9.187.304	10.928.573	14.500.442	8,2	12,7
Zambézia	3.216.238	3.778.459	4.734.169	6,9	6,5
Tete	1.229.333	1.503.986	2.359.452	11,2	33,1
Manica	1.288.980	1.566.111	2.338.017	9,8	26,0
Sofala	3.452.753	4.080.018	5.068.805	7,9	5,9
Sul	13.026.323	18.482.250	21.787.253	13,5	8,5
Inhambane	1.402.126	2.005.248	2.367.510	14,1	8,4
Gaza	1.126.989	1.658.521	1.970.536	17,8	9,4
Maputo Pro.	909.729	1.307.009	1.767.005	13,0	22,5
Maputo Cid.	9.586.411	13.511.472	15.682.201	14,5	8,5

¹⁰ O deflactor global do PIB é o melhor indicador da inflação global do PIB. Também conhecido como o deflactor implícito, este deflactor permite identificar as tendências e possíveis variações dos preços. Como medida das tendências da inflação, por vezes, pequenas variações ou erros de medição dos valores e dos preços correntes podem originar resultados muito diferentes na série de preços constantes. 11 A província pior é Cabo Delgado, com 25% de pessoas alfabetizadas e, em segundo lugar, Nampula, com 28,3%.

que em 1997. Esta tendência é ilustrada no Gráfico 3.8, observando-se: por um lado, uma similaridade na maioria das variações dos preços; por outro lado, mesmo nos casos em que os valores são diferentes, a direcção das variações é idêntica.

Claro, qualquer das opções de deflactores, nacional ou regional, não é ainda a mais apropriada, pois não capta a situação e diferenças dos preços específicos em cada província. Contudo, na lógica da desagregação parece mais consistente tomar-se em consideração os deflactores regionais, visto captarem melhor as diferenças de preços a nível nacional.

Esta diferença poderá ser futuramente ultrapassada, quando os deflactores regionais e o nacional passarem a ser a síntese das variações dos preços das diferentes províncias. De imediato, a opção de escolha dum deflactor baseado no índices de preços ao consumidor

(IPC) afigura-se mais consistente com a metodologia de desagregação do PIB por províncias.

O Gráfico 3.9 e o Quadro 3.4 sumarizam os resultados baseados na metodologia de desagregação tanto da produção como do IPC. O Gráfico 3.9 apresenta as variações do PIB real, respectivamente, de 1996 para 1997 e de 1997 e 1998. Por seu turno, o Quadro 3.4 apresenta as variações da taxa de crescimento real per capita.

Produção e bem-estar económico da população

O PIB real per capita (isto é, o PIB dividido pelo número de habitantes) entra no índice IDH como um indicador dos padrões de vida condignos, ou seja, um substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento.

Para que o PIB possa ser usado como indicador do padrão de vida do país é preciso relacionar as variações reais da produção e da população. Só quando o PIB aumenta mais rapidamente do que a população é que se considera teoricamente existir uma melhoria relativa do bem-estar económico.

O PIB per capita de Moçambique a preços correntes atingiu 2,1 milhões de Meticais em 1996 e cerca de 2,8 milhões de Meticais em 1998. Isto corresponde a US\$ 187 em 1996 e US\$ 252 em 1998 (Quadro 3.5).

O PIB per capita produzido na Cidade de Maputo é cerca de seis vezes maiores do que o PIB médio nacional e 11 a 12 vezes maior do que, por exemplo, Zambézia, Tete, Manica e Niassa.

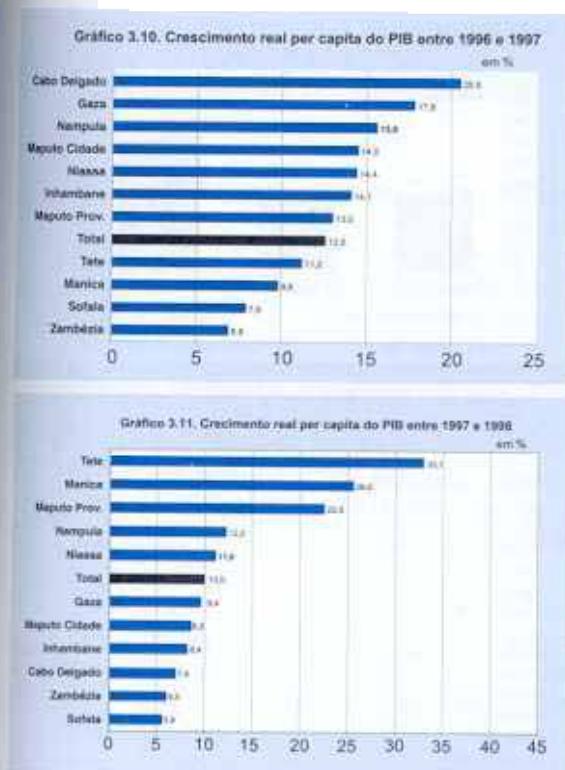
Depois da Cidade de Maputo, com um PIB per capita médio de US\$ 1.242 entre 1996 e 1998, segue-se a província de Sofala com US\$ 300. Um segundo grupo com uma média entre US\$ 150 e US\$ 200 inclui as províncias de Inhambane, Manica, Nampula e Maputo. Finalmente o terceiro grupo entre US\$ 100 e US\$ 150 inclui Gaza, Cabo Delgado, Tete, Zambézia e Niassa.

Entre 1996 e 1997, o PIB nacional de Moçambique cresceu em termos reais 9%. Mas este crescimento resulta de crescimentos provinciais reais bastante diferenciados. Como mostra o Gráfico 3.10 o crescimento do PIB varia entre 2,5% em Niassa e cerca de 12% na Zambézia. Por seu turno, entre 1997 e 1998 (Gráfico 3.11) a variação oscila entre 7,6% em



Quadro 3.5. PIB per capita por regiões e províncias, 1996-1998

Regiões/ Províncias	em 1996 Meticais					em US\$			Média 1996-98
	1996 nominal	1997 nominal	1997 real	1998 nominal	1998 real	1996	1997	1998	
Norte	1344,5	1615,0	1567,9	1808,9	1791,0	121	145	162	143
Niassa	1076,4	1268,0	1231,0	1421,5	1407,5	97	114	128	113
Cabo Delgado	1257,6	1560,9	1515,5	1696,6	1679,8	113	140	152	135
Nampula	1454,4	1730,9	1680,5	1981,9	1942,5	131	155	176	154
Central	1501,0	1867,3	1623,7	2103,4	2214,1	135	168	189	164
Zambézia	1141,2	1403,3	1220,3	1494,0	1572,7	102	126	134	121
Tete	1103,7	1410,7	1226,7	1877,3	1976,1	99	127	169	131
Manica	1372,7	1732,7	1506,7	2181,6	2296,4	123	156	196	158
Sofala	2763,5	3426,2	2981,0	3629,3	3620,3	246	308	326	294
Sul	3979,6	4786,6	4515,6	5244,3	5192,4	357	430	471	419
Inhambane	1519,2	1836,8	1732,9	2010,7	1990,8	136	165	180	161
Gaza	1261,0	1574,0	1484,9	1739,0	1721,8	113	141	156	137
Maputo Pro.	1391,5	1667,4	1573,0	2063,2	2042,8	125	150	185	153
Maputo Cid.	11944,8	14497,0	13676,4	15882,4	15725,2	1072	1301	1426	1266
Moçambique	2079,8	2528,1	2341,6	2808,4	2835,7	187	227	252	222



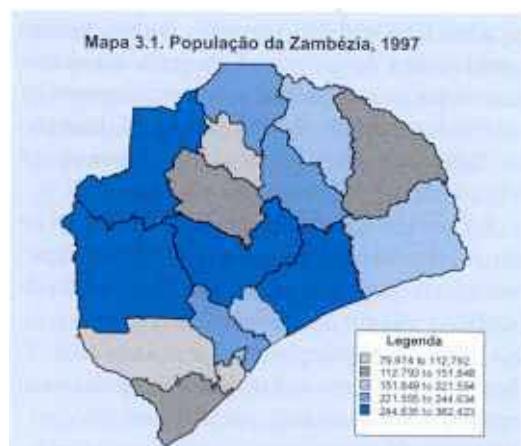
Cabo Delgado e 40,1% em Tete (neste caso por causa da energia de Cabo Brava).

À semelhança da descrição da situação do desenvolvimento humano e da económica apresentada, neste e em capítulos anteriores, o mesmo poderia ser feito com muito maior detalhe para cada região ou província. Tal não é possível no âmbito deste Relatório, por falta de tempo e de espaço. Uma alternativa possível é apresentar-se um esboço de possíveis perfis provinciais e regiões do desenvolvimento humano que poderão ser elaborados, quer em futuros trabalhos idênticos a este quer por outras entidades de pesquisa.

A secção que se segue apresenta um breve perfil do desenvolvimento humano da província da Zambézia. Esta província é escolhida por ser a que possui o menor IDH em Moçambique.

Desenvolvimento humano provincial: O caso da Zambézia

O Quadro 3.6 reúne alguns dos principais indicadores relevantes para a caracterização do desenvolvimento humano na Zambézia, a província identificada por este Relatório como a que possui o menor índice de desenvolvimento



Fonte: INE, Censo 97

Quadro 3.6. Perfil de desenvolvimento humano da província da Zambézia

IDH, 1998	0,173
Índice de longevidade, 1998	0,208
Índice de educação, 1998	0,238
Índice do PIB, 1998	0,070
Contribuição do PIB para o IDH, 1998	14%
Taxa bruta de mortalidade 1997 (por 1000)	26,45
Esperança de vida à nascença, 1997	37 anos
Mulheres	38 anos
Homens	36 anos
Taxa de mortalidade infantil (por 1000)	182,9
Raparigas (por 1000 nascidos vivos)	174,4
Rapazes (por 1000 nascidos vivos)	191,1
Desnutrição crônica (IDS97), <3 anos	37%
Desnutrição aguda (IDS97), < 3 anos	9%
Taxa bruta de Natividade, 1997 (por 1000)	49,98
Taxa Global de Fecundidade	6,6
Rural	6,7
Urbana	6,1
% de mães adolescentes (15-19 anos)	22%
Prevalência de contraceptivos	5%

Condições socio-culturais:

Analfabetismo	70,3%
Mulheres	85,2%
Homens	53,2%
População economicamente ativa	73,2%
Mulheres	71,4%
Homens	75,1%
Taxa de participação económica infantil (7-14 anos)	34,7%
Raparigas	36,1%
Rapazes	33,5%
Acesso da pop. ao serviço de saúde	13,7%
Acesso à água potável (canalizada)	1,5%

Línguas maternas principais

Elomwe	41,8%
Echuwabó	30,6%
Cisena	7,7%
Português	5,2%
Principais Religiões	
Católica	38,6%
Sem religião	19,2%
Protestantes/Evangelica	15,8%
Siazi/Zione	12%
Muçulmana	10%

Fonte: INE (1999); Censo 97; IDS (1996); Quadros em Anexo

humano (IDH) em Moçambique. Os indicadores reunidos, uns de carácter demográfico e outros socio-cultural, são relevantes para se compreender o actual nível de desenvolvimento humano na Zambézia. Mais adiante apresentam-se os indicadores especificamente económicos.

A Zambézia, com 13% da superfície total do país, é a segunda maior província de Moçambique, mas é mais populosa. Em 1999 a população da Zambézia atingiu 3,2 milhões de habitantes, ou seja 19% da população total moçambicana. O Mapa 3.1 apresenta a distribuição populacional segundo a sua densidade por distritos.

Indicadores sócio-demográficos na Zambézia

A Zambézia possui o desenvolvimento humano mais baixo em Moçambique, por um lado, porque possui a esperança de vida à nascença mais baixa de todas as províncias: 38 anos para as mulheres e 36 anos para os homens. O Gráfico 3.12 mostra três das principais taxas de mortalidade causadoras da baixa esperança de vida à nascença na Zambézia, desagregadas por sexos. Em 1997, a mortalidade infantil (0-1 anos) para ambos os sexos foi de 183,2 óbitos por 1.000 nados vivos; a mortalidade pós-infantil (1-5 anos) 150,2 óbitos por 1.000 nados vivos; e a mortalidade na infância, a combinação das duas anteriores (0-5 anos), foi de 306,2 óbitos por 1.000 nados vivos. Em todas categorias, estas taxas são as maiores de todo o país.

O segundo componente do IDH, o nível educacional, mostra que a Zambézia é a terceira província do país com o nível mais baixo de

Mapa 3.2. Esperança de vida, Zambézia 1997

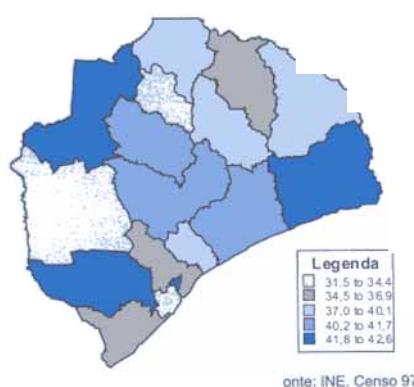
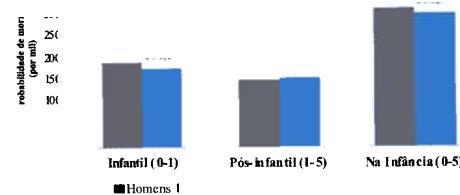


Gráfico 3.12. Mortalidade infantil, pós-infantil e na infância por sexo, Zambézia, 1997



Quadro 3.7. Indicadores macro-económicos provinciais, Zambézia, 1996-1998

	1996	1998
O PIB da Província da Zambézia		
PIB a preços correntes, 1996, em MT		
PIB real per capita, em 10^3 MT		
PIB real per capita,		
Contribuição para o PIB nacional		
Taxa de crescimento do PIB		
Contribuição do PII		
Estrutura percentual do PIB provincial	100,0	100,0
Agricultura	40,01	66,3
Pecuária	6,55	1,1
Florestas	1,98	4,98
Pescas	11,82	5,01
Indústria Mineira	0,12	0,1
Indústria Manufactureira	6,53	7,1
Electricidade e Água	0,29	0,1
Construção	0,43	0,5
Transportes e Comunicações	7,97	
Comércio	15,16	7,8
Restaurantes e Hotéis	0,55	0,8
Serviços de Administração Pública e Defesa	1,57	1,22
Serviços Financeiros e Seguros	2,22	0,40
Serviços de Imóveis e Prestados a Empresas	1,94	1,43
Serviços de Educação	0,90	0,6
Serviços de Saúde	0,32	0,2
Outros Serviços	1,65	1,95
Outros indicadores		
OGE (global) per cap		
Percentagem OE (total)		
Percentagem do OE (:		
APD per capita, em US\$		
Percentagem da APD total recebida	-	-
Inflação, com base do IPC da Beira	-	1,05
Taxa de Cambio (nacional), MT/US\$	11,140	11,395

Fonte: INE, 1999. Anuário Estatístico 1998; UNDP 1999. Relatório de Desenvolvimento Humano 1999; MPF 1999. Orçamento do Estado 1998

alfabetização.¹¹ Em particular, a discrepância no nível educacional entre homens e mulheres é enorme: 46,8% de homens contra apenas 15% das mulheres, respectivamente.

Porém, à semelhança do que se observou para o país em geral no Capítulo 2, tal como existe um grande hiato no nível educacional das mulheres comparativamente ao dos homens (cerca de três vezes inferior ao destes), também existem grandes disparidades em cada sexo por áreas residenciais. O homem urbano na

Zambézia tem um nível de alfabetização 1,7 vezes superior ao homem rural, enquanto a mulher urbana é 3,5 vezes mais alfabetizada do que a mulher rural.

Indicadores macro-económicos da Zambézia

O Quadro 3.7 reúne alguns indicadores macro-económicos da Zambézia relevantes para a caracterização da terceiro componente do desenvolvimento humano que influí no padrão de vida da população: o PIB real per capita.

A economia da província da Zambézia representa cerca de 10% do PIB de Moçambique. O PIB real per capita desta província cresceu de 102 US\$ em 1996, para US\$ 134 em 1998; ou seja, um crescimento médio anual real entre 1996 e 1998 de 9,5%.

O Quadro 3.7 e o Gráfico 3.13 apresentam a contribuição percentual das principais actividades económicas para o PIB provincial da Zambézia.

A agricultura contribui com mais de 60% para a produção total da província, enquanto as restantes actividades económicas contribuem, individualmente, com menos de 10%. As mais relevantes são a indústria manufactureira e o comércio, ambas com aproximadamente 9%.



Dois outros indicadores económicos importantes reflectidos no Quadro 3.7 são a percentagem tanto do Orçamento Geral do Estado (OGE) e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ou ajuda externa directamente alocada à Zambézia.

No primeiro caso, o OGE (corrente e de investimentos) atribuído em 1998 à Zambézia foi 3,1% do OGE total, o que corresponde a US\$ 5 per capita. Esta percentagem refere-se ao

OGE global, do qual 71% é atribuído para despesas nacionais e regionais; só os restantes 29% é que são directamente atribuídos às províncias. Considerando a distribuição destes 29% atribuídos às províncias, a Zambézia recebe do OGE cerca de 11% do total (Governo de Moçambique, 1998).

Quanto à APD, a Zambézia beneficiou aproximadamente de 2% do valor global recebido por Moçambique no período 1995-97, o que corresponde a uma média anual de US\$ 7 por pessoa nos três anos. Cerca 67% da referida ajuda externa foi distribuída para o âmbito nacional e regional, enquanto os restantes 33% é que foram directamente para as províncias. Destes 33%, a Zambézia recebeu cerca de 6,5% (PNUD, 1999).

As dimensões variadas da pobreza na Zambézia

Taxa de incidência da pobreza absoluta e índice da pobreza humana

O MPF-UEM-IFPRI (1998) analisou a dimensão da pobreza na perspectiva do consumo e do rendimento de forma exaustiva. Com um consumo médio mensal por pessoa de 143.585 MT, em termos nominais, o perfil provincial da pobreza na Zambézia indica uma incidência de pobreza absoluta de 68,1%. Isto é, cerca de 2,1 milhões de pessoas em 1997 viviam abaixo da linha de pobreza absoluta.

À semelhança do índice de incidência, o índice de pobreza humana (IPH) indica existirem também cerca de 2,1 milhões de pessoas que em 1997 viviam em condições de privação humana extrema.

A diferença, porém, é que os 67,3,1% no caso do IPH dizem respeito não ao consumo alimentar e não alimentar corrente, mas a um composto das privações nas variáveis do desenvolvimento: privação de sobrevivência (P1), privação de conhecimento (P2) e privação de um padrão de vida adequado (P3).

O que é que revela o IPH sobre a pobreza na Zambézia?

O Quadro 3.8 apresenta de forma discriminada o IPH da Zambézia, conjuntamente com o IPH da região Centro juntamente com os valores relativos à região Norte e ao País em geral, como referência comparativa.

Quadro 3.8. Índice de pobreza humana, Moçambique 1997

	Província	Centro	País
Índice de Pobreza Humana (IPH) (%)	65,3	60	56,8
P_1 - Privação de sobrevivência (anos)	46,8	39,7	39,1
P_2 - Privação de conhecimento (%)	70,3	62,8	60,5
P_3 - Composto da privação de um padrão de vida adequado(%)	72,7	69,5	64,6
$P_{3,1}$ População sem acesso a água potável	98,5	94,1	91,5
$P_{3,2}$ População sem acesso a serviços de saúde	86,3	81,1	78,2
$P_{3,3}$ Crianças com peso deficiente (< 3 anos)	33,2	33,4	26,1

Fonte: RDHMM98

O que é que o IPH revela sobre a pobreza humana na Zambézia? Primeiro, relativamente à sobrevivência da população estima-se que cerca de 46,8% das pessoas (ou seja 1,5 milhões de pessoas) não sobrevivem além dos 40 anos de idade. Segundo, 70% dos zambezianos são analfabetos. Terceiro, 73% dos zambezianos não têm um padrão de vida adequado.

O valor da variável relativa à privação dum padrão de vida adequado sugere que a pobreza humana é ainda mais acentuada do que a taxa de incidência de pobreza absoluta do MPF-UEM-IFPRI revelou. Enquanto a incidência de pobreza absoluta (68,1%) mede o consumo corrente, a variável P3 estima a privação dum conjunto de condições de vida não menos importantes: a percentagem da população sem acesso a água potável (98,5%) e sem acesso a serviços de saúde (86,3%), bem como a percentagem de crianças menores de três anos com peso deficiente.

Para além da referência que o Quadro 3.6 já faz a estes indicadores sobre as condições vida, aquele quadro inclui também a indicação da percentagem de crianças na actividade económica. Segundo o Censo 97 a taxa de participação laboral infantil aumenta com a idade e é mais elevada para as mulheres, atingindo uma média geral de 34,7% entre os 7 e os 14 anos.

Economia e estratégias de redução da pobreza absoluta

A redução da pobreza na Zambézia dependerá, em grande parte, da capacidade e possibilidade, tanto dos agregados familiares como do governo, melhorarem o bem-estar material e social das pessoas.

No Capítulo 2 mencionou-se já o grande hiato entre a Zambézia e a Cidade de Maputo e o grande

esforço que aquela província precisa de reduzir as suas carências ou défice em desenvolvimento humano: cerca de 83% em relação ao valor máximo do IDH possível.

Ainda que nos anos recentes tenha existido um crescimento real da economia, trata-se de um crescimento económico recente. É indispensável que tal crescimento se mantenha, a médio e longo prazo, para que o nível elevado das carências em desenvolvimento humano possa, de facto, ser substancialmente reduzido.

Em 1997, a Zambézia possuía cerca de 2,1 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta. Na presente década, a população da Zambézia deverá aumentar em 19% (cerca 600.000 pessoas) até ao ano 2005, sendo o crescimento no primeiro quinquénio de 35% (1,1 milhões de pessoas) até finais de 2010. Assim, a redução do número de pessoas que se encontram em situação de pobreza absoluta e pobreza humana requer um duplo esforço: a redução da pobreza herdada do passado e a pobreza que, por inércia do crescimento demográfico, se adicionará à pobreza actualmente existente.

Se as simulações e resultados obtidos pelo MPF-UEM-IFPRI (1998) forem correctas, a grande dependência da população da agricultura constituirá um dos principais obstáculos para a redução da pobreza absoluta na Zambézia. Com os níveis actuais de produtividade, o MPF-UEM-IFPRI (1998) suspeita que tanto a expansão da área cultivada por agregado familiar como o aumento da produção nas culturas de rendimento nomeadamente cajú, árvores de fruta, coco, algodão, chá e na pecuária, terão um contributo mínimo na melhoria dos níveis de consumo médio da população e, consequentemente, na redução da pobreza absoluta.

Em contra partida, o MPF-UEM-IFPRI (1998) sugere que a transferência de um adulto do sector agrícola, tanto para o sector industrial e construção como para o sector de serviços, poderá ter um impacto significativo no aumento dos rendimentos e no consumo da população.

O sucesso das estratégias de combate à pobreza requer tanto a vontade e empenho político específicos como capacidades e disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros. Ao mesmo tempo, as inferências atrás referidas parecem cruciais para a definição de estratégias e programas de acção pela redução da pobreza absoluta e pobreza humana em geral.

Moçambique tem uma alta incidência de pobreza rural. Estimativas oficiais indicam que 71,2% da população rural pode ser classificada como pobre, com um consumo real de cerca de US\$ 12 por mês. De mencionar que de uma população estimada em 16 milhões de habitantes em 1997, 74,7% dos moçambicanos vive no campo. Dados oficiais indicam que 81,8% da população classificada como pobre encontra-se nas zonas rurais, pondo em risco a sustentabilidade do desenvolvimento. Esta situação, que é consequência da ausência de um desenvolvimento agrícola, exacerbada devido ao fraco desenvolvimento das infra-estruturas de transporte e comunicação e o acesso limitado aos serviços sociais.

Além disso, a população não tem acesso ao crédito que possa financiar as actividades agrícolas. Uma solução a curto prazo com possibilidade de êxito seria a utilização das agro-indústrias como intermediárias financeiras entre os bancos e o sector familiar. Como promover o desenvolvimento de mercados financeiros rurais com vista a reduzir a pobreza em Moçambique? Como superar os entraves ao desenvolvimento de mercados financeiros rurais, incluindo os altos custos de seleção e supervisão de dívidas e fazê-los cumprir os prazos de reposição do crédito?

Sistemas financeiros bem sucedidos têm capitalizado nas características da economia local e usado as instituições sociais e os vínculos económicos existentes. A experiência em África indica que há muita procura de serviços e instrumentos de poupança, serviços de pagamento e transferência de dinheiro, assim como crédito nas áreas onde existem mecanismos de comercialização. Os custos de transação associados ao crédito rural são altos devido às dificuldades de transporte e comunicação e de obtenção de informação relevante que permita a construção do perfil de risco. Entretanto a experiência noutras quadrantes mostra que o problema dos custos de transação pode, e tem sido superado de várias formas:

1. Abertura de programas de captação de poupança nas regiões. Embora no princípio esta estratégia alcance somente os produtores de grande escala, pode mais tarde penetrar profundamente as áreas rurais, desde que os bancos recebam depósitos de poupanças de cooperativas do sector familiar.

2. A banca comercial evita o contacto directo com o produtor, e concede os empréstimos por atacado a empresas de fornecimento de insumos, cooperativas, comerciantes ou outras entidades que financiam directamente o sector familiar. Os intermediários com um melhor conhecimento dos seus clientes podem fazer empréstimos em espécie a custos mais baixos, e obter níveis de reembolso muito mais altos do que um banco poderia assegurar.

3. Uso das redes de associações e grupos de produtores. Empréstimos a grupos proporcionam um conhecimento detalhado e providenciam os mecanismos de pressão social para o seu reembolso. Os altos custos de avaliação, monitoreio e obtenção de reembolsos para os empréstimos são designados a outro agente, reduzindo os custos para o banco e acrescentando a viabilidade de fazer empréstimos em zonas rurais.

4. Financiamento bancário a investimentos de baixo custo em irrigação e outras formas de gestão de recursos hídricos com vista a reduzir os riscos causados pela falta de chuvas adequadas e atempadas.

5. Financiar a produção de culturas de rendimento para a exportação já que estas são elásticas e uma boa colheita em Moçambique não afectaria os preços.

6. Negociar com o produtor para receber uma fatia previamente determinada do preço de venda real da cultura de exportação e assegurar-se contra a queda dos preços internacionais durante a época de compras.

7. Fazer cumprir os prazos de reembolso de empréstimos mediante o vínculo entre o comerciante e o sector familiar, o qual é marcado

por laços de interdependência e a presença física dos credores.

As agro-indústrias em Moçambique oferecem uma solução 'empacotada' ao problema do crédito rural a curto prazo. A agro-indústria acumula muitas das características das metodologias acima descritas, a despeito de se basear numa relação de dependência entre o produtor e seus clientes, e oferece uma outra forma de ultrapassar os habituais entraves ao sistema financeiro rural. A agro-indústria em Moçambique tem um relacionamento antigo e estreito com o sector familiar. Conhece bem o sector, e usa esta informação para canalizar os seus empréstimos e apoiar actividades de capacitação. Devido ao acordo que garante a compra da colheita do sector familiar, a agro-indústria tem meios para fazer cumprir os prazos de pagamento dos empréstimos. As agro-indústrias sofisticadas podem vender seus produtos em mercados internacionais, protegendo-se contra a queda de preços internacionais através de contratos futuros. Pelas razões acima indicadas, a agro-indústria serve bem como um primeiro passo, no processo de abertura das zonas rurais de Moçambique a mercados nacionais e internacionais.

A agro-indústria pode trazer consigo outras soluções para diferentes aspectos da problemática do desenvolvimento em Moçambique. Poderia, por exemplo, entrar em parceria com o governo na gestão de serviços de infra-estruturas, e na manutenção das estradas, produção de energia e telecomunicações.

Qual é a situação das agro-indústrias em Moçambique? De um modo geral, elas representam uma proporção significativa do valor das manufaturas em Moçambique. Dados do INE indicam que o processamento de alimentos representa 60% do valor da indústria transformadora, com as indústrias têxteis e de produção de roupa e artefactos de madeira, representando outros 11%. Um inquérito recente a 146 empresas em Moçambique indica que as vendas do sector processador de alimentos (indicador para as agro-indústrias) cresceu a uma taxa anual de 28% entre 1992 e 1997. O crescimento foi baseado no uso de capacidade já instalada. O sector de processamento de alimentos utilizou 47% da sua capacidade produtiva em 1998.

A redução da pobreza em Moçambique passa pelo aumento da renda e melhoramento do bem-estar rural. O crescimento da produção agrícola e a produtividade laboral contribuem de modo substancial para estes objectivos. O alto nível de interacção entre as agro-indústrias e o sector familiar torna-os parceiros importantes na promoção do desenvolvimento rural. Há muitas formas pelas quais as agro-indústrias poderiam participar na produção de bens e serviços públicos, tais como estradas, formação de grupos de produtores, produção de tecnologias novas, onde o retorno social é muito maior que o privado. Esta situação justifica um 'subsídio inteligente' do governo (ou outras agências) na produção destes serviços.

Existem muitos riscos para a parceria pública-privada em apoio ao desenvolvimento rural. Um deles é o uso do poder do monopólio por parte de empresas privadas, numa situação onde o mercado não esteja bem desenvolvido. Outro é que as instituições do Governo, envolvidas na supervisão desta parceria, prefiram seguir os seus próprios interesses (e não os do sector público). Existe ainda o risco da má alocação de recursos públicos a projectos que o sector privado teria executado independentemente de haver ou não projectos de importância política e programas secundários sem retorno económico ou social. Deve-se prevenir contra estes riscos. Mas os possíveis retornos económicos e sociais são altos o que justifica a utilidade desse exercício...

James Coates, Representante Residente do Banco Mundial, excertos de uma comunicação apresentada num seminário em Chimoio - 21 de Julho de 1999

As fontes de rendimento dos agregados

Quais são as principais fontes de rendimento dos agregados familiares em Moçambique? Qual a importância do trabalho assalariado para a sobrevivência dos moçambicanos pobres, tanto nas zonas rurais como nas urbanas?

A dificuldade de obter um quadro coerente das fontes de rendimento em Moçambique, quer seja a nível "macro" quer "micro", reside no facto de que poucos inquéritos foram realizados desde o início da década 1990. São raros os inquéritos que incluem informação específica sobre rendimentos. Com a notável excepção do Inquérito aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida (IAF96-97), nenhum dos inquéritos se pode afirmar como tendo uma representatividade nacional.

Este capítulo examina criticamente as estatísticas de emprego já existentes, partindo da hipótese de que o trabalho assalariado urbano e rural é mais importante do que se reconhece hoje em Moçambique. Em particular, argumenta-se que o declínio nos níveis de emprego formal, nas décadas de 1980 e 1990, tem sido acompanhado pela casualização da mão-de-obra. Isto acontece em todo o país, tanto nas zonas rurais como urbanas, e não exclusivamente na região Sul, que é tida tradicionalmente como dependente dos salários.

A guerra provocou uma interrupção das actividades económicas e reduziu a dependência em relação à agricultura como fonte principal de rendimento da população rural. Hoje, embora a terra continue a ser uma fonte de rendimento fundamental para muitos agregados familiares, rurais e urbanos, o mercado de mão-de-obra agrícola assalariada está a expandir como resultado, entre outros factores, dum crescimento desequilibrado e acesso desigual aos recursos. Além disso, nas áreas urbanas, a mão-de-obra assalariada continua a ser uma das mais importantes fontes de rendimento também dentro do sector informal, geralmente considerado como o sector de auto-emprego por excelência. Numa perspectiva de género, as mulheres moçambicanas estão, progressivamente a exercer actividades remuneradas e a ficar menos confinadas aos seus papéis 'tradicionais' e estereotipados.

No passado, as estratégias de combate à pobreza rural têm-se concentrado principalmente no que se designa de 'pequeno produtor' ou 'sector familiar' e, em particular, no esforço de aumento da segurança de posse de terra e da produtividade agrícola. Apesar da sua extrema importância, poucas políticas explícitas têm resultado em intervenções direcionadas para a maximização da geração de empregos, com vista a contribuir directamente para a redução da pobreza. Muito menos se tem enfatizado o acesso dos pobres ao trabalho assalariado.

Mas não será que se tem estado a subestimar a importância do trabalho assalariado, quer seja ele permanente, sazonal ou eventual, na melhoria do bem-estar dos moçambicanos?

A análise que se segue retrata o quadro agregado das fontes de rendimento dos agregados familiares nas zonas rural e urbana de Moçambique. Seguidamente apresentam-se dados agregados sobre o trabalho, dando uma ênfase particular ao conceito de população economicamente activa, o tamanho da mão-de-obra assalariada e as tendências de emprego. A terceira secção apresenta dados mais desagregados, com vista a retratar a dinâmica e características do mercado laboral urbano e rural em Moçambique e desafiar a percepção prevalecente sobre a natureza do trabalho rural. A última secção discute de forma breve as análises desagregadas de estratégias de subsistência em determinadas partes do país, com o objectivo de obter uma melhor ideia sobre estratégias de sobrevivência da população moçambicana e apresenta conclusões e implicações políticas do estudo.

O perfil da pobreza rural

O Perfil da Pobreza Rural de 1996 (PPR) produzido pela Unidade de Alívio à Pobreza (UAP) é uma das poucas fontes oficiais de informação sócio-económica anterior à conclusão do IAF96-97. Utilizando os inquéritos realizados entre 1991 e 1995, o PPR divulga algumas informações úteis sobre as principais características da pobreza em Moçambique até à primeira metade da presente década e inclui uma pequena secção sobre as fontes de rendimento dos

agregados familiares urbanos e rurais. Segundo o PPR a percentagem de agregados familiares que não vende produtos cultivados ou produzidos no seio familiar é marcadamente maior nas províncias de Maputo e Gaza, no Sul, em Sofala, Tete e Manica, no Centro, e Niassa, no Norte. Como se pode ver no Quadro 4.1, dessas seis províncias, cinco (a excepção é o Niassa) também apresentam a percentagem mais alta de agregados familiares com rendimentos que não provêm da produção agrícola. Nas províncias de Inhambane, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, entretanto, há uma alta percentagem de agregados familiares que dependem mais da venda dos seus produtos e menos da renda fora da machamba.¹

Quadro 4.1. Fontes de Rendimento do Agregado Familiar Rural

Província	% de agregados familiares que não vendem a sua produção	% de agregados familiares sem fontes de rendimento	% de agregados familiares com rendimentos não agrícolas
Niassa	70,8	83,5	9,6
Cabo Delgado	63,3	87,1	12,1
Nampula	59,3	76,8	9,3
Zambézia	60,7	87,4	20,3
Tete	79,8	73,1	42,5
Manica	66,3	87,9	29,7
Sofala	79,1	80,2	35,2
Inhambane	57,4	65,9	19,3
Gaza	78,2	76,9	32,5
Maputo	77,8	53,3	59,8
Total	68,3	77,2	24,1

Fonte: PPR 1996, Anexo 23

Estes dados parecem confirmar a generalização muito em voga de que os agregados familiares no Sul (e particularmente no Centro) dependem mais dos rendimentos provenientes de fora da machamba, enquanto que no Norte acontece o oposto.

O PPR contém igualmente alguns dados sobre as fontes de rendimento dos agregados familiares urbanos, segundo o nível de pobreza (pobreza absoluta, pobreza e não pobreza) e a localização geográfica (por exemplo, cidade grande - Maputo, Nampula, Beira e Matola, e cidade pequena - todas as capitais das outras províncias).²

Como pode ser observado no Quadro 4.2, a produção própria, o trabalho assalariado e o comércio, em ordem de importância, são as

Quadro 4.2. Estrutura das Fontes de Rendimento do Agregado Familiar na Cidade de Maputo e outras Capitais de Província

Tipos de Fonte	Pobre absoluto		Pobre		Não-pobre	
	Cidade Grande	Cidade Pequena	Cidade Grande	Cidade Pequena	Cidade Grande	Cidade Pequena
Trabalho Assalariado	30,7	45,2	34,2	37,6	37,4	22,7
Produção Própria	53,8	28,3	49,7	27,6	39,5	18,1
Comércio Alugar de Propriedade	4,5	12,9	17,0	19,1	20,4	33,9
Transferências	1,8	8,5	2,2	8,8	3,5	17,7
Outras Recipais Renda de Poupanças e Empreendimentos	0,1	0,7	0,0	1,7	0,2	0,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: PPR 1996, Anexo 23

fontes de rendimentos mais importantes nas grandes cidades entre as três categorias.³

Embora o trabalho assalariado e o comércio estejam positivamente correlacionados com o nível de pobreza, existe uma relação negativa entre nível de pobreza e a produção própria. Nas cidades pequenas, pelo contrário, existe uma correlação negativa entre o trabalho remunerado, a produção própria e o nível de pobreza, assim como uma correlação positiva e forte no que diz respeito ao comércio. Entre os agregados familiares não pobres, de facto, o comércio corresponde a quase 40% dos rendimentos. No que concerne a outras fontes de rendimentos, as transferências desempenham um papel importante, sobretudo nas cidades pequenas, entre as três categorias de consumo, e a poupança entre os indigentes nas grandes cidades.

Estes dados são obviamente insuficientes para formular qualquer conclusão sobre as fontes de rendimento dos agregados familiares, especialmente quando se considera que os dados não são representativos a nível nacional. Na melhor das hipóteses, eles podem providenciar algumas informações úteis a partir das quais se podem formular generalizações que serão examinadas minuciosamente nas próximas secções.

O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares 1996-97

Perante a escassez generalizada de dados estatísticos de fontes de rendimento, o IAF96-97 constitui uma excepção notável, posto que é,

¹ Infelizmente, o PPR não oferece uma definição rigorosa de produção própria, rendimento não-agrícola, entre outros. Note-se também que as Províncias da Zambézia e Nampula são as mais populosas do país, cada uma com aproximadamente 3,1 milhões em 1997. Em conjunto, estas duas províncias concentram cerca de 40% da população moçambicana (ver Anexo Estatístico).

² A diferença entre os agregados familiares pobre e não pobre está baseada na linha de pobreza fixada em 2.200Kcal/pessoa/dia. Uma linha de pobreza absoluta está determinada em 1760 Kcal/pessoa/dia (PPR 1996, Anexo 3).

³ De salientar que o Anexo do PPR não apresenta nenhuma definição das categorias de rendimentos. Tentativamente, à "produção própria" deve ser incluído o "trabalhador autónomo".

de facto, o banco de dados sócio-económicos mais recente e abrangente.⁴ Do ponto de vista deste estudo, os dados do IAF96-97 são um tanto desalentadores, na medida em que a intenção do inquérito foi dirigida principalmente ao levantamento de dados sobre despesas de consumo ao invés do consumo propriamente dito.⁵ O IAF96-97, contudo, inclui alguns dados sobre rendimentos e estrutura da população economicamente activa, que podem ser usados para obter um quadro agregado das fontes de rendimento da população moçambicana. Baseado na elaboração dos dados do IAF96-97, o INE apresenta alguns resultados sobre as fontes de rendimento segundo as macro regiões, nomeadamente, Sul, Centro e Norte, tanto a nível familiar ou individual (INE, 1998). Os dados sobre rendimento reunidos pelo IAF96-97 incluem:

Rendimentos monetários

- Rendimentos provenientes de emprego, incluindo o salário de ocupação principal, ocupação secundária e gratificações;
- Rendimentos provenientes do auto-emprego, incluindo a venda de produtos cultivados ou processados no seio familiar e outros produtos adquiridos;
- Rendimentos provenientes de propriedade, incluindo aluguer e dividendos;
- Transferências (incluindo dívidas-empréstimos, remessas de entrada e saída nacionais e internacionais);

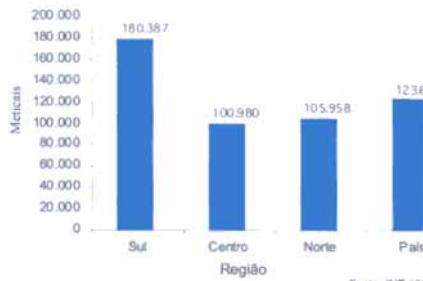
Rendimentos em género

- Rendimentos em género, na forma de transporte, géneros alimentícios e aluguer a título gracioso fornecidos pelas empresas aos trabalhadores também foram incluídos na estimativa;
- Estimativa da renda de aluguer, no caso de proprietários que ocupam propriedade pessoal;
- Consumo de produtos produzidos pelo agregado familiar.

De acordo com a elaboração dos dados produzidos pelo INE, entre Fevereiro de 1996 a Março de 1997, a média mensal de rendimento dos agregados familiares em Moçambique esteve na ordem de 598.530 Mts (US\$ 46), o que corresponde a 123.647 Mts por pessoa (INE, 1998:51). Se estas estimativas forem comparadas às despesas de consumo (isto é, naquelas em que se baseia o cálculo da linha de pobreza), nota-se que este, em média, é 29.000 Mts mais elevado.⁶ Apesar desta discrepância, pode-se chegar às seguintes generalizações:

Primeiro, a média de rendimentos do agregado familiar no Sul do país é quase duas vezes maior que no Centro e Norte (veja Gráfico 4.1). Esta diferença, segundo o INE, pode ser atribuída à estrutura da força de trabalho: uma maior proporção de trabalhadores está nos sectores secundário e terciário da economia, onde os salários são mais elevados, que no primário (INE, 1998). Como se pode depreender do Gráfico 4.1, a média de rendimentos per capita no Sul está na ordem de 180.387 Mts, comparada às estimativas relativamente baixas para o Centro, 100.980 Mts e para o Norte, 105.958 Mts (INE, 1998: Gráfico 11.1).

Gráfico 4.1. Média de rendimentos per capita por região, Moçambique 1997



Fonte: INE 1998, Graph 11.1

Segundo, existe também uma diferença substancial entre o rendimento da população no campo e na cidade. Enquanto que a média mensal de rendimentos do agregado familiar na cidade é estimada em cerca de 993.780 Mts. (ou 177.413 Mts/per capita), esta estimativa para o campo é de 523.444 Mts. (o que corresponde a 111.454 Mts/per capita).⁷

⁴ O IAF96-97 foi designado e implementado pelo INE e foi levado a cabo entre fevereiro de 1996 a abril de 1997. A amostra consiste em 8.274 agregados familiares e tem representatividade nacional embora não tenha uma cobertura nacional completa, dado que a informação sobre pelo menos 10 dos 128 distritos do país ainda está a faltar.

⁵ A secção de despesas do questionário do IAF96-97 foi formulada com mais detalhes que a secção de rendimentos.

⁶ O consumo total é o indicador mais comum apesar dos problemas práticos relacionados com o seu cálculo. A sazonalidade dos salários, particularmente nas áreas rurais, faz com que a renda se torne um indicador "ruidoso". Para além disso, os entrevistados enfrentam dificuldades objectivas em detalhar as suas fontes de rendimento de um modo significativo e são propensos a subestimar os níveis de riqueza (portanto no relatório do INE C>Y). O único meio de obter uma estimativa precisa, segundo Deaton, é "mediante a imposição de uma fórmula de cálculo dos dados e com aplicação construir estimativas a partir das inúmeras respostas às questões sobre os componentes específicos que contribuem para o total" (Deaton, 1997:29). Contudo, a obtenção de estimativas detalhadas de todas as transações de agregados familiares extensos e complexos é uma tarefa exaustiva. As limitações e o custo deste procedimento são, portanto, tão severos que levam ao questionamento do valor de pô-lo à prova. (Ibid. 1997)

⁷ É importante ter em mente que, de acordo com o documento do UPM, o preço por caloria é sempre mais elevado nas áreas urbanas, assim como no Norte do país (UPM 1998: cap. 1).

Terceiro, de acordo com o INE, as fontes principais de rendimentos em Moçambique são: auto-emprego (54%), o qual inclui a venda de produtos cultivados ou processados no seio familiar, trabalho assalariado (19%) e renda de propriedade (6%). O Quadro 4.3 apresenta as principais fontes de rendimentos no campo e na cidade: nos centros urbanos, o trabalho assalariado representa a maior fonte de rendimentos. Em média, em todas áreas urbanas os agregados familiares recebem mensalmente cerca de 458.228 Mts desta fonte, o que equivale a 81.841 Mts per capita. Por outro lado, o trabalho autónomo no campo representa 60% dos rendimentos enquanto que a importância do trabalho assalariado baixa vertiginosamente. O trabalho autónomo e o autoconsumo representam cerca de 80% da renda total.

Quadro 4.3. Estrutura de rendimentos mensal por lugar de residência e fonte (%)

Fontes de Rendimento	Urbano	Rural	Total
Rendimento Total	100,0	100,0	100,0
Trabalho Assalariado	46,1	9,1	18,9
Trabalhador Autónomo	36,2	60,0	53,8
Consumo Próprio	2,2	19,8	15,1
Rendimento de Propriedade	7,7	5,4	6,0
Outros e Transferências	7,2	5,8	6,2

Fonte: INE, 1998; Número 11.1

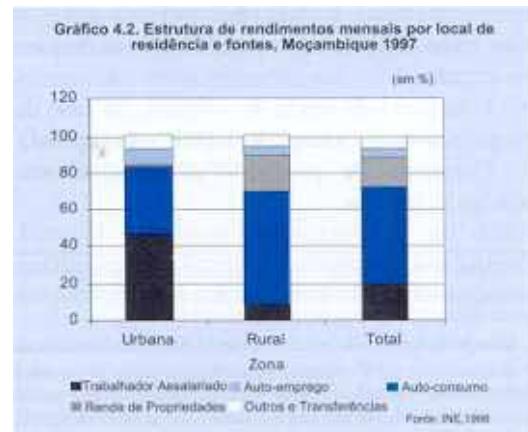
Quando se consideram as três macro-regiões de Moçambique, o auto-emprego parece representar a maior fonte de rendimentos em todas as zonas do país. Comparando os rendimentos mensais per capita por região, a contribuição desta fonte para o rendimento total não é muito diferente. A maior distinção, que se nota entre as regiões no que concerne a cada uma das fontes de rendimentos, manifesta-se nos diversos modos de contribuição do trabalho assalariado. A contribuição do trabalho assalariado para o rendimento total no Sul está na ordem de 29,2%, enquanto que as cifras para o Centro e Norte correspondem a 14,6% e somente 9,8%, respectivamente. (Ibid. 1998).

A representatividade limitada do PPR e informação igualmente frágil sobre o rendimento dos agregados familiares nele contida tornam difícil a comparação dos dados sobre rendimentos entre este estudo e os resultados do IAF96-97. Com base nos resultados desses estudos, pode-se formular, contudo, as seguintes generalizações:

- O rendimento do agregado familiar é claramente mais elevado no Sul do país que no Centro e Norte;
- O rendimento do agregado familiar urbano é cerca de duas vezes mais elevado que o rendimento do agregado familiar rural;
- No âmbito nacional, o auto-emprego representa a fonte principal de rendimento. Este resultado persiste mesmo quando os dados estão desagregados por região. A contribuição do trabalho assalariado para o rendimento total oscila bruscamente por região e é mais importante no Sul que nas outras regiões.

Enquanto que no campo o auto-emprego representa 60% do rendimento total, na cidade, o trabalho assalariado é o rendimento mais importante. Mesmo que os resultados do PPR sejam aceites, esta estimativa só é válida para cidades pequenas. Nas grandes cidades, a produção própria e o auto-emprego e, entre os não pobres, o comércio, superam o rendimento dos salários em importância.

Todavia, estas generalizações devem ser comparadas às cifras que se obtêm mediante uma análise dos dados mais desagregados. Fontes adicionais de informação sobre a estrutura de rendimentos da população moçambicana podem ser obtidas mediante a análise dos dados agregados de emprego e outros mais específicos sobre o mercado de trabalho urbano e rural. Este é precisamente o objectivo das duas próximas secções.



Emprego em Moçambique

Força de Trabalho economicamente activa

Segundo as estimativas mais recentes que foram elaboradas pelo INE a partir dos dados do IAF-96-97, cerca de 62% da população moçambicana dos 7 anos em diante é economicamente activa (INE, 1998:38).⁸ A percentagem da população economicamente activa é marcadamente mais elevada no campo que na cidade (66,6% contra 40%). Do ponto de vista do INE, este resultado deve ser atribuído ao facto de que no campo quase todas as mulheres trabalham nas machambas, enquanto que na cidade existem mais mulheres a dedicarem-se aos afazeres domésticos ou aos estudos. Nas zonas urbanas, de facto, apenas 32% das mulheres são consideradas economicamente activas contra 69% nas zonas rurais (Ibid. 1998).

A força de trabalho assalariada e as tendências de emprego

Com base nos dados do IAF-96-97, é possível ensaiar um cálculo tentativamente o tamanho da força de trabalho assalariada do país. O Censo de 1997 enumerou um total de 15,7 milhões de habitantes, embora devido às omissões, se estime que a população total supera os 16,1 milhões (INE, 1999). A população economicamente activa foi estimada em 7,4 milhões de pessoas. Com base nas estimativas apresentadas no *Understanding Poverty in Mozambique: The First National Assessment*⁹ (UPM) cerca de 10% desses 7,4 milhões de pessoas podem ser definidas como trabalhadores assalariados ou receberam outra forma de pagamento durante a semana que precedeu a entrevista (MPF/IFPRI 1998). Segundo os dados do IAF-96-97, portanto, a força de trabalho assalariada em Moçambique seria de 740.000 pessoas.

Contudo, a grande dúvida reside no facto de que as avaliações do número absoluto de trabalhadores assalariados em Moçambique varia drasticamente de acordo com as poucas fontes de dados disponíveis. Em 1997, a UNESCO elaborou um estudo em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, com base em estatísticas oficiais e "estimativas aproximadas", afirmava que cerca

de 1,4 milhão de indivíduos estavam empregados em troca de algum tipo de salário em Moçambique. Embora este estudo tenha estimado a população total em 18 milhões, a cifra produzida pela OIT excede em duas vezes a estimativa dos dados do IAF-96-97 (740.000) (UNESCO/OIT 1997, veja também Vletter, 1995). De salientar que esta estimativa é distorcida em relação aos empregos do sector formal. O estudo da UNESCO/OIT calculou o número de trabalhadores assalariados nos seguintes sectores: emprego formal do sector privado (agrícola ou não agrícola), serviço público, serviço doméstico e trabalhadores e emigrantes. A única referência explícita a empregos no sector informal tem a ver com as actividades do sector informal não agrícola, ao mesmo tempo que não esclarece qual a categoria de empresas agrícolas fora do agregado familiar a que se refere e se esta cobre o sector formal ou informal, ou ambos (Ver Quadro 4.12) (UNESCO/OIT, 1998).

Quadro 4.4. Estimativa da mão-de-obra por categoria

Emprego Formal no Sector Privado	500.000
Não-Agrícola	460.000
Agrícola	40.000
Serviço Público	100.000
Serviço Doméstico	150.000
Empresas Agrícolas fora do Agregado Familiar	250.000
Sector Informal não-agrícola	250.000
Trabalhadores Emigrantes	150.000
Total	1.400.000

Fonte: OIT/UNESCO, 1997: Quadro 3

Outro aspecto de controverso diz respeito ao número de trabalhadores emigrantes. Enquanto o estudo da UNESCO/OIT estima em 150.000, uma recente cifra produzida por Vletter refere a existência de 500.000 trabalhadores emigrantes, embora ele admite que "as cifras para os trabalhadores emigrantes no exterior podem ser muito mais altas" (Vletter, 1998:8). A este respeito, existem mais evidências que comprovam a existência de muitos trabalhadores moçambicanos ilegais na África do Sul, não somente no sector mineiro, mas também nas plantações (Sender e Johnstone, 1996; Standing, Sender e Weeks, 1998).

⁸ Veja a definição pelo INE de população economicamente activa, usada para determinar a força de trabalho, assim como outros termos encontrados neste documento.

⁹ Os dados do IAF-96-97 também foram analisados pelo anterior Departamento de População e Desenvolvimento Social que trabalhou em colaboração com o International Food Policy Research Institute (IFPRI). O documento UPM inclui um perfil da pobreza que, inter alia, apresenta os dados mais recentes sobre emprego e a composição da força laboral.

Os dados disponíveis sobre as tendências de emprego parecem sugerir que o emprego no sector formal, quer no campo, quer nas cidades, tem estado em declínio constante desde os primeiros anos dos 1980s à década 1990. Este declínio foi causado pela combinação da guerra, a estagnação económica e a privatização e restruturação empresarial (Vletter, 1995). Segundo as estatísticas oficiais, em 1980, empregados e trabalhadores assalariados representavam 16,5% da força de trabalho (população total: 12,1 milhões de pessoas). Aproximadamente 1/3 dos homens (31,1%) e somente 3,6% das mulheres foram classificados como assalariadas. O Inquérito Demográfico Nacional de 1991 estimou o emprego assalariado em 16% da força de trabalho, e apontou para um decréscimo na percentagem de homens em empregos assalariados (28,5%), enquanto que as mulheres aumentaram a sua participação para 5,2% (população total: 14,4 milhões) (Ibid., 1995). Como foi mencionado anteriormente, dados mais recentes sugerem que aproximadamente 10% da força de trabalho activa é composta por trabalhadores assalariados.

O emprego assalariado masculino corresponde a cerca de 16% e o feminino, cerca de 4% (população total: 16 milhões. INE, 1998: Quadro 4.11; UNDP, 1998; DPDS-UEM-IFPRI, 1998). Considerando-se o crescimento populacional, o declínio na força de trabalho assalariada parece ter ocorrido entre 1991 e 1997. Este último resultado constitui, em parte, uma surpresa, se se tiver em consideração que o crescimento económico e o aumento da produção agrícola nos últimos 4 anos.

Em resumo, existe uma controvérsia em relação ao número absoluto de pessoas que dependem do trabalho assalariado em Moçambique. Pode-se supor que o questionário do IAF-96-97, pelo menos em teoria, deveria ter sido capaz de registar o emprego formal e informal. No entanto, a estimativa da força de trabalho assalariada baseada nos seus dados é marcadamente inferior - quase duas vezes mais baixa - a que foi produzida pela UNESCO/OIT. Como será discutido mais adiante, é provável que as cifras mais recentes, que podem ser elaboradas a partir do IAF-96-97, subestimem consideravelmente o tamanho da força laboral moçambicana. Não só esta estimativa é contra-

intuitiva, dada a importância dos salários nas áreas urbanas, como também é questionável se se considerarem as evidências de pequena escala que serão examinadas posteriormente.¹⁰

As fontes de dados sobre o mercado de trabalho rural e urbano

Para compreender o grande potencial do trabalho assalariado para o alívio da pobreza em Moçambique, é necessário analisar minuciosamente os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho no campo e na cidade. Argumentar-se-á mais adiante que, enquanto o bem-estar urbano está frequentemente associado a disponibilidade de trabalho assalariado, nas zonas rurais muitas vezes ignoram-se os resultados potencialmente benéficos da expansão do trabalho assalariado. Ou seja, ignora-se e subestima-se o número de pessoas que já dependem dessa fonte de rendimento para a sua sobrevivência.

O mercado de trabalho rural

Informação sobre o mercado de trabalho rural em Moçambique é limitada e está dispersa em vários estudos de pequena e grande escala realizados pelo governo e instituições académicas. Algumas contribuições foram seleccionadas para uma breve análise, embora seja dispensada maior atenção à secção do UPM sobre emprego.

O Perfil da Pobreza Rural

Segundo o PPR de 1996, cerca de 19% dos agregados familiares rurais contratam mão-de-obra assalariada, notavelmente nas operações de colheita.¹¹ Embora o uso de trabalho assalariado seja mais frequente entre os agregados familiares que detêm grandes porções de terra, o PPR afirma que somente 28% dos agregados familiares que possuem mais de 3 hectares de terra contratam trabalhadores assalariados. A utilização de camponeses assalariados é mais alta na região Norte e mais baixa na região Sul, mas a quantidade do contrato de mão-de-obra é tão baixa que não justifica a existência de um mercado de trabalho rural.

Contudo, apesar de os salários derivados

¹⁰ De lembrar que as estimativas do INE apresentadas na secção 2 são igualmente elaboradas com base nos dados do IAF-96-97.

¹¹ O PPR elabora aqui a informação contida no Inquérito Agrícola levado a cabo em 1993/1994 pelo Ministério da Agricultura.

deste tipo de emprego constituirem uma fonte de rendimento adicional aos produtos da machambá, estas oportunidades são ainda muito limitadas. Somente 11% dos adultos masculinos que pertencem aos agregados familiares rurais encontram emprego fora das suas machambas. As mulheres adultas têm menos probabilidade de trabalhar fora da machambá, mas é provável que as mulheres da zona Sul se dediquem mais a trabalhos fora da machambá que as da região Norte. O PPR conclui que o mercado de trabalho rural é bastante pequeno. Entretanto, afirma-se que "...este quadro reflecte a realidade do momento em que o inquérito foi realizado. É possível inferir que as oportunidades de emprego remunerado tenham melhorado com o retorno dos antigos deslocados e o aumento significativo da produção agrícola." (PPR, 1996: 14). A propósito, este fenómeno já está a ocorrer.

Entendendo a pobreza em Moçambique: A primeira avaliação nacional

Os resultados do UPM sobre emprego e composição da força laboral, baseados nas respostas aos questionários podem ser resumidos da seguinte forma (para mais detalhes sobre questões discutidas ao longo desta secção veja a secção sobre força de trabalho no Anexo Estatístico):

- Em resposta à pergunta: "Qual foi a sua situação laboral na última semana?", constatou-se que somente 44% dos entrevistados trabalharam em troca de alguma forma de pagamento durante o período de referência. O número de estudantes equivaleu a 20%, enquanto que 16,9% trabalharam para a família sem remuneração e 7,8% dedicaram-se aos afazeres domésticos sem pagamento. Estas quatro categorias representam aproximadamente 90% das respostas. Dos 10% restantes, 8,3% dos entrevistados, particularmente jovens e idosos, indicaram "outro", enquanto somente 0,8% consideraram-se como desempregados e 0,9% estavam empregados na semana anterior, mas não trabalharam por estarem de férias ou doentes (MPF/IFPRI, 1998:70).

A partir da diferença entre, não pobre, pobre e pobre absoluto,¹² o UPM chega às seguintes conclusões:

- A nível nacional, é mais provável que o não pobre esteja a trabalhar por um salário ou remuneração que o pobre e o pobre absoluto. A ajuda a família sem pagamento e, em menor escala, as tarefas domésticas compensam a diferença entre os pobres.
- No campo, é mais provável que o não pobre constitua a força de trabalho que o pobre e o pobre absoluto. Estima-se que 55% dos não pobres estejam empregados, contra 42,2% de pobres e 39,8% de pobres absolutos. Cerca de 22,5% dos pobres absolutos entram na categoria "ajudar a família sem pagamento", contra 21,4% e 14,6% de pobres e não pobres, respectivamente.
- Embora a proporção da força de trabalho abaixo dos 16 anos seja maior entre os pobres (15,4%) e os pobres absolutos (16,7%) que os pobres (13,2%), a distribuição etária da força laboral sugere que no campo a situação tende a estar pouco nítida. Com vista a evitar resultados confusos de distintas distribuições etárias entre agregados familiares pobres e não pobres, é possível analizar a percentagem de cada grupo etário que está a participar na força de trabalho.
- Nas áreas rurais, a percentagem de crianças entre 7 e 11 anos de idade na força de trabalho é aproximadamente a mesma para pobres e não pobres. Indivíduos pobres e indigentes entre os seus 12 a 15 anos têm maior probabilidade de participar na força de trabalho que um não pobre na mesma faixa etária, enquanto que um indivíduo não pobre entre 16 e 20 anos tem maior probabilidade de estar a trabalhar que seu homólogo num agregado familiar pobre.
- Os dados sobre emprego estão desagregados por sector, isto é, agricultura e pesca, comércio e serviços, serviços públicos, indústria e mineração, construção, transporte e comunicação. No campo, 95% da força laboral está empregada no sector agrícola, sendo que o pobre absoluto e pobre têm mais probabilidade de serem empregados neste sector que o não pobre. Por outro lado, é mais provável que este último seja contratado pelos sectores de "comércio e serviços" e "serviços públicos". Do mesmo modo, os dados são analisados por índices de pobreza, a saber, índice individual, índice diferencial da pobreza e índice diferencial ajustado da pobreza e o sector de emprego. Nas áreas rurais, a pobreza é extrema entre aqueles que estão a trabalhar no sector de "agricultura e pesca", mas as diferenças

¹² O UPM está preocupado com a pobreza absoluta. Uma linha da pobreza absoluta é determinada com base na linha da pobreza alimentícia aumentada por uma linha da pobreza não-alimentícia. Expressa-se em termos monetários (5.285,92 Meticais/pessoa/dia, 1 dólar americano=12.500 Mts). Indivíduos que não logram alcançar a linha são considerados pobres, enquanto aqueles acima da linha são não-pobres. A linha da pobreza absoluta constitui 60% da linha referencial da pobreza (UPM, 1998:capítulo 2).

nos níveis de pobreza entre os sectores de emprego não são profundas.

- Segundo os dados do UPM, existem duas categorias de emprego dominantes em Moçambique: o auto-emprego e aquele que trabalha no seio familiar sem pagamento. A nível nacional e nas áreas rurais, os trabalhadores por conta própria são marcadamente não pobres. Aqueles que trabalham para o sector familiar sem receber salário, em todo o país e no campo, tendem a ser eminentemente pobres e pobres absolutos.

O UPM apresenta igualmente dados sobre a proporção de unidades familiares que contratam mão-de-obra agrícola. Estima-se que a nível nacional 13,2% dos agregados familiares moçambicanos empregam mão-de-obra.

Esta é uma estimativa mais conservadora que a encontrada no PPR (19%). Nas zonas rurais, 11,6% de todos os agregados familiares empregam mão-de-obra. Segundo os dados do UPM, o emprego de mão-de-obra é significativamente mais pronunciado entre os agregados familiares não pobres. É provável que estes últimos usem duas vezes mais mão-de-obra contratada nas suas machambas que os pobres. Nas zonas rurais, 17,3% dos agregados familiares não pobres empregam mão-de-obra contra 9,3% dos agregados familiares pobres e 7,1% dos pobres absolutos. O emprego de mão-de-obra, portanto, figura como um indicador da probabilidade de ser um agregado familiar pobre ou não pobre. (MPF/IFPRI, 1998).

Evidência adicional de inquéritos de pequena escala

Dados adicionais sobre emprego rural estão dispersos em vários inquéritos de pequena escala. A evidência apresentada nestes estudos aponta para a existência de um contexto rural bastante dinâmico em Moçambique. Muitos agregados familiares rurais já não dependem exclusivamente da terra para sua sobrevivência, mas sim de uma cada vez maior fonte diversificada fonte de rendas, incluindo rendimentos provenientes do emprego assalariado sazonal e eventual. Apesar disso, é importante estar atento ao facto de que a evidência está fragmentada e não pode ser generalizada. Na melhor das hipóteses, pode-se usá-la como base

para desafiar as generalizações prevalecentes.

Um estudo realizado em Nampula e Cabo Delgado confirma a existência de agregados familiares pobres que não possuem terra num contexto de aparente abundância do recurso e detectou desigualdades substanciais na posse de terras. Isto mostra igualmente como agregados familiares sem terras e a ponto de perdê-las estão a transformar-se, progressivamente, em trabalhadores assalariados para assegurar a sua sobrevivência (Francisco de Marrule 1998).¹³ Um estudo levado a cabo em zonas rurais e urbanas de Nampula, Zambézia, Manica, Sofala e no distrito de Matarara na Província de Tete aponta para a existência de 840.000 pequenas e médias empresas (PME) empregando aproximadamente 1,4 milhões de pessoas. Esta cifra inclui trabalhadores por conta própria, trabalhadores não assalariados e aprendizes. Como pode ser observado no Quadro 4.5, o emprego assalariado corresponde a 15% da cifra total, o que equivale a 210.000 pessoas, das quais 2/3 estão no campo (MSU/MOA, 1997: Quadro 3.1).

Benfica (1998) usa os mesmos dados, desagregados por província, e confirma a magnitude do número de trabalhadores assalariados das PME em zonas rurais na sua análise sobre a contribuição das PME para a renda dos agregados familiares (Benfica, 1998:91 veja também Quadro 4.6)

Existem ainda algumas evidências fragmentadas da existência do mercado de mão-de-obra rural assalariada, particularmente, dentro e em redor de áreas de produção agrícola de grande escala.

Um número substancial de mão-de-obra assalariada feminina e masculina trabalha nos campos de algodão da Lomaco em Chokwé, província de Gaza (Cramer e Pontara, 1998). Segundo estes autores, o número de trabalhadores sazonais e eventuais nas plantações de algodão da Lomaco subiu de 157 em Outubro de 1997 para 1.228 em Janeiro do ano seguinte (Cramer e Pontara, 1998:118). Este é igualmente o caso na região de influência da Lomaco dentro e em redor do distrito de Montepuez, Cabo Delgado, onde milhares de trabalhadores, incluindo crianças, encontram trabalho sazonal nos chamados lotes de algodão dos pequenos produtores (ou sector familiar).

Segundo fontes locais, o mercado para mão-

¹³ Francisco de Marrule, entretanto, enfatiza o acesso à terra mais como um factor urgente para a sobrevivência do pobre absoluto, que a exploração da implicação do potencial de alívio à pobreza mediante o desenvolvimento de oportunidades de trabalho assalariado.

Quadro 4.5. Força de Trabalho nas PMEs

Estrutura da Força de Trabalho	Número de Pessoas		
	Rural	Urbano	Total
Total de Pessoas Activas nas PMEs	1.146.112	267.166	1.413.278
Trabalhadores Proprietários	707.715 (62%)	156.018 (58%)	863.734 (61%)
Trabalhadores Não-Assalariados	214.745 (19%)	54.807 (21%)	269.554 (19%)
Trabalhadores Assalariados	167.286 (15%)	42.280 (16%)	209.566 (15%)
Aprendizes	56.364 (5%)	14.586 (5%)	70.950 (5%)
Nº de Trabalhadoras	234.125 (20%)	89.411 (33%)	323.536 (23%)
Nº de Trabalhadores com menos de 15 anos	44.096 (4%)	24.825 (9%)	68.922 (5%)

Fonte MOA/MSU 1997:10

de-obra sazonal e eventual assalariada está a desenvolver-se nas áreas de maior afluência de "pequenos produtores", cuja produção de algodão tem crescido consideravelmente nos últimos cinco anos (Pontara, 1998: Notas de Trabalho de campo). As grandes companhias de algodão como a Lomaco e a João Ferreira dos Santos

(JFS) estão a diminuir progressivamente o cultivo directo e a optar por esquemas mais rentáveis assentes no recurso ao pequeno produtor.¹⁴ Estes esquemas contribuem para o agravamento das diferenças sociais no campo no que diz respeito à entrada, localização e tamanho da propriedade de terra, para além do acesso a instrumentos de produção que estão longe de serem uniformes (Ibid. 1998).

Outra pequena evidência do dinamismo dos mercados de mão-de-obra rural encontra-se na análise de Pitcher sobre as relações agrárias em determinados distritos de Nampula. Assim, "Em Monapo, as disparidades entre os agregados familiares ricos e pobres são gritantes. Dos 33 agregados familiares entrevistados, os 10% mais ricos controlam 1/3 da área total de terra, para além de que todos os grandes proprietários empregam mão-de-obra e transportam a sua colheita de algodão para o mercado em tractor ou camião. De igual modo, os seus recursos materiais eram superiores em número aos da média dos agregados familiares. Todos tinham rádios, bicicletas, cadeiras, camas, utensílios de cozinha e baldes plásticos" (Pitcher, 1998:138).¹⁵

O trabalho de Pitcher em Nampula ilustra o

Quadro 4.6. Nível e Estrutura da Força de Trabalho nas PMEs por Província

Estrutura da Força de Trabalho	Província/Distrito					
	Nampula	Zambézia	Mutarara	Manica	Sofala	Área de Estudo Total
Número de Pessoas Empregadas (% de empregados em cada categoria)						
Total de Pessoas Activas nas PMEs	352.713	400.860	46.410	89.648	155.013	1.044.644
Trabalhadores Proprietários	228.951 (64,9%)	242.174 (60,4%)	27.454 (59,2%)	53.444 (59,6%)	109.339 (70,5%)	661.362 (63,3%)
Trabalhadores Assalariados	61.618 (17,5%)	46.905 (11,7%)	2.651 (5,6%)	10.176 (11,4%)	14.602 (9,4%)	135.915 (13,0%)
Trabalhadores Não-assalariados	43.550 (12,3%)	92.592 (23,1%)	15.034 (32,4%)	16.780 (18,7%)	27.050 (17,5%)	195.006 (18,7%)
Aprendizes	18.595 (5,3%)	19.189 (4,8%)	1.307 (2,8%)	9.248 (10,3%)	4.002 (2,6%)	52.361 (5,0%)
No. de mulheres entre os trabalhadores	44.888 (12,7%)	78.809 (19,7%)	17.649 (38,0%)	36.243 (40,4%)	43.877 (28,3%)	221.466 (21,2%)
No. de menores de 15 entre os trabalhadores	10.824 (3,1%)	14.185 (3,5%)	3.268 (7,0%)	5.601 (6,2%)	9.407 (6,1%)	43.286 (4,1%)

Fonte: Benfica 1998: 91

¹⁴ A Lomaco tem diferentes acordos com os produtores de algodão. Em geral, a companhia oferece crédito para a compra de insumos no princípio da estação e mais tarde desconta estes custos na colheita quando os pequenos produtores vendem o seu produção para a companhia (trabalho de campo do autor, 1998).

¹⁵ De salientar que dois grandes proprietários foram entrevistados por Pitcher durante o seu trabalho de campo na província de Nampula, os quais possuíam 16,5 e 12,5 hectares cultivados.

nível de estratificação económica dos agregados familiares. Muitos camponezes e os sem-terrás ou devedores dos proprietários coexistem com pequenos agricultores que podem produzir para subsistência e para o mercado, assim como de agricultores de média e larga escala que possivelmente produzem um excedente considerável, podendo responder aos incentivos do mercado. Os processos de troca e o envolvimento entre a terra, o mercado de trabalho e crédito destes participantes não são uniformes nem iguais. É provável que as estratégias que eles utilizam na luta pela subsistência também sejam diferentes.

Mais evidências da diferenciação social e da importância histórica da mão-de-obra assalariada em Moçambique podem ser encontradas em inúmeras fontes (Wuyts, 1989; Hermele, 1992; O'Laughlin, 1996).

O mercado de trabalho urbano

Os mercados de trabalho urbanos têm sido objecto de mais estudos do que os mercados rurais. Em parte, o maior enfoque nos mercados de trabalho urbanos em detrimento dos rurais foi ditado pelo conflito armado prolongado e que, enquanto durou, tornou muitas zonas rurais praticamente inacessíveis.

Fontes de informação

Os resultados do UPM sobre emprego e composição da força de trabalho, com base nas respostas às questões do inquérito podem ser resumidas, da seguinte maneira:¹⁶

- Em resposta à questão: "Qual foi a sua situação laboral na última semana?", somente 44% dos entrevistados trabalharam em troca de alguma forma de pagamento durante este período de referência. Estudantes representaram 20%, enquanto que 16,9% trabalharam para a família sem pagamento e 7,8% dedicaram-se a afazeres domésticos sem pagamento. Estas quatro categorias correspondem a aproximadamente 90% das respostas. Dos restantes 10%, 8,3% dos entrevistados, particularmente

pessoas jovens e idosos, responderam "outro", enquanto que 0,8% se consideraram como desempregados e 0,9% estavam empregados na semana anterior, mas não trabalhavam ou porque estavam de férias ou doentes (MPF/IFPRI, 1998:70).

Com base na diferença entre não pobre, pobre e pobre absoluto, o UPM elabora conclusões sobre as zonas urbanas, a saber:

- A nível nacional, é mais provável que os não pobres estejam trabalhando por um salário ou pagamento que os pobres e pobres absolutos.¹⁷ "Ajurar a família sem pagamento" e, em menor medida, "trabalho doméstico" compensam a diferença entre os pobres.
- Dentro da categoria de trabalho sem pagamento, o "trabalho doméstico" é mais acentuado nas zonas urbanas.

Nas zonas urbanas, a participação dos pobres e dos não pobres na força de trabalho é semelhante, mas o facto de ter emprego não constitui por um factor de distinção entre pobres e não pobres.

A distribuição etária da mão-de-obra sugere que nas zonas urbanas a força de trabalho tende a ser mais jovem no caso dos pobres e pobres absolutos que dos não pobres. Em particular, a proporção de pessoas entre os 7 e 15 anos de idade que trabalha é consideravelmente mais alta nas categorias pobre absoluto e pobre (e em menor medida o mesmo ocorre no grupo de 16 a 20 anos), enquanto que entre os não pobres, uma grande proporção da força de trabalho está formada por pessoas entre 30 e 59 anos. No intuito de evitar resultados confusos de distribuições etárias diferentes entre agregados familiares pobres e não pobres, é possível analisar a percentagem de cada grupo etário que está a participar na força de trabalho. Nas zonas urbanas, a percentagem de membros na força de trabalho nos quatro grupos etários dos 7 aos 29 anos é claramente mais elevada para os pobres, o que confirma a tendência mencionada no ponto anterior.

Os dados sobre emprego também estão desagregados por sector, isto é, agricultura e pescas, comércio e serviços, serviços públicos, indústria e mineração, construção, transporte e

¹⁶ O UPM não inclui uma análise de género desagregada dos dados de emprego. Dado que o INE fornece alguma informação desagregada sobre género e despesas divididas em 5 grupos, a seguinte análise será integrada pelas estimativas do INE onde seja possível.

¹⁷ O UPM está preocupado com a pobreza absoluta. Uma linha da pobreza absoluta é determinada com base na linha da pobreza alimentícia aumentada por uma linha da pobreza não-alimentícia. Expressa-se em termos monetários (5.285,92 Meticais/pessoa/dia, 1 dólar americano=12.500 Mts). Indivíduos que não logram alcançar a linha são considerados pobres, enquanto aqueles acima da linha, não-pobres. A linha da pobreza absoluta constitui 60% da linha referencial da pobreza (UPM, 1998:capítulo 2).

comunicação. Presencia-se nas zonas urbanas a uma correlação positiva clara entre pobreza e emprego no sector agrícola, e em quase todos os outros sectores a situação é distinta, onde o não pobre provavelmente trabalha em comércio e serviços, serviços públicos, indústria e mineração e transporte e comunicação.

O sector de construção parece não apresentar nenhum modelo claramente definido. Os dados são também analisados pelos índices de pobreza, e o índice individual, índice diferencial da pobreza e índice diferencial ajustado da pobreza e sector de emprego. Nas zonas urbanas, a mais alta incidência da pobreza está entre os agricultores urbanos. As diferenças do nível da pobreza entre os sectores de emprego são mais acentuadas que nas zonas rurais.

Segundo os dados do UPM, há duas categorias dominantes de emprego em Moçambique: o auto-emprego e o trabalho familiar sem pagamento. A nível nacional e nas zonas rurais, os trabalhadores por conta própria são desproporcionalmente não pobres. No entanto, o oposto acontece entre aqueles que trabalham no seio familiar sem remuneração, isto é, tanto a nível nacional como nas zonas urbanas, são os pobres e pobres absolutos que mais claramente tendem a dedicar-se a este tipo de trabalho.

O UPM, de igual modo, apresenta dados sobre a proporção de agregados familiares que contratam mão-de-obra agrícola. Estima-se que a nível nacional, 13,2% dos agregados familiares moçambicanos empregam mão-de-obra. Esta estimativa é mais moderada que a encontrada no PPR (19%). O emprego de mão-de-obra aparenta ser mais comum nas zonas urbanas que nas rurais. De acordo com os dados do UPM, o emprego de mão-de-obra é consideravelmente mais pronunciado entre os agregados familiares não pobres. Nas zonas urbanas, 43,5% dos agregados familiares não pobres empregam mão-de-obra, enquanto que os pobres e pobres absolutos que empregam mão-de-obra são, respectivamente, 17,6% e 16,9%. O emprego de mão-de-obra, portanto, parece ser um forte indicador da probabilidade de um agregado familiar ser pobre ou não pobre (MPF/IFPRI 1988).

Evidência adicional

No seu estudo sobre pobreza humana em Moçambique, Desai elabora importantes evidências sobre os modelos de actividades em

Maputo e outras capitais de província. Segundo este autor, o aspecto chocante dos modelos de emprego nas capitais de província não reside na diferença de actividades, mas sim no facto de que uma percentagem muito elevada dos chefes dos agregados familiares são empregados em actividades agrícolas. Ele afirma que "a diversificação que se associa à industrialização está a começar. A impressão geral que se tem, excepto em poucas cidades como Maputo e Beira, é que as zonas urbanas em Moçambique são, em grande parte, povoações agrícolas concentradas" (Desai, 1997:27). Há uma dificuldade na comparação entre os resultados de Desai e os produzidos pelo UPM para as zonas urbanas, posto que o último não está desagregado em Maputo e capitais provinciais.

Desai apresenta inúmeros resultados sobre modelos de emprego em Maputo e nas capitais de província. De acordo com seu estudo, em Maputo e nas capitais provinciais dificilmente existem diferenças na taxa de participação masculina, enquanto que a participação da mão-de-obra feminina é mais baixa em todas as cidades, assim como mostram uma maior variação etária. O resultado parece confirmar a estimativa da baixa percentagem de mulheres urbanas economicamente activas em Moçambique avançada pelo INE. Uma componente que se evidencia claramente é que em Maputo e outras capitais provinciais, uma grande percentagem de homens e mulheres no principal grupo etário, que corresponde à faixa entre 20 e 24 anos, não trabalhou na semana anterior à entrevista (57% de homens e 62% das mulheres em Maputo e 49% dos homens e 58% das mulheres nas capitais de província) (Desai, 1997:30).

Do mesmo modo, Desai produz algumas evidências interessantes da correlação entre gastos per capita e actividades. Os dados mostram que em Maputo, os homens provenientes dos agregados familiares mais pobres têm maior probabilidade de trabalharem no sector privado, enquanto que o auto-emprego é um fenómeno mais comum entre os 20% mais ricos.

A percentagem de homens empregados no sector público é relativamente constante nas cinco categorias agrupadas de acordo com a natureza dos gastos. As mulheres, entretanto, mostram características diferentes: em Maputo, é mais provável que as mulheres mais ricas estejam empregadas pelo governo e no sector público que o sector privado, cooperativo, ou de

auto-emprego. Se os dados são analisados pela actividade principal, os homens mais pobres tendem a estar envolvidos na construção, transporte e comunicação e, provavelmente, os provenientes de agregados familiares ricos trabalham na administração pública e serviços sociais. A natureza agrícola das estruturas de actividades das capitais provinciais fica mais evidente quando as mulheres são analisadas. Aproximadamente um terço das mulheres, particularmente as mais pobres, trabalham no sector agrícola (Desai, 1997:33).

Finalmente, pode-se argumentar que em Maputo uma enorme percentagem dos adultos que participam na força de trabalho vive do trabalho assalariado (isto é, sector privado e público). Nas capitais provinciais, o sector privado é menor e inclui os adultos provenientes dos agregados familiares ricos. O sector de auto-emprego, frequentemente identificado como sector informal, é maior nas capitais das províncias que em Maputo. A composição por sectores da força laboral mostra que o trabalho agrícola representa uma ínfima parte em Maputo, mas tem importância nas capitais das províncias, mesmo entre os 20% mais ricos, onde a agricultura é a principal ocupação de aproximadamente 30% dos adultos. Além disso, a diversidade de actividades é muito maior em Maputo. Enquanto que nas capitais provinciais a agricultura e o comércio absorvem juntos uma grande percentagem da força de trabalho, em Maputo, os sectores industrial, de transporte e comunicação e de administração pública empregam uma proporção considerável da mão-de-obra adulta.

Vletter mostra algumas evidências do sector informal urbano, particularmente, em Maputo. Segundo este autor, o sector informal urbano em Moçambique é maioritariamente constituído pelo pequeno comércio no mercado ou nas esquinas das ruas, que produz um valor mínimo e pouco contribui para o PIB. De acordo com esta visão um tanto ou quanto desalentadora, o sector informal "é muito romântizado e alvo de muitas estratégias económicas para a criação de empregos e alívio à pobreza, quando se deveria reconhecer o seu significado real para milhões de moçambicanos - o último recurso quando não existe outra alternativa para a sobrevivência" (Vletter, 1995:10).

Apesar deste comentário um pouco céptico, Vletter evidencia um quadro dinâmico do sector

informal urbano onde as pessoas podem obter rendimentos regulares honestos. Ele enfatiza que as actividades informais não são sinónimo de actividades ilegais: praticamente todos os vendedores pagam algum tipo de imposto oficial e muitas micro-empresas (isto é, empresas do Grupo C) são obrigadas a pagar uma taxa anual que oscila entre 80.000 e 120.000 Mts. Em Maputo, existem hoje 45 mercados oficiais, para além de 22 temporários (também conhecidos como "dumba nengues") que produzem rendimentos para cerca de 40.000 vendedores. Num inquérito a 63 vendedores, os rendimentos oscilavam de um mínimo de 50.000 por mês a um máximo de mais de 2.000.000 Mts mensais: cerca de 27% ganhavam menos 100.000 Mts. por mês e 62% menos de 200.000 Mts mensais. Encontrou-se somente um número relativamente reduzido (16%) que obtinha mais de 400.000 Mts mensais (Vletter, 1995).

De salientar que dentro do sector informal, amplamente reconhecido como um sector de auto-emprego por excelência existe um grupo de empregados sujeitos a uma exploração desenfreada. Segundo Vletter, um estudo concluiu que 42% das mulheres que operam actividades próprias empregam mão-de-obra, embora a forma de pagamento seja mais em espécie que em salários (esta última forma de pagamento corresponde a 7% dos casos) (Ibid. 1995). Para além do comércio, inúmeras outras actividades produtivas, tais como, carpintaria, oficinas mecânicas e de soldadura, ferraria, entre outros, têm lugar no sector informal. Vletter afirma que um pequeno inquérito entre 12 empresas sem licença mostrou que, em média, 2,6 trabalhadores são empregados com salários que oscilam de 80.000 a 180.000 Mts mensais (Vletter, 1995:13).

Em resumo, o sector informal não é formado apenas por trabalhadores por conta própria, como frequentemente se imagina, mas também por um substrato de trabalhadores assalariados. Esta categoria aparece na análise em diversas ocasiões, reforçando a hipótese principal deste estudo.

Os trabalhadores sazonais e eventuais são invisíveis?

O que é que se pode fazer com os dados sobre o mercado de trabalho urbano e rural? Eles são geralmente o produto de estudos que têm como enfoque diferentes partes do país,

definem categorias de emprego diversificadas e desagregam informação de maneiras distintas.

Os resultados do UPM sugerem que os pobres constituem minoria na força de trabalho relativamente aos pobres, quer a nível nacional quer nas zonas rurais. Nas zonas urbanas, pelo contrário, parece que não há diferença entre pobre e não pobre na força laboral. Com base nas evidências de pequena escala, entretanto, pode-se questionar que este poderia ser o caso quando se considera apenas o emprego do sector formal bem remunerado, mas é improvável que seja o caso fora do emprego formal. Como foi mostrado, de facto, parece que o trabalho sazonal e eventual nas zonas urbana e rural é uma prerrogativa do segmento mais pobre da população. Os resultados gerais do UPM são questionados tanto por algumas evidências (fragmentadas) em Moçambique, como também por evidências substanciais na África Austral (Sender e Smith, 1990; Sender e Johnston, 1996; Standing, Sender e Weeks, 1996; Guyer, 1997), as quais confirmam que muitos dos indivíduos e agregados familiares mais pobres carecem de acesso aos meios de produção e dependem de salários irregulares e extremamente baixos obtidos nos mercados irregulares de trabalho rural sazonal e eventual. De facto, a análise do UPM sobre emprego sublinha que os agregados familiares não pobres têm maior probabilidade para empregar mão-de-obra tanto no campo como nas cidades. Ainda não existe uma análise que se refira às características dessa mão-de-obra assalariada, assim como não há menção alguma de sua existência em todo o relatório.

Por outro lado, há que enfrentar a dificuldade de comparar os estudos do UPM e de Desai, nos quais este último expõe dados com uma maior desagregação urbana de Maputo e das capitais provinciais. Tampouco se poderia comparar directamente com os resultados do PPR sobre fontes de rendimentos urbanos em cidades grandes e pequenas discutidos algures neste estudo. A relação entre pobreza e emprego no sector agrícola, por exemplo, não é tão evidente na análise de Desai, como na do UPM. Embora isto não seja aplicável aos homens em Maputo, por exemplo, é correcto em relação às mulheres. No entanto, no caso das capitais provinciais, a relação é correcta. Segundo Desai, o trabalho assalariado (sector público ou privado) é maior em Maputo

que nas capitais das províncias, embora os dados do PPR mostrem que, pelo menos entre os pobres e pobres absolutos, o trabalho assalariado seja a principal fonte de rendimentos em pequenas cidades.

Como se pode ver, o quadro de fontes de rendimento parece muito confuso e contraditório quando diferentes estudos são comparados. Um aspecto importante, contudo, é a invisibilidade da mão-de-obra assalariada pobre nos grandes inquéritos, como no caso do IAF-96-97. Esta omissão é bastante alarmante, dado que, com base no IAF-96-97, um número de estudos muito influentes têm sido conduzidos. Estes estudos, tais como o UPM ou o INE 1998, são de igual modo os que mais influenciam a tomada de decisões e a formulação de políticas.

Estratégias de subsistência: Evidências seleccionadas

As estratégias de sobrevivência dos agregados familiares abarcam, de um modo geral, múltiplas actividades em vários mercados, sobretudo entre o segmento mais pobre da sociedade. Evidências das múltiplas fontes de rendimento a que recorrem os agregados urbanos e rurais estão dispersas em diversos inquéritos de pequena escala, cuja abordagem é limitada. Este estudo analisa algumas evidências que foram seleccionadas do sector informal urbano em Maputo, estratégias de subsistência no povoado de Ndixe e geração de rendimentos em Massoane, Djavanhanne, Banga e Netia.

Subsistência no povoado de Ndixe

Waterhouse apresenta um relato interessante da economia de pós-guerra do povoado Ndixe, na província de Maputo (Waterhouse, 1999).¹⁸ Segundo esta autora, a economia de pós-guerra em Ndixe pode ser melhor entendida dentro do seu contexto histórico. Ndixe estava antes da guerra claramente integrada à economia da mão-de-obra masculina migratória que levou à perda constante dos homens ali nascidos.

No caso dos emigrantes que mantinham os seus agregados familiares em Ndixe, a prática comum foi a combinação do trabalho migratório e de actividades agrícolas no seu próprio lote, incluindo criação de gado (caprino ou bovino). Isto era possível mediante a divisão tradicional

¹⁸ O povoado de Ndixe está situada a uns 12 Km, noroeste da cidade de Marracuene, no distrito costeiro de Marracuene, na província de Maputo. Ao norte, o distrito limita-se com Manhiça e a oeste, com o distrito de Moamba, o qual faz fronteira com a África do Sul. Vindo da regiões montanhosas da África do Sul, o rio Incomati corre ao longo do distrito, unido no norte com o seu afluente, o Rio Bobole. Este vale fluvial provou ser uma ajuda fértil para o pobre, solos arenosos típicos na maior parte do distrito, que termina dentro do plano costeiro ao redor da Baía de Maputo (antiga Baía Delagoa).

do trabalho por género, na base do qual os homens emigravam em busca de trabalho assalariado, enquanto as mulheres se responsabilizavam pela machamba. Durante os períodos de emigração, este sistema de trabalho significou uma divisão bem demarcada das tarefas dentro dos agregados familiares, no que concerne ao género e linhas de gerações. A divisão do trabalho e responsabilidades eram, portanto, interdependentes.

Dentro da economia de interdependência urbano-rural estabelecida pelo sistema de trabalho migratório, a terra era um recurso crucial, isto é, uma componente fundamental que lhes dava segurança - o lugar para onde poderiam voltar no fim da cada contrato. Este era o domínio principal das mulheres no que concerne à produção e gestão diária, embora não usufruissem do direito de propriedade ou do seu controlo. Todos os entrevistados em Ndixe, excepto um, descreveram as respectivas mães como camponesas. No que diz respeito à vida das mães e mulheres anterior à guerra, os entrevistados, de um modo geral, fizeram também referência à falta de mobilidade das mulheres.

Apesar de uma certa ligação com o passado, três componentes fundamentais marcam as mudanças nas condições económicas locais. Estas mudanças, por sua vez, têm influenciado a divisão de género do trabalho e dos papéis sociais, incluindo em relação à terra. As três componentes fundamentais incluem as perdas de recursos durante o período de guerra, os quais ainda não foram substituídos; o desemprego estrutural a longo prazo no sector formal, afectando os homens; o aumento da mobilidade feminina e a inserção das mulheres no mercado.

Os problemas urgentes para a agricultura em Ndixe incluem a perda de recursos durante o período de guerra, excepto a terra, e a incapacidade no pós-guerra de substituir tais recursos. Antes da guerra, metade das famílias locais tinham gado, algumas vezes acima de 50 cabeças. Em 1997, entretanto, somente quatro homens possuíam algum gado (em número igual ou inferior a quatro animais), somente dois tinham arado e um tinha uma carroça, o único que afirmou comercializar colheitas, isto é, tomate, cebola e pimenta. O rendimento proveniente das machambas era, portanto, insuficiente para garantir o crescimento ou investimento agrícola. A falta de estradas e de transporte e comunicação em Ndixe e a falta de

dinheiro em espécie ou crédito para comprar equipamentos são outros obstáculos que agravavam a situação. É evidente que o desemprego masculino no sector formal veio apenas a exacerbar o problema.

A emigração masculina ou o absentismo continuam a ser uma característica fundamental da economia local. Entretanto, desde 1987 quando Moçambique lançou o programa de liberalização da economia apoiado pelo FMI, tem-se presenciado um fracasso gradual do sistema de trabalho migratório, o qual vem acompanhado de perdas no mercado urbano de emprego. Consequentemente, a partir de 1997, muitos dos homens ausentes recorreram a actividades eventuais, informais ou mesmo ilegais (particularmente no caso da emigração ilegal para a África do Sul). Comparado ao período anterior à guerra, assiste-se a um aumento no número de homens envolvidos em actividades agrícolas, mas frequentemente complementados por trabalhos eventuais ou irregulares fora de Ndixe como, por exemplo, a venda de lenha ou carvão. Sem um rendimento urbano, tornou-se difícil a substituição do gado e outro capital agrícola perdidos durante a guerra. Deste modo, o empobrecimento rural fomentou uma busca contínua de empregos fora de Ndixe e a emigração de jovens (homens e, progressivamente, mulheres).

Entretanto, tem havido um aumento significativo no número de pessoas, homens e mulheres, dependentes de rendimentos fora da machamba, provenientes da floresta (lenha e carvão), não somente para os residentes, mas também de pessoas que imigraram para a povoado. Praticamente todos os habitantes entrevistados apontavam para a lenha como a fonte mais segura e mais rápida de obter dinheiro para comprar produtos de consumo manufacturados, tais como sal, óleo, sabão e farinha de milho. Esta actividade, porém, é insustentável em Ndixe ao ritmo actual de exploração.

A agricultura é uma componente fundamental na vida das mulheres de Ndixe, onde trabalham a maior parte do seu tempo e sela o seu relacionamento com a terra. Contudo, a agricultura já não é a única actividade produtiva das mulheres - embora elas continuem a garantir praticamente todos os trabalhos reprodutivos. A fixação nas zonas urbanas e peri-urbanas durante o período da guerra isolou muitas mulheres da produção agrícola. Como alternativa, elas dedicam-se, de

um modo geral, ao pequeno comércio. No período pós-guerra, muitas mulheres têm mantido os vínculos com os recursos, serviços e mercados urbanos mediante as redes de parentesco e o mercado informal. Devido à inexistência de um excedente agrícola para comercializar, as remessas de assalariados nas cidades, invariavelmente proveniente de maridos, amantes ou filhos, passaram a ser a outra fonte principal de rendimentos para as mulheres. As principais fontes alternativas para que as mulheres consigam dinheiro são: a colecta e venda de frutas silvestres, legumes e vegetais; o xitoco (trabalho manual na machamba de um outro indivíduo, que pode ser pago em moeda ou espécie), o corte de lenha (raramente, também produção de carvão) e a produção de bebidas tradicionais. O mercado das mulheres depende, portanto, do acesso à terra, principalmente, lotes comunitários. Embora várias mulheres ofereçam a sua mão-de-obra, isto é visto como um último recurso.

Geração de rendimentos em Massoane, Djavanhane, Banga e Netia

Um estudo dirigido pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Agrícola, da Universidade Eduardo Mondlane, apresenta conclusões interessantes sobre fontes de rendimentos em determinadas comunidades em Massoane, Djanvanhane, Banga e Netia.¹⁹ O trabalho mostra que os agregados familiares no Sul dependem muito mais do trabalho migratório que os do Norte. O número de agregados familiares que recebem remessas é, de facto, muito mais alto em Massoane e Djavanhane. Estes povoados dependem mais da agricultura de subsistência.

No Norte, porém, aproximadamente 1/3 dos agregados familiares em Banga e Netia dependem da venda de seus produtos agrícolas. De salientar que nestes dois povoados existem muitos agregados familiares que vendem bebidas, sugerindo que a maioria dos ingredientes usados para fermentar provém dos produtos agrícolas. Neste caso, as remessas são muito baixas. No que concerne ao trabalho assalariado, o trabalho para uma outra pessoa em troca de dinheiro (por exemplo, o ganho-ganho) é uma fonte importante para 33 agregados familiares. Banga

destaca-se com cerca de 1/5 de agregados familiares dependentes desta fonte de rendimentos, seguido por Massone e Netia (6) e Djavanhane (5). Os agregados familiares que, de modo contrário, dependem de um salário, estão presentes somente em Massoane e Netia (9 e 11 agregados familiares, respectivamente).²⁰ A comercialização de animais não parece obedecer a nenhum padrão, com um grande número de agregados familiares que se dedicam a esta actividade em Netia e Djavanhane (9 e 11 agregados familiares, respectivamente). No Sul, os povoados de Massoane e Djavanhane apresentam um número alto de agregados familiares que obtém rendimentos da venda de produtos silvestres, tais como lenha e carvão, "mfuma" (alimento tradicional confeccionado com base num fruto silvestre), assim como materiais de construção. Isto pode ser atribuído ao facto de que os agregados familiares recorrem a estas estratégias, principalmente nos chamados "períodos de fome" (UEM, 1999:29).

De mencionar as principais fontes de rendimentos divididas em quatro grupos, o que pode ser observado no Quadro 4.7. Este mostra que a comercialização de produtos agrícolas e bebidas é mais evidente entre os agregados familiares "regulares" nos grupos 2 e 3. Os números mais altos e mais baixos (particularmente os mais baixos) não parecem depender fundamentalmente da venda de produtos agrícolas ou de bebidas. Os 25% mais baixos mostram 19 agregados familiares que dependem

Quadro 4.7. Número dos Agregados Familiares com Diferentes Estratégias de Geração de Rendimentos

Fontes de Rendimento	No. de Agregados Familiares por Aldeia				
	Massoane	Djavanhane	Banga	Netia	Total
Venda de Produtos da Própria Machamba	0	5	35	37	77
Remessas	24	19	2	8	53
Venda de Bebidas	1	10	19	21	51
Ganho-ganho	6	5	16	6	33
Venda de Gado	4	11	3	9	27
Artesanato	3	3	8	1	15
Pequenos Negócios	0	4	5	5	14
Salário	9	0	0	2	11
Construção Civil	2	3	4	1	10
Venda de Madeira e Carvão	1	7	0	0	6
Venda de Mfuma	7	0	0	0	7
Material de Construção	6	1	0	0	7
Pesca	5	2	0	0	7
Total	68	70	92	90	320

Fonte: UEM 1999:18

¹⁹ Massoane pertence a localidade de Salamanga e está localizado dentro do distrito de Matutuine, Província de Maputo. Djavanhane está localizado no distrito de Guijá, Província de Gaza. Netia pertence ao distrito de Monapo na Província de Nampula, enquanto que Banga ao distrito de Tsangano, situado na Província de Tete.

²⁰ É plausível concluir que enquanto o ganho ganho se refere ao trabalho assalariado exercido para uma outra pessoa (por exemplo, o trabalho agrícola eventual e sazonal com salário, e outros trabalhos eventuais), o salário diz respeito a um emprego "formal".

de remessas. O trabalho assalariado é mais evidente nos 50% mais baixos (grupos 1 e 2), o que reitera o pensamento de que as pessoas pobres nas zonas rurais estão cada vez mais dependentes desta fonte de rendimento. A comercialização de materiais de construção e lenha é de extrema importância para o pobre absoluto. A venda de gado e pequenos negócios, de modo contrário, aparece notoriamente entre 12 e 7 agregados familiares, respectivamente.

Finalmente, é elucidativo olhar para as mudanças históricas nas estratégias de geração de rendimentos, antes e depois da guerra. No Quadro 4.8, pode-se observar que as remessas (+ 27) e o trabalho assalariado (+ 15) são as duas fontes de rendimentos que registaram o crescimento mais notável durante o período de pós-guerra, enquanto que o a pecuária e o emprego do sector formal mostram o maior declínio (-18 e -28, respectivamente). Este resultado não surpreende pois a guerra reduziu drasticamente as manadas e danificou muitas instituições que ofereceram trabalho assalariado nas zonas rurais (UEM., 1999).

Em resumo, as evidências apresentadas nestes dois estudos de caso de zonas rurais seleccionadas no país reiteram, uma vez mais, a hipótese que sustenta este trabalho. Parece que paralelamente ao declínio do emprego formal assalariado, aumentam os trabalhos eventuais e sazonais e a variedade de actividades que geram rendimentos, tais como o pequeno comércio e a venda de produtos silvestres em Ndixe, Massoane e Djavanhane. Existem exemplos claros em Ndixe de mulheres que já não estão confinadas às machambas. O estudo de Waterhouse sobre as mudanças na propriedade da terra em Ndixe deixa claro a imagem do envolvimento de mulheres em inúmeras actividades produtivas, incluindo, *inter alia*, o trabalho assalariado agrícola eventual.

Importância do rendimento na sobrevivência dos pobres: Implicações para estratégias políticas

O principal objectivo deste estudo foi chamar a atenção à crescente importância do trabalho assalariado para muitos moçambicanos de zonas urbanas e rurais. Vários inquéritos de grande envergadura têm sido levados a cabo com vista a elaborar um quadro agregado das fontes de rendimentos dos agregados familiares

em Moçambique. Deste modo, analisaram-se os resultados de estudos de pequena envergadura e com enfoques mais localizados. Como se discutiu ao longo deste trabalho, as generalizações comumente aceites que emergem quando se discute a estrutura dos agregados familiares moçambicanos podem estar de alguma maneira a distorcer uma realidade mais dinâmica e variada.

Este trabalho procurou fornecer um quadro tanto quanto possível exacto das fontes de recursos dos agregados rurais e urbanos. Em particular, este estudo pretendia mostrar:

- que as estimativas do tamanho da força de trabalho assalariada que podem ser derivadas dos dados do IAF-96-97 estão equivocadas. A estimativa de 740.000 trabalhadores assalariados representa uma subestimação gritante da real dimensão da força de trabalho e, na melhor das hipóteses, esta corresponde ao emprego formal assalariado da zona urbana. Este ponto torna-se evidente a partir dos dados desagregados sobre os mercados de trabalho urbanos e rurais apresentados na secção anterior.
- que paralelamente ao declínio do emprego formal assalariado, evidências de pequena escala parecem sugerir um aumento de empregos eventuais nas zonas urbana e rural. No campo, embora a terra continue a ser extremamente importante, um número crescente de moçambicanos pobres estão a diversificar as suas estratégias de subsistência. Nas cidades, o trabalho assalariado representa a fonte de rendimentos mais importante, tanto no sector formal (se em grandes ou pequenas cidades sendo um assunto controverso) como também no sector informal da economia.
- que as mulheres moçambicanas não estão confinadas somente às machambas. As mulheres estão a recorrer a inúmeras actividades produtivas para sobreviver. No Sul, por exemplo, elas recorrem ao auto-emprego ou ao trabalho assalariado sempre que necessitam ou quando as circunstâncias o ditam (como em Chokwè e, em menor medida, em Ndixe).
- que o emprego assalariado já deixou de ser uma característica exclusiva dos moçambicanos da região Sul. Como foi salientado pelo PPR, o emprego de mão-de-obra é mais alto no Norte.
- Que um número substancial de camponeses pobres dependem do acesso ao emprego assalariado para sua sobrevivência (especificamente oportunidades de trabalho eventual ou sazonal) em actividades agrícolas. A produção de

algodão está a engendrar um crescimento constante embora lento de mercados de trabalho rural (segmentados), como resultado do crescimento desequilibrado e do acesso desigual a recursos económicos. Esta realidade deve ser tomada em conta, dado que os trabalhadores agrícolas assalariados pertencem, de um modo geral, aos segmentos mais pobres da população, não somente em Moçambique, mas também noutras países da África Sub Sahariana.

Além disso, pode-se argumentar que o emprego no sector formal pode aumentar significativamente no futuro: a recente onda de investimento estrangeiro, atraído pela estabilidade macro-económica e o rápido crescimento económico a partir de 1994, tem resultado em inúmeros "mega-projectos" (por exemplo, Mozal - alumínio, MIPS - aço), dos quais se espera a geração de emprego no sector de indústria pesada. Alguns outros sectores industriais, tais como bebidas, materiais de construção, processamento de alimentos e produtos de consumo têm crescido de modo ininterrupto desde 1994 (EIU, 1998). A exploração do sector mineiro está a progredir e, dado que o solo do país é rico em minerais, o investimento estrangeiro directo neste sector está a crescer (EIU, 1999). Além disso, a reabilitação de infra-estruturas, particularmente da rede de estradas a nível nacional está a absorver força de trabalho local nas zonas de intervenção.

Finalmente, e mais importante, presenciam-se desenvolvimentos significativos no sector agrícola, onde se concentra a grande maioria da população. Em primeiro lugar, a produção agrícola tem aumentado nos anos recentes, após o longo período de instabilidade ocasionado pela guerra e exacerbado pela severa temporada de seca ocorrida em 1991/92 (GOM, 1998). Em segundo lugar, grandes empresas de agricultura comercial (como a Lomaco - algodão, cultivos comerciais; João Ferreira dos Santos - algodão, culturas de rendimento) têm recebido importantes concessões de terra. Empresas estrangeiras têm investido substancialmente no sector açucareiro (por exemplo, mauricianos na Zambézia, sul-africanos na Província de Maputo). Agricultores estrangeiros estão a estabelecer-se progressivamente em Moçambique, quer sob contratos privados de arrendamento de terra, quer mediante esquemas inter-governamentais. Estes desenvolvimentos dinâmicos sugerem que o trabalho assalariado pode vir a ser

Quadro 4.8. Número de agregados familiares com fontes de rendimento: antes da guerra e actualmente, 1997

Fontes de Rendimento	Antes da Guerra	Hoje	Passado Recente
Venda de Produtos da Própria Machamba	80	77	-3
Remessas	26	53	27
Venda de Bebidas	45	51	6
Ganho ganho	18	3	15
Venda de Gado	45	27	-18
Artesanato	16	15	-1
Salário	39	11	-28
Construção Civil	5	10	5
Venda de Madeira e Carvão	2	7	5
Venda de Mfuma	3	7	4
Material de Construção	6	7	1
Pesca	6	7	1
Aluguer de Animal de Tracção	7	3	-4

Fonte: UEM 1999/20

significativamente estimulado no futuro.

De salientar que se ignorar a existência de trabalhadores assalariados urbanos e rurais isso irá afectar negativamente o seu bem-estar. As políticas de combate à pobreza não irão identificar as características de muitos moçambicanos pobres, assim como não se chamará a atenção para os salários extremamente baixos que estes trabalhadores auferem, nem às terríveis condições de trabalho às quais eles se sujeitam. Em regiões com alto potencial produtivo, existe a oportunidade para políticas de intervenção para influenciar modelos de cultivo que aumentam a demanda de mão-de-obra assalariada e assegurem que a rentabilidade da agricultura seja de tal maneira que os salários e as condições de trabalho sejam suficientes para oferecer uma contribuição genuína para a redução da pobreza. Nas cidades, a renda salarial já é uma importante fonte para a sobrevivência de milhões de moçambicanos. A sua expansão, particularmente dentro do sector informal, deveria ser encarada mais seriamente.

Tal como este trabalho procurou evidenciar, existe uma grande necessidade de trabalhos de pesquisa que tenham em conta as características e determinantes da pobreza rural e urbana em Moçambique, e que apliquem novas técnicas de investigação e análise. Em particular, é provável que as estimativas da dimensão do mão-de-obra assalariada no campo e na cidade em Moçambique, que podem ser derivadas de dados socio-económicos mais recentes, requeiram uma investigação mais detalhada e estejam distorcidas em relação aos empregos sectoriais enumerados sobre a participação dos agregados familiares urbanos e rurais mais pobres no mercado de trabalho.

Salário mínimo: Um rendimento ainda precário

A determinação do salário mínimo nacional é uma das decisões mais sensíveis para os intervenientes no processo de negociação tripartida, conhecido em Moçambique como concertação social.

A fixação do salário mínimo requer forçosamente que os intervenientes tenham que ponderar sobre variáveis como a viabilidade económica das empresas, o incentivo à iniciativa privada, as condições de vida dos trabalhadores, o crescimento económico, a estabilidade macro-económica.

A negociação anual do salário mínimo entre os empregadores, os sindicatos e o governo desemboca em impasses frequentes que só são ultrapassados, por vezes, com muito esforço. O envolvimento do governo nestas negociações é condicionado duplamente pelos compromissos internacionais e pela sua condição de maior empregador em Moçambique.

Os trabalhadores começam, geralmente, as negociações com reivindicações consideradas incompatíveis pelo patronato. Por seu turno, os empregadores avançam propostas de aumento tidas como inaceitáveis pelos trabalhadores. A aproximação de posições tenta equilibrar as exigências de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e a insistência na viabilidade económica da classe empresarial.

Quadro 4.9. Evolução do salário mínimo nacional real

Ano	Inflação (%)	Salário (Mts)	Aumento (nominal) (%)	Varição (real) (%)	US\$ Equivalente
1987	175,8	7.500	500	-125,8	37,50
1988	55,0	17.000	1034	48,4	29,30
1989	40,0	22.500	324	-8,0	32,05
1990	47,1	32.175	383	-7,8	27,34
1991	35,2	40.000	243	-10,9	24,64
1992	54,5	58.800	47,0	-7,5	19,50
1993	43,6	70.600	200	-23,6	17,77
1994	79,1	117.500	664	-12,7	19,60
1995	54,9	218.650	725	12,6	19,92
1996	16,6	271.126	300	13,4	23,54
1997	1,2	311.795	150	13,8	26,89
1998	-1,7	354.000	135	15,2	29,82
1999		450.000	27,0		36,00

Fontes: Ministério do Plano e Finanças (1999); Fundação Friedrich Ebert (1997).

Um dado novo na concertação social de 1999 foi a introdução pelos sindicatos da exigência de que a determinação do aumento do salário mínimo tivesse também em conta a taxa de crescimento registado na economia. A nova exigência dos trabalhadores surgiu assim como contraposição à utilização, pelo governo e pelo patronato, da estabilidade cambial e do controle de inflação como mecanismos de moderação das reivindicações dos trabalhadores.

Na base do desempenho da economia e da sua estimativa sobre o custo de vida, os sindicatos entraram para as negociações de 1999 exigindo um salário mínimo compreendido de 900.000 Meticais (na altura equivalente a US\$ 75).

A argumentação dos sindicatos foi de que este nível de rendimento mínimo, baseado em cálculos do Ministério da Saúde, permitiria adquirir o cabaz de alimentos básicos que garante o nível de calorias mínimas, estabelecido pelas Nações Unidas, para a sobrevivência de um agregado de cinco membros.

Os empregadores, por outro lado, insistiam num aumento de apenas 13,5 por cento, uma taxa que elevaria o salário mínimo para 401.540 Meticais. Eventualmente os sindicatos baixaram a sua reivindicação para 550.000 Meticais. No entanto, perante o finca-pé dos empregadores, os sindicatos acabaram por abandonar as negociações.

O impasse só viria a ser quebrado pelo governo quando decretou, unilateralmente, um salário mínimo de 450.000 Meticais de cumprimento obrigatório, um aumento equivalente ao dobro do proposto pelos empregadores, mas aquém das exigências dos sindicatos.

A evolução do salário mínimo industrial nacional desde o lançamento do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987

mostra que nos primeiros oito anos houve uma erosão do salário real.

A erosão do poder de compra do rendimento mínimo neste período resultou do facto de os níveis de inflação terem excedido de longe as taxas de aumento decretadas anualmente pelo governo entre 1987 e 1994, com a excepção do ano em que o governo ainda tentava vender o programa à população, ou seja 1988.

O Quadro 4.17 mostra a evolução do salário mínimo não agrícola nos últimos 12 anos.

A situação só começa a se inverter a partir de 1994. O controle da inflação e estabilização da taxa de câmbio permitiram um crescimento real substancial no salário, resultando, na pior das hipóteses num estabilização e, na melhor hipótese, no alongamento relativo do poder de compra do mesmo, particularmente quando comparado com a erosão acentuada em 1993, ano em que o salário mensal mínimo situou no equivalente a cerca de 18 dólares.

Uma das inferências da evolução no salário mínimo é de que, embora de 1995 a 1999 o rendimento mínimo tenha conhecido um crescimento real substancial, este ainda não igualou teoricamente o nível vigente quando do lançamento do PRE há cerca de 12 anos, devido fundamentalmente à sua corrosão pela explosão inflacionária resultante da ação liberalizadora no período 1986 a 1987.

Os trabalhadores insistem igualmente que, não obstante as melhorias que se têm registado nos últimos cinco anos, o salário mínimo ainda sobre apenas uma percentagem limitada das suas necessidades básicas.

A Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) estima que o salário mínimo decretado para 1998, por exemplo, cobria 39,5 por cento das necessidades básicas de uma família de cinco pessoas, que é o tamanho médio dos agregados moçambicanos segundo o Recenseamento Geral da População de 1997.

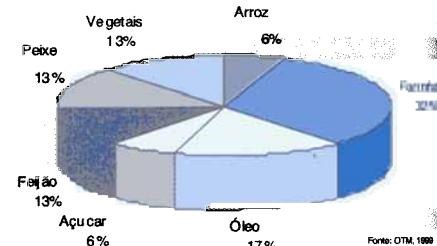
A OTM defende que o salário mínimo deveria ser fixado em 900.000 Meticais, valor que apesar de ser o dobro do actual salário mínimo cobre apenas as necessidades alimentares de um agregado de cinco membros, excluindo outros bens essenciais como vestuário, habitação, transporte, e educação dos filhos, conforme ilustra o gráfico.

A acomodação dos trabalhadores ao rendimento baixo sugere que estes se resignaram em parte ao facto de que, dadas as dificuldades do sector produtivo, dificilmente poderão assegurar, a curto prazo, um nível de rendimento mínimo que permita um padrão de vida condigno.

A estratégia de negociação dos trabalhadores parece centrar-se em duas vertentes, nomeadamente a protecção do poder de compra do salário mínimo e uma melhoria substancial do salário mínimo ao longo dos anos, na esperança que este contribua para a elevação do rendimento nos escalões acima do mínimo.

A valorização do rendimento mínimo dos trabalhadores tem sido uma jornada dura: embora o nível de inflação continue sob controle os 450.000 Meticais que equivaliam a US\$ 36 no primeiro trimestre de 1999, em meados de Novembro, o valor em dólares já havia declinado ligeiramente para US\$ 33, mercê do deslize da taxa de câmbio. Não surpreende portanto que, não obstante as notáveis melhorias nos últimos cinco anos, o salário mínimo continue, na óptica dos trabalhadores, a ser um rendimento extremamente precário.

Gráfico 4.3. Distribuição do salário mínimo "ideal"



Fonte: OTM, 1999

O SIDA e o desenvolvimento humano

O processo de alargamento das escolhas e melhoria do bem-estar das pessoas constitui a essência da abordagem do desenvolvimento humano. Tais escolhas não são finitas nem estáticas, mas também não são indecifráveis nem inacessíveis. Como foi sublinhado nos capítulos anteriores, entre as várias dimensões humanas importantes na vida, existem pelo menos três que são universalmente imprescindíveis à existência humana: longevidade, conhecimento e um padrão de vida adequado.

No final, a aspiração por um crescente alargamento das escolhas das pessoas implica aspirar por uma vida mais longa e saudável, por um domínio mais amplo do conhecimento e mais profundo da tecnologia moderna, e por um acesso aos recursos indispensáveis a um padrão de vida condigno. Contudo, esta perspectiva de desenvolvimento humano facilmente poderá tornar-se uma caixa vazia se não for examinada no contexto das mudanças institucionais, sociais, culturais e económicas da população dum país específico num dado momento.

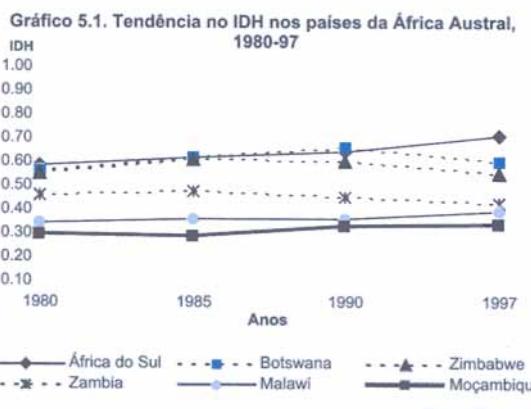
No caso específico de Moçambique, quando o país ainda mal se recomponha do flagelo da guerra que viveu até 1992, parece que a sua população está presentemente perante um novo perigo provavelmente não menos devastador: a epidemia do HIV/SIDA.

O alerta para a eminência desta epidemia surge de dentro e fora do país. De fora do país, apesar da enfermidade do SIDA ter assolado a região da África Austral relativamente mais tarde do que outros países africanos, vários são já os países que se estão actualmente a ressentir dos efeitos devastadores da epidemia do SIDA. O Gráfico 5.1 ilustra o impacto da epidemia na diminuição do índice de desenvolvimento humano em três países da África Austral: Zâmbia, Zimbábwe e Botswana.

Entre 1996 e 1999, a esperança de vida projectada para o Zimbábwe caiu de 53,4 para 44 anos. A esperança de vida na Zâmbia também diminuiu de 48,6 para 40 anos, e no Botswana de 65,2 para 47,4 anos no mesmo período. Nestes três casos, o declínio significativo da

esperança de vida deve-se aos efeitos devastadores do SIDA (PNUD, 1999: 130).

Enquanto Moçambique sofria os efeitos da guerra nas décadas passadas, países vizinhos como o Botswana desfrutavam dum crescimento económico e estabilidade social invejáveis em África. A questão que se põe agora é a seguinte: se até países mais estáveis e com níveis de desenvolvimento humano mais elevado, como é o caso do Botswana, estão já a ser afectados de forma tão visível, o que irá acontecer em Moçambique? Por outras palavras, se até num ambiente de paz, estabilidade política e bom desempenho económico o desenvolvimento humano pode ser demolido de forma tão visível, haverá possibilidade de Moçambique evitar esta catástrofe adicional?



Fonte: PNUD, 1999

Os capítulos anteriores destacam aspectos indispensáveis para a melhoria do desenvolvimento humano. Por um lado, o alargamento das escolhas políticas das pessoas e das comunidades em geral; por outro lado, as potencialidades e recursos económicos a coexistir com diversas debilidades que precisam de ser superadas para que o crescimento económico rápido dos últimos anos seja preservado e sustentado a longo prazo.

Entretanto, ao longo da década passada a epidemia do SIDA tem estado a emergir, de forma silenciosa, no seio da sociedade moçambicana como uma nova ameaça. 'Justifica-se o alarme?', interrogar-se-ão alguns, acrescentando: 'Não se está a fazer uma tempestade num copo de água, em torno duma epidemia futura, quando neste preciso momento se morre de muitas outras causas

Para que o Sida seja eficazmente combatido é preciso que seja publicamente reconhecido

Caixa 5.1

De acordo com estimativas publicadas pela UNAIDS e a OMS, por volta do fim de Novembro de 1999 cerca de 2,6 milhões de pessoas tinham morrido por causa do SIDA, enquanto 5,6 milhões, incluindo 570.000 crianças, deviam estar infectadas com o HIV, o vírus que causa o SIDA. No total, estima-se que existam 33,6 milhões de pessoas infectadas no mundo, das quais cerca de 70% se encontram na África Subsariana, uma região com apenas 10% da população mundial.

A população moçambicana representa cerca de 0,3% da população mundial e 3% da população da África Subsariana. Contudo, Moçambique conta actualmente com cerca de 5-6% das pessoas infectadas com o vírus em todo o mundo. Em 1999 uma média de 600 a 700 pessoas, por dia, ficaram infectadas com o HIV, das quais mais de 70% são adultos maiores de 20 anos e 20% crianças entre os 0 e 4 anos de idade infectadas por transmissão da mãe para os filhos. O número total de pessoas infectadas em Moçambique deverá aumentar de 1,1 milhões em 1998 para cerca de 2 milhões em 2002. Destas, em 2000 prevê-se que morram de SIDA cerca de 75.000 pessoas.

O primeiro caso de SIDA em Moçambique foi registado em 1986. Contudo, só em finais de 1999, é que o diário *Notícias* anunciou na sua página necrológica, pelo que parece pela primeira vez, o falecimento duma pessoa vítima de SIDA. O caso não passou despercebido à atenção dos leitores e profissionais da imprensa, por duas razões. Por um lado, a pessoa em causa era irmão de Samora Machel,

primeiro Presidente de Moçambique. Por outro lado, como escreveu Matusse, na sequência da referida notícia: 'É a primeira vez em Moçambique que uma família assume publicamente a Sida como tendo sido a causa da morte do seu ente' (Matusse, Domingo Nº 932, de 5/12/1999). Matusse escreveu este artigo para exaltar a coragem da família Machel pelo facto de ter aceite servir-se da sua própria dor para alertar a sociedade para o perigo do HIV-SIDA. 'No passado, portadores de doenças como, por exemplo, da tuberculose e da lepra, eram afastadas do convívio social. Essa prática inumana levou muito tempo para ser superada', escreveu ainda Matusse no mesmo artigo.

Em Moçambique, tal como em muitas outras partes do mundo, a ignorância, a complacência e o estigma associado à doença do SIDA são os principais assassinos (The Economist, 27/11/1999).

No caso de Moçambique, as relações heterossexuais são a principal via de transmissão do HIV. Estima-se que 2,3 milhões de adultos tenham tido relações sexuais com parceiros irregulares e, na maioria dos casos, sem qualquer protecção em 1997. Quantos moçambicanos irão a tempo de mudar e cuidar do seu comportamento e relacionamento sexual? E quantos estão motivados a fazê-lo já, em vez de continuarem a dizer que fazer sexo com camisinha é o mesmo que comer banana com casca?

'O prazer é mais forte, tudo bem', escrevia a este propósito Brás (1999) no Domingo de 11/7/1999: Mas haverá prazer mais forte que a vida?

Quadro 5.1. Infecções com HIV em África

	% de adultos*	Pessoas infectadas (milhões)	Infectadas em 1999** (milhões)	% de mulheres infectadas
África Subsariana	8	23.3	3.8	55
Caraíbas	1.96	0.36	0.057	35
Ásia do Sul e do Sudeste	0.69	6	1.3	30
América Latina	0.57	1.3	0.15	20
Europa Ocidental e América do Norte	0.39	1.44	0.074	20
Europa do leste e Ásia Central	0.14	0.36	0.095	20
África do Norte e Médio Oriente	0.13	0.22	0.019	20
Ásia Oriental e Pacífico	0.07	0.53	0.12	15
Total	1.1	33.6	5.6	46

Fonte: *The Economist* (1999), Novembro 27, p. 52. *15-49 anos de idade **Adultos e crianças

- malária, tuberculose, sarampo, entre outras?".

Infelizmente, o SIDA já não é uma epidemia do futuro. O que poderá acontecer é que o pior ainda esteja para vir. *E quem garante que ela não se tornará na causa principal de morte em Moçambique? Existe algo concreto que possa tranquilizar as pessoas que o SIDA não ultrapassará as outras causas de morte? Ou será que, pelo facto da epidemia do SIDA não matar da forma ruidosa como as armas que mataram milhares de pessoas no tempo da guerra merece complacência da sociedade moçambicana?* (Caixa5.1)

O pior que poderia acontecer a Moçambique, na próxima década, é que as pessoas, sobretudo aquelas que estão em posição de alertar a sociedade para o perigo da epidemia, se escusem a fazê-lo, quer por temerem perturbar o seu próprio pudor e do público, quer porque ficaram cansadas de ouvir falar do SIDA, antes mesmo dos seus efeitos mais devastadores começarem realmente a se fazer sentir.

Infelizmente, isto irá inevitavelmente acontecer se, em vez duma investigação e divulgação rigorosa do que realmente se passa no país, no tocante à situação do SIDA, se optar por apenas reproduzir discursos alarmistas, sustentados em dados doutras partes do mundo ou numa retórica moralista, como se a razão porque que se fala tanto do SIDA fosse apenas por moda ou para a 'comunidade internacional' ver.

À semelhança do que foi feito no ano RNDH98, o presente relatório identifica um tópico para se analisar de forma específica a natureza, características e complexidade das ligações entre crescimento e desenvolvimento em Moçambique. Neste caso, o tópico escolhido - o HIV/SIDA - assenta no pressuposto que nada poderá já parar a epidemia. O que há a fazer é minimizar o seu impacto e encontrar formas de a superar.

Este Capítulo 5 reúne o maior número de dados estatísticos actualizados que presentemente existem. Parte do texto foi elaborado quando as projecções e estimativas mais recentes ainda não estavam disponíveis (MISAU-INE, 2000).¹

Uma nova ameaça ao progresso e desenvolvimento humano?

Por enquanto, Moçambique ainda não apresenta um índice geral da prevalência do HIV tão alarmante como nos países vizinhos atrás referidos.

Mas não existe certeza se isto acontece porque a epidemia é menos grave em Moçambique ou, simplesmente, porque a informação disponível é menos abrangente e actualizada do que nos outros países.

Em 1998, o sistema de vigilância e recolha de dados, mais ou menos sistemática, contava apenas com um posto no Sul, três no Centro e nenhum no Norte do país. Não admira, por isso, que a região Centro apresente índices substancialmente mais elevados que no resto do país e que os dados referentes ao Norte e Sul do país estejam impregnados de alguma debilidade em termos de representatividade.

Dimensão e origem da epidemia em Moçambique

Segundo os dados divulgados pelo Governo de Moçambique, em Agosto de 1999, estima-se que em 1999 uma média de 600 a 700 pessoas por dia ficaram infectadas com o vírus HIV. A população adulta, dos 20 e mais anos, é a mais afectada, com cerca de 70% das infecções diárias, seguida das crianças dos 0 aos 4 anos, com cerca de 20% das infecções diárias, resultantes da transmissão da mãe para o filho.

Desde que o primeiro caso de SIDA foi registado em 1986, o número de casos tem vindo a aumentar de forma consistente. Enquanto até 1992 registou-se um total cumulativo de apenas 662 casos de SIDA, no fim de 1998 o número oficial de registos era de 10.863 casos. No entanto, esta cifra não reflecte a real dimensão da epidemia. O Programa Nacional de Controlo do SIDA estima, a partir da prevalência em mulheres grávidas observadas, que em 1998 deveriam existir 140.000 pessoas vivendo com SIDA ou já falecidas.

Até finais de 1998, as estimativas indicavam existir em Moçambique 1.140.000 infectados pelo vírus do HIV, e que, a prevalência entre a população adulta fosse de 14,5%.

Os Gráficos 5.2 e 5.3 mostram as projecções da evolução da prevalência nacional do HIV na população adulta e dos novos casos de SIDA. Entre 1998 e 2002, estima-se que o número de pessoas infectadas aumente de 1,1 para 1,9 milhões de pessoas e que a prevalência nacional do HIV nos adultos (15-49 anos) aumente para aproximadamente 20% em 2010.

¹ Mesmo estes dados, tal como os seus próprios autores advertem, ainda não são estatisticamente representativos de todo o país. A recolha de dados actualizados prossegue, devendo passar a ser sistemática e mais abrangente, à medida que o sistema de vigilância expandir.

Estima-se que o número de pessoas com Sida continue a aumentar pelo menos até ao fim da primeira década do Século XXI (Gráfico 5.3).

O número de óbitos adultos poderá aumentar de 118.000 para aproximadamente 400.000, entre 1998 e 2002, enquanto os óbitos infantis aumentarão de aproximadamente 50.000 para 170.000.² Relativamente ao número de órfãos causados pelo SIDA, a previsão é que atinjam cerca de 400.000 em 2002. O Gráfico 5.5 mostra a previsão do crescimento do número de órfãos.



Estas cifras são apenas indicativas e à medida que a cobertura se tornar mais sistemática e abrangente os números irão certamente sofrer alterações. Todavia, o mais importante sobre estes dados estatísticos é que são já suficientes para se perceber que, silenciosamente, uma nova calamidade tem estado a apoderar-se da população moçambicana.

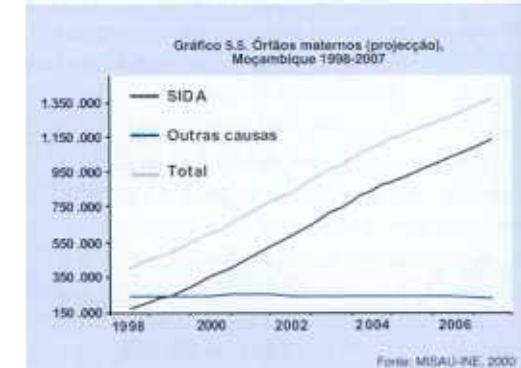
De onde é que vem o vírus HIV?

Quanto à sua origem, a epidemia do HIV/SIDA parece ter as suas raízes nos movimentos migratórios motivados, sobretudo, pela guerra que, na década de 1980 e primeiros anos da

década de 1990, provocou a imigração de milhares de pessoas para os países vizinhos.

Durante e depois da guerra, Moçambique tem estado a registar um alastramento rápido e generalizado do vírus do HIV. A maioria das infecções ocorrem nas regiões afectadas seriamente pelo conflito. Os corredores de transporte internacionais constituem outra rota de alastramento do HIV em Moçambique.

Como pode ser observado nos Mapas 5.1 e 5.2, a região Centro, englobando as províncias



de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, é a mais afectada, com 372 novas infecções diárias, das quais 101 são crianças na faixa etária dos 0-15 anos.

Nesta região existe também uma elevada prevalência de Doenças de Transmissão Sexual (DTS). Em 1996-97, a taxa de prevalência de DTS entre indivíduos dos 15 a 49 anos foi de 12,6%. Em 1998 registaram-se 223.637 casos de DTS, dos quais cerca de metade (111.324) mulheres. No entanto, estima-se que em termos absolutos registaram-se cerca de 534.000 casos em todo o país.

Para além doutros desafios não menos grandiosos em termos de desenvolvimento, Moçambique apresenta-se agora como um país

² Nos Estados Unidos, cerca de 17000 pessoas morreram de Sida em 1998 (Janssen, 2000)

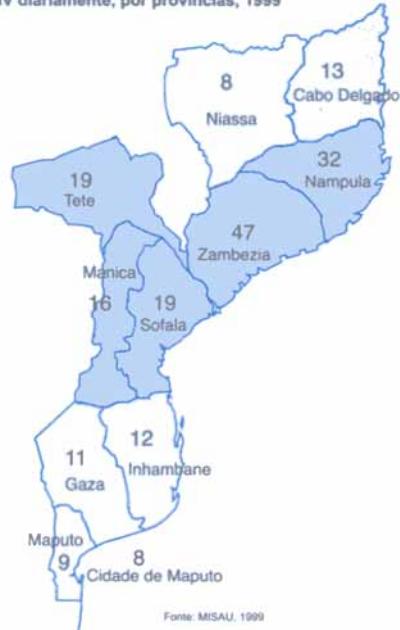


extremamente vulnerável à ameaça do SIDA, devido à sua fraca capacidade de reagir e prevenir a epidemia.

O elevado nível de pobreza, os orçamentos limitados, a insuficiência dos meios de comunicação e transporte e um número limitado de mão-de-obra capacitada dificultam ainda mais a implementação de iniciativas eficazes de prevenção de novas infecções do HIV, no presente e futuro.

No entanto, acredita-se que a epidemia esteja ainda no seu estágio inicial, havendo por isso alguma possibilidade de se prevenir muitas infecções adicionais e reduzir o impacto das já existentes. A resposta nacional para o combate à expansão do HIV começou em 1988, com a criação, pelo Ministério da Saúde, do Programa Nacional de Combate ao SIDA. Presentemente, existem 58 programas e projectos (29 geridos por ONGs e 9 por organizações internacionais), na sua maioria relacionados com actividades de informação, educação e promoção do uso do preservativo. A vantagem desta resposta encontra-se na atenção dispensada a grupos vulneráveis e catalisadores, nomeadamente: os jovens, os grupos de seropositivos, professores, trabalhadores de saúde, trabalhadoras de sexo, líderes comunitários, desempregados e comerciantes/ vendedores ambulantes.

Mapa 5.2. Crianças dos 0-15 anos infectadas com HIV diariamente, por províncias, 1999



O Governo de Moçambique (1999) elaborou e aprovou um Plano Estratégico Nacional de Combate às DTS/HIV/SIDA 2000-2002. O Plano visa fornecer directrizes para uma estratégia renovada e fortalecida que intensifique e expanda os esforços para a prevenção contra a infecção do HIV, para o cuidado daqueles que foram infectados ou afectados, e para mitigar os impactos do SIDA. O plano tem um enfoque multi-sectorial, mobilizando esforços dos sectores da saúde, educação, bem-estar social, agricultura e desenvolvimento rural, transporte, indústria e defesa.

As características da epidemia do HIV/SIDA em Moçambique

Prevalência e tendências do HIV/SIDA

Embora os dados sobre a epidemia do HIV/SIDA em Moçambique sejam ainda limitados, inquéritos a mulheres grávidas em consultas pré-natais sugerem diversas características importantes da epidemia (Quadro 5.2 e o Gráfico 5.6).

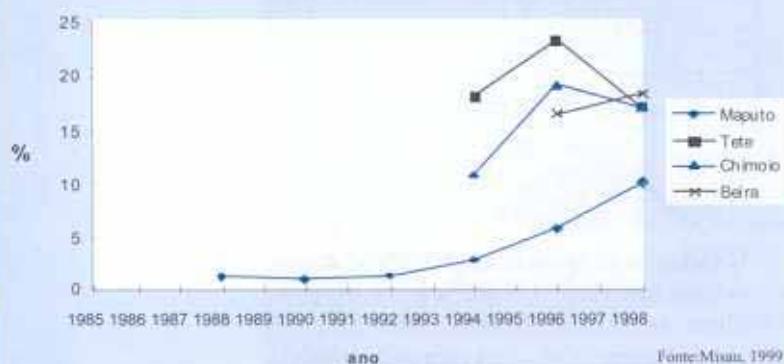
Os níveis de infecção com HIV entre mulheres grávidas já alcançou mais de 20% em algumas áreas da região Centro (ver Quadro 5.3 sobre a distribuição provincial de alguns vectores principais de transmissão do HIV).³ A epidemia

³ Uma queda registada na taxa de prevalência em Tete e Chimoio deve-se a factores do inquérito e talvez não represente um declínio real. De facto, em ambas áreas o nível de infecções entre adolescentes aumentou em 1998.

Quadro 5.2. Prevalência de HIV no controlo Pré-Natal						
	1988	1990	1992	1994	1996	1998
Maputo	1.0%	0.8%	1.2%	2.7%	5.6%	9.9%
Tete				18.1%	23.2%	17.0%
Chimoio				10.7%	19.2%	17.0%
Beira					16.5%	18.3%

Fonte: MISAU-INE, 2000

Gráfico 5.6. Prevalência do HIV em consultas Pré-natais, 1987-98



Fonte: MISAU, 1999

parece ter começado mais cedo a alastrar-se na região Centro, onde os níveis de infecção são duas vezes mais altos do que na região Sul. O índices no Norte são 25% mais elevados que no Sul.

A prevalência do HIV em Maputo é mais baixa que a região Centro, mas tem mostrado um crescimento acelerado e constante, com uma duplicação dos níveis em cada dois anos.

As zonas rurais são tão afectadas como as zonas urbanas. Avaliações rápidas feitas em 1998 mostraram uma prevalência de 9% na Cidade de Maputo, contra 12,5% na zona rural de Maputo. Em Manica, o índice foi de 17% na Cidade de Chimoio e 17,5% na zona rural, enquanto na Cidade de Nampula o índice urbano e rural foi de 5% e 6%, respectivamente.⁴

Dois factores principais parecem influenciar a dimensão e o ritmo de alastramento da epidemia do SIDA em diferentes partes de Moçambique. Por um lado, os corredores comerciais no Centro têm sido um vector para a disseminação do HIV/SIDA. Durante a guerra, o antigo corredor da Beira com o Zimbabwe e a Zâmbia

permaneceu aberto a um grande número de tropas locais e estrangeiras, criando uma rota propícia à disseminação do HIV naquela região a partir daqueles países vizinhos.

Por outro lado, um segundo corredor comercial está a desenvolver-se entre a África do Sul e Maputo, e o trânsito deverá aumentar logo que as vias ferroviárias e as infra-estruturas portuárias se recomponham dos danos da guerra.

Existe ainda a deslocação populacional, interna e para o exterior. É provável que os níveis de infecção do HIV entre os 1,7 milhões de refugiados que se deslocaram durante a guerra para outros países sejam semelhantes aos índices dos países de asilo. Os principais países de asilo incluem Malawi (75% dos retornados), Zimbabwe (14,5%), Tanzânia (3,4%) e Zâmbia (1,3%), todos com epidemias severas e avançadas. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados reportou que 83% dos refugiados retornaram à região Centro, 12% ao Norte e somente 5% ao Sul. É provável que mesmo os que se encontravam deslocados dentro do país estejam em situações de alto risco de infecção do HIV.

Visto que um entre cinco adultos já está infectado na região Centro e um em 10 na região Sul, Moçambique enfrenta uma epidemia severa.

Quadro 5.3. Distribuição provincial dos principais vectores de transmissão do HIV

Provincia	Vector		
	Corredor Comercial	Deslocação Populacional	Mão-de-obra Migratória
Niassa		1992-95	
Cabo Delgado			
Nampula			
Zambézia		1992-95	
Tete	pós-1975	1992-95	
Manica	pós-1975	1992-95	
Sofala	pós-1975	1992-95	
Inhambane			
Gaza			pós-1993
Maputo (provincia)	pós-1992		
Maputo (cidade)	pós-1992		

Novos casos e mortes por causa do Sida: a epidemia oculta

Apesar de ainda existir um fraco levantamento de dados e pouca pesquisa sobre o comportamento desta epidemia, existem poucas dúvidas de que o número de afectados está a aumentar, sobretudo na região Centro. Actualmente, Maputo possui 2/3 dos casos de SIDA registados, mas apresenta

⁴ Estes dados diferem da experiência do Malawi, Zâmbia e Zimbabwe onde as zonas rurais tendem a ter um nível de infecção mais baixo. Entretanto, são similares às taxas das zonas rurais e urbanas de KwaZulu-Natal e Suazilândia.

o nível mais baixo de infecção.⁵ De mencionar que o maior números de casos de SIDA notificados ao Programa Nacional de Controlo do SIDA (PNCS) abrangem as faixas etárias dos 20-29 anos e 30-39 anos.

Quadro 5.4. Desagregação percentual etária da prevalência do HIV

	Anos	Idade	
		15-19	20-24
		(%)	
Maputo	1996	5,9	6,0
	1998	8,9	11,3
Tete	1996	19,9	29,3
	1998	19,8	16,6
Chimoio	1996	17,3	22,0
	1998	20,3	16,4
Beira	1996	15,0	20,2
	1998	18,9	22,7

Como em muitos outros países da África Austral, é provável que a magnitude verdadeira da epidemia do HIV/SIDA em Moçambique permaneça oculta, por um longo período, quer das estatísticas quer ao reconhecimento da população, até que um crescimento acelerado do número de óbitos torne impossível ignorá-la. A epidemia ainda permanece oculta devido a pelo menos cinco razões principais. Primeiro, a epidemia em Moçambique ainda está num estágio inicial. Segundo, o SIDA tende a desenvolver-se entre 8 e 10 anos depois da infecção com o HIV. Deste modo, o aumento do casos de SIDA ocorre muito depois do aumento dos níveis de infecção do HIV.

Em terceiro lugar, muitas pessoas nunca são diagnosticadas como portadoras do vírus dado que os exames nem sempre estão disponíveis e muitas pessoas morrem antes que o diagnóstico seja realizado. Quarto, muitas pessoas com HIV/SIDA não revelam o seu diagnóstico, uma vez que isso poderia expô-las a atitudes negativas, a nível social e económico, entre outras. E quinto, os casos e mortes de SIDA são geralmente negligenciados pelos sistemas de registo rotineiro.

O perigo de alastramento rápido da epidemia

Segundo os padrões internacionais, Moçambique está já a sofrer uma epidemia severa, mas ela pode agravar-se por razões como as seguintes:

- Deterioração da vida familiar e comunitária devido à guerra, ao deslocamento populacional e à mão-de-obra migratória;

- Nível elevado da pobreza e desigualdade de rendimentos;

- Existência de inúmeras outras doenças de transmissão sexual (DTS). Em 1996, 12,6% dos homens moçambicanos entrevistados registaram sintomas de DTS durante os 12 meses anteriores ao inquérito. Cerca de metade das DTS não têm sintomas graves, o que leva a crer que os índices sejam ainda mais elevados.

- O Inquérito Demográfico e de Saúde 1997 (IDS97) de 1997 registou que 7% das mulheres e 32% dos homens que eram sexualmente activos, mas solteiros, nunca tinham usado um preservativo. Em 1996, um estudo CAP concluiu que somente 28% dos adultos sexualmente activos usavam preservativos nas relações sexuais de alto risco;

- O estatuto subalterno das mulheres em muitas comunidades dificulta a sua protecção contra as infecções. Isto é agravado pelo nível elevado de analfabetismo feminino, sobretudo nas zonas rurais, como foi destacado no Capítulo 2. Nas zonas urbanas, as mulheres que são chefes do agregado familiar tendem a ser mais pobres que os seus homólogos masculinos. Factores biológicos também põem a mulher em alto risco de infecção; dados de outros países indicam que, de um modo geral, a taxa de infecção nos homens deve estar ligeiramente abaixo da taxa de infecção nas mulheres, sobretudo no estágio inicial da epidemia;

- número significativo de adultos sexualmente activos que têm relações sexuais com parceiros irregulares (ver Caixa 5.2);

- O desenvolvimento dos corredores de Niassa e Maputo, assim como outros grandes projectos económicos podem incentivar o crescimento da epidemia. A emigração de trabalhadores particularmente para a África do Sul, onde há uma elevada prevalência de HIV, poderia facilmente disseminar a epidemia na região Sul. Em 1996, dos 284.050 empregados do sector mineiro na África do Sul 55.741 eram imigrantes moçambicanos. No entanto, em 1997 dos 176.351 imigrantes ilegais deportados da África do Sul, 146.285, ou seja 83%, eram moçambicanos.

Tendências regionais da epidemia

As estimativas do número de indivíduos portadores do HIV, de doentes, de óbitos e de

⁵ É provável que isto seja resultado dum maior notificação por causa do maior acesso a serviços de saúde e a meios de diagnóstico.

Os moçambicanos estão a mudar o seu comportamento sexual por causa do SIDA?

Caixa 5.2

No Inquérito Demográfico e de Saúde 1997 procurou-se saber das mulheres (9.590 inquiridas) dos 15-49 anos e dos homens (2.889 inquiridos) dos 15-64 anos se o seu conhecimento sobre o SIDA estaria a influenciar ou a modificar o seu comportamento sexual. O gráfico seguinte mostra que cerca de 23% de mulheres e 21% de homens afirmaram não terem mudado o seu comportamento sexual. Somente 3% das mulheres e 9% dos homens afirmaram ter começado a usar preservativos para se prevenirem do HIV/SIDA, enquanto 39% das mulheres e 33% dos homens afirmaram ter optado por um único parceiro sexual.

Como forma de reduzir o risco de contrair o vírus do SIDA, os homens (38%) foram mais propensos a afirmarem terem reduzido o número de parceiras do que as mulheres (5%). Esta grande diferença entre os sexos é consistente com os resultados de estudos anteriores sobre o comportamento sexual levados a cabo pelo PNC/DTS/SIDA que sugeriram que os homens



são mais propensos a falar mais abertamente da sua actividade sexual e das suas parceiras do que as mulheres.

Somente 2% das mulheres e 3% dos homens afirmaram ter interrompido a actividade sexual com medo de contraírem o HIV, enquanto 4% das mulheres e 3% dos homens em idade reprodutiva ainda continuavam virgens na altura em que foram inquiridos.

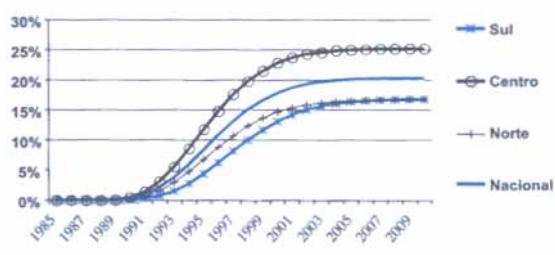
INE-MacroInternational, 1998: 173

no início deste Capítulo. Todavia, convém referir que a julgar pela experiência observada nos países vizinhos é muito provável que, também em Moçambique, a prevalência do HIV e dos factores de risco continuem a agravar-se progressivamente.

Projeções preliminares, produzidas para o Programa Nacional de Combate ao Sida, indicam que se não se realizarem intervenções eficazes, todos índices de alastramento regionais continuarão a crescer até pelo menos 2005 (Gráfico 5.8).

E se os níveis actuais se mantiverem no

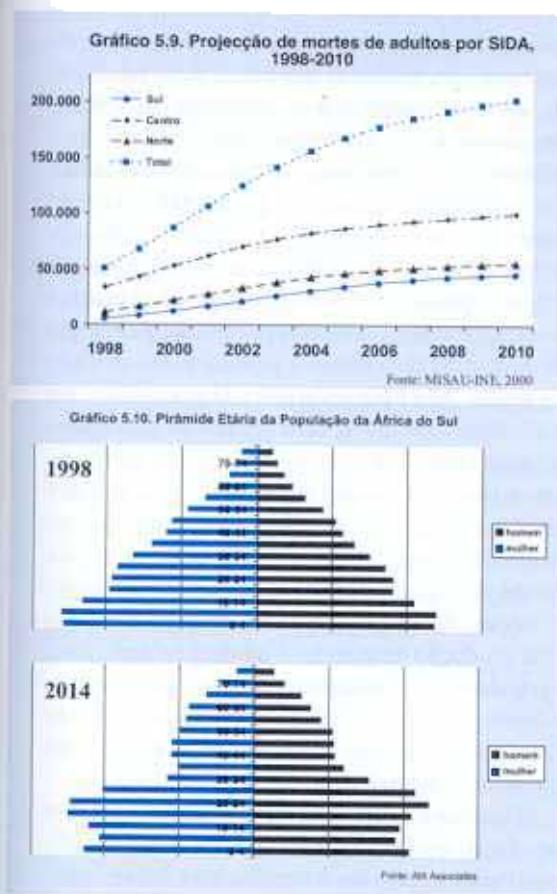
Gráfico 5.8: Expansão Regional e Nacional do HIV



próximo quinquénio, o mais provável é que pelo menos cerca de 50% do grupo populacional entre 15-19 anos de idade venha a morrer de SIDA. Assim, dentro de cinco anos, um em cada cinco moçambicanos com 15 anos ou mais de idade estará infectado com o HIV. Na região Centro, 25% da população será portadora do HIV, enquanto nas regiões Norte e Sul o índice de infecção será de aproximadamente 17%, ou seja um em cada seis adultos, estará infectado. Estas cifras poderão aumentar caso os corredores comerciais nessas regiões cresçam rapidamente.

As actuais projeções estimam que 2,5% dos adultos estejam a ser infectados anualmente e que a taxa de novas infecções permanecerá acima de 1,9% por ano na próxima década.

Dados sobre o impacto dos óbitos por SIDA na estrutura populacional de Moçambique ainda não são disponíveis. No entanto, as estimativas feitas para alguns países da África Austral sugerem que a epidemia do SIDA pode influenciar significativamente o crescimento



populacional, reduzindo a taxa para níveis negativos durante a próxima década. A estrutura populacional sofrerá também mudanças, com uma redução acentuada no número de mão-de-obra adulta, idêntica às mudanças previstas para a África do Sul conforme se mostra no Gráfico 5.10. A epidemia afecta as crianças em dois sentidos: por um lado, a doença matará os seus pais, deixando-as órfãs e, por outro, elas próprias ficam em risco de serem infectadas.

O Impacto nos agregados familiares e comunidades

O impacto do HIV/SIDA é possivelmente mais grave no âmbito do agregado familiar por ser esta uma doença fatal. Além disso, o SIDA afecta grosso modo mais de um dos adultos do agregado familiar, geralmente aqueles que estão em idade produtiva e que sustentam as crianças e os idosos.

A doença e a morte de SIDA resultam em tensão psicológica e social para os membros do

agregado familiar, sobretudo quando os portadores da doença são estigmatizados. A tensão dos membros doentes ou afectados do agregado familiar aumenta quando eles carecem de infraestruturas básicas tais como habitação, saneamento e água. A falta destes torna o cuidado do doente mais difícil, particularmente quando este padece de enfermidades como diarreia crónica. Mulheres e raparigas são geralmente as maiores vítimas uma vez que são as responsáveis pelo cuidado dos membros enfermos do agregado familiar e podem carecer de apoio no caso de elas próprias caírem doentes.

O impacto económico a nível do agregado familiar pode ser devastador. Quando os adultos ficam enfermos ou morrem de SIDA, os rendimentos do agregado são reduzidos devido à perda de pessoas em idade produtiva, para além de que os outros membros têm de abandonar o seu trabalho para cuidar dos doentes. Os custos do cuidado de saúde e funerais podem criar dificuldades sérias para a família. O quadro de despesas do agregado familiar em Moçambique para 1996-7 indica existir uma flexibilidade limitada para acomodar estas pressões, já que uma elevada proporção do consumo total cobre apenas necessidades básicas, tais como comida e energia. Estudos mostram que os custos com os cuidados de saúde são provenientes da venda de animais domésticos do agregado familiar, da produção ou do endividamento. A epidemia alimenta a pobreza dos agregados familiares que já são pobres e que, portanto, têm menos recursos para fazer face aos efeitos do SIDA. Esta epidemia levará ao empobrecimento de muitos agregados familiares não pobres.

A estrutura do agregado familiar será severamente afectada pelas mortes de SIDA. A epidemia vai produzir um elevado número de órfãos, agravando o já elevado elevado índice de dependência em Moçambique, particularmente nos agregados pobres (Quadro 5.5). O índice de dependência pode aumentar devido à morte de adultos enfermos que deixam as crianças e os idosos desamparados.⁶

A natureza das respostas dos agregados familiares às mortes dos adultos será diversificada e limitada. Os agregados familiares serão encabeçados por crianças ou pelos idosos depois da morte dos adultos. Outros serão

⁶ A média do índice de dependência é o número dos membros do agregado familiar abaixo dos 16 ou acima dos 59 anos de idade, para além dos deficientes físicos, divididos pelo número total de pessoas do agregado familiar (DPDS-UEM-IFPRI, 1998)

dispersados ou encaminhados a parentes, vizinhos, amigos ou instituições. Embora a família alargada cuide tradicionalmente dos órfãos, a estrutura familiar pode tornar-se sobrecarregada. Um número significativo de órfãos perderão todas as estruturas de apoio. Estudos recentes mostram que os mecanismos de sustento informal que existiam para o idoso e o deficiente já estão a deteriorar.

Impactos traumáticos e prolongados ocorrerão entre as crianças que tenham acompanhado de perto a morte dos pais, ou cuja paternidade e apoio tenham sido inadequados. Deste modo, muitas crianças ficarão desprovidas de uma vida saudável e produtiva. Os órfãos do SIDA apresentam um crescimento retardado e os índices mais baixos de matrícula escolar nos outros países da região.

Certas comunidades estarão mais vulneráveis com uma prevalência do SIDA acima da média ou com menos recursos para a prevenção da epidemia e para as necessidades do cuidado do doente.

A subsistência das comunidades rurais

A maioria dos moçambicanos, assim como dos segmentos mais pobres, vive em zonas rurais onde a agricultura, a silvicultura e a pesca representam 88% dos empregos. O agregado familiar rural típico em Moçambique recorre a inúmeras estratégias de subsistência, incluindo a produção agrícola e o trabalho migratório. A maior parte dos produtos cultivados são destinados para o consumo doméstico.⁷

Os agregados familiares que se dedicam à produção de pequena escala, de agricultura de subsistência ou pesca são muito susceptíveis à perda de adultos ou crianças para o cuidado do

doente. O impacto na subsistência nos outros países da África Austral incluiu a redução de insumos para produção agrícola, a baixa produção de culturas destinadas ao consumo, o desperdício de recursos, o abandono das culturas não alimentares e do trabalho intensivo, o baixo índice de matrículas escolares particularmente de raparigas, e o aumento da malnutrição. A vulnerabilidade da produção de subsistência ao SIDA depende do tipo de culturas, da segurança alimentar e do acesso ao crédito, da tecnologia de economia de trabalho e pessoal e dos serviços de saúde. Em Moçambique, o impacto pode ser particularmente grave, uma vez que as actividades de subsistência são caracterizadas por um baixo investimento, excepto de mão-de-obra, e baixa produtividade.⁸ É provável que mudanças na distribuição de trabalho tenham um impacto na produção da castanha de cajú, por exemplo. As crianças são tradicionalmente responsáveis por esta produção enquanto os adultos se dedicam à agricultura de subsistência. Caso se reduza o número de adultos produtivos disponíveis devido à epidemia, estas crianças serão desviadas para a produção de alimentos para subsistência.

O clima e os tipos de cultivo podem agravar os efeitos do SIDA. Nas zonas de baixa ou alta pluviosidade, ou para determinados comunidades, existem períodos que exigem um maior número de mão-de-obra para o cumprimento de tarefas agrícolas. A falta de mão-de-obra para estes períodos poderia ter consequências graves para a capacidade produtiva dos agregados familiares. Nos locais onde a demanda de mão-de-obra é mais equilibrada, pode-se recorrer ao intercâmbio de mão-de-obra entre os agregados familiares.

As estratégias de subsistência, tais como o trabalho migratório e as remessas de dinheiro, também podem sujeitar os membros do agregado familiar aos efeitos arrasadores da infecção do HIV. Cerca de 25% dos agregados familiares de Moçambique dependem de remessas para complementar os seus rendimentos.

Estabilidade política e social

O SIDA poderá afectar a estabilidade política e social desde a comunidade ao âmbito nacional. É provável que muitos líderes actuais e

Quadro 5.5. Índice de Dependência em Moçambique, 1996-97

	Rural	Urbano	País
Pobre Absoluto	60,5	61,4	60,7
Pobre	58,8	57,6	58,6
Não Pobre	47,4	47,9	47,5
Todos	55,5	53,9	55,2

Fonte: IDS, 1997

⁷ Enquanto 75% dos agregados moçambicanos cultivam o milho, somente 7,5% dos agregados vendem-no. Mandioca é cultivada por 60% e vendido por 3%. O feijão é cultivado e vendido por 53,4% e 3,4%, respectivamente (DPDS-UEM-IFPRI, 1998, MPF, 1998).

⁸ Somente 3% dos agregados familiares moçambicanos com propriedade agrícola têm acesso a terras irrigadas para o cultivo; 9% usa alguma forma de equipamento que economiza o trabalho e menos de 2% usam fertilizantes e pesticidas (MPF, 1998).

futuros morram prematuramente, afectando a disponibilidade de recursos humanos e sociais e abrindo caminho para a eclosão de conflitos políticos. Os militares e polícias têm mostrado ser grupos de alto risco de SIDA em muitos países, e isto pode comprometer a estabilidade social. Inúmeras crianças que têm sido insuficientemente socializadas e apoiadas sofrerão as consequências da epidemia ao longo de suas vidas. Para além da pobreza que pode induzir a comportamentos criminosos e anti-sociais.

Consequências para os serviços sociais

A infecção da mão-de-obra terá um impacto na capacidade do sector de serviços sociais de oferecer cuidado de saúde, assistência social, e outros serviços, como por exemplo, a expansão agrícola. De igual modo, o HIV/SIDA alterará o grau e a natureza das necessidades dos diversos serviços.

A infecção dos trabalhadores

Pode-se considerar que os trabalhadores do sector de saúde e de assistência social estejam melhor informados sobre o SIDA e mais aptos, portanto, para evitar relações sexuais de alto risco. No entanto, há evidências claras de que eles têm o mesmo perfil de risco que os outros adultos moçambicanos. Muitos estudos indicam que as pessoas com rendimentos mais elevados e das classes relativamente abastadas podem estar acima da média do risco de contrair o HIV, especialmente no estágio inicial da epidemia, devido à maior propensão de se envolverem em relações sexuais de alto risco. O exemplo do Malawi no Quadro 5.6 é elucidativo.

Outros estudos mostram claramente que as

Quadro 5.6. Prevalência do HIV entre doadores de sangue por Ocupação - Malawi

Ocupação	Prevalência do HIV (%)
Militar/ polícia	82
Malawi Young Pioneer	28
Educado	28
Qualificado	24
Não especificado	20
Não qualificado	18
Pequeno produtor	16
Dona de casa	16
Estudante	13

taxas de infecção do HIV entre funcionários do governo, incluindo os trabalhadores do sector de saúde, são elevadas. As parteiras e enfermeiras em Lusaka entre 1991/92 tiveram uma prevalência do HIV de 39% e 44%, respectivamente, e em dois hospitais do sul da Zâmbia, a mortalidade de enfermeiras aumentou 13 vezes entre 1980 e 1991. Em Kinshasa, na República Democrática do Congo, os funcionários do Hospital Zaire tinham índices de infecção do HIV similares às das suas comunidades de origem. No Malawi, o índice de óbitos no seio de funcionários do sector de saúde foi de 3% em 1997, o que corresponde a um aumento em 6 vezes do índice de mortes antes da epidemia. Um estudo do Ministério da Educação da Suazilândia em 1999 regista perdas de 3 a 4 professores por semana, vítimas do SIDA. Estimativas indicam que o SIDA poderá eliminar 14.000 indivíduos do quadro de professores na Tanzânia até ao ano 2010.

Um problema adicional é que os trabalhadores do sector de saúde infectados com o HIV ficam expostos a infecções oportunistas no seu ambiente de trabalho. A infecção mais grave é através da tuberculose, cuja transmissão ocorre dentro de hospitais. Os casos de tuberculose entre o pessoal da saúde aumenta 5 vezes em cada 5 anos nas zonas de elevada prevalência do HIV.

Consequências para o sector de serviços

A capacidade do sector de serviços pode estar gravemente comprometida se o impacto do SIDA entre os seus funcionários não for prevenido e devidamente gerido. O SIDA entre os funcionários exigirá custos directos e indirectos. Aumentarão os custos directos do cuidado de saúde e outros auxílios aos funcionários, como as pensões de segurança social. Contudo, os custos indirectos podem ser ainda maiores, a saber:

- Absentismo por motivo de doença, licenças disciplinares e funerais;
- Baixa produtividade dos funcionários enfermos;
- Escassez de pessoal qualificado. A morte dos funcionários qualificados pode aumentar as dificuldades e os gastos na substituição de pessoal;
- Baixa moral dos funcionários afectados pela doença e morte de familiares, amigos e colegas;
- Aumento dos custos de recrutamento e capacitação.

Muitos custos indirectos manifestam-se

Vulnerabilidade infantil: Estudo comparativo entre as províncias

Caixa 5.3

O Índice de Vulnerabilidade Infantil é um conceito que ainda está em processo de elaboração, não obstante ter já sido apresentado como "Indicador do Risco Infantil" no Relatório do Progresso das Nações elaborado pela UNICEF em 1999. Embora se reconheça que a escolha de indicadores seja discutível, o índice foi criado para estimular o debate e os esforços com vista a desenvolver-se uma melhor abordagem na avaliação do nível de bem estar da criança. O "Indicador do Risco Infantil" original visava combinar os indicadores tradicionais e aqueles que se concentram nas novas ameaças com o objectivo de revelar a situação actual das crianças.

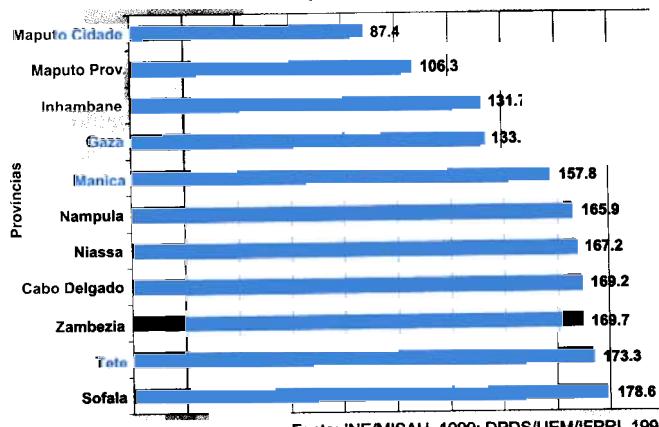
O Índice de Vulnerabilidade Infantil, que foi desenvolvido para um estudo comparativo entre as províncias moçambicanas, toma em conta os indicadores tradicionais, tais como mortalidade e malnutrição, para além de incluir outros aspectos que afectam o bem estar da criança a longo prazo. Embora os dados ainda sejam insuficientes, as estimativas da prevalência do HIV foram incluídas devido à sua provável influência nas inúmeras formas de vulnerabilidade infantil. Quanto mais elevada a proporção de adultos com HIV, maior a probabilidade de uma criança nascer infectada ou viver numa família infectada. Mal a criança atinja a adolescência, tornando-se sexualmente activa, aumenta o risco de infecção. O SIDA terá igualmente um impacto nas comunidades onde vivem as crianças.

Foram incluídos dois indicadores sobre educação. O primeiro abrange o percentagem de crianças com idade correspondente ao ensino primário que estão fora da escola, as quais tem já o seu potencial de desenvolvimento comprometido. O segundo indicador mostra a percentagem de raparigas (a partir dos 6 anos de idade) e de mulheres que nunca foram à escola. Este ressalta dois tipos de vulnerabilidade: a falta de acesso das raparigas à educação e os níveis baixos de alfabetismo entre as mulheres, que tem provado ser um dos factores mais importantes na sobrevivência e no desenvolvimento infantis.

O indicador final inclui os órfãos; definidos aqui como crianças cujas mães ou ambos pais morreram.

Estas crianças são particularmente vulneráveis, posto que provavelmente são as últimas a beneficiarem dos parcós recursos de suas famílias. Os dados apresentados aqui estão baseados em estimativas regionais recentes da proporção de crianças susceptíveis de se tornarem órfãs (devido à morte de pais causada pelo SIDA ou por outra enfermidade) em 1999, tomando em conta as taxas de prevalência do HIV e as projecções do censo populacional de 1997. De mencionar que, apesar do enfoque exclusivamente regional das estimativas, o uso de dados do IDS mais precisos embora mais antigos não produz resultados diferentes no que concerne ao ranking das províncias.

Gráfico 5.11. Índice de vulnerabilidade infantil, por província, Moçambique, 1999



Fonte: INE/MISAU, 1999; DPDS/UEM/IFPRI, 1998

Considera-se que as variáveis do índice tenham graus de importância distintos. A mortalidade, o HIV e a orfandade tiveram uma notoriedade relativamente maior nas equações. A mortalidade é de certo modo o resultado final e, portanto, mostra claramente os efeitos de uma vulnerabilidade elevada. O HIV e a orfandade acarretam problemas complexos para as crianças ao longo do seu desenvolvimento. Visto que os números destes são bastante inferiores aos restantes, a categorização dos diversos níveis de importância dos indicadores assegurou que as componentes HIV e orfandade não se perdessem dentro da equação. De notar que mesmo alterando o grau de importância dos indicadores não se altera a ordem. As províncias de Tete e Sofala são consistentemente as duas com os índices mais elevados, enquanto que as do Sul aparecem com as taxas de vulnerabilidade mais baixas.

mais como uma redução da eficiência que custos financeiros óbvios. A experiência de muitos países sugere que o sector público está mais vulnerável a estes impactos já que este é menos apto para se adaptar às pressões instigadas pela epidemia. A maioria dos funcionários de estado permanecem geralmente no trabalho mesmo quando se tornam enfermos e improdutivos. Há em geral pouca flexibilidade para substituir os funcionários e garantir que o trabalho continue num ritmo normal durante o período de absentismo ou baixa produção.

Impacto na procura de serviços

Para além de afectar a capacidade de realização dos serviços em todos os sectores, o SIDA influenciará significativamente o tamanho e a natureza das demandas da assistência social. O incremento das demandas será o maior desafio para o serviço de saúde e de outros sectores sociais, cuja capacidade e cobertura em Moçambique já são limitadas.

- O sector de saúde enfrentará o impacto mais óbvios do SIDA. O aumento do número de pessoas doentes com o SIDA exigirá mais do sector de saúde. Este sector já enfrenta dificuldades para responder aos seus problemas típicos nos países em desenvolvimento, tais como malária, cólera, e doenças imunizáveis como o sarampo. Este sector terá que responder ao aumento massivo das necessidades de cuidado hospitalar e de primeiros socorros, serviços de tratamento da tuberculose e medicamentos. A epidemia do HIV/SIDA resultará na procura de novas formas de serviços como o aconselhamento e o cuidado terminal no seio familiar para as pessoas no último estágio da doença. Os serviços de saúde jogam de igual modo um importante papel na prevenção mediante a melhoria dos serviços de tratamento das DTS e da promoção dos cuidados de saúde que acarretam custos altos e qualidade do tratamento. Embora o governo tenha cumprido o compromisso de aumentar as despesas com a saúde, as quais perfizeram 7,9% das despesas do governo em 1997, a quantidade de novas necessidades pode exceder os recursos disponíveis. Em Moçambique, as despesas das empresas com cuidados de saúde dos trabalhadores, que actualmente representa 9,2% dos gastos de saúde, podem ser uma componente importante da resposta deste sector.

- O sector educacional tem um papel primordial na gestão dos impactos. As instituições educacionais têm uma oportunidade única para a realização de programas de prevenção contra o HIV/SIDA entre a juventude e para evitar o desperdício de investimentos na educação devido à infecção de alunos. O aumento do número de estudantes levará a necessidades especiais, e incluirá alunos infectados com o HIV, órfãos e outros afectados pelo SIDA no seio familiar ou no círculo de amigos. As pressões e necessidades económicas para o cuidado de membros da família inibirão muitas crianças de se matricularem ou permanecerem na escola. Haverá demandas urgentes para formação de mais professores e pessoal qualificado para substituição das perdas de funcionários vítimas do SIDA.

- Aumentará a procura por assistência social. A epidemia do SIDA incrementará o número de agregados familiares em situações de crises económicas e outras dificuldades. Alguns necessitarão principalmente de ajuda para responder a problemas pontuais até se adaptarem à ausência de adultos importantes enquanto que outros agregados familiares enfrentarão dificuldades económicas e outros problemas de forma permanente. Em todos os países com epidemias severas, a preocupação de assistência social concentra-se no cuidado de órfãos. Estima-se que o número de órfãos causados pelo SIDA em Moçambique aumentará de 123.000 em 1998 para mais de 400.000 em 2002.

- A melhoria de emprego, habitação, serviços sanitários e outras infra-estruturas, assim como a expansão agrícola, serão muito importantes para ajudar as pessoas a lidarem com o impacto e para aperfeiçoarem as condições sociais, reduzindo assim o risco de novas infecções. Actualmente, os atrasos nos serviços e infra-estrutura são enormes. Embora o crescimento populacional de Moçambique possa diminuir significativamente devido ao HIV/SIDA, chegando a atingir taxas negativas em algumas áreas, o desenvolvimento mais abrangente e a prestação de serviços continuarão a ser os maiores desafios.

Impacto sobre a economia

O desenvolvimento de negócios e de um crescimento real e rápido da economia são

Circuncisão: Cortar ou não cortar?

Caixa 5.4

A prática de circuncisão depende geralmente da religião, tribo ou cultura. Porém, parece que a remoção da pequena porção de pele que cobre a parte superior do órgão sexual masculino pode ajudar a minimizar a perda de vidas provocada pelo SIDA. Esta conclusão é muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

A relação entre a circuncisão e HIV tem sido calorosamente debatida há mais de uma década. Muitos epidemiologistas tem argumentado que, se existe uma relação, esta não está ligada à remoção do prepúcio, mas sim ao comportamento sexual dos grupos culturais, étnicos ou religiosos que praticam ou não praticam a circuncisão.

Uma pesquisa realizada por Maina Kahindo, microbiologista do Quénia, desafia esta teoria. A pesquisa de Maina Kahindo faz parte de um estudo mais vasto que se destina a estabelecer se os comportamentos sexuais de alto risco são na verdade o factor determinante da infecção pelo vírus HIV. Alguns lugares no Quénia e Zâmbia onde mais de um quarto de pessoas que estavam a ser estudadas estavam infectados por HIV foram comparados com outros lugares no Benin e Camarões onde a prevalência do SIDA estava abaixo dos 6%.

Para surpresa dos pesquisadores, a única diferença importante no comportamento sexual era de que práticas sexuais de alto risco eram mais comuns nos Camarões que é um país de baixa prevalência seropositiva. A diferença real residia na circuncisão masculina: mais de 98% dos homens nas zonas da África Ocidental haviam sido submetidos à circuncisão, comparados com apenas 30% no Quénia e 10% na Zâmbia.

A evidência mais convincente veio do estudo queniano onde os homens do mesmo grupo Luo de religião cristã circuncidados foram comparados com elementos do mesmo grupo étnico que não haviam sido submetidos à circuncisão, mas mantinham um número comparável de parceiros sexuais e os mesmos índices de utilização de preservativos.

Os resultados mostraram que 26% dos membros do grupo Luo não circuncidados estavam infectados pelo HIV, comparados com a taxa de 6% para os

condições necessárias, embora não suficientes, por si sós, para assegurar o desenvolvimento humano. As consequências da epidemia para todos os sectores económicos podem ser enormes, e devastadoras para o crescimento económico rápido observado em Moçambique nos últimos anos.

O UNICEF estima que na África Subsariana, a perda do volume do PIB devido ao excesso de

homens circuncidados. A diferença persistiu mesmo depois do controle feito em relação a outras doenças de transmissão sexual que aumentam o risco de infecção do HIV.

O resultado é muito plausível. Em termos simples, a ponta de um pénis circuncidado é mais rija que um pénis erecto coberto pelo prepúcio. Esta rigidez protege contra as pequenas lesões que ocorrem durante o acto sexual e constituem o ponto de entrada do HIV no organismo.

Todavia, não é fácil saber o que fazer com esta informação. Embora os resultados tenham sido apresentados em conferências médicas, incluindo numa conferência internacional sobre o SIDA e outras doenças de transmissão sexual na Zâmbia, em Setembro, a sua natureza controversa está a por os cientistas a dançar em círculos. Em África a circuncisão é um cartão de identidade de afiliação religiosa ou tribal. Juntamente com os ritos funerários, ela é provavelmente uma das tradições culturais mais enraizadas.

Nas sociedades divididas da África Austral e Oriental, um governo dominado por um grupo étnico não se pode sobrepor às normas culturais de outro grupo, mesmo no interesse de reduzir o alastramento de uma doença que é responsável por quatro em cada cinco óbitos de jovens adultos.

Nenhum governo pode lançar um programa nacional de circuncisão. As pessoas terão de decidir por si próprias o que fazer com a informação. Agentes de saúde pública estão profundamente preocupados que os homens possam concluir que, uma vez circuncidados, não precisem de mais nada para se protegerem. Correm já rumores segundo os quais a circuncisão é "um preservativo natural".

Tudo o que possa minar as campanhas para promoção do sexo seguro seria certamente calamitoso, particularmente na África Subsariana, um subcontinente que alberga cerca de 70% dos 33,6 milhões de seres humanos que em 1999 se encontram infectados pelo vírus HIV em todo o Mundo.

In *The Economist*, 27 Novembro, 1999

mortalidade é estimado em aproximadamente 2,5%, mais 1% de perda devido ao absentismo no trabalho. Em países com altas taxas de prevalência, mais 1/3 das camas hospitalares podem ser ocupadas por pacientes com SIDA.

O custo do tratamento dos casos de SIDA aumenta as despesas públicas que podem levar a um declínio de mais 1% no PIB. Outros

custos, como a prevenção e a substituição de funcionários em todos os sectores da economia irão debilitar adicionalmente o PIB. O Relatório do Desenvolvimento Humano da Namíbia prevê que o custo com as despesas do SIDA será de 9,6% do PIB em 1999 e aumentará para 16,3% em 2001. Este custo tem estado a duplicar anualmente desde 1996.

Assim como no caso dos sectores governamentais, o impacto do SIDA entre os empregados do sector privado vai impor custos directos e indirectos dos negócios. A vulnerabilidade nos negócios oscilará de acordo com a natureza dos negócios e os processos de produção, o perfil de risco dos empregados, as habilidades dos empregados infectados, e a planificação antecipada das operações de negócios para responder ao SIDA entre os trabalhadores.

É improvável que a curto prazo as consequências da epidemia sejam substanciais para a maioria das actividades empresariais, mas o mesmo não se pode dizer a longo prazo. Certas empresas podem estar vulneráveis ao impacto do HIV/SIDA se o seu mercado consumidor for severamente afectado pela epidemia e se os agregados familiares deixarem de consumir artigos de "luxo". As actividades económicas negócios tendem a ficar vulneráveis às respostas inadequadas à epidemia do HIV/SIDA entre os fornecedores de factores de produção importantes como as empresas de electricidade, telecomunicações e serviços públicos básicos.

As pequenas e médias empresas têm um papel chave no desenvolvimento humano de Moçambique posto que elas representam a perspectiva mais imediata de melhoria de vida para muitas pessoas. Apesar de que todas as empresas serão vítimas dos impactos do SIDA, as micro empresas tornar-se-ão particularmente vulneráveis na medida em que haja perdas de empresários ou mão-de-obra qualificada os quais dificilmente poderão ser substituídos.

O impacto no crescimento macro-económico é imprevisível. Há evidências de que o SIDA não será uma determinante dominante do crescimento do PIB ou do investimento em Moçambique no futuro imediato, embora o efeito cumulativo ao longo do tempo possa ser significativo.

As estimativas em outros países africanos indicam que as epidemias do SIDA generalizadas reduzirão os índices de crescimento do PIB

numa média anual de 1% no período de 15 a 25 anos.⁹ As consequências principais serão mais evidentes a médio e longo prazo e podem ser o resultado da perda de pessoal qualificado na economia.

O país conta com cerca de 5.000 graduados universitários, um corpo que não pode responder eficazmente às necessidades actuais do mercado de trabalho.

Dado que Moçambique tem um universo pequeno de mão-de-obra com habilidades técnicas, administrativas e de gestão, a epidemia pode-se tornar no constrangimento mais sério ao crescimento económico que outros países. Para além do provável declínio do crescimento populacional causado pela epidemia, os impactos no PIB per capita serão inferiores ao próprio PIB, o que não significa que haja impactos menos graves em outros aspectos relativos ao desenvolvimento humano.

Crescimento demográfico: destino incerto entre duas calamidades eminentes

Por volta de 1995-97 a população de Moçambique deveria ter triplicado em relação ao seu tamanho em meados do Século XX, mas tal só deverá acontecer em 2004-2005. Ou seja, cerca de dez anos mais tarde do que fora previsto no início da década de 1980.

Nas duas décadas passadas verificou-se um refreamento inesperado no crescimento populacional e, de facto, contrário à tendência normal dos factores de mudança da dinâmica demográfica.

O Gráfico 5.12 ilustra este fenómeno. Entre 1950 e 1980 a taxa média de crescimento demográfico acelerou de 1,6%, no período



⁹ Por exemplo, uma taxa de crescimento anual estimada em 5% sem uma epidemia do SIDA seria reduzida a 4% em média

1950-60, para 2,1% em 1970, e 2,5% em 1980 (DNE, 1983). Em contra partida, entre o Censo de 1980 e o Censo de 1997 a taxa de crescimento demográfico diminuiu para uma média anual de 1,7% (INE, 1999).¹⁰

Uma mudança tão brusca do ritmo de crescimento população só pode ter resultado de obstáculos ao ritmo de crescimento demográfico que, em condições normais, deveriam ter acontecido.

Mas é praticamente impossível estimar o peso relativo dos principais factores causadores do refreamento no crescimento populacional nas últimas duas décadas. O que se sabe é que no período em questão a maioria da população moçambicana foi afectada por secas, fome, guerra, deslocamentos forçados e crise profunda a nível político, social e económico. Estes factores actuaram quer simultaneamente quer de forma alternada, cumulativa ou interdependente.

De qualquer forma, o importante a referir aqui é que a conjugação de tais factores acabou por ter um efeito de obstáculos positivos, na perspectiva malthusiana da redução do tamanho da população por via da fome, das doenças e da guerra (Livi-Bacci, 1992: 75-76; Njoku, 1986).¹¹

Infelizmente, apesar da desaceleração do crescimento populacional, nem por isso o bem-estar melhorou. Na sua generalidade, entre 1975 e 1995, a taxa de crescimento do PIB manteve-se inferior à taxa de crescimento demográfico (Francisco, no prelo; PNUD, 1997, 1998; World Bank, 1997, 1998).

Esta tendência negativa foi, no entanto,



¹⁰ O 'r' refere-se à taxa média de crescimento exponencial.

¹¹ Na primeira edição do seu Ensaio sobre o Princípio da População (1795) Malthus sugeriu que o crescimento da população só poderia controlar-se mediante a escassez de alimentos e o consequente aumento da mortalidade. Malthus modificou posteriormente a sua análise e recomendações para o controle da população, defendendo o que chamou de 'obstáculos preventivos' e 'moderação moral', em vez dos 'obstáculos positivos'. Os preventivos são os que se opõem a novos nascimentos (víctio e 'obrigação moral') por via duma auto-contenção moral - celibato, adiamento do casamento; os positivos são os que destroem as crianças já nascidas e a população em geral (miséria, doenças, guerra). (Livi-Bacci, 1989: 76; Malthus, 1977; Nazareth, 1988: 30-31).

controlada e até mesmo invertida, no segundo quinquénio da década de 1990. Nos últimos cinco anos a taxa de crescimento económico tem-se mantido positiva e, na verdade, muito acima da taxa de crescimento demográfico.

Mas o que é que se pode esperar da dinâmica demográfica de Moçambique nas próximas décadas? De imediato, as perspectivas previsíveis para o ritmo de crescimento da população moçambicana são incertas.

Mesmo admitindo que os obstáculos positivos que afectaram o crescimento da população até 1995 deixarão de se fazer sentir nas próximas décadas, a grande questão agora relaciona-se com o impacto da epidemia do HIV/SIDA na população. O presente Capítulo debruçou-se, em detalhe, sobre o seu impacto na sociedade e em diversos aspectos demográficos e do desenvolvimento humano em geral.

Entretanto, estudos recentes admitem já que a taxa natural de crescimento demográfico, na ordem dos 2,7% ao ano, não deverá registar-se por causa do provável aumento da mortalidade causada pelo SIDA.

O Gráfico 5.13 mostra a projecção previsível do crescimento populacional nas próximas duas décadas, sem se considerar o impacto do SIDA ou de outros factores de imediato imprevisíveis. Isto é, a população moçambicana atingiria 22 milhões de habitantes em 2010 e 28 milhões de habitantes em 2020.

Contudo, quando se considera o possível impacto demográfico do SIDA na esperança de vida e no tamanho da população as perspectivas



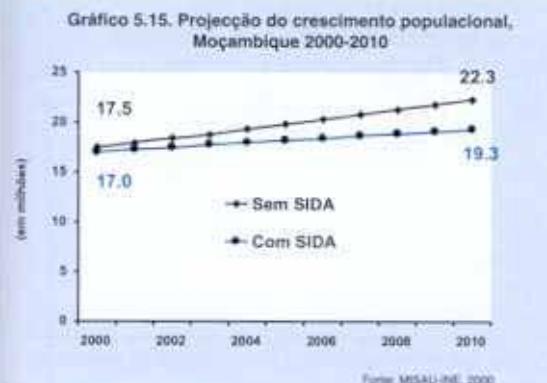
para a próxima década alteram-se (INE/MISAU, 2000). O Gráfico 5.14 mostra que em vez da esperança de vida à nascença aumentar na próxima década, o SIDA poderá reduzi-la em cerca de 8 anos, dos 43,5 anos em 1999 para 35,4 em 2010.

De igual modo, o crescimento da população poderá ser mais uma vez refreado. Em vez dos 22 milhões de habitantes previstos para 2010, durante a próxima década o SIDA poderá reduzir o crescimento natural demográfico em cerca de 3 milhões de pessoas; ou seja, para 19 milhões de habitantes (Gráfico 5.15). Trata-se dum efeito malthusiano positivo muito claro e, provavelmente, não menos trágico do que a guerra civil e outras calamidades que Moçambique sofreu nas décadas de 1980 e 1990.

Se isto acontecer, significa que neste caso específico o SIDA terá efeito negativo na longevidade da população que nenhum outro factor - as guerras, a fome e outras calamidades - tiveram durante o Século XX em Moçambique.

Moçambique confronta-se presentemente com um dilema paradoxo difícil de resolver, do ponto de vista demográfico. Por um lado, se o país não conseguir controlar o alastramento da epidemia do SIDA, será esta quem irá controlar a própria população. Por outro lado, se o SIDA e outros obstáculos positivos não tiverem o impacto aqui previsto, a elevada taxa de crescimento e outros factores demográficos continuarão a repercutir-se negativamente nas condições de vida e bem-estar da população.

No Capítulo 2 refere-se que agregados familiares pobres são em média maiores do que os não-pobres: 5,6 e 3,6 pessoas (DPDS-UEM-IFPRI, 1998:65). As maiores taxas de dependência dos agregados familiares pobres tem repercussões tanto nos níveis de consumo



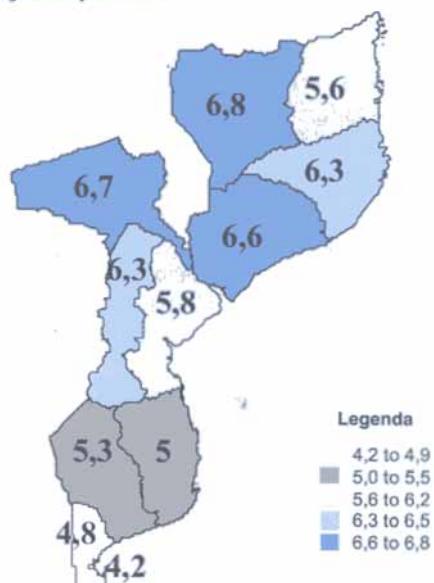
por pessoa como na propensão e prevalência da mão-de-obra infantil respectivamente.

Mas mais importante ainda, o Capítulo 2 sublinha as elevadas taxas de incidência de pobreza absoluta e de pobreza humana em todo o país. Se o rápido crescimento económico não se repercutir directa e imediatamente numa melhoria progressiva dos padrões de vida da população em geral, a proporção de pessoas em pobreza absoluta aumentará. Ou seja, basta que a incidência da pobreza observada em 1997 se mantenha constante durante a próxima década para que em 2010 o número de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta aumente para 16,8 milhões de pessoas, tanto quanto a população actual de Moçambique.

Estas evidências mostram, de forma explícita e clara, o peso dos determinantes demográficos na busca de soluções para importantes problemas económicos e sociais. Os homens e mulheres que serão pais no final da primeira década do Século XXI já nasceram.

Um em cada três desses futuros pais vivem actualmente na pobreza absoluta e, se não alterarem o seu comportamento reprodutivo, muito provavelmente terão em média o mesmo número de filhos que tem a população actualmente.

Mapa 5.3. Taxa global de fecundidade Moçambique 1997



Fonte: Censo 97

A fecundidade, ou seja o número efectivo de filhos que as mulheres em idade de reprodução, é geralmente medida através dum indicador chamado Taxa Global de Fecundidade (TGF).¹² A TGF em Moçambique é actualmente de 5,9 filhos por mulher, sendo 5,2 nas áreas urbanas e 6,2 filhos nas áreas rurais. Uma parte significativa desta maternidade acontece em idade precoce. Cerca de 29% das jovens adolescentes (15 a 19 anos) têm pelo menos um filho, e 24% têm já dois filhos. As adolescentes contribuem com aproximadamente 13,4% do total dos nascimentos ocorridos no país anualmente. Esta contribuição é ligeiramente superior nas áreas urbanas (14,6%) à das áreas rurais (12,9%) (INE, 1999: 9-11).

Acredita-se que estas elevadas proporções de nascimentos entre as adolescentes resultem de gravidezes não desejadas ou planeadas. Assim sendo, trata-se duma área onde muito se poderá fazer para melhorar a gestão e o planeamento da reprodução da população.

Obviamente, existem já diferenças regionais e provinciais na fecundidade. Por um lado, a zona de Maputo, incluindo a Cidade e Província, apresenta a taxa de fecundidade mais baixa em todo o país: entre 4,2 e 4,8 filhos por mulher, respectivamente. Por seu turno, as províncias de Niassa, Tete e Zambézia possuem taxas de fecundidade entre 6,8 e 6,6 filhos por mulher. Curiosamente, tanto o Censo 97 como o IDS 1997 apresentam níveis de fecundidade situadas entre os níveis de Sofala e Gaza do que da região Norte.

Estas diferenças regionais da fecundidade ainda não foram adequadamente investigadas e explicadas, o que torna o esforço de melhoria da gestão reprodutiva mais complexo e difícil, sobretudo quando se sabe que os indicadores estatísticos reflectem determinantes socio-económicos e culturais do comportamento de ambos os sexos.

Mas o que parece importante reter disto é a importância destes factores para que o ciclo vicioso entre o crescimento demográfico e os

obstáculos positivos ou malthusianos possa ser rompido.

Conjuntamente com a mortalidade, a fecundidade determina o crescimento e estrutura da população. Na verdade, é a fecundidade que mais determina a estrutura da população, enquanto a mortalidade e as migrações modificam-na, com maior ou menor intensidade. Esta observação pode não ser intuitivamente óbvia, à primeira vista, mas é de extrema importância para se compreender a dinâmica da população.¹³

Neste contexto, a forma mais sensata e eficaz para se romper o ciclo vicioso entre o crescimento demográfico e os obstáculos positivos malthusianos é substituir estes últimos por obstáculos preventivos ao crescimento rápido do tamanho da população.

Haverá alguma correlação entre os actuais níveis de fecundidade e de desenvolvimento humano apresentados neste trabalho, por regiões e províncias do país? Será possível evitar que o controle da natalidade em Moçambique se circunscreva aos grupos minoritários mais abastados, como segue o adágio: 'os ricos têm dinheiro e os pobres têm filhos'?

Estas, entre muitas outras questões merecem ser aprofundadas em debates e investigações futuras, em associação com as relações específicas entre o desenvolvimento humano e a fecundidade em Moçambique.

Mas a preocupação fica aqui colocada, para debate e investigação no futuro, visto este e outros problemas demográficos fazerem parte das condições necessárias para que o sobre-desenvolvimento numérico não se converta numa autêntica multiplicação da pobreza. Sabendo que a sociedade moçambicana e, o governo em particular, pretendem reduzir os níveis de mortalidade da população, é de todo o interesse que se reflecta sobre as consequências adicionais, positivas e negativas, que a concretização de tal objectivo poderá ter na dinâmica de crescimento e estrutura da população.

¹² Formalmente, a TGF pode ser entendida como o número médio de filhos que uma mulher poderá ter se as condições de fecundidade se mantiverem constantes até aos 49 anos de idade.

¹³ Talvez seja mais facilmente percebida considerando-se os grupos de idade separadamente. Por exemplo, o número de pessoas actualmente existentes entre os 50-70 anos foi determinado (se a migração for ignorada) pelo número de pessoas que nasceram há 50-70 anos, menos os óbitos que aconteceram ao longo dos anos passados (Newell, 1988: 32).

Mortalidade Materna: uma tragédia evitável

Caixa 5.5

"A Sra. LB, de 26 anos de idade, casada, camponesa, sem escolaridade. Era a primeira gravidez, e nunca frequentara a consulta pré-natal. Aos nove meses começou com dores do trabalho de parto. Permaneceu em casa durante cinco dias até que começou a hemorragia. Nessa altura, a família decidiu levá-la de maca tradicional ao posto de saúde mais próximo, tendo pernoitado no caminho. No Posto de Saúde, o Enfermeiro decidiu transferir a paciente para o Hospital Rural, pois apresentava sinais de rotura uterina. Uma boleia de um comerciante levou a senhora até ao Hospital Rural. A observação do técnico diagnosticou que a Sra. LB tinha sinais de rotura uterina, acrescida de choque por causa da hemorragia e o bebé já estava morto. O técnico de cirurgia pediu aos familiares para doarem sangue e decidiu que a doente deveria ser operada com urgência. Porém, o material cirúrgico não estava preparado e não havia água no Hospital Rural. A Sra. LB veio a falecer às 22.00 horas do mesmo dia sem tratamento."

Moçambique tem uma das mais elevadas taxas de mortalidade materna do mundo, cerca de 1.067 mortes maternas por 100 mil nascimentos. Em cada hora que passa uma morte materna, quase sempre evitável, ocorre. Há muitos factores subjacentes a esta situação - o estatuto da mulher na sociedade e na família, que influencia negativamente a procura dos cuidados de saúde mesmo em situações de perigo de vida; o elevado nível de analfabetismo existente, em particular nas mulheres em que 43% não têm qualquer escolaridade, o que afecta o nível de conhecimentos sobre a saúde e mesmo uma atitude mais activa para procura dos cuidados de saúde; a frágil condição socio-económica da população, em que 69% vive em situação de pobreza absoluta, que se repercuta na situação nutricional dos grupos mais vulneráveis, em particular as mulheres e as crianças. Numa avaliação da deficiência de micronutrientes realizada em quatro províncias do País pelo Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde foi verificado que cerca de metade das mulheres observadas se encontrava anémica (51% e 53% em mulheres não grávidas e em mulheres grávidas, respectivamente).

Devemos portanto realçar que a situação de mortalidade materna em Moçambique está intimamente ligada à situação de desenvolvimento socio-económico do País e é frequentemente o culminar de injustiças sociais que o processo de desenvolvimento tem de corrigir progressivamente com medidas adequadas.

No entanto, seria extremamente incorrecto pensar que nada poderá ser feito a curto prazo. Na redução da mortalidade materna, o Sector de Saúde

tem vindo a assumir um papel activo para garantir as intervenções que garantem uma maternidade segura.

A redução da mortalidade materna tem sido internacionalmente reconhecida como uma das estratégias de Saúde Pública com melhor custo-eficácia. Na cadeia causal da mortalidade materna, quais são as prioridades para o Sector da Saúde?

Em primeiro lugar, a probabilidade que uma mulher tem durante toda a sua vida de morrer por uma complicação da gravidez ocorre de cada vez que está grávida. Para ocorrer uma morte materna tem que haver uma gravidez. Em países de elevada fecundidade, como Moçambique, em que a Taxa Global de Fecundidade é de 5,9 podemos afirmar portanto que, em média, cada mulher correrá o perigo de morte materna 5,9 vezes durante a sua vida. A diminuição da fecundidade trará como consequência natural a diminuição da mortalidade materna. Em particular, a ocorrência de gravidez na adolescência, depois dos 35 anos ou com curtos intervalos da gravidez seguinte, constituem riscos mais elevados para a ocorrência de complicações obstétricas. O acesso à informação e a serviços de planeamento familiar constituem uma medida eficaz para reduzir o problema.

Em segundo lugar, para que ocorra uma morte materna é necessário que a mulher grávida tenha uma complicação durante a gravidez, parto ou pós-parto e que essa complicação não receba o tratamento adequado. O acesso a cuidados de saúde, em particular no momento crítico do parto, ou quando ocorre uma complicação, tem a potencialidade de reduzir drasticamente o nível assustadoramente elevado de mortalidade materna existente no País. A gravidade desta situação decorre do facto que cerca de 9 em cada 10 mortes maternas poderiam ser evitadas com intervenções que não são tecnicamente complicadas ou de custo elevado, e que já são conhecidas há várias décadas. Qual é a situação existente actualmente em Moçambique?

Acesso à informação e a utilização de planeamento familiar

Em Moçambique, uma porção importante da população adulta, 61% das mulheres e 67% dos homens, conhece pelo menos um método de planeamento familiar moderno. Dos casais em união, mais de metade das esposas (55%) aprova a sua utilização, ao passo que a percentagem de aprovação nos maridos desce para 35%, e sendo ainda inferior, de 29%, a proporção de casais em que ambos aprovam a utilização do planeamento familiar. No entanto, esta percentagem contrasta com o baixo nível de utilização actual de contraceptivos moderno. Com efeito, apenas 5,1% das mulheres em idade

reprodutiva estão actualmente a utilizar um método de planeamento familiar moderno. Apenas as mulheres com um nível de escolaridade secundário ou superior ou residindo nas áreas urbanas utilizavam significativamente a contracepção, com 27% e 17%, respectivamente.

Acesso a cuidados de saúde durante o parto, ou na ocorrência de complicações na gravidez, parto e puerpério

No que se refere ao acesso a cuidados de saúde durante o parto a avaliação das Necessidades em Maternidade Segura e a revisão de Mortes Maternas efectuadas pelo Ministério das Saúde em 1999 mostraram que:

- A identificação das complicações a nível das comunidades é ainda muito demorada, pois uma percentagem significativa das parteiras tradicionais e mesmo das próprias mulheres grávidas desconhece os sinais de perigo que necessitam de Atenção de Saúde urgente. Com efeito, apenas cerca de um terço das parteiras tradicionais entrevistadas referiram os sinais de perigo das complicações na gravidez; do mesmo modo, apenas cerca de um terço (37%) das grávidas na consulta pré-natal foi aconselhada sobre a conduta nessas complicações.
- Existe um grave problema de acesso físico para a primeira unidade de saúde que tem capacidade para tratar complicações obstétricas. Apenas os Hospitais Rurais têm capacidade para tratar complicações obstétricas. Idealmente, o tempo de referência para uma unidade sanitária com capacidade para tratar complicações obstétricas frequentes não deveria exceder duas horas. No entanto, apenas cerca de 20% dos centros de saúde têm um tempo de transferência para o hospital rural de duas horas ou menos, sendo o tempo médio de transferência de 4,4 horas. Menos de metade (44%) dos Centros de Saúde e apenas 6% dos Postos de Saúde tinham telefone/rádio em funcionamento para poderem pedir um transporte de emergência. Cerca de 41% das mortes maternas estudadas demoraram mais de 6 horas, enquanto 20% demorou 1 dia ou mais para chegar à Unidade Sanitária onde recebeu tratamento.
- Finalmente, em relação à qualidade dos serviços de saúde prestados, a grande maioria dos Centros e Postos de Saúde avaliados não têm capacidade para tratar as complicações obstétricas mais frequentes, tendo transferido 97% das complicações que atenderam, ao passo que nos hospitais rurais a percentagem de transferência de complicações apenas foi de 7%. No entanto, em Moçambique, os

Centros de Saúde deveriam já ter capacidade para tratar as complicações obstétricas mais frequentes que não exigem intervenção cirúrgica (Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos), como a remoção manual da placenta, a utilização da ventosa nalguns partos arrastados e o tratamento do aborto incompleto.

Esta situação agrava significativamente o problema do acesso à primeira unidade sanitária de referência, conhecido que é o problemas de transportes e o mau estado das vias de acesso no país.

Quais as soluções possíveis?

Os primeiros passos críticos são a criação de capacidades a nível das próprias comunidades. É essencial desde já aumentar a capacidade para o reconhecimento a nível das Comunidades das complicações da gravidez, pelas parteiras tradicionais e pelas próprias mulheres grávidas. A disponibilidade de ambulâncias e meios de comunicação nos serviços de saúde não se resolverá a curto prazo; as próprias comunidades deverão adoptar soluções colectivas para a organização de planos para evacuação de emergência, contando com os recursos locais disponíveis.

O segundo passo crítico será a nível do Sector de Saúde. O Ministério da Saúde iniciou um amplo movimento de advocacy junto da sociedade civil e parceiros com vista ao desenvolvimento e implementação de um programa para redução da Mortalidade Materna em Moçambique.

As equipes distritais de Saúde deverão divulgar a todas as mulheres grávidas, parteiras tradicionais e comunidades os sinais de perigo na gravidez e parto, assim como sensibilizar os governos distritais e as comunidades para organização de planos de evacuação contando com as capacidades locais. Por outro lado, a criação de capacidade a nível dos centros de saúde para a realização de cuidados obstétricos essenciais básicos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados nos hospitais rurais permitirá melhorar a confiança das comunidades nas unidades sanitárias e finalmente, evitar muitas mortes maternas.

Clara Santos, OMS Moçambique

ource: Avaliação das Necessidades em Maternidade Segura, 1998/99.

Revisão das Mortes Maternas em Moçambique, 1998/99. DHS, 1997.

Avaliação da Prevalência da Deficiência de Micronutrientes em

Moçambique, 1999. Understanding Poverty and Well-being in

Mozambique: First National Assessment

Progressos, obstáculos e desafios

O presente Relatório caracteriza o desenvolvimento humano por grandes regiões e províncias administrativas de Moçambique no final do Século XX. Cada um dos seus cinco capítulos aborda assuntos diferentes, mas todos eles de alguma forma destacam três aspectos comuns: progressos, obstáculos e desafios no desenvolvimento humano dos moçambicanos.

O Capítulo 1 aborda os progressos mais recentes no estudo do desenvolvimento humano, a nível conceptual, metodológico e técnico. Estes progressos referem-se às mais recentes melhorias realizadas nos métodos de cálculo dos índices de medição do desenvolvimento humano e na actualização dos dados estatísticos, actualização esta realizada tanto por organismos nacionais, tais como o INE e organizações internacionais como o Banco Mundial.

Com melhores métodos e dados mais actualizados poder-se-á apresentar uma imagem mais realista e exacta da situação do desenvolvimento humano em Moçambique. Obviamente, este processo de aperfeiçoamento dos métodos e dos dados estatísticos resulta, por vezes, em surpresas nem sempre agradáveis. Sobretudo quando os resultados obtidos revelam que as privações humanas são maiores do que os dados anteriores sugeriam; ou que os progressos são mais lentos do que se imaginava. Para referir apenas um exemplo, isto aconteceu com o valor da esperança de vida à nascença. Em vez dos 45,5 anos estimados para 1997 (INE, 1996: 21), os dados definitivos do Censo 97, divulgados em Outubro de 1999, revelam que o valor mais apropriado é 42,3 anos. Num país onde a esperança de vida à nascença é já tão baixa, menos três anos implica que o desafio social futuro será maior do que se pensava.

Mas a actualização dos dados estatísticos é necessária e indispensável. E, claro, quando claramente reveladora duma melhor correspondência à realidade a que se reportam, tais actualizações só podem ser bem vindas. No fundo, o processo de investigação científica é exactamente isso: avanços sucessivos da

aparência dos fenómenos em direcção a um maior conhecimento da essência e dinâmicas internas da realidade.

Assim, no fim do Capítulo 1 apresenta-se uma actualização da estimativa do IDH para o último quinquénio, feita com base nos novos métodos e dados estatísticos. Esta actualização (ver Gráfico 1.1) é feita de forma a permitir a comparabilidade imediata a nível internacional, tendo-se usado para tal a Paridade do Poder de Compra (PPP) como o factor de comparação internacional do Produto Interno Bruto.

No entanto, é o Capítulo 2 que mostra, de maneira mais convincente, como a elaboração de novos instrumentos analíticos pode contribuir para avanços significativos no processo de conhecimento das dinâmicas internas de desenvolvimento de Moçambique. O Capítulo 2 caracteriza o desenvolvimento humano dentro do país, tendo antes sido necessário elaborar uma metodologia específica de desagregação do produto interno bruto (PIB) de Moçambique. Como revela o Capítulo 4, esta metodologia vale por si, pois abre caminhos novos para a análise das economias subregionais e provinciais do país, que os indicadores macro-económicos antes disponíveis não permitiam.

Todavia, se é verdade que o PIB desagregado por regiões e províncias vale por si, ele não foi criada para si própria apenas. A sua principal motivação foi a estimativa de indicadores de desenvolvimento humano dentro do país, nomeadamente grandes regiões e províncias administrativas.

Precisamos de correr muito, se quisermos continuar no mesmo sítio

O Capítulo 2 constitui o coração do presente Relatório. Nele encontra-se sintetizados os dados sobre o desenvolvimento humano regional e provincial de Moçambique, detalhado com pormenor nos quadros estatísticos anexos. De forma sumária, o que revela este Capítulo 2 sobre os progressos, as privações e os desafios no desenvolvimento humano por regiões e províncias?

1. Entre 1996 e 1998 a Zambézia foi a província com o IDH mais baixo em Moçambique; a ela seguem-se, por ordem crescente e em relação a 1998, as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Tete, todas com valores inferiores a 0,300. Visto numa perspectiva internacional, estas províncias posicionam-se no nível dos países com o mais baixo desenvolvimento no mundo, por exemplo junto à Serra Leoa, ao Níger e à Etiópia.

2. A Cidade de Maputo é a zona de Moçambique com um IDH entre 0,500 e 0,799. Por outras palavras, com um IDH de 0,605 em 1998, a Cidade de Maputo posiciona-se na categoria de desenvolvimento humano médio, próximo do nível de países como o Botswana, Egito, Argélia e Suazilândia. Isto não significa que a própria Cidade de Maputo não possua proporções substanciais da população com padrões de vida idênticos aos do resto do país. Contudo, como o IDH é valor médio que não capta a distribuição social, tais assimetrias terão que ser determinadas através de outros indicadores, tais como o índice de Gini.

3. Durante o último quinquénio do Século XX houve algum progresso real no desenvolvimento humano de Moçambique? Sim, os dados indicam que houve progresso, mas lento, ainda débil e, de modo algum, comparável ao rápido crescimento económico observado no mesmo período. De uma maneira geral, estima-se que entre 1996 e 1998 Moçambique consegui reduzir as suas carências em desenvolvimento humano em apenas 5%.

4. Mas tal progresso abrangeu todas as províncias? Não. Os dados disponíveis indicam que apenas quatro províncias contribuíram em mais de 5% para a redução das carências em desenvolvimento humano: Manica, Tete, Maputo Província e Maputo Cidade. As outras, províncias permaneceram estacionárias: Zambézia, Nampula, Sofala, Niassa, Cabo Delgado e Inhambane.

5. Há grandes disparidades entre as províncias? Como se manifestam? Uma das discrepâncias mais gritantes é entre a Cidade de Maputo e a Província da Zambézia; o IDH da primeira é mais de três vezes superior ao da segunda. Quais as implicações disto? Como se refere no Capítulo 2, enquanto a Cidade de Maputo terá que compensar uma carência no desenvolvimento humano de aproximadamente 40% a Zambézia precisa de compensar uma carência da ordem dos 83%.

6. O Capítulo 2 discute ainda as três dimensões humanas essenciais à vida: sobrevivência, conhecimento e padrão de vida adequado. Os dois primeiros componentes são abordados, de maneira breve, no próprio Capítulo 2, enquanto o terceiro componente é tratado de forma mais exaustiva no Capítulo 3. O aspecto relevante sobre estes componentes é que em todo eles existem potencialidades e sobretudo necessidades enormes de progresso. Principalmente a nível cultural e institucional, há uma grande necessidade de se criar um programa estratégico, por exemplo, no âmbito da alfabetização da população adulta. Mesmo que já não seja mais possível reactivar o entusiasmo e dinamismo que animou as campanhas de alfabetização de adultos, nos anos imediatamente após a independência nacional, será preciso inventar alternativas efectivas para o voluntarismo revolucionário de então. Parte dessas alternativas certamente passarão pela mobilização de recursos financeiros, mas também se sabe que nem só com dinheiro se supera o subdesenvolvimento.

7. A última secção do Capítulo 2 é dedicada à outra face dos progressos no desenvolvimento humano: as múltiplas dimensões da privação humana. O índice de pobreza humana (IPH) é calculado e analisado em paralelo com a taxa mais amplamente divulgada em Moçambique: a incidência da pobreza absoluta. Estes dois indicadores complementam-se porque cada um deles capta dimensões específicas das privações humanas. A partir do IPH, em particular, alguns aspectos preocupantes, que os índices de pobreza baseados no consumo e no rendimento não mostram, saltam à vista. Por exemplo, fica-se o IPH calculado para 1997 revela que aproximadamente 39% (cerca de 6,3 milhões) dos moçambicanos não deverão sobreviver além dos 40 anos de idade; cerca de 10 milhões dos moçambicanos estão excluídos do conhecimento básico e essencial, como é saber ler e escrever e ainda que 10,4 milhões de pessoas não têm acesso a um padrão de vida adequado.

8. Um caso surpreendente, diz respeito à elevada proporção de crianças em Cabo Delgado que possuem peso deficiente. Enquanto a média nacional é de 26%, em Cabo Delgado cerca de metade (49%) das crianças dos 0-13 anos apresentam-se com peso deficiente moderado ou severo. Como explicar isto?

9. O Capítulo 2 termina com um exercício simples mas inequívoco sobre a dimensão do desafio social com que Moçambique irá defrontar-se nas próximas décadas. Em Abril de 1999, o Conselho de Ministros fixou que se reduza pelo menos 30% da incidência da pobreza absoluta entre 2001-2010. Se esta meta não for alcançada e, por exemplo, a incidência da pobreza absoluta permanecer estacionária, por volta de 2015 terá cerca de 17 milhões de pessoas abaixo da pobreza absoluta: ou seja, praticamente tanto quanto a população actual de Moçambique. Por outro lado, se a redução em 30% for atingida e repetida na década seguinte, por volta de 2020 poderão existir cerca de 10,5 milhões de pobres, aproximadamente o mesmo número existente actualmente. Nesta alternativa, mais significativo do que a redução dos 30% de incidência, seria o aumento da população não pobre de aproximadamente 5 milhões em 1997 para 17,6 milhões em 2020; ou seja, uma proporção de não-pobres do tamanho da população actual do país. Finalmente, a quarta alternativa, extremamente ambiciosa, serve para expor a dimensão do que significaria reduzir a pobreza nas próximas duas décadas. Seria preciso uma redução média anual de 35% da incidência para se erradicar a pobreza absoluta até 2020.

10. De novo, será necessário procurar-se inventar vias efectivas de superação da meta dos 30%, ou então não poderão existir ilusões: a erradicação da pobreza absoluta não será conseguida no próximo meio século, se não mesmo em todo o Século XXI. Por outras palavras, como se destaca do subtítulo desta secção, os moçambicanos precisam de correr muito para conseguirem permanecer no mesmo nível de desenvolvimento em que se encontram actualmente. Uma questão importante para debate, associado a esta problemática é a seguinte: será possível conseguir-se um crescimento real médio anual do desenvolvimento humano a dois dígitos?

A riqueza da nação moçambicana: potencialidades ilimitadas e dificuldades superáveis

O PIB per capita é o principal indicador utilizado no Capítulo 3 para se estimar os progressos e privações económicas por grandes regiões e províncias do país. O que revela o Capítulo 3

sobre a contribuição de cada província para a riqueza nacional e, de forma mais geral, para os padrões de vida em Moçambique?

1. Em 1998 o PIB de Moçambique rondou os US\$ 3,9 biliões para os quais a região Norte contribui com 21%, a região Centro com 31% e o Sul com 48%.

2. A Cidade de Maputo destaca-se das demais regiões do país, contribuindo com cerca de 35% para o PIB de Moçambique. Isto significa que cerca de 6% da população moçambicana que vivem na Cidade de Maputo produzem estatisticamente tanto como a população toda do resto do Sul e Norte agregada; isto é, tanto como cerca de 52% da população total de Moçambique, ou seja mais de 8,6 milhões de pessoas. O principal sector no PIB da Cidade de Maputo é o dos serviços (67%), nomeadamente Comércio (31%) e Transportes e Comunicações (14%).

3. Depois da Cidade de Maputo, as províncias de maior peso no PIB nacional são: Nampula com 13%, Sofala e Zambézia 11%, cada uma. As restantes sete províncias contribuem entre 3% (Niassa) e 5% (Cabo Delgado e Inhambane).

4. O PIB real per capita de Moçambique aumentou de US\$ 165 em 1996 para US\$ 237 em 1998. Contudo, o PIB real per capita da Cidade de Maputo aumentou de US\$ 879 em 1996 para US\$ 1.340 em 1998. Isto significa que o PIB per capita da Cidade de Maputo é seis vezes maior do que a média nacional, e 11 a 12 vezes maior do que o PIB de províncias como Zambézia, Tete, Manica e Niassa. A província de Niassa possui o menor PIB per capita, seguida imediatamente da Zambézia: US\$ 120 e US\$ 126 , em 1998, respectivamente.

5. Não sendo possível, por limitações de tempo e espaço, traçar o perfil de desenvolvimento humano e económico de todas as províncias, optou-se por se esboçar um breve perfil da província que actualmente possui o menor IDH: a Zambézia. Perfis idênticos poderão ser elaborados, quer em outros Relatórios deste tipo quer por outras entidades de pesquisa

O papel do trabalho assalariado na produção da riqueza

1. O Capítulo 4 debruça-se sobre a importância do trabalho assalariado, como fonte de rendimento e estratégia de sobrevivência. No fundo, o trabalho assalariado é uma das vias de produçã

da riqueza da nação. O Capítulo 4 mostra que o emprego assalariado já deixou de ser uma característica exclusiva dos moçambicanos da região Sul. Tal como revela o Perfil da Pobreza Rural de 1996, o emprego de mão-de-obra é mais alto no Norte.

2. Escamotear-se o peso já significativo do trabalhado assalariado urbano e rural pode ter implicações negativas sérias para o bem-estar do país. As estratégias políticas contra a pobreza não logrará identificar as características de muitos moçambicanos pobres, tal como não se chamará a atenção para os salários extremamente baixos que estes trabalhadores recebem, nem para as terríveis condições de trabalho a que se sujeitam. Em regiões com alto potencial produtivo existe oportunidade para políticas de intervenção que influenciem modelos de cultivo que aumentam a demanda de mão-de-obra assalariada e a assegurar que a rentabilidade da agricultura seja de tal maneira que os salários e as condições de trabalho sejam suficientes para oferecer uma contribuição genuína para a redução da pobreza. Nas cidades, a renda salarial já é uma importante fonte para a sobrevivência de milhões de moçambicanos. A sua expansão, particularmente dentro do sector informal, deveria ser encarada mais seriamente.

Porque preocupamo-nos tanto com o SIDA se se morre mais de malária e tuberculose, entre outras doenças?

Talvez a resposta mais simples e directa a esta questão seja 'ainda'. Mas se não se ataca o problema do SIDA seriamente agora, não tardará que esta doença ultrapasse aquelas que actualmente figuram como principais causas de morte em Moçambique.

Conjuntamente com a pobreza humana a epidemia do SIDA são as duas grandes calamidades sociais que dominarão a sociedade moçambicana nas próximas décadas.

Com este alerta não se pretende secundarizar as outras causas de morte. Estas são conhecidas e já estão contabilizadas nos elevados níveis de mortalidade confirmados, por exemplo, pelo Censo de 1997. Em contra partida, o impacto do SIDA numa possível redução da actual esperança de vida só muito recentemente começou a ser estimado.

A contar pelo que se revela no Capítulo 5, a inevitabilidade dum impacto negativo na esperança

de vida, na população economicamente activa, na orfandade infantil, entre outros aspectos, parece inquestionável.

Oxalá que as estimativas e projecções do impacto do SIDA apresentadas neste relatório venham, no final da década, a revelar-se totalmente erradas e alarmistas. Este desejo é, em si mesmo, paradoxal, do ponto de vista da investigação e, em particular, do crédito das previsões dos investigadores. Mas fazemo-la por razões morais e não tanto científicas. Se as previsões apresentadas no Capítulo 5 se concretizarem, será uma verdadeira calamidade social e nacional para o desenvolvimento humano em Moçambique.

Perspectivas futuras: novas pistas de pesquisa e de debate amplo, construtivo e informado

Oportunidade para novas pistas de investigação - passar da descrição para a explicação

O Capítulo 1 faz uma ligeira referência à recente emergência de novos instrumentos analíticos do tecido do desenvolvimento humano para melhor se compreender a interdependência dos seus principais componentes, fluxos e interacções e intervenientes.

Em particular, a relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano é hoje amplamente reconhecida como uma relação biunívoca, em que duas séries ou cadeias influenciam-se mutuamente; uma sem a outra não progride de forma sustentável a longo prazo. A este respeito, recentemente Ramirez et al. (1998) e Ranis e Stewart (1999), por exemplo, desvendaram importantes aspectos da relação biunívoca entre desenvolvimento humano e crescimento económico, tanto em termos conceptuais como empíricos.

É de todo interesse que este ou qualquer outro quadro analítico e, sobretudo, as suas hipóteses de pesquisa, sejam testadas para o caso particular de Moçambique. No final, o objectivo do exercício intelectual motivado pela concepção do desenvolvimento humano não é uma mera descrição contemplativa dos fenómenos. A descrição é uma etapa indispensável ao processo de conhecimento, mas não é suficiente; é necessário passar-se à análise e, em particular, explicação dos fenómenos, dinâmicas, relações identificadas.

Em versões preliminares deste Relatório chegou-se a preparar um esboço do conteúdo do quadro analítico de Ramirez et al. (1998) e um sumário das hipóteses e resultados obtidos a partir de uma amostra de 76 países africanos, asiáticos e latino-americanos. Porém, à medida que o conteúdo deste Relatório tomou forma, verificou-se que não iria ser possível muito mais na verificação da hipóteses de pesquisa aplicadas especificamente ao caso de Moçambique. Era preciso, primeiro, reunir e sistematizar os dados estatísticos e índices específicos de análise.

Grande parte das interrogações enunciadas no RNDH98 continuam pertinentes, podendo algumas delas ser agora colocadas não apenas do país em geral mas também de regiões e províncias específicas.

Mas seria presunção nossa procurar ser prescritivo no estágio actual da nossa investigação. Em vez disso, optamos por terminar este Relatório, por um lado, com algumas questões que possam servir para pesquisa futura ou debates que por ventura os assuntos aqui abordados suscite; por outro lado, apresentam-se algumas afirmações em destaque extraídas de evidências empíricas relevantes para continuidade da análise sobre o desenvolvimento em Moçambique.

Que este Relatório motive debates construtivos e informados

- Que tipo de desenvolvimento Moçambique tem experimentado, tanto no passado como na actualidade: desequilibrado, vicioso ou virtuoso?
- Será irrelevante priorizar o crescimento económico em detrimento do desenvolvimento humano, ou vice-versa?

- Como é que os recursos económicos se convertem em desenvolvimento humano? E, vice-versa, como é que o desenvolvimento humano contribui para a melhoria do crescimento económico?

- Será que em Moçambique, à semelhança doutros países, uma distribuição mais equitativa do rendimento está positivamente correlacionada com um crescimento económico positivo e rápido? Qual o peso das despesas públicas em serviços sociais e da educação da mulher na robustez das ligações entre crescimento económico e desenvolvimento humano, por um lado, e as taxas de investimento e nível de distribuição do rendimento por outro?

Que seja útil para trabalhos específicos

Apraz-nos saber que ainda antes deste Relatório ser publicado algumas instituições relevantes no país mostraram já interesse em utilizar alguns dos resultados aqui apresentados. É o caso, por exemplo, do INE. O seu Presidente, que é membro do Grupo de Trabalho que dirigi a elaboração deste Relatório, já mostrou o interesse em institucionalizar o exercício de desagregação do PIB por regiões e províncias. Outro exemplo refere-se ao interesse expresso por alguns técnicos que estão interessados em melhorar a planificação económica e do desenvolvimento subregional e provincial.

À semelhança do que dissemos no Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998, se o conteúdo do presente Relatório inspirar novas iniciativas, mais trabalhos de pesquisa, e um debate construtivo, útil e inteligente, a sua principal finalidade será realizada.

Se vamos competir, que seja num jogo da nossa escolha

Caixa 6.

Em tempos que já lá vão, os Deuses decidiram realizar uma competição, uma espécie de olimpíadas, entre as nações do Mundo. Esta não era uma corrida vulgar, em que a distância era determinada e o vencedor seria o corredor que demorasse menos tempo, mas uma competição para ver que a sociedade, agindo, como equipa, conseguia fazer avançar todos os seus membros.

Quando a arma disparou, uma nação assumiu que a corrida não iria durar muito.

Incitou todos os seus cidadãos a começarem a correr tão depressa quanto possível. Era cada um por si. Depressa as crianças e os idosos foram deixados para trás mas nenhum dos corredores mais rápidos se preocupou em ajudá-los porque isso tê-los-ia atrasado.

Inicialmente, os que estavam na frente exultaram com o seu sucesso. Mas, à medida que a corrida continuou, alguns cansaram-se ou ficaram feridos e caíram para o lado. Gradualmente todos os corredores ficaram exaustos e doentes e não havia ninguém para os substituir. Tornou-se claro que esta nação não ganharia a corrida.

A atenção de todos voltou-se para uma segunda nação, que adoptou uma estratégia ligeiramente diferente. Enviou todos os seus homens jovens para a frente da competição mas exigiu que todas as mulheres fossem atrás, carregando as crianças os doentes e os idosos e cuidando os corredores que precisavam de ajuda. Os líderes da nação explicaram às mulheres que este era um acordo natural e eficiente, com o qual todos poderiam beneficiar.

Providenciaram grandes incentivos aos homens para que corressem mais depressa e deram-lhes autoridades sobre as mulheres.

De início parecia funcionar, mas as mulheres acharam que poderiam correr tão depressa como os homens se não estivessem sobrecarregadas com os cuidados dos fracos. Começaram a argumentar que o

trabalho que estavam a fazer - cuidar dos corredores - era tão importante como a corrida e merecia recompensa igual. Os homens recusaram-se a fazer qualquer concessão. A nação começou a gastar uma grande quantidade de energia na discussão e negociação. Gradualmente, ficou claro que esta nação também estava a perder a corrida.

Então, a atenção virou-se para uma terceira nação, que tinha começado correndo relativamente devagar mas que fazia um progresso constante. Nesta nação todos eram solicitados, tanto para correr como para tomar conta dos que não podiam correr.

Foram dados incentivos aos homens e as mulheres para competirem, para correrem o mais depressa possível, mas as regras exigiam que todos partilhassem o peso dos cuidados.

Tendo concordado com as regras que recompensavam os dois tipos de contribuição para o esforço colectivo, as pessoas eram livres de escolher a sua própria velocidade, de encontrar um equilíbrio entre o esforço individual e a responsabilidade colectiva. Esta liberdade e igualdade contribuíam para a sua solidariedade. Evidentemente, foi esta nação que ganhou a corrida.

Talvez este seja um conto de fadas utópico. Mas o sistema económico mundial diz-nos que estamos todos numa corrida. Diz-nos para nos apressarmos. Diz-nos a todos para nos preocuparmos com a nossa velocidade. Mas não nos diz quanto tempo durará a corrida - ou qual é a melhor estratégia a longo prazo. E não nos diz como será definida a vitória. Se vamos competir, que seja num jogo da nossa escolha. Este é, resumidamente, o desafio da nova ordem mundial: como definir uma economia mundial que preserve as vantagens da concorrência do mercado mas que estabeleça limites estritos e regras que evitem que a concorrência tome um rumo destrutivo.

Notas Técnicas

Nota Técnica 1:

Cálculo dos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH baseia-se em três indicadores: longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de dois-terços) com a taxa de escolaridade combinada do primário secundário e superior (ponderação de um-terço); e nível de vida, medido pelo PIB real per capita (dólares PPC).

Valores mínimos e máximos fixos

Para a construção do índice, foram estabelecidos valores mínimos e máximos fixos para cada um dos indicadores seguintes:

- Esperança de vida à nascença: 25 anos e 85 anos.
- Alfabetização adulta: 0% e 100%.
- Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%.
- PIB real per capita (dólares PPC): 100 e 40.000 dólares (PPC).

Para qualquer componente do IDH, podem ser calculados índices individuais de acordo com a fórmula geral:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor observado } x_i - \text{Valor mínimo } x_i}{\text{Valor máximo } x_i - \text{Valor mínimo } x_i}$$

Se, por exemplo, a esperança de vida à nascença num País fosse de 65 anos, então, o índice da esperança de vida para este país seria:

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{65 - 25}{85 - 25} = \frac{40}{60} = 0.667$$

Tratamento de rendimento

A construção do índice de rendimento é um pouco mais complexa. Ao longo dos anos, o Relatório Global de Desenvolvimento Humano

utilizou uma fórmula particular para essa construção, explicada abaixo. Este ano, foi feita uma revisão completa do tratamento do rendimento, com base no trabalho de Anand e Sen (1999).

O rendimento entre no IDH como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano que reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento em poucas palavras, é um substituto para um nível de vida digno. A abordagem fundamental no tratamento do rendimento foi guiada pelo facto de que a realização de um nível aceitável de desenvolvimento humano requer rendimento limitado. Para reflectir este facto, o rendimento foi sempre descontado no cálculo do IDH. A questão é, como deve ser descontado e em que nível?

Nos anos anteriores, a prática foi descontar o rendimento acima do nível limiar do rendimento médio mundial, utilizando a fórmula seguinte:

$$\begin{aligned} W(y) &= y^* \text{ for } 0 < y < y^* \\ &= y^* + 2[(y - y^*)^{1/2}] \text{ for } y^* < y < 2y^* \\ &= y^* + 2(y^{*1/2}) + 3[(y - 2y^*)^{1/3}] \text{ for } 2y^* < y < 3y^* \end{aligned}$$

Onde y é o rendimento per capita actual em dólares PPC e y^* é o rendimento per capita limiar (dólares PPC) ao nível do rendimento médio mundial do ano para o qual o IDH é construído. O rendimento médio mundial foi tomado como o rendimento limiar na base de que cada pessoa deveria ter o rendimento que o mundo, em média, usufrui.

Para calcular valor descontado do rendimento máximo de 40.000 dólares (PPC), utilizava-se a seguinte fórmula:

$$W(y) = y^* + 2(y^{*1/2}) + 3(y^{*1/3}) + 4(y^{*1/4}) + 5(y^{1/5}) + 6(y^{*1/6}) + 7[(40,000 - 6y^*)^{1/7}]$$

Isto porque 40.000 dólares (PPC) está entre $6y^*$ e $7y^*$. Com a fórmula anterior, o valor descontado do rendimento máximo de 40.000 dólares (PPC) é de 6.311 dólares (PPC).

O problema principal com esta fórmula é que ela desconta o rendimento de forma muito

drástica, penalizando os países em que o rendimento excede o valor limiar. Ela reduz os 34.000 dólares (PPC) entre O limiar e o nível máximo do rendimento para apenas 321 dólares (PPC). Em muitos casos, o rendimento perde a sua importância como substituto para todas, as outras dimensões do desenvolvimento humano que apoiam uma vida longa e saudável e o conhecimento.

Este ano, o aperfeiçoamento no tratamento do rendimento tenta rectificar este problema, utilizando uma base analítica mais sólida para a metodologia. A fundamentação lógica e a fórmula adoptada no aperfeiçoamento são discutidas em pormenor por Anand e Sen (1999). Para resumir, na construção do IDH deste ano, o rendimento é tratado usando a fórmula seguinte:

$$W(y) = \frac{\log y - \log y_{\min}}{\log y_{\max} - \log y_{\min}}$$

Esta fórmula tem várias vantagens. Em primeiro lugar, não desconta o rendimento tão intensamente como a fórmula utilizada anteriormente. Em segundo lugar, desconta todo o rendimento e não apenas o rendimento acima de um certo nível. Em terceiro lugar, como mostra a figura, a assimptota começa muito cedo, pelo que os países de rendimento médio não são penalizados indevidamente; além disso, como o rendimento cresce mais nesses países, o seu rendimento crescente continuará a ser reconhecido como um meio potencial para maior desenvolvimento humano.

Ilustração da metodologia do IDH

A construção do IDH é ilustrada com três exemplos: Alemanha, um país industrializado, e dois em desenvolvimento: China e Moçambique.

País	Esperança de vida (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa de escolaridade bruta combinada (%)	PIB real per capita (PPCs)
Alemanha	77,2	99,0	88,1	21.260
China	69,8	82,9	68,9	3.130
Moçambique	42,3	39,5	32,0	740

Índice da esperança de vida:

$$\text{Alemanha} = \frac{77.2 - 25}{85 - 25} = \frac{52.2}{60} = 0.870$$

$$\text{China} = \frac{69.8 - 25}{85 - 25} = \frac{44.8}{60} = 0.747$$

$$\text{Moçambique} = \frac{42.3 - 25}{85 - 25} = \frac{17.3}{60} = 0.288$$

Índice da alfabetização de adultos:

$$\text{Alemanha} = \frac{99.0 - 0}{100 - 0} = \frac{99.0}{100} = 0.990$$

$$\text{China} = \frac{82.9 - 0}{100 - 0} = \frac{82.9}{100} = 0.829$$

$$\text{Moçambique} = \frac{39.5 - 0}{100 - 0} = \frac{39.5}{100} = 0.395$$

Índice de escolaridade bruta combinada:

$$\text{Alemanha} = \frac{88.1 - 0}{100 - 0} = \frac{88.1}{100} = 0.881$$

$$\text{China} = \frac{68.9 - 0}{100 - 0} = \frac{68.9}{100} = 0.689$$

$$\text{Moçambique} = \frac{32 - 0}{100 - 0} = \frac{32}{100} = 0.320$$

Índice do nível educacional:

$$\text{Alemanha} = [2(0,990) + 1(0,881)]/3 = 0,954$$

$$\text{China} = [2(0,829) + 1(0,689)]/3 = 0,782$$

$$\text{Moçambique} = [2(0,395) + 1(0,320)]/3 = 0,370$$

País	Índice da Esperança de vida	Índice do nível educacional	Índice do PIB real ajustado per capita (dól. PPC)	Soma dos três índices	IDH
Alemanha	0,870	0,954	0,895	2,719	0,906
China	0,747	0,782	0,575	2,104	0,701
Moçambique	0,288	0,370	0,334	0,992	0,331

Índice do PIB real ajustado per capita (dól. PPC):

$$\begin{aligned}
 \text{Alemanha} &= \frac{\log (21,260) - \log (100)}{\log (40,000) - \log (100)} = 0.895 \\
 \text{China} &= \frac{\log (3,130) - \log (100)}{\log (40,000) - \log (100)} = 0.575 \\
 \text{Moçambique} &= \frac{\log (740) - \log (100)}{\log (40,000) - \log (100)} = 0.334
 \end{aligned}$$

Índice do desenvolvimento humano

O IDH é uma média simples do índice da esperança de vida, do índice do nível educacional e do índice do PIB real ajustado per capita (\$PPC). É calculado dividindo a soma dos três índices por 3.

Nota Técnica 2:

Método e fontes de cálculo do PIB desagregado por províncias

Num mundo idealmente perfeito, os valores do PIB obtidos pelas ópticas da produção, da despesa e do rendimento seriam idênticos. Na prática, existem discrepâncias causadas por insuficiências na recolha dos dados, diferenças no período declarada das transacções e à economia paralela, substerânea ou ilegal (The Economist, 1996: 52).

Pelo menos a curto prazo, o valor calculado segundo a óptica da produção é geralmente o indicador mais fiável da evolução da economia. Mas esta perspectiva começa a revelar-se menos realista se os coeficientes de ponderação utilizados para agregar os

indicadores da produção não forem actualizados com regularidade.

De qualquer forma, a base actualmente disponível parece satisfatória, em termos de actualidade e representatividade da actividade económica. Por isso, o cálculo do PIB por províncias baseia-se no método da produção ou do Valor Acrescentado (VA).

De forma mais específica o processo de cálculo do PIB provincial envolveu, primeiro, a escolha dos produtos e determinam-se as quantidades produzidas num determinado ano, a preços correntes e preços constantes. O produto das quantidades pelos preços permite calcular o valor bruto de produção. Segundo, determinam-se os consumos intermédios (produtos comprados a terceiros para realizar um certo nível de valor de produção). A diferença entre o valor bruto de produção e os consumos intermédios dá o valor acrescentado na produção de um certo produto. Por extensão calcula-se o valor acrescentado por ramo de actividade e para o país.

Este é o princípio geral, mas para este trabalho procurou-se uma forma expedita de passar dos valores ao nível nacional para o provincial, definindo critérios específicos. De forma resumida, as fontes utilizadas foram as seguintes:

- mapa dos Equilíbrios,
- os Anuários Estatísticos Provinciais,
- os dados do Sistema de Aviso Prévio,
- os dados relativos às despesas a partir do IAF 96-97, ealguns pressupostos relativos à distribuição de valores nacionais pelas províncias e para se estimar a produção bruta e o Valor Acrescentado. Este último procedimento está relacionado com a falta de informações detalhadas a nível provincial, visto que os Anuários Estatísticos Provinciais ainda são de muita fraca qualidade e com informações incompletas.

Para a elaboração das estimativas que se apresentam de seguida, começou-se por utilizar o mapa dos Equilíbrios do Departamento de Contas Nacionais do INE. Nomeadamente, utiliza-se a coluna correspondente a produção interna. Estes valores servem de ponto de referência, no sentido em que a soma das produções de todas as províncias deve ser aproximadamente igual ao valor do mapa dos Equilíbrios.

Seguidamente, os Anuários Estatísticos Provinciais foram usados para se detectar os valores de produção agrícola, pecuária, pesqueira e industrial. A este nível começa-se a ter uma ideia da distribuição da produção dos principais produtos.

No caso de certos produtos considerados importantes na agricultura, usaram-se os dados do Sistema de Aviso Prévio, por se considerar que eles são de boa qualidade. Para os restantes sectores a afectação regional foi feita com base em certos critérios específicos.

A título de exemplo, para os ramos de gado, carnes e leite os efectivos serviram de base para a alocação. Para a lenha, a porporção da população foi o critério utilizado. No ramo da Electricidade usou-se a produção por província, e para o ramo de Abastecimento de Água o número de consumidores de energia eléctrica foi o critério de afectação. Ao nível do sector de Transportes é feita com base nas estatísticas de viaturas existentes, carga manuseada nos portos, e para as Comunicações ela é feita através do número de centrais telefónicas. Para o sector da Construção usou-se uma média das proporções do valor da construção para o período 1995-97. No que concerne ao ramo de Restaurante e Hoteis, o critério usado foi o número de quartos. Finalmente, para os restantes serviços a afectação toma em conta um critério que se baseia numa média aritmética do número de veículos existentes, de centrais telefónica e do número de camas em hoteis.

Com base nestes critérios o valor de produção por província foi estimado para 1997. Uma vez obtido o valor de produção aplicam-se os coeficientes de valor acrescentado por actividades, no pressuposto de que os mesmos coeficientes são iguais para todas as províncias. Com a metodologia desenvolvida para o ano de 1997, foi fácil estimar a produção e o valor acrescentado por província para o ano de 1996. Indicadores resultantes foram calculados, sendo o mais importante o PIB per capita por Província para os anos de 1996 e 1997.

Metodologia para Alocação da Produção por Província

Dada a fragilidade da informação disponível ao nível provincial, apresentada pelos Anuários

Estatísticos Provinciais, criou-se uma metodologia simples que usa os mapas de Equilíbrios, produzidos pelo INE, e usaram-se outras informações dispersas de várias fontes. Os critérios utilizados para a alocação da produção por província foram os seguintes:

1. *Agricultura* - Neste sector vários critérios foram utilizados:

1.1. Para o milho, mapira, arroz com casca, feijão, amendoim e mandioca a fonte de base foi o Sistema de Aviso Prévio;

1.2. Para cebola, hortícolas, tomate, outras leguminosas, outros tubérculos, castanha de cajú, algodão caroço, tabaco, mafurra e frutas as fontes foram os dados sobre Agregados Familiares do IAF96/97 e a percentagem de famílias que cultivam certas culturas de acordo com Inquérito Agrícola ao Sector Familiar de 1996 (Direcção de Economia/MAP);

1.3. Para Florestas e lenha o critério usado foi o da proporção da população;

1.4. Para os vários tipos de gado e produtos afins, a base da alocação foi o número de efectivos por província e a fonte foi o Anuário Estatístico 1997;

1.5. Para os restantes produtos agrícolas as fontes foram os Anuários Estatísticos Provinciais e as percepções dos autores desta metodologia sobre a localização da produção.

2. *Pescas* - A afectação da produção por província neste sector baseou-se no número de pessoas empregues por actividade económica de acordo com alguns resultados do IAF 96/97.

3. *Minas* - A fonte de base foi o Balanço da Produção do Sector Mineiro durante o Quinquénio 1995-1999 elaborado pelo MIREM (Direcção de Economia).

4. *Indústria Transformadora* - Neste sector a afectação tomou como base os Anuários Estatísticos Provinciais bem como a percepção dos autores sobre a localização da produção industrial.

5. *Electricidade e Água* - A fonte principal foi o Anuário Estatístico de 1997, no que concerne à produção de electricidade por região, e o número de consumidores de electricidade por região. Este último foi também usado para distribuir o sub-sector de Águas.

6. *Construção* - A fonte de base para a distribuição por província foi Estatística de

Construção 1997, recentemente publicado pelo INE.

7. Restaurante e Hotéis - A fonte utilizada foi o Anuário Estatístico de 1997 e o critério foi o número de camas em hoteis.

8. Transportes e Comunicações:

8.1. Nos Transportes Rodoviários o critério foi o número de viaturas existentes de acordo com o Anuário Estatístico de 1997;

8.2. No sub-sector das Comunicações o número de centrais telefónicas foi o critério usado sendo a fonte o Anuário Estatístico de 1997;

8.3. Para o sub-sector Ferro-Portuário criou-se um índice que toma em conta a carga manuseada e o número de passageiros transportados de acordo com o Anuário Estatístico de 1997.

9. Comércio e Outros Serviços - Para estas actividades criou-se um índice que toma em conta o número de viaturas existentes, o número de camas em hoteis e o número de centrais telefónicas, e desse modo, a produção foi alocada por província.

Nota Técnica 3:

Índices de Pobreza Humana

As quatro medidas de pobreza em Moçambique, utilizadas tanto DPDS-UEM-IFPRI (1998) como neste Relatório são brevemente as seguintes:

O Índice de Incidência da Pobreza (Head-count index), P0, é o mais simples entre os indicadores de pobreza. Este mostra a incidência de pobreza, como por exemplo a proporção da população abaixo da linha da pobreza. Em qualquer sociedade haverá um número de pessoas q numa população n para quem o consumo, ou o método escolhido de medição do nível de pobreza, encontrar-se-á abaixo da linha da pobreza, de maneira que $P0 = q/n$. Mais precisamente, pode-se expressar o P0 do seguinte modo:

$$P0 = 1/n \sum_{i=1}^n 1[xi \leq z]$$

Onde a linha da pobreza se expressa por z e uma determinada medição do bem-estar por x e onde $1(\cdot)$ é um indicador 1 se o argumento é verdadeiro e 0, se é falso. Esta equação é

meramente o número de pessoas pobres. O P1, portanto, expressa a fracção de pessoas em situação de pobreza (Deaton, 1997).

O **Índice da Profundidade da Pobreza** [aqui chamado P1] pode ser expresso como se segue:

$$P1 = 1/n \sum_{i=1}^n [1-xi/z] \dots 1[xi \leq z]$$

Este índice reflecte a profundidade da pobreza, pelo qual a contribuição do individual (i) à pobreza conjunta varia consoante ao nível da pobreza do indivíduo (i). P1, portanto, representa o déficit total do rendimento de todos os pobres de uma linha de pobreza específica [Sen 1981:33]. Por outro lado, este representa a soma de todo o déficit dividido entre a população e expresso numa taxa da linha da pobreza.

O **Índice da Severidade da Pobreza** expressa-se do seguinte modo:

$$P2 = 1/n \sum_{i=1}^n [1-xi/z]^2 \dots 1[xi \leq z]$$

Este índice mede a pobreza consoante à sua gravidade, e não por igual, como no caso do P1, assim como é sensível à desigualdade entre os pobres. Por exemplo, uma transferência de rendimento de uma pessoa pobre a um pobre absoluto pode ser visto como uma redução da pobreza, nem o P0 ou o P1 identificaria esta melhoria. O P2, de modo contrário, diminuirá, dado que é sensível à severidade da pobreza.

Uma classe geral de medidas práticas, que pode ser derivada dos índices P0, P1 e P2, é conhecida como Foster-Greer-Thorbecke, a saber:

$$P\theta = N^{-1} \sum_{i=1}^n [1-xi/z]^\theta \dots 1[xi \leq z]$$

Como pode ser observado, P0, P1 e P2 são casos especiais correspondentes a ser igual a 0, 1 e 2 respectivamente.

Finalmente, o **Índice de Pobreza Humana** para os países em desenvolvimento é aqui designado IPH-1. Este índice tem sido usado nos Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano do PNUD desde 1998.

O IPH-1 concentra-se na privação em três dimensões essenciais da vida humana, já reflectidas no IDH - longevidade, conhecimento

e um padrão de vida digno. A primeira privação relaciona-se com a sobrevivência - a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce. A segunda relaciona-se com o conhecimento - ser-se excluído do mundo da leitura e da comunicação. A terceira relaciona-se com um padrão de vida digno, em termos de apropriação económico total.

Na construção do IPH-1, a privação na longevidade é representada pela percentagem de pessoas que não devem ultrapassar a idade de 40 anos (P1), e a privação no conhecimento pela percentagem de adultos que são analfabetos (P2). A privação no padrão de vida é representada por um composto (P3), de três variáveis - a percentagem de pessoas sem acesso a água potável (P31), a percentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde (P32) e a percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente, moderada ou severamente (P33).

A variável composta P3 é construída considerando uma média simples das três variáveis P31, P32, e P33. Então,

$$P_3 = \frac{(P_{3.1} + P_{3.2} + P_{3.3})}{3}$$

Segundo a Nota Técnica 1 do Relatório de Desenvolvimento Humano 1997 (PNUD, 1997) a fórmula do IPH-1 é dada por:

$$HPI-1 = [(1/3(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3))]^{23}$$

Como exemplo, calculamos o IPH- para o Panamá e Moçambique:

Primeiro Passo

Cálculo do P3

$$\text{Panama} - P_3 = \frac{7 + 18 + 7}{3} = \frac{32}{3} = 10.7$$

$$\text{Moçambique} - P_3 = \frac{91.5 + 76.2 + 26.1}{3} = \frac{193.8}{3} = 64.6$$

Segundo Passo

Construção do IPH

Panamá: HPI- 1

$$\begin{aligned} &= (1/3(6,4^3 + 8,9^3 + 10,7^3))^{1/3} \\ &= [1/3(262,144 + 704,97 + 1.225,04)]^{1/3} \\ &= [1/3(2.192,15)]^{1/3} \\ &= 730,72^{1/3} \\ &= 9,0 \end{aligned}$$

Moçambique: HPI- 1

$$\begin{aligned} &= (1/3(39,1^3 + 60,5^3 + 64,6^3))^{1/3} \\ &= [1/3(59776,5 + 221445 + 269586)]^{1/3} \\ &= [1/3(559607,5)]^{1/3} \\ &= 183602,5^{1/3} \\ &= 56,8 \end{aligned}$$

References and Bibliography

Anand, Sudhir and Amartya Sen. 1996. 'The income component of the human development index', Paper prepared for Human Development Report Office, United Nations Development Programme, New York, NY 10017.

Anand, Sudhir and Amartya Sen. 1999. 'Alternative formulations for the income component of the human development index', First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999, New York, Human Development Report Office, UNDP.

Arndt, Channing et al. 1998. Social Accounting Matrices for Mozambique 1994 and 1995. MERISSA Project Working Paper No. XX. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Assembleia da República. 1990. 'Constituição', in Boletim da República, nº 44, 2 Novembro de 1990. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, pp. 19-35.

Benfica, Rui. 1998. An Analysis of the Contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Income in Central and Northern Mozambique, MSc Thesis, Dept. of Agricultural Economics, Michigan State University.

Brito, Luís de. 1995. 'O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique', in Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento, Ed. Brazão Mazula. Maputo: Inter-África Group, pp. 473-499.

Christensen, John. 2000. 'AIDS: Africa in Peril, Scarce Money, Few Drugs, Little Hope', CNN In Depth Specials, <http://www.cnn.com/Specials/2000/aids>, 01.03.2000, p.1.

CNE (Comissão Nacional de Eleições). 2000. 'Acta de apuramento dos resultados eleitorais, in Boletim da República, nº 1, 7 de Janeiro de 2000. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

CNP (Comissão Nacional do Plano) e DNE (Direcção Nacional de Estatística). Anuário Estatístico (vários). Maputo: CNP/DNE.

CNP. 1994. Metodologia de Estimação das Contas Nacionais. Maputo: Comissão Nacional do Plano/DNP.

Conselho de Ministros. 1999. 'Linhos de Acção para Erradicação da Pobreza Absoluta'. Boletim da República, Resolução 5/99, 13 de Abril. Maputo: Imprensa Nacional.Cramer, C. and N. Pontara. 1998. 'Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing from the Debate?' Cambridge: Cambridge University Press. The Journal of Modern African Studies 36, 1: 101-138.

Deaton, .1997. The Analysis of Household Surveys: A Microeconomic Approach to Development Policy. Washington DC: John Hopkins University Press.

Desai, J. 1997. Urban Poverty in Mozambique: A Profile of the Poor in Maputo and the Provincial Capitals. Washington DC: The Futures Group International.

DNPO (Direcção Nacional de Plano e Orçamento). 1998. Pobreza em Moçambique: Perfil, Determinantes e Implicações Para as Políticas. Maputo: Ministério do Plano e Finanças (não publicado).

DPDS (Departamento de População e Desenvolvimento Social), UEM (Universidade Eduardo Mondlane) e IFPRI (International Food Policy Research Institute). 1998. Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)/ The First National Assessment. Maputo: Ministério do Plano e Finanças.

EIU (Economist Intelligence Unit). 1998. Country Profile: Mozambique 1998/1999. London: Redhouse Press.

EIU.1999. Country Report: Mozambique – Malawi, 1st quarter 1999. London: Redhouse Press.

FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População). 1999. A Situação da População Mundial 1999: 6 mil milhões. New York: FNUAP.

Francisco de Marrule, H. 1998. 'Land-poor in a Land-abundant Setting: Unravelling a Paradox in Mozambique', Relatório de Pesquisa (M.Sc. Plan B Paper MSU), Ministério de Agricultura e Pesca. Maputo: MAP.

Francisco, António A. da Silva. 1999. Reestruturação Económica e Desenvolvimento em Moçambique, no prelo.

GOM (Governo de Moçambique). 1998. Avaliação da Vulnerabilidade em Moçambique: Uma Análise Preliminar da Actual Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional. Maputo: MAP, MPF, MISAU, FEWS, PMA, FAO.

GOM. 1999. Plano Estratégico Nacional de Combate às DTS/HIV/SIDA em Moçambique: 2000-2002. Maputo: Governo de Moçambique.

Guyer, J. 1997. An African Niche Economy: Farming to Feed Ibadan 1966-88, International African Institute. London: Edinburgh University Press.

Hanlon, Joseph. 1997. Paz sem Benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária.

Hermele, K. 1992. 'Stick and Carrot: Political Allegiances and Nascent Capitalism in Mozambique' in Peter Gibbons et al. (eds.), Authoritarianism, Democracy and Adjustment. London: Aldershot.

Houtart, François e Anselme Remy. 1997. Les Référents Culturels à Port-au-Prince - Etude des Mentalités Face aux Réalités Économiques, Sociales et Politiques. Port-au-Prince: Centre de Recherche et de Formation Economique et Sociale pour le Développement.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 1997. Anuário Estatístico 1996. Maputo: INE

INE. 1998a. Anuário Estatístico 1997. Maputo

INE. 1999. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Indicadores Sócio-Demográficos, Moçambique. Maputo: INE.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 1999. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Indicadores Sócio-Demográficos, Niassa; Nampula; Maputo Cidade; Maputo Província; Zambézia; Tete; Sofala; Manica; Cabo Delgado; Gaza; Inhambane. Maputo: INE

INE. 1999. Mulheres Chefes de Agregados Familiares em Maputo Cidade: Cifras e Realidades, Estudos No. 4. Maputo: INE.

INE. 1999. Projecções Anuais da População, País Total 1997-2020: Moçambique, Estudos No. 1. Maputo: INE.

INE. 2000. Anuário Estatístico 1999. Maputo: INE

INE. 1998b. Inquérito Nacional aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida, 1996-1997, Relatório Final. Maputo: INE

INE. 1999. Inquérito Nacional aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida, 1996-1997, Quadros Gerais. Maputo: INE.

INE. Mapa de Equilíbrios 1996-1997. [Ficheiros Electronicos]. Maputo: INE.

INE-Macro Internatioal. 1998. Inquérito Demográfico e de Saúde 1997. Calverton, Maryland: Instituto Nacional de Estatística e Macro International Inc.

Livi-Bacci, Massimo. 1992. A Concise History of World Population. Cambridge: Blackwell Publishers.

Macro International. 1999. Situação Nutricional de Crianças Menores e Suas Mães em Moçambique, 1997: Cartas Africanas Sobre Nutrição. Calverton: Macro International Inc.

Malthus, Thomas R., 1970. An Essay on the Principle of Population (primeira publicação 1798). Harmondsworth: Penguin.

Matusse, Filipe. 1999. 'Boaventura Machel, um acto de coragem na hora da morte', Jornal Domingo, Maputo, 5.12. 1999, p. 9.

MINED (Ministério da Educação). 1986. Atlas Geográfico, Vol. 1. Maputo: Ministério da Educação.

Ministério da Justiça. 1999. Primeiro Relatório de Moçambique sobre Implementação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Maputo: Ministério da Justiça.

MISAU (Ministério da Saúde) e INE (Instituto Nacional de Estatística). 2000. Projecções de Impacto Demográfico de HIV/SIDA em Moçambique.

Moura, F.P. e M. Fernanda Amaral (1977). Estimativa do Produto Interno de Moçambique: 1970-73-77. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Economia.

MPF (Ministério do Plano e Finanças). 1998a. Plano Económico para 1998. Maputo: Ministério do Plano.

MSU (Michigan State University) and MOA (Ministry of Agriculture). 1997. 'Micro and Small Enterprises in Central and Northern Mozambique: Results of a 1996 Survey', Working Paper No. 27. Maputo: MAP.

Nazareth, Manuel J. 1988. Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa. Lisboa: Editorial Presença.

Newell, Colin. 1988. Methods and Models in Demography. London: Belhaven Press.

Newitt, Malyn. 1997. História de Moçambique. Lisboa: Publicações Europa-América.

Njoku, John E. Eberegbulam. 1986. Malthusianism: an African Dilemma: Hunger, Drought, and Starvation in Africa. Metuchen, N.J., London: The Scarecrow Press.

O'Laughlin, Brigitte. 1996. 'Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique', *Journal of Peasant Studies* 23, 4: 1-39.

Osório, Conceição, Margarida Mejia, Manuel Macie e Ximena Andrade. 1999. Mulher e Autarquia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

PDR (Population and Development Review). 1998. 'The United Nations on the Impact of HIV/AIDS on Adult Mortality in sub-Saharan Africa'. *Population and Development Review*, 24, 3: 655-658.

Pitcher, A. 1998. 'Disruption without Transformation: Agrarian Relations and Livelihoods in Nampula Province, Mozambique 1975-1995', *Journal of Southern African Studies*, Vol.24, 1: 117-142

Pitcher, A. 1999. 'What's missing from "what's missing"? A Reply to C. Cramer and N. Pontara, "Rural poverty and poverty alleviation in Mozambique: what's missing from the debate?"' *The Journal of Modern African Studies*, forthcoming December Issue, (Cambridge: Cambridge University Press).

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1998. Paz e Crescimento Económico: Oportunidades para o Desenvolvimento Humano; Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de Moçambique. PNUD. Maputo.

Pontara, N. 1998. Rural Wage Labour in Nacuca: Fieldwork Notes, mimeo.

Ramirez, Alejandro, Gustav Ranis, and Frances Stewart. 1998. 'Economic growth and human development', Working Paper Number 18, Queen Elizabeth House.

Ranis, Gustav and Frances Stewart. 1999. 'Strategies for success in human development', First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999, New York, Human Development Report Office.

Rosário, Lourenço. 'Assimetrias: mito e realidade', in Savana nº 317, 4 de Fevereiro de 2000, p. 6.

Santos, Boaventura de Sousa Santos. 1999. 'Oração proferida pelo Professor Boaventura de Sousa Santos', Cerimónia de Doutoramento do Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, Coimbra, 23 de Abril de 1999.

Sen, Amartya. 1999. 'Keynote speech; a decade of human development', First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999, New York, Human Development Report Office.

Sender and Johnstone. 1996. 'A Fuzzy Snapshot of some Poor and Invisible Women: Farm Labourers in South Africa'. Working Paper 56. SOAS Department of Economics. London: The School of Oriental and African Studies.

Sender, J. and S. Smith. 1990. Poverty, Class and Gender: A Tanzanian Case Study. London: Routledge.

Serra, Carlos (Ed.). 1999. Eleitorado Incapturável. Livraria Universitária. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Standing, G., J. Sender, and J. Weeks. 1997. Restructuring the Labour Market: The South African Challenge, ILO Country Review. Geneva: International Labour Office.

Streeten, Paul. 1999. 'looking ahead: areas of future research in human development', First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999, New York, Human Development Report Office.

The Economist. 1996. Guia dos Indicadores Económicos: Para entender a Economia. Lisboa: Editorial Caminho

The Economist. 1999. 'AIDS: Bust the stigma', 'To snip or not to snip'. *The Economist*, 27 de Novembro de 1999, p. 52.

UEM (Universidade Eduardo Mondlane). 1999. Estratégias de Geração de Renda das famílias e suas Interacções com o Ambiente Institucional Local. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

UNDP (United Nations Development Programme). 1998. Peace and Economic Growth: Opportunities for Human Development. National Human Development Report. Maputo. UNDP.

UNDP. 1990. Human Development Report 1990. New York: Oxford University Press(OUP).

UNDP. 1991. Human Development Report 1991. New York: (OUP).

UNDP. 1992. Human Development Report 1992. New York: (OUP).

UNDP. 1993. Human Development Report 1993. New York: (OUP).

UNDP. 1994. Human Development Report 1994. New York: (OUP).

UNDP. 1995. Human Development Report 1995. New York: (OUP).

UNDP. 1996. Human Development Report 1996. New York: (OUP).

UNDP. 1997. Human Development Report 1997. New York: (OUP).

UNDP. 1998. Human Development Report 1998. New York: (OUP).

UNDP. 1999. Human Development Report 1999. New York: (OUP).

UNESCO (United Nations Education, Cultural and Scientific Organisation) and ILO (International Labour Organisation). 1997. Employment and Sustainable Livelihoods: Country Review for Mozambique. Maputo: UNDP.

UNICEF (United Nations Children's Fund). 1999. The State of the World's Children 1999. New York: Oxford University Press.

Vletter, Fion de. 1998. 'Sons of Mozambique: Mozambican Miners and Post-Apartheid South Africa', Migration Policy Series, 8, The Southern African Migration Project. Cape Town: SAMP.

Vletter, Fion de. 1995. Urban Poverty and Employment in Mozambique: an Analysis of a Deepening Crisis and Policy Implications, Poverty Alleviation Unit. Maputo: Comissão Nacional do Plano.

Waterhouse, R. 1999. Gender Relations and Land Tenure: Co-operation and Conflict in Marracuene District, Southern Mozambique. University of Cape Town, mimeo.

World Bank. 1997. World Development Report 1997: The State in a Changing World. Washington DC: The World Bank.

World Bank. 1998. World Development Report 1998: Knowledge for Development. Washington DC: The World Bank.

World Bank. 1999. World Development Report 1999: Entering the 21st Century. Washington DC: The World Bank.

Wuyts, Marc. 1989. Money and Planning for Socialist Transition: the Mozambican Experience. London: Aldershot.